

Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional

Novas abordagens

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
Rosangela Formentini Caldas
(Organizadoras)



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



*Informação, **Conhecimento**
e **Inteligência** Organizacional*
Novas abordagens

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
Rosangela Formentini Caldas
(Organizadoras)

Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional

Novas abordagens

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2026



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Diretora

Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

Vice-Diretora

Dra. Cristiane Rodrigues Pedroni

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Franciele Marques Redigolo

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Parecerista

Profa. Dra. Heloá Cristina Camargo de Oliveira

Professora adjunta na Universidade Federal de Rondópolis (UFR), no Instituto de Ciência Humanas e Sociais (ICHS)

Ficha catalográfica

-
- 143 Informação, conhecimento e inteligência organizacional : novas abordagens / Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Rosângela Formentini Caldas (organizadoras). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2026.
293 p. : il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-675-6 (Impresso)
ISBN 978-65-5954-676-3 (Digital)
DOI: <https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-676-3>

1. Ciência da informação - Pesquisa. 2. Direito à informação. 3. Gestão do conhecimento. 4. Competência informacional. 5. Ciência da informação – Inovações tecnológicas. I. Pazin, Marcia. II. Caldas, Rosângela Formentini.

CDD 020.7

Telma Jaqueline Dias Silveira –Bibliotecária – CRB 8/7867

Imagem capa: <https://stock.adobe.com/br> - Arquivo "AdobeStock_336485112 e AdobeStock_290613359". Acesso em 11/03/2026.

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

*O conhecer para um saber
O saber para um inovar
O inovar para um crescer
O crescer para um (se) desenvolver*

...

Àqueles que abriram o caminho na trajetória da pesquisa e com determinação enfrentaram desafios, criaram oportunidades, ensinaram e deixaram um legado referencial na grandeza do ser.

Sumário

PREFÁCIO	9
<i>Barbara Fadel</i>	

APRESENTAÇÃO.....	15
<i>Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano e Rosângela Formentini Caldas</i>	

Parte I – Pesquisa & Ciência da Informação

TENDÊNCIAS EM PESQUISAS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO TEMÁTICO SOBRE AS PRODUÇÕES EM GESTÃO, MEDIAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNESP NO PERÍODO DE 2020 A 2024	21
<i>Claudia Barbosa dos Santos de Souza, Irailton Melo Souza, Fábio Éder Cardoso e Taciana Maria Lemes de Luccas</i>	

O PLÁGIO E A ANTIÉTICA: COMBATENDO A DESONESTIDADE ACADÊMICA	41
<i>Rafaela Carolina da Silva</i>	

COMPETÊNCIA EM DADOS E CIÊNCIA ABERTA: OS DESAFIOS DA CITAÇÃO DE DADOS	59
<i>Cristina Marchetti Maia e Marta Lígia Pomim Valentim</i>	

A CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS E DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES	83
<i>Fernanda Furio Crivellaro e Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano</i>	

Parte II – Informação & Sociedade

DIREITO À CIDADE E DIREITO À INFORMAÇÃO: EQUIVALÊNCIAS E EMERGÊNCIAS URBANAS	113
<i>Henrique E. C. França</i>	
REPRESENTAÇÃO FEMININA NA PUBLICIDADE SUGERIDA AO OPeNS: FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA OS CONSUMIDORES	129
<i>Luana Maia Woida</i>	
ELAS NA POLÍTICA: BARREIRAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO VIVENCIADAS POR MULHERES PARLAMENTARES	157
<i>Beatriz de Oliveira Benedito e Luana Maia Woida</i>	
INFORMAÇÃO AMBIENTAL: MARCOS LEGAIS E CONFLUÊNCIAS TEÓRICAS	181
<i>Rúbia Martins</i>	

Parte III – Gestão na Contemporaneidade

GESTÃO DA INFORMAÇÃO COM APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO REFERENCIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO	205
<i>Elaine da Silva, Rosangela Formentini Caldas, Edberto Ferneda, Fábio Éder Cardoso e Bárbara Benati Luvizotto</i>	
RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DO CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM POR MEIO DO BUSINESS PARTNER RH	225
<i>Vanessa Aparecida Dias Ferreira e Ieda Pelógia Martins Damian</i>	
PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À INFODEMIA	249
<i>Joana André Machuza Matenga e Tamara de Souza Brandão Guaraldo</i>	
A CULTURA INFORMACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA PERCEPÇÃO DA INCIVILIDADE SELETIVA, MEDIADA PELA DIVERSIDADE NO TRABALHO	267
<i>Irailton Melo Souza</i>	

Prefácio

Quando fui gentilmente convidada a escrever o Prefácio do livro “*Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional: Novas abordagens*”, imaginei se não estaria concorrendo com uma série de outros trabalhos já realizados. No entanto, ao recordar das amáveis palavras ditas no convite, lembrei de toda a minha trajetória na UNESP, campus de Marília. Nessa perspectiva e com esse pensamento, decidi escrever os caminhos percorridos como passos que se desdobram, revendo a minha trajetória que compreende um olhar sobre o ontem e a expectativa de contextualizar um esboço do que me marcou positivamente em tudo o que adquiri e contribui para o crescimento da área.

Memória... ah as nossas memórias... segundo N. Bobbio “*somos aquilo que recordamos*”. As **nossas memórias fazem de cada um de nós o que somos**, nos diferenciando de qualquer outro indivíduo. A memória é a evocação de informações daquilo que foi aprendido. Só lembramos aquilo que foi significativo para nós. Assim, através de minhas memórias, consigo resgatar lembranças de apreço.

O primeiro emprego

Meu primeiro emprego foi na cidade de Franca, numa biblioteca que continha apenas um pequeno acervo. A unidade possuía um curso superior e, atualmente, é o Centro Universitário Municipal. Na ocasião, sentindo a necessidade dos alunos e professores por mais leitura e busca de

informações específicas e atualizadas, fui atrás de materiais que pudessem suprir aquela procura. Ao mesmo tempo, busquei aprimoramento na minha formação e tive a oportunidade de trabalhar e pesquisar em bibliotecas de grande porte, como as da USP e da UNESP. Em cada momento vivido, percebia que a informação era a chave que guiava para o conhecimento e o desenvolvimento de estudos em diferentes áreas, sendo a chave para o progresso das pesquisas e das organizações.

A docência

Ao assumir a docência no Departamento de Biblioteconomia da UNESP, na cidade de Marília, percebi que cada disciplina por mim ministrada mostrava que a organização e a administração de uma unidade de informação eram importantes para o oferecimento de serviços de qualidade para o leitor. O contato com os colegas do Departamento e suas visões múltiplas sobre a área e os serviços prestados por unidades de informação enriqueceram, cada vez mais, minha visão e o que ela representava para a sociedade em geral e, principalmente, a acadêmica.

O primeiro Grupo de Pesquisa

Busquei a criação de um grupo de pesquisa capaz de desenvolver estudos e discussões na área da Administração e de suas diversas facetas. Assim, no ano de 1995, nascia o Grupo de Pesquisa “Administração em Unidades de Informação”, inscrito na Plataforma CAPES e formado por docentes, profissionais e alunos de pós-graduação e graduação.

Naquele período, os temas que mais suscitavam interesse e busca por pesquisas estavam relacionados aos recursos humanos das Unidades de Informação e a formação e o preparo de profissionais aptos a nelas trabalharem.

A organização de evento / CD-ROM

Temas como a capacitação profissional, a mediação da informação, a gestão de pessoas e a inteligência competitiva também começaram a ter destaque no Grupo de Pesquisa. Assim, foi organizado, pelo referido grupo, no ano de 2002, um evento, no auditório da UNESP, campus de Marília, denominado “*A Informação nas Organizações Sociais: desafios em face de*

multiplicidade de enfoques”, com destaque a temáticas como: tecnologia, redes eletrônicas e gestão da informação. Vale lembrar que contamos com a participação de renomados nomes da área, que apresentaram conferências sobre temas que muito beneficiaram as pesquisas em andamento pelos membros do Grupo. Esse evento resultou na publicação de um CD-ROM que teve ampla distribuição. (ISBN 85.98176-01-X)

O despertar para os novos focos de pesquisa na área da informação, incluindo o uso de tecnologias, apresentava um enfoque multidisciplinar que mostrava a importância e o poder desse suporte, pois permitia por exemplo, a acessibilidade a informação com rapidez, independente de limites e fronteiras.

O Programa de Pós-Graduação da UNESP (PPGCI)

Com a implantação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, o destaque foi para a gestão. Fazer pesquisa na área de gestão era uma novidade. Em tempos de acirrada competição organizacional, era necessário prover recursos que subsidiassem o interesse e a importância da gestão da informação para as organizações. Há de se ressaltar, inclusive, que, nos cursos de Biblioteconomia existentes, a aceitação do papel de gestão ainda era restrito, pois prevalecia um pensamento preso às técnicas da profissão. A gestão competitiva e os processos decisórios provocaram mudanças nas informações e comunicações, gerando uma transformação, por meio das tecnologias, no conhecimento que se fazia necessário para a inovação e a competitividade das organizações e seu destaque nos mercados.

Para alcançar as novas abordagens que se revelavam no campo do conhecimento, fazia-se necessário fomentar estudos de cultura organizacional em prol do compartilhamento do conhecimento gerado naturalmente pelas pessoas.

A gestão do conhecimento e a cultura organizacional possuem estreita relação e são interdependentes. Lembro-me de uma frase de Moacir Reis *“a cultura é a nossa vida e o nosso oxigênio, a única coisa que pode mudar o mundo”* e isso me fez refletir sobre a significativa importância do estudo da cultura organizacional, que se torna uma ferramenta tanto para ser usada nas organizações, como para entender a sua dinâmica e as possíveis

atualizações de seus valores, possibilitando uma efetiva participação nos mercados e a busca por inovação.

O Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional (GICIO)

Com a integração de novos membros com larga experiência em gestão, no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, encerramos as atividades do Grupo de Pesquisa “Administração em Unidades de Informação” e propusemos um novo Grupo, mais adequado às propostas e necessidades de pesquisa que se faziam naquele momento. Assim, o Grupo de Pesquisa “*Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional*” foi criado com pesquisadores que, para além das temáticas de administração, atuavam em: Inteligência Competitiva Organizacional, Mediação da Informação, Competência em Informação, Cultura Organizacional e que, sobretudo, estavam interessados em construir conhecimento científico e modelos aplicados.

O novo grupo, tinha a missão de desenvolver pesquisa básica e aplicada, atividades de ensino e extensão, objetivando contribuir para a construção e consolidação da área da Ciência da Informação, com grande inserção no mundo acadêmico e, por meio de vários eventos, congressos e reuniões, foram produzindo variadas publicações, sendo que uma delas se destacou pela ampla repercussão, tornando-se uma obra tão requisitada, que foi realizada uma segunda edição. O livro “*Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional*” foi organizado pela professora Marta Lígia Pomim Valentim e apresentava temas que ofereciam ao leitor uma visão holística dos fundamentos da inteligência competitiva e da gestão da informação, das características da cultura organizacional, da comunicação organizacional e do monitoramento informacional.

Na continuidade dos trabalhos realizados pelo Grupo, a qualidade e a produtividade de pesquisa foram fundamentais para a inserção do PPGCI da Unesp no cenário brasileiro e no exterior, apresentando novos focos de pesquisa e novas tecnologias, provocando mudanças no pensar da gestão que vai ao encontro das necessidades da sociedade.

Novos Temas, novas abordagens: O Grupo de pesquisa GICIO em ação

Fechando o ciclo de um pensar nas evoluções dos temas que o grupo de pesquisa GICIO alcançou, minhas memórias me levam a perceber que o atual livro “*Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional: Novas abordagens*” reflete os desafios que a sociedade brasileira enfrenta em busca de um desenvolvimento social e econômico que nos leva a repensar o nosso Brasil.

Entendo que este novo momento do Grupo de Pesquisa, ao organizar esse novo livro, não o faz somente como uma reedição do anterior. Desde a publicação do CD-ROM e, posteriormente, o primeiro livro até o presente momento, ocorreram algumas importantes mudanças nas temáticas que acompanham o grupo, tanto do ponto de vista experimental, quanto do conceitual. No acompanhamento de tais mudanças, houve a necessidade de atentar e acolher os anseios da sociedade e este livro reflete a preocupação sempre constante dos pesquisadores do grupo, com olhar crítico e acuidade, nos 30 anos dedicados aos estudos desta importante área de pesquisa.

Aqui, nesta publicação, o leitor certamente encontrará conhecimentos relevantes e significativos para a importância da informação e a necessidade de abrir caminhos para os desafios que a sociedade brasileira enfrenta em busca de um desenvolvimento social e econômico.

Barbara Fadel

Apresentação

Informação, conhecimento e inteligência, são os pilares na estrutura das organizações, uma vez que: Ao se tratar de “informação”, podemos estar realizando a colocação da interpretação de dados, por meios de seus significados na relação com o contexto apresentado; o “conhecimento” compreende a informação obtida na trajetória dos indivíduos, quer seja por meio de estudos, práticas e aprendizados, ocasionando resultados para a sua execução; e a “inteligência” sendo a capacidade da integração e consequentemente da intersecção, do limiar e das trajetórias firmadas entre a informação e o conhecimento.

O livro *Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional: Novas abordagens*, tem por finalidade, apresentar as temáticas desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional (GICIO) por meio de estudos realizados, ao longo das trajetórias profissionais, de seus membros. O GICIO, tem em seu escopo, desenvolver pesquisa básica e aplicada, atividades de ensino e extensão, contribuindo para a construção e consolidação da área da Ciência da Informação.

Há 20 anos, o nosso grupo de pesquisa, lançava o seu primeiro volume intitulado: Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional e organizado pela Profa. Dra. *Marta Lígia Pomim Valentim*, idealizadora e líder do grupo entre os anos de 2004 e 2023. Naquela ocasião, a obra alcançou tamanha procura, que acabou tendo uma segunda edição.

Desde então, o grupo continuou se reunindo e seus membros produzindo textos que foram destaques em variados fóruns de pesquisa, eventos, artigos, inclusive coletâneas premiadas nacional e internacionalmente. Entretanto, todo o material produzido, não foi específico da organização do GICIO. Havia um interesse na continuidade de realização de uma outra obra do grupo, que pudesse reunir novamente em um único volume, as pesquisas de seus membros. Assim, neste ano, tivemos a iniciativa de realizar um outro volume, mas contendo novas abordagens.

Assim, temos a grata satisfação de apresentarmos, a concretização de nossos objetivos em congregar uma nova publicação do grupo de pesquisa GICIO.

O livro foi dividido em três partes, de acordo com as propostas das pesquisas realizadas por seus membros.

A **primeira parte do livro** denominada Pesquisa & Ciência da Informação, apresenta um levantamento das tendências de pesquisas realizadas na área da Ciência da Informação, por meio das temáticas identificadas pelas produções do Programa de Ciência da Informação da Unesp. Destacamos ainda estudos sobre o plágio e a antiética, a competência para citação de dados no contexto da ciência aberta e referente à metodologias e práticas organizacionais, apresentamos a pesquisa-ação.

Na **segunda parte do livro** – Informação & Sociedade, cuidamos de oferecer um conteúdo convergente entre tópicos relacionados à fenômenos que perpassam a necessidade de processos que valoram a melhoria de vida em sociedade, por meio da informação. Para tanto, a leitura abrange aspectos do direito enquanto uma emergência urbana para o acesso cidadão na sua completude de entendimento para as práticas de melhorias do cotidiano, os espaços de representação da mulher nas mais variadas esferas da sociedade e uma visão da informação ambiental e seus impactos no debate internacional.

A **terceira parte do livro** – Gestão na Contemporaneidade, integra processos e práticas do conhecimento nas ações das organizações em prol de resultados que possam apresentar a ciência como forma de gerar inovação e otimização de recursos. Abrimos um diálogo para a aplicação da inteligência artificial, da gestão de conhecimento em recursos humanos, das práticas informacionais para o enfrentamento à infodemia e a cultura informacional enquanto um olhar diferencial na diversidade do trabalho.

Esperamos que a leitura por meio dos conteúdos e das pesquisas aqui apresentadas, possam ser um diferencial e um celeiro para novos pensamentos e entendimentos sobre o contributo que a ciência pode gerar condizente ao desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e cognoscente que prospera a novos conhecimentos alcançando novas práticas rumo à excelência no cotidiano de suas populações.

Marília/SP, Junho de 2025

*Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
Rosangela Formentini Caldas*

Parte I

Pesquisa & Ciência da Informação

Tendências em pesquisas de Ciência da Informação: um estudo temático sobre as produções em Gestão, Mediação e Uso da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp no período de 2020 a 2024

Claudia Barbosa dos Santos de Souza

Irailton Melo Souza

Fábio Éder Cardoso

Taciana Maria Lemes de Luccas

1 INTRODUÇÃO

A produção acadêmica constitui um dos pilares fundamentais de sustentação e desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil. Ao longo das últimas décadas, programas de pós-graduação têm consolidado espaços de reflexão e inovação teórica e prática no campo, em especial nos temas que envolvem as dinâmicas sociais da informação. Neste contexto, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP)¹ – Marília destaca-se pela abrangência temática de suas pesquisas, pela contribuição contínua para o avanço da área e por sua excelência, reconhecida pelo conceito 7 (sete) atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) possui três linhas de pesquisa: Linha 1 – Informação e tecnologia; Linha 2 – Produção e Organização da Informação; Linha 3 – Gestão, Mediação e Uso da Informação (UNESP, 2025).

O presente estudo propõe uma análise sistemática das dissertações e teses defendidas no PPGCI-UNESP entre 2020 e 2024, com ênfase na produção vinculada à linha de pesquisa “Gestão, Mediação e Uso da Informação” (Linha 3). Esta linha concentra investigações que exploram as práticas informacionais, o acesso e o uso da informação, as políticas públicas e a mediação em distintos contextos sociais.

O recorte temático e temporal do trabalho justifica-se por duas razões principais. Em primeiro lugar, a intensificação das transformações sociais, políticas, culturais, tecnológicas e informacionais no período recente tendo impactado diretamente o campo da Ciência da Informação, o que se reflete nas temáticas desenvolvidas pelos pesquisadores do programa. Em segundo, observa-se uma demanda crescente por estudos que problematizem o papel da informação como elemento mediador nas relações sociais contemporâneas.

A delimitação do período de 2020 a 2024 permite observar as tendências mais recentes da produção, bem como identificar as lacunas e os movimentos temáticos em curso. Ainda que o recorte principal seja este, serão feitas referências pontuais à produção desde 2004, ano de início das atividades do programa, com o objetivo de ampliar a contextualização histórica da linha analisada.

O objetivo geral da pesquisa é mapear, sistematizar e analisar as temáticas predominantes na produção acadêmica vinculada à Linha 3 do PPGCI-UNESP, destacando tendências, lacunas e possíveis contribuições para o desenvolvimento do campo da Ciência da Informação. Objetivos específicos incluem: a) identificar os principais temas recorrentes nos resumos das teses e dissertações; b) observar a evolução quantitativa da produção por ano; c) relacionar as temáticas encontradas com as demandas sociais e científicas contemporâneas.

Este trabalho encontra respaldo em uma abordagem qualitativa, que combina métodos de análise estatística descritiva com técnicas de mineração textual. Para isso, foram utilizados métodos como a extração de palavras-chave, análise de tópicos (LDA) e visualização gráfica de dados. Os resumos das teses e dissertações constituem o corpus documental principal.

A estrutura deste trabalho compreende cinco seções principais. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, no qual se discutem os fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação (CI), as abordagens sobre mapeamentos temáticos e o papel do grupo de pesquisa “Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional (ICIO) no fortalecimento da linha analisada. Em seguida, detalha-se a metodologia adotada, com ênfase nas técnicas de análise de conteúdo e modelagem de tópicos. A seção de resultados e discussão expõe os principais achados quantitativos e qualitativos, e as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo, bem como suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Ciência da Informação se constitui como um campo interdisciplinar que busca compreender os fenômenos relacionados à informação em suas múltiplas dimensões: produção, organização, circulação, uso e impacto social. Seu desenvolvimento teórico e metodológico está intrinsecamente ligado aos contextos históricos, políticos e tecnológicos que moldam as formas de lidar com a informação ao longo do tempo.

Segundo Capurro (2003), o campo da Ciência da Informação caracteriza-se por sua abertura epistemológica, dialogando com áreas como Filosofia, Biblioteconomia, Comunicação, Computação, Administração e Ciências Sociais. Essa complexidade epistêmica permite abordar a informação não apenas como objeto técnico, mas como fenômeno social e cultural. Dessa forma, compreende-se a informação tanto em sua materialidade documental quanto em seu papel simbólico e mediador nas práticas humanas.

No Brasil, autores como Valentim e Belluzzo (2020) e Le Coadic (2004) defendem a consolidação de uma perspectiva crítica da Ciência da Informação, que vá além dos limites tecnicistas e se comprometa com as transformações sociais. Nesse contexto, a competência em informação

assume papel estratégico na mediação crítica entre sujeitos e seus contextos informacionais, reforçando o caráter emancipatório e formativo do campo. Essa abordagem implica reconhecer o papel da informação como um direito fundamental e como instrumento de cidadania, ampliando a atuação do campo em questões como inclusão informacional, políticas públicas e mediação do conhecimento.

O mapeamento temático da produção científica tem se mostrado uma estratégia eficaz para compreender a evolução do campo. Estudos como os de Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) demonstram que a análise das tendências na área da Ciência da Informação permite identificar a emergência de novos temas, a consolidação de abordagens e até mesmo a obsolescência de determinados enfoques. Os autores destacam, por exemplo, a crescente relevância de temas como competência informacional e midiática, alfabetização crítica, ética da informação e o papel das tecnologias digitais nos processos de acesso e mediação da informação, indicando um movimento de adaptação da área às transformações sociais e tecnológicas contemporâneas.

No contexto da pós-graduação brasileira, os programas da área da Ciência da Informação têm desempenhado papel central na constituição da agenda científica do campo. O PPGCI da UNESP Marília, criado em 2004, possui uma trajetória consolidada e diversificada, com três linhas de pesquisa que abrangem aspectos distintos e complementares da informação. Dentre essas, a linha “Gestão, Mediação e Uso da Informação” destaca-se por incorporar uma visão ampliada da informação como prática social e cultural.

A Linha 3 do programa busca investigar os modos pelos quais a informação é mobilizada em contextos sociais diversos, considerando seus processos de mediação, apropriação, circulação e uso. Temas como práticas informacionais, cultura informacional, políticas públicas, inclusão digital, mediação da leitura e formação de usuários são centrais nessa linha. Essa abordagem reconhece que a informação é inseparável das estruturas de poder, dos dispositivos de controle e das condições de acesso que a sociedade estabelece.

Segundo Castells (2009), vivemos em uma sociedade em rede na qual a informação ocupa papel estratégico na constituição das relações sociais e econômicas. Essa concepção é particularmente relevante para a linha 3, pois exige uma análise crítica dos fluxos informacionais, dos meios de mediação e das políticas que regulam o acesso e uso da informação. Assim, os estudos dessa linha têm potencial para contribuir com diagnósticos e propostas voltadas à democratização da informação e à justiça social.

Uma das contribuições mais significativas para o fortalecimento da Linha 3 no PPGCI-UNESP vem do Grupo de Pesquisa “Informação, Conhecimento e Inovação Organizacional (ICIO)”, que tem atuado de maneira ativa na formação de pesquisadores e na articulação de projetos interdisciplinares. O grupo reúne docentes, discentes e pesquisadores que compartilham o interesse pelas dinâmicas informacionais nas organizações e nas políticas públicas, com ênfase na gestão da informação e do conhecimento.

O grupo ICIO se destaca também pela produção voltada à avaliação da inovação, ao uso de dados abertos, à relação entre ciência e sociedade e à aplicação de tecnologias de informação na gestão pública. As pesquisas desenvolvidas no grupo abordam, por exemplo, o uso de dados para prevenção de crimes, a governança informacional em ambientes públicos e o papel da inteligência artificial na produção acadêmica, demonstrando a interface entre tecnologia e mediação.

Conforme discutem Vieira e Araújo (2024), os sistemas de inteligência artificial, como os *chatbots*, revelam diferentes níveis de acessibilidade informacional e desempenham papel estratégico no enfrentamento das desigualdades no acesso à informação. Essa perspectiva reforça o compromisso da Linha 3 com um desenvolvimento do conhecimento socialmente referenciado, voltado à mediação crítica e ao uso ético das tecnologias informacionais em contextos comunitários e institucionais. Além disso, o grupo ICIO tem desempenhado papel importante na formação de redes de colaboração com outras instituições nacionais e internacionais, o que amplia a circulação dos saberes produzidos no programa. A internacionalização da pesquisa é um dos eixos estratégicos da pós-graduação brasileira

e tem sido incentivada por agências como CAPES e CNPq, sendo que o ICIO tem conseguido se posicionar nesse cenário de forma qualificada.

Assim, a análise da produção acadêmica da linha 3 do PPGCI-UNESP não se limita a um exercício de diagnóstico estatístico, mas representa também uma oportunidade de refletir sobre o lugar da informação nas transformações contemporâneas. Ao investigar o que se tem produzido, sobre quais temas e com quais abordagens, busca-se contribuir para o fortalecimento crítico e inovador da área.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter documental e bibliográfico. Adota-se uma abordagem exploratória e descritiva, orientada pela análise de conteúdos extraídos de documentos acadêmicos publicados entre os anos de 2020 e 2024 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, campus de Marília. A escolha metodológica combina o rigor da análise estatística com a interpretação qualitativa, permitindo tanto a identificação de padrões temáticos quanto a compreensão das nuances discursivas da produção acadêmica.

A pesquisa documental, segundo Cellard (2008), constitui-se na análise sistemática de registros que não foram produzidos com a finalidade explícita de pesquisa, mas que oferecem dados valiosos para investigações científicas. No caso em questão, os documentos analisados foram as dissertações e teses defendidas no programa, disponíveis no repositório institucional da UNESP. Trata-se, portanto, de um corpus composto por produções textuais científicas finalizadas e submetidas à avaliação acadêmica, o que confere confiabilidade e representatividade ao material.

A delimitação do corpus teve como critério central a vinculação dos trabalhos à linha de pesquisa “Gestão, Mediação e Uso da Informação”, identificada oficialmente como Linha 3 do programa. Essa escolha justifica-se pela relevância dessa linha na problematização das práticas sociais da

informação, bem como por seu alinhamento com as transformações sociais e tecnológicas contemporâneas. Embora o recorte principal contemple o período de 2020 a 2024, foram consideradas referências desde o ano de 2004, início do funcionamento do PPGCI, com o objetivo de contextualizar a trajetória da linha.

O repositório institucional da UNESP foi a fonte primária de dados. A coleta dos documentos foi realizada manualmente, a partir da identificação dos trabalhos defendidos entre os anos delimitados. Foram extraídas as seguintes informações: título, resumo, ano de defesa e tipo de trabalho (tese ou dissertação). Essas informações foram organizadas em uma planilha eletrônica e, posteriormente, submetidas a procedimentos de análise textual e estatística.

A técnica central foi a análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), combinada com métodos automatizados de mineração de texto. Inicialmente, foi realizada uma leitura flutuante dos resumos, seguida da identificação de palavras-chave e termos recorrentes por meio de vetorização e uso de frequência de palavras. Em seguida, aplicou-se o modelo *Latent Dirichlet Allocation* (LDA), uma técnica de aprendizado de máquina não supervisionado utilizada para descobrir tópicos latentes em grandes conjuntos de documentos.

A *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) é uma técnica probabilística amplamente utilizada na modelagem de tópicos em grandes volumes de texto, sendo particularmente útil para identificar temas latentes em corpus de dados não estruturados. Conforme descrito por Blei, Ng e Jordan (2003), a LDA assume que cada documento é uma mistura de tópicos e que cada tópico é uma distribuição sobre palavras.

No contexto desta pesquisa, a aplicação da LDA permitiu agrupar os documentos acadêmicos em conjuntos temáticos coerentes, revelando padrões semânticos que não seriam facilmente detectados por análise manual. Os dados textuais foram processados com o auxílio da biblioteca *Scikit-Learn*, em ambiente *Python*, que possibilita a aplicação de modelos de vetorização, análise TF-IDF (*Term Frequency-Inverse Document Frequency*) e modelagem de tópicos. Além disso, foi gerada uma nuvem de palavras a

partir dos resumos para visualizar graficamente os termos mais recorrentes, e gráficos de barras foram utilizados para a distribuição temporal e temática de produção.

Para fins de interpretação e validação dos temas extraídos, foi adotado um procedimento de leitura crítica dos tópicos gerados automaticamente, associando-os a descritores já consolidados na literatura da Ciência da Informação. Essa triangulação metodológica garantiu maior consistência analítica, ao evitar dependência exclusiva de critérios técnicos automatizados.

A análise também considerou a distribuição dos trabalhos por tipo (tese ou dissertação) e por ano, com o objetivo de identificar padrões e tendências longitudinais. A abordagem qualitativa, nesse caso, permitiu observar o volume de produção, enfatizando a concentração de determinados temas e possíveis descontinuidades temáticas ao longo do tempo.

Por fim, os resultados foram sistematizados em tabelas e gráficos que representam as temáticas predominantes, a frequência de termos relevantes e a associação dos tópicos com os eixos teóricos da Linha 3. Esses achados são discutidos à luz do referencial teórico apresentado anteriormente, com o intuito de compreender a contribuição da produção analisada para o campo da Ciência da Informação e para o próprio PPGCI-UNESP.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou um panorama amplo e diversificado da produção vinculada à linha de pesquisa “Gestão, Mediação e Uso da Informação” do PPGCI-UNESP, especialmente no recorte temporal de 2020 a 2024. A partir da extração dos títulos e resumos, foram identificadas tendências temáticas, recorrências de conceitos e lacunas que permitem reflexões aprofundadas sobre os rumos da pesquisa na área.

Em termos quantitativos, observou-se uma constância na produção acadêmica ao longo do quinquênio, mesmo com as adversidades impostas pelo cenário da pandemia de COVID-19 a partir de 2020. Esse dado é

indicativo de que o programa manteve sua vitalidade científica, assegurando a continuidade das pesquisas, muitas das quais trataram, inclusive, dos efeitos informacionais da pandemia na sociedade.

O primeiro nível de análise foi baseado na frequência de termos e expressões extraídas dos resumos. Termos como “informação”, “uso”, “mediação”, “conhecimento”, “acesso”, “práticas informacionais”, “políticas públicas”, “inclusão digital” e “comunidade” apareceram de forma recorrente, o que evidencia a aderência da produção aos eixos centrais da linha 3. Esses termos foram visualizados por meio de nuvem de palavras, conforme ilustra a figura 01, permitindo identificar visualmente os focos semânticos mais densos.

Figura 1 – Nuvem de palavras com os termos mais recorrentes



Fonte: Autores (2025)

A nuvem de palavras destaca os principais termos e expressões recorrentes nos resumos das dissertações e teses vinculadas à Linha 3 do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP – Marília. A predominância da palavra “informação” é esperada, dado o foco do campo, mas é complementada por termos como “uso”, “mediação” e “conhecimento”, que evidenciam o interesse recorrente pelas dinâmicas de apropriação e circulação da informação em contextos sociais diversos.

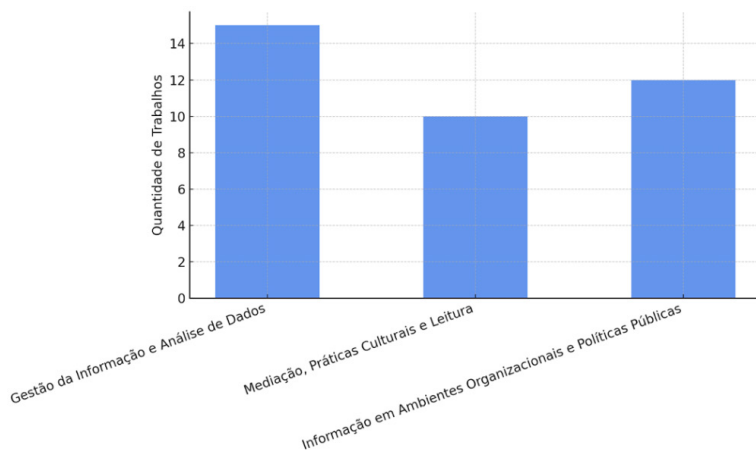
A presença de expressões como “práticas informacionais” e “comunidade” indica a ênfase em estudos empíricos voltados à observação de comportamentos informacionais em ambientes específicos. Já os termos “políticas públicas” e “inclusão digital” apontam para uma dimensão crítica e social da pesquisa, voltada para a equidade no acesso à informação e à tecnologia. Essa configuração lexical reafirma o compromisso epistemológico da linha com a mediação da informação em contextos marcados por desigualdades e pela necessidade de intervenção social informada.

Com o uso do modelo LDA (*Latent Dirichlet Allocation*), técnica de modelagem de tópicos amplamente utilizada na análise de grandes volumes de texto, os resumos foram agrupados em três grandes tópicos. O LDA parte do princípio de que cada documento é composto por uma combinação de tópicos latentes, e que cada tópico é definido por um conjunto de palavras com alta probabilidade de ocorrência conjunta. Essa abordagem permite identificar padrões semânticos recorrentes e extrair estruturas temáticas ocultas nos textos analisados.

O primeiro tópico reuniu trabalhos com ênfase em gestão da informação e análise de dados aplicados a contextos sociais. O segundo agregou produções voltadas à mediação, práticas culturais e leitura. O terceiro contemplou temas relacionados à informação em ambientes organizacionais e comunitários, com foco em inclusão informacional e políticas públicas.

O tópico que concentrou a maioria das dissertações e teses foi o da gestão e análise da informação, conforme ilustra a Figura 02. Isso indica que a Linha 3 tem incorporado discussões oriundas da administração pública, da ciência de dados e da gestão do conhecimento, alinhando-se a tendências contemporâneas que valorizam a análise crítica da informação para apoio à tomada de decisão.

Figura 2 – Distribuição temática por Tópico (Modelagem LDA)



Fonte: Autores (2025)

Entre os trabalhos analisados, muitos discutem a informação como instrumento de cidadania e como direito social, alinhando-se à perspectiva defendida por Costa e Farias (2019), para quem a informação mediada favorece processos de transformação social, especialmente em contextos de mediação cultural e comunitária. Essa abordagem aparece em pesquisas sobre políticas de acesso à informação, gestão documental no setor público e inclusão digital em comunidades vulneráveis.

A segunda tendência identificada refere-se às práticas de mediação informacional em ambientes educativos e culturais. Há uma significativa quantidade de estudos que investigam a atuação de bibliotecas públicas, escolares e comunitárias como espaços de mediação do saber. Essas pesquisas resgatam a importância da leitura, da formação de leitores e da construção da autonomia informacional dos sujeitos.

Autores como Freire (1996) e Chartier (1990) são frequentemente citados nesses trabalhos, o que denota uma inspiração nas abordagens críticas e socioculturais da informação. O conceito de mediação, nesse contexto, é expandido para além da transmissão de conteúdos, sendo compreendido como processo dialógico e emancipador.

A terceira linha temática refere-se ao uso da informação em políticas públicas. Dissertações e teses investigaram a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), os desafios da transparência na administração pública, os portais de dados abertos e o papel das tecnologias de informação na prestação de contas à sociedade. Esses estudos mostram a interseção entre informação, governança e cidadania, destacando a importância da gestão informacional para a efetivação dos direitos sociais.

Embora a análise tenha evidenciado uma boa diversidade temática, também foi possível identificar lacunas. A presença de termos relacionados à ética da informação, inteligência artificial, desinformação, algoritmos e vigilância informacional foi pouco significativa. Considerando o contexto atual, em que a sociedade é impactada intensamente por essas temáticas, a ausência de maior número de estudos nesses campos indica uma oportunidade de aprofundamento.

Outro ponto relevante diz respeito à distribuição entre teses e dissertações. Observou-se que os trabalhos de mestrado apresentaram maior variedade temática e exploraram com mais frequência questões relacionadas à cultura informacional e mediação da leitura. Já as teses, em sua maioria, concentraram-se em tópicos voltados à gestão informacional e análise de sistemas. Isso pode evidenciar uma especialização dos doutorados em problemáticas mais aplicadas, mas também pode sugerir uma menor inserção de abordagens críticas e socioculturais no nível de doutoramento.

Os trabalhos vinculados ao grupo ICIO apresentaram coerência temática com a proposta da Linha 3. Muitos deles dialogam diretamente com a gestão do conhecimento em organizações públicas e com o uso de dados informacionais para inovação social. Ademais, o ICIO também tem promovido discussões sobre avaliação da inovação, indicadores informacionais e inteligência organizacional, expandindo os limites da linha 3 para temas de alta complexidade contemporânea.

Constatou-se que a linha 3 tem sido um campo fértil para pesquisas que promovem articulação entre teoria e prática. Vários trabalhos analisados apresentaram estudos de caso em instituições públicas, escolas, bibliotecas, organizações sociais e comunidades periféricas. Essa conexão com o

mundo real é um diferencial da linha, reforçando seu compromisso com a transformação social.

Observa-se ainda a presença frequente da expressão “formação de usuários”, o que evidencia o interesse continuado da linha por práticas educativas voltadas ao desenvolvimento de competências informacionais. Este conceito, embora presente desde os primórdios da área, ganha novos contornos nos trabalhos recentes. Os resumos indicam uma preocupação em formar sujeitos críticos, capazes de lidar com o volume e a complexidade informacional do presente, o que se aproxima das propostas de literacia informacional defendidas por Pinto, Cordón e Gómez (2010).

A presença de estudos sobre memória, identidades e acervos também foi verificada. Nesses casos, a abordagem da informação articula-se com a história oral, a construção de narrativas coletivas e a preservação de saberes locais. Tais pesquisas ampliam a visão da informação como fenômeno vivo, dinâmico e situado socialmente.

O uso da tecnologia, embora presente, aparece frequentemente como instrumento e não como objeto central de investigação. Poucos trabalhos problematizaram criticamente os impactos dos sistemas informacionais nas dinâmicas de exclusão, vigilância ou reprodução de desigualdades. Isso sugere que a linha 3 ainda pode avançar em pesquisas mais densas sobre ética digital, regulação de algoritmos e justiça informacional.

Também foi identificado um conjunto de dissertações e teses que abordam a mediação informacional em tempos de crise. A pandemia de COVID-19, por exemplo, estimulou pesquisas sobre o papel das instituições de informação no combate à desinformação e na promoção da saúde informacional. Esses estudos demonstram a relevância da linha 3 em momentos críticos, nos quais a informação se torna questão de vida ou morte.

A análise longitudinal apontou que a Linha 3 tem consolidado suas áreas de interesse, mas ainda há espaço para renovação. As tendências mais antigas, como mediação da leitura e formação de usuários, seguem presentes. Contudo, as temáticas emergentes², como dados abertos, in-

² Entendemos como “temáticas emergentes” aquelas consideradas em evidência e em ascensão, seja por questões sociais, políticas, culturais e principalmente informacionais, que no âmbito da Ciência da Informação visam análise de seus fluxos, implicações e até mesmo possível proposição de soluções.

clusão informacional algorítmica e inteligência artificial ética, ainda são pouco exploradas.

De modo geral, a linha 3 do PPGCI-UNESP, por meio dos seus grupos de pesquisa, apresenta uma produção acadêmica robusta, crítica e conectada às transformações sociais. Seus trabalhos demonstram preocupação com a realidade brasileira, com a promoção da cidadania informacional e com a formação de sujeitos capazes de compreender, usar e transformar a informação em diferentes contextos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho evidenciou a riqueza e a complexidade temática da produção científica vinculada à linha “Gestão, Mediação e Uso da Informação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP – Marília. Ao investigar o conteúdo de dissertações e teses defendidas entre os anos de 2020 e 2024, foi possível mapear tendências, identificar recorrências e sinalizar lacunas na abordagem dos fenômenos informacionais contemporâneos.

Uma das principais constatações foi o predomínio de três grandes eixos temáticos nos resumos analisados: gestão informacional em contextos organizacionais, mediação cultural e formação de leitores, e políticas públicas de acesso à informação. Esses temas demonstram a diversidade de objetos e métodos que compõem o escopo da linha 3, além de evidenciar o seu potencial de diálogo com outras áreas do conhecimento.

Constatou-se, também, que a produção acadêmica da linha tem buscado, em grande parte, uma conexão entre teoria e prática. Muitos trabalhos propõem soluções para problemas reais, realizam diagnósticos em instituições específicas ou avaliam políticas públicas. Isso revela uma postura de engajamento social e de compromisso com a aplicabilidade do conhecimento produzido, o que está em consonância com os princípios da Ciência da Informação como campo interdisciplinar e interventivo.

Outro aspecto relevante é a manutenção de temas clássicos da área, como a mediação da leitura, a formação de usuários e a atuação de bibliotecas públicas e escolares. Esses temas, embora já consolidados, são revisitados à luz de novos contextos e desafios, como a pandemia, a digitalização de acervos, as práticas de leitura em ambientes digitais e a cultura da desinformação.

A pesquisa também apontou algumas lacunas que merecem atenção. Apesar de vivermos em uma era marcada pela ubiquidade da informação e pela intensificação dos fluxos digitais, poucos trabalhos abordaram diretamente os impactos da inteligência artificial, dos algoritmos ou das plataformas digitais no uso e mediação da informação. Essas temáticas, amplamente discutidas em foros internacionais (Floridi, 2010; O'Neil, 2016), ainda carecem de maior presença na produção local.

Além disso, a questão da ética informacional, embora tangenciada em alguns trabalhos, não apareceu como tema central em nenhuma das dissertações ou teses analisadas. Em tempos de vigilância algorítmica, vazamentos de dados e manipulação da informação, esse é um campo que demanda atenção urgente por parte dos pesquisadores da área.

No que tange ao uso de métodos e abordagens, verificou-se um predomínio de estudos qualitativos com base em análise de conteúdo, entrevistas e estudos de caso. Esse perfil metodológico é coerente com os objetos investigados, que frequentemente exigem compreensão profunda de práticas e contextos. Contudo, a ampliação do uso de métodos mistos, bem como a incorporação de abordagens computacionais, como mineração de dados e análise de redes, pode enriquecer ainda mais as investigações futuras.

A atuação do grupo de pesquisa ICIO também se destacou como força propulsora de parte significativa da produção na Linha 3. O grupo tem contribuído para a inserção de temas inovadores, como a análise de dados abertos, o uso de inteligência artificial na avaliação da produção científica e a gestão da informação em políticas públicas. Essa contribuição evidencia o papel dos grupos de pesquisa na consolidação temática e metodológica da pós-graduação.

A internacionalização ainda é um desafio a ser ampliado. Embora haja referências pontuais a autores estrangeiros e aproximações teóricas com correntes internacionais, poucos trabalhos indicaram vinculação direta com redes globais de pesquisa ou com projetos em parceria internacional. Fortalecer essas conexões é fundamental para posicionar o programa em um cenário científico globalizado e dinâmico.

Com base nos achados deste trabalho, sugere-se que o PPGCI-UNESP possa considerar o fortalecimento da Linha 3 em torno de quatro direções principais. A primeira é o incentivo à problematização crítica das tecnologias informacionais contemporâneas, especialmente no que tange aos algoritmos, à ética da IA e aos sistemas de recomendação. A segunda é o estímulo à pesquisa sobre desinformação e literacia midiática, temas urgentes frente aos desafios democráticos atuais.

A terceira direção seria o reforço da interdisciplinaridade, buscando parcerias com áreas como Direito, Ciência Política, Saúde Coletiva, Comunicação e Computação. Tais interfaces podem ampliar o escopo da linha e proporcionar abordagens mais complexas e integradas. A quarta e última recomendação é o fortalecimento da articulação com políticas públicas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, ampliando o impacto da produção acadêmica sobre a realidade concreta.

Do ponto de vista metodológico, recomenda-se a continuidade do uso de técnicas como LDA, TF-IDF e visualização de dados em futuras análises de tendência, além da adoção de ferramentas de ciência aberta e reprodutibilidade. Essas práticas não apenas ampliam a robustez analítica, como também contribuem para a transparência e compartilhamento dos achados científicos, conforme orientações de organismos como a UNESCO (2021).

O presente estudo possui algumas limitações. A principal delas diz respeito ao foco exclusivo nos resumos dos trabalhos, o que, embora eficiente para mapeamentos iniciais, não substitui a leitura integral das dissertações e teses. Futuras pesquisas podem se beneficiar de análises mais aprofundadas dos textos completos, especialmente das introduções e capítulos de fundamentação teórica. Além disso, a classificação automatizada dos

tópicos, embora metodologicamente consistente, depende da qualidade da redação dos resumos, o que pode interferir nos agrupamentos temáticos.

Ainda assim, os resultados aqui apresentados oferecem subsídios relevantes para a avaliação da produção científica da Linha 3, permitindo identificar padrões, destacar contribuições e propor caminhos para o futuro. Trata-se de uma análise que combina rigor técnico com sensibilidade crítica, respeitando a pluralidade epistemológica que caracteriza a Ciência da Informação.

Ao concluir este trabalho, reitera-se a importância da linha “Gestão, Mediação e Uso da Informação” como espaço privilegiado para o enfrentamento dos grandes desafios informacionais do presente. Ao investigar os modos como os sujeitos produzem, acessam, compartilham e se apropriam da informação, essa linha contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e informada.

Nesse sentido, é fundamental que o PPGCI-UNESP continue a investir no fortalecimento dessa linha, ampliando sua visibilidade, estimulando sua renovação temática e incentivando a produção de conhecimento socialmente engajado. A produção analisada neste estudo demonstra que há solidez teórica, compromisso ético e capacidade de inovação no interior da linha, o que constitui um ativo valioso para o programa como um todo.

Este trabalho, ao mapear a produção acadêmica recente da Linha 3, pretendeu não apenas oferecer um diagnóstico, mas principalmente provocar reflexões, inspirar novos projetos e colaborar para a consolidação de uma ciência informacional crítica, plural e socialmente relevante.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BLEI, David M.; NG, Andrew Y.; JORDAN, Michael I. Latent dirichlet allocation. **Journal of Machine Learning Research**, v. 3, p. 993–1022, 2003. Disponível em: <https://www.jmlr.org/papers/volume3/blei03a/blei03a.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/111370749/Capurro-Epistemologia-e-Ciencia-Da-Informacao>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1. A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CELLARD, André. A análise documental. *In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1990.

COSTA, Rosiane da Silva; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Informação mediada como instrumento de transformação social. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 361-384, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8873>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FLORIDI, Luciano. **Information: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. New York: Crown Publishing Group, 2016.

PINTO, Maria; CORDÓN, José Antonio; GÓMEZ DÍAZ, Raquel. Thirty years of information literacy (1977-2007): a terminological, conceptual and statistical analysis. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 42, n. 1, p. 3-19, Mar. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0961000609345091>. Acesso em: 10 jun. 2025.

UNESP. Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Linhas de pesquisa**. 28 maio 2025. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/programa/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

UNESCO. UNESCO recommendation on open science. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949>. Acesso em: 7 jun. 2025.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; BELLUZZO, Regina Célia Baptista (org.). **Perspectivas em competência em informação**. São Paulo: ABECIN Editora, 2020.

VIEIRA, Rosiene Marques; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Chatbots em perspectivas: mapeando a (in)acessibilidade informacional digital. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 6., Maceió, 2024. **Anais eletrônicos [...]**. Maceió: UFAL, 2024. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/178/254>. Acesso em: 10 jun. 2025.

O plágio e a antiética: combatendo a desonestidade acadêmica

Rafaela Carolina da Silva

1 INTRODUÇÃO

Com as transformações da sociedade e, consequentemente, a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano das populações, o acesso à informação se proliferou, facilitando o dia a dia das pesquisas acadêmicas, ao passo em que o conhecimento passou a ser compartilhado em infinitas redes e plataformas. As publicações de acesso aberto e a internet, que visam ampliar a visibilidade dos conteúdos de autorias variadas, são exemplos dessa rede de partilha de conhecimento.

Assim como em todos os espaços de vivência, em prol do bem comum, é preciso que o ser humano tenha condutas éticas, que não firam a moral do outro e que preservem a integridade física e intelectual dos indivíduos nesses ambientes. Mas o que é ser ético?

De acordo com Clotet (2003, p. 185), a ética é uma filosofia moral que consiste no “estudo da conduta humana na medida em que ela pode ser chamada de boa ou má”. A ética é uma ação que “[...] todo ser racional deve fazer” (Chauí, 1995, p. 345). Em face da racionalidade, é atemporal, mas válida diversificadamente em diferentes contextos histórico-sociais.

O “[...] respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (Freire, 2011, p. 58). Logo, quando alguém se apropria do conhecimento de outrem e o toma como se fosse seu, copiando-o sem dar os devidos créditos ao autor, está tomando uma atitude antiética, uma conduta não adequada, má, passível de punição jurídica. Trata-se do plágio.

O combate ao plágio é um objeto de estudo para a Ciência da Informação, uma vez que promove a credibilidade da comunidade científica e a honestidade intelectual. Ao combater o plágio promove-se a originalidade na produção de conhecimento, o que é essencial para o avanço científico (Alves, Casarin, Fernandéz-Molina, 2016).

O objetivo deste estudo é refletir sobre a prática antiética do plágio, suas tipologias e possibilidades de combate em âmbitos nacional e internacional. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, além da análise documental de leis brasileiras de direito autoral, recorrendo-se considerações acerca do assunto.

A prática do plágio não é nova. Conforme McCormick (1989), a história do plágio remonta à época da escravatura, em que o plagiador era o indivíduo que roubava e escravizava pessoas livres. No século V a.C, em Roma, no contexto dos concursos públicos de poesia, ocorreram casos de plágio, uma vez que alguns participantes foram acusados de copiarem textos da Biblioteca de Alexandria (Mateus; Silva; Silva, 2020). O termo deriva de “*plagiarius*, sequestrar e significa quebrar uma conexão entre o autor e a obra” (Krokosc, 2014, p. 55, grifo do autor).

O plágio é caracterizado pela apropriação inadequada de ideias, palavras e frases, sem devida referência. A sua complexidade decorre das dificuldades para identificar e qualificar o plágio, bem como a falta de punição para os contestados. Essas premissas prejudicam a sua inibição e, portanto, a decorrência de uma honestidade acadêmica.

Para manter a ética no âmbito acadêmico e de produção de conteúdo, existe o Direito Autoral, que teve a sua primeira lei, a *Copyright Act*, promulgada em 1710, na Inglaterra, de modo a proteger obras literárias a partir da criação da imprensa de Gutenberg. Daí surge a expressão que utilizamos até os dias de hoje: *copyright*.

No Brasil, a primeira lei referencial ao Direito Autoral data de 1827, doravante a criação do curso de Ciências Jurídicas, em São Paulo, e de Sociais, em Olinda (Moraes, 2003). Especificamente em 1988 foi criada a Lei n. 496, denominada Medeiros e Albuquerque. Em 1916, o Direito Autoral se tornou disciplina do Código Civil e, atualmente, existe a Lei n. 9.610, que entrou em vigor em 1998.

2 CONTEXTUALIZANDO O PLÁGIO: UMA ABORDAGEM PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Na literatura, o plágio é descrito como fraude intelectual, estupro intelectual e pirataria literária (Posner, 2007; Sutherland-Smith, 2008). “[...] É uma apropriação indevida de criação literária, que viola o direito de reconhecimento do autor e a expectativa de ineditismo do leitor” (Diniz; Munhoz, 2011, p. 14).

Para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2011), o plágio consiste na apresentação de resultados ou conclusões obtidas pelos estudos de outro autor, como se fossem de autoria do copista, sejam eles como textos integrais ou de parte substanciais. Para mais das cópias de textos já publicados, “comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados obtidos de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor, ou assemelhado” (CNPq, 2011).

Como destaca a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2011, p. 10), o plágio define a utilização de ideias “[...] ou formulações verbais, orais ou escritas, de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria”.

Mesmo que não se trate de uma cópia fidedigna do texto original, mas de uma transcrição escrita por sinônimos (paródia) ou de maneira diferente (paráfrase), pode ocorrer o plágio se a fonte original não for apresentada. A mudança na forma de apresentação de um conteúdo é insufi-

ciente para caracterizar originalidade, já que “[...] na essência, a ideia que é explicitada com outras palavras apenas transmite a mensagem de um jeito diferente, mas o conteúdo é o mesmo” (Krokosz, 2012, p. 43).

Podemos dizer que plágio é a imitação fraudulenta de uma obra, protegida pela lei autoral, ocorrendo verdadeiro atentado aos direitos morais do autor: tanto à paternidade quanto à integridade de sua criação. Não é exagero adjetivar o plagiário como malicioso, disfarçado, astuto, hábil, dissimulado. O plagiador (ou plagiário) costuma não confessar o ilícito. Por isso, empenha-se em disfarçar o assalto, evitando deixar vestígios. (Moraes, 2003, p. 5).

Segundo Wachowicz e Costa (2016, p. 42-43), “falsificar monografias, teses, artigos, livros, trabalhos, provas ou outras tantas formas de expressão de pesquisa acadêmica parece ser o âmbito típico do plágio”. Para o autor, um plagiador se beneficia das vantagens de participar da comunidade acadêmica, mas não contribui para com a sua legitimidade. Do contrário, a ameaça, pois está preocupado em obter vantagens para si.

A expropriação do texto de outro autor e a apresentação desse texto como sendo de cunho próprio caracterizam plágio e, segundo a Lei de Direitos Autorais, 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, é considerada violação grave à propriedade intelectual e aos direitos autorais, além de agredir frontalmente a ética e ofender a moral acadêmica (Fonseca, 2004).

No Brasil, o plágio é considerado crime quando praticado com obras que possuem direito autoral e concordante com a Lei expressa acima. A prática viola o direito autoral do autor e está descrita no artigo 184 do Código Penal, que “[...] impõe a pena de três meses a um ano de prisão, ou multa, uma vez que ferem os direitos morais e patrimoniais do legítimo autor da obra” (Krokosz, 2014, p. 36).

De qualquer modo, todo tipo de plágio repercute negativamente na identidade individual do autor e caracteriza uma ação antiética. “No caso de não haver direitos autorais envolvidos, o principal dano do plágio é

moral: há uma identidade entre criador e criatura que o plagiador covardemente rompe” (Diniz; Munhoz, 2011, p. 23).

As causas do plágio podem estar ligadas, como afirmam Austin e Brown (1999), Stebelman (1998) e Gibelman, Gelman e Fast (1999), às páginas que vendem trabalhos acadêmicos prontos, disponíveis na internet; ao não saber parafrasear (Eco, 1994); à não valorização do autor em relação ao seu trabalho, no que diz respeito ao merecimento de proteção intelectual (Wood, 2004); à incapacidade de análise crítica das informações acessadas na internet (Graham; Metaxas, 2003); à falta de conscientização do plágio nos ensinos fundamental e médio (Garschagen, 2006); à facilidade de acesso a programas de tradução (Stebelman, 1998); e ao desconhecimento das regulamentações existentes (Austin; Brown, 1999). Essas ações colocam os sujeitos em consonância com práticas equivocadas de construção e partilha de conhecimentos, culminando no plágio.

A Ciência da Informação, como área que tem por objeto o fenômeno informação, gerindo os seus meios e canais de processamento, disseminação, uso e reuso da informação, “não pode, portanto, somente enfatizar ou sequer restringir-se à punição do plágio, precisando de focar-se na promoção dos comportamentos desejáveis” (Terra; Moreira; Gomes, 2021, p. 748). A intervenção de profissionais da informação, com sugestões, análises e práticas para fomentar o respeito aos princípios de autoria, privacidade, responsabilidade social alicerça a dimensão ética, conscientizando sobre razões intencionais de plágio.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa e do tipo descritivo. A pesquisa qualitativa parte da observação do mundo real e de teorias que podem já existirem ou surgirem durante a própria pesquisa; depende de fatores como a natureza dos dados coletados, extensão da amostra e os pressupostos teóricos que norteiam a investigação (Gil, 2002). De acordo com Chizzotti (2006): “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair des-

se convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. A pesquisa descritiva objetiva descrever características de determinada população ou fenômeno. Com base em Gil (2002), este estudo foi caracterizado como descritivo pelo objetivo de identificar os tipos de plágios e a suas possibilidades de combate.

Para a etapa de coleta de dados, optou-se por uma revisão de literatura sobre a temática em bases de dados de abrangências nacional e internacional, que indexam uma ampla gama de artigos científicos, auxiliando na propagação da informação científica. Realizou-se a busca pelos termos “plágio”, “direito autoral”, “*plagiarism*” e “*copyright*” na *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, sem nenhuma delimitação e/ou exclusão. Os termos também foram buscados no plural, considerando que as bases fazem diferenciação entre plural e singular. O Quadro 1 sintetiza o protocolo de revisão de literatura utilizado no estudo.

Quadro 1 - Protocolo Revisão de Literatura

Objetivo	Refletir sobre a prática antiética do plágio, suas tipologias e possibilidades de combate em âmbitos nacional em internacional.	
Fontes de Informação	<i>Web of Science</i> , <i>Scopus</i> e <i>Google Scholar</i>	
Período	Todo o período coberto pelas fontes de informação supracitadas.	
Critério de inclusão	Artigos acadêmicos que tratam sobre “plágio” e “direito autoral”. Artigos em português e inglês.	
Critério de exclusão	Outros tipos de documento que não fossem artigos acadêmicos. Artigos em outros idiomas.	
Palavras-chave	“Plágio” “Plágios” “Direito autoral” “Direitos autorais”	“ <i>Plagiarism</i> ” “ <i>Copyright</i> ”
Estratégias de busca	Os termos foram, a <i>priori</i> , pesquisados de maneira individual em cada base de dados; a <i>posteriori</i> , utilizou-se os operadores booleanos da seguinte maneira: “plágio” AND “direito autoral”, “plágio” OR “plágios”, “ <i>plagiarism</i> ” AND “ <i>copyright</i> ”. Nas bases de dados <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i> utilizou-se, também, o filtro por tipo de documento, optando por “revistas acadêmicas”.	

Fonte: Elaboração própria (2025).

4 TIPOS DE PLÁGIO

Como destacam Sanchez e Innarelli (2012), existem quatro tipos de plágio, ou seja, o autoplágio, autoria fantasma, plágio literário e plágios de conteúdo. No autoplágio, o autor apresenta, de uma maneira diversa do original, o seu próprio trabalho, sem referenciá-lo. Na autoria fantasma, sujeitos que não participaram efetivamente da condução do trabalho são inseridos como autores, recebendo as mesmas recompensas dos que conduziram a publicação.

Os plágios literários são caracterizados pela cópia integral, ou parcial, de textos, com a substituição de palavras. Já nos plágios de conteúdo as ideias originais de autores são apresentadas sem reconhecimento da origem (Sanchez; Innarelli, 2012).

De acordo com Krokosz (2012), o plágio integral ou direto ocorre quando há cópia, palavra por palavra, de uma ideia ou texto de outro autor, sem identificação da fonte original. O plágio consentido (conluio) é concebido quando trabalhos cedidos por outras pessoas como fonte de leitura são representados como sendo próprios. O conluio se estende à esfera comercial, com a compra de trabalhos acadêmicos. O plágio indireto se refere ao plágio literário de Sanchez e Innarelli (2012), que pode ocorrer de maneira intencional ou não.

O plágio mosaico reproduz fragmentos de diferentes fontes de informação, misturadas em frases, parágrafos e conjunções, a fim de dar sentido para o texto. O plágio de fontes expressa o uso de frases de efeito elaboradas por outros indivíduos ou de citações de outro autor sem indicação de citação de citação.

Krokosz (2012) também menciona o plágio conceitual, em que o plagiador utiliza o texto, ou ideia, de outro autor sem referenciá-lo. No plágio às avessas, decorrente das TIC, é possível atribuir a obra de um autor a outro de prestígio em determinada área de conhecimento. No plágio invertido um sujeito retira seu nome do texto e o atribui a um autor mais reconhecido, em prol de validar seus argumentos. E no plágio de

encomenda uma celebridade que deseja ter sua história retratada pede que outra pessoa a escreva para ela. A Figura 1 representa os tipos de plágio apresentados até o momento:

Figura 1 – Reconhecendo os tipos de plágio.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Importante ressaltar que o plágio pode ser intencional, quando a pessoa sabe que o está cometendo, e mesmo assim o pratica; ou não intencional, em que há desconhecimento, por parte do autor, sobre o ato (Green, 2002). Esse último caso geralmente ocorre em populações com pouco acesso à informação ou com indivíduos que não receberam alerta sobre a conduta do plágio.

Os tipos de plágio apresentados nesta seção podem ser resumidos, de acordo com Chowdhury e Bhattacharyya (2016), em sete tipos. A saber: plágio clone: cópia das palavras escritas por outrem em nome próprio, sem referir o autor original; plágio em paráfrase: uso das ideias de outrem disfarçado por meio da combinação de vários trabalhos de diferentes autores; plágio com metáforas: em que são usadas imagens ou metáforas criadas por outrem sem referência; plágio de ideias: apropriação de uma solução sem citação da fonte; auto-plágio ou reciclagem: uso de um trabalho prévio para publicar um novo trabalho, sem referência a ele; plágio decorrente

de fonte inválida: citação de referências erradas intencionalmente; e plágio de retuitar: quando um autor cita a fonte correta, porém sua formulação é igual ao conteúdo.

5 AÇÕES PREVENTIVAS E DE DIMINUIÇÃO DO PLÁGIO

Para se prevenir o plágio é preciso divulgar e estabelecer regras claras sobre as suas definições por parte das entidades educacionais, no que diz respeito à administração e às disciplinas ministradas (Brown; Howell, 2001). Além disso, torna-se necessário desenvolver políticas de combate à violação do direito autoral em meio público.

Segundo Tibúrcio (2013), há 13 dicas para se identificar o plágio: 1. nível de escrita do texto superior à capacidade do autor, nesse caso, é preciso conhecer a sua escrita; 2. mudança de estilo e de qualidade no texto; 3. análise de dados referentes a um período de tempo, mas sem explicação plausível; 4. citações de fontes de difícil acesso; 5. inexistência de vínculo entre as partes do texto; 6. citações defasadas; 7. traduções literais de citações; 8. temas pouco usuais na literatura, que podem representar a tradução de um artigo em outra língua; 9. gráficos com baixa resolução; e 10. formatação diferente de regras pré-estabelecidas.

Para Gibelman, Gelman e Fast (1999), ao analisar os trabalhos em escolas e universidades, o docente necessita realizar uma leitura atenta dos padrões e variações entre parágrafos. A análise deve ser feita da parte para o todo, ou seja, não se deveria analisar somente o trabalho final, mas estabelecer rotinas intermediárias, com acompanhamento próximo ao aluno.

Ferramentas de busca, como o *Google*, ou *softwares* gratuitos e pagos para a detecção de plágio podem ser utilizados para comparar trechos escritos nos textos. Exemplos são o *Plagius*, *Turnitin*, Farejador de Plágio e *Copyspider*.

Como destaca Barbastefano e Souza (2007), “[...] mudanças abruptas no texto podem ser indicativos [de plágio]. Um texto narrativo, mudando para um texto que conversa com o leitor revela, no mínimo, que

o autor demanda orientação quanto à redação”. Outro indicativo de plágio é o contraste entre construções linguísticas sofisticadas e simplórias (Stelbeman, 1998).

Fazer o registro de obras em órgãos competentes auxilia na segurança do autor sobre a sua propriedade intelectual. É o caso do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2023), órgão brasileiro responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação, gestão e garantia de direitos de propriedade intelectual e industrial no país.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) recomenda, com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades (CAPES, 2011).

O uso de citações e referências, de acordo com normas técnicas nacionais e internacionais, expõe razões éticas e jurídicas ao ato de citar. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) instituiu as normas de citação (NBR 10520: 2002) e de referência (NBR 6023:2002), que garantem o crédito de uma obra a determinado autor quando utilizadas em um texto.

A transcrição ao pé da letra do conteúdo de um documento chama-se citação direta; quando há mudança de palavra, paráfrase ou apenas a menção à ideia, trata-se de uma citação indireta. Ambas precisam seguir padrões normativos de citação e referência. Também há a citação de citação, que deve ser evitada, pois, as informações em primeira mão necessitam ser priorizadas (Burke, 2003).

5.1 INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

A inovação, entendida como a “[...] implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método [...]” (European Statistical System; Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2005, p. 11) foi ratificada com o lançamento do Manual de Oslo, na década de 1990. Tal documento dedica-se à mensuração e interpretação de dados sobre a ciência e a tecnologia.

De acordo com a lei brasileira número 10.973, de 2004, alterada pela Lei 13.243 de 2016, a inovação pressupõe a

[...] introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a um produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho (Brasil, 2004).

As pesquisas científicas e tecnológicas são promotoras da inovação, propiciando a vantagem competitiva no âmbito das organizações, além do desenvolvimento econômico e social do contexto regional, nacional ou global em que as instituições se inserem. Ambientes geradores de conhecimento como, por exemplo, as universidades e os programas de pós-graduação desenvolvem pesquisas que “[...] buscam propor soluções para a melhoria de vida da sociedade, nos seus mais diversos segmentos” (Caldas; Valentim; Silva, 2021, p. 27).

“Ao levar em consideração a informação como valor econômico, deve-se partir da ideia que esta surge de uma visão da reciprocidade de modelos jurídicos em diferentes instâncias econômicas” (Sousa; Dias, 2017, p. 42). Reconhece-se que a ideia de valor deve ser analisada por meio das trocas dos objetos úteis em sociedade. Logo, a informação tem poder, na medida em que ela pode ser concebida como conhecimento amplamente disseminado. O seu valor está condicionado à possibilidade de proporção

de um conhecimento novo ou à mudança de estado de conhecimento no indivíduo que, ao construir um conhecimento a partir do acesso a uma informação, juntamente com os seus conhecimentos prévios, lhe concede o caráter de valor (Choo, 2003).

Ressalta-se a importância dos registros de propriedade intelectual para a proteção dos interesses dos indivíduos no uso de suas criações em sociedade. Por isso, a necessidade de se criar normas e regulamentos voltados aos ativos intangíveis de propriedade intelectual (Tidd; Bessant; Pavitt, 2008), em prol da sua valorização econômica e social.

De acordo com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI, 2021), propriedade intelectual está ligada ao reconhecimento de autoria e proteção legal de uma produção intelectual, abrangendo obras de arte, invenções, programas de computador, marca e outros sinais comerciais. A propriedade intelectual se divide em duas categorias principais, isto é, propriedade industrial (patentes para invenções, desenhos industriais, marcas e indicações geográficas) e direito de autor/direitos conexos (obras literárias, artísticas, científicas, interpretações, execuções e radiofusores).

No Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação, gestão e garantia de direitos de propriedade intelectual e industrial, possibilitando cinco tipologias de cadastro: 1. marca (uso de nomes de serviços, produtos ou logotipos), 2. patente (invenção e/ou melhorias em tecnologias e objetos de uso prático), 3. desenho industrial (proteção aos aspectos aparentais de um objeto), 4. programa de computador (versões atualizadas de *softwares*) e 5. transferência de tecnologia (licenciamento de direitos de propriedade intelectual).

As universidades, enquanto organizações que concentram a pesquisa e a inovação, tem papel primordial no trabalho com a propriedade intelectual, uma vez que, ao tomarem iniciativas e estabelecerem parcerias que visam a garantia do direito de autoria, tendem a incentivar os autores a serem mais produtivos e a inovarem em suas pesquisas, o que impacta no desenvolvimento social, econômico e cultural.

6 CONCLUSÕES

A prática do plágio está presente na sociedade desde tempos remotos, mas aumentou significativamente com a proliferação do acesso à informação trazido pelas TIC e internet. A evolução tecnológica tem por base o ser humano, que a programa e executa e, de *práxis*, se usada com ética serve para o bem comum e informatização dos cidadãos, já que, quanto maior o acesso ao conhecimento, maior a capacidade do indivíduo em se capacitar e criar pensamentos críticos, o que alimenta o ciclo de geração e disseminação de conhecimento.

Ações não éticas trazem problemas para o convívio social, e o plágio se caracteriza por ser uma fraude às obras intelectuais, atentando aos direitos morais do verdadeiro autor. O desrespeito ao direito autoral potencializa a desinformação, mesmo que o plágio ocorra de maneira não intencional.

Por isso, é necessário que as organizações ligadas à publicação de materiais, assim como de ensino, consigam identificar e coibir o plágio. Principalmente, as instituições de ensino devem deixar claro as regras para se escrever trabalhos científicos, além das normas técnicas a serem seguidas, pois elas têm a função social de facilitar o acesso preciso às fontes primárias, originárias de um conteúdo.

No âmbito da esfera pública, políticas de combate ao plágio e registros de patente podem auxiliar na segurança dos direitos autorais. Em casos mais graves, a Lei n. 9.610, de Proteção ao Direito Autoral necessita ser acionada (Moraes, 2003).

Por fim, destaca-se que a tolerância ao plágio é uma maneira de não incentivo à produção intelectual e à partilha de conhecimentos, ou seja, um retrocesso às oportunidades que as TIC e a internet trouxeram para o mundo global. Quanto mais ações antiéticas as organizações institucionalizadas deixarem passar despercebidas, maior será o montante de autores que irão se fechar em sua criatividade, ao serem desestimulados a produzirem novas obras, o que interfere não somente no seu destaque enquanto sujeito, mas também no recuo de informações acessíveis para o bem comum.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ABNT. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ALVES, Ana Paula Menezes; CASARIN, Helen de Castro Silva; FERNANDÉZ-MOLINA, Juan-Carlos. Uso ético da informação e combate ao plágio: olhares para as bibliotecas universitárias brasileiras. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 26, n. 1, p.115-130, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/download/27444/15531/63900>. Acesso em: 23 maio 2025.

AUSTIN, M. Jill.; BROWN, Linda D. Internet plagiarism: developing strategies to curb student academic dishonesty. **The Internet and Higher Education**, v. 2, n.1, p. 21-33, Oct. 1999.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; SOUZA, Cristina Gomes de. Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de Engenharia de Produção e ações para a sua redução. **Revista Produção Online**, Florianópolis, ed. esp., dez. 2007. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/52/52>. Acesso em: 2 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

BROWN, Verity J.; HOWELL, Mark E. The efficacy of policy statements on plagiarism: do they change students'views?. **Research in Higher Education**, v. 42, n. 1, p. 103-118, 2001.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALDAS, Rosângela Formentini; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; SILVA, Rafaela Carolina. Registro da propriedade intelectual no contexto da Ciência da Informação: o caso do CERPII da UNESP. In: VALERO, Pablo Parra *et al.* (coord.). **Competência em informação**: avanços hispanos-brasileiros = Avances hispano-brasileños en competencias en información. São Paulo: ECA-USP, 2021. p. 25-39. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/65515/1/Compet%C3%A2ncia%20en%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2023.

CAPES. **Orientações CAPES**: combate ao plágio. Brasília, DF: CAPES, 2011. Disponível em: <http://www2.ufac.br/ppgsc/documentos/orientacoes-capes-combate-ao-plagio/view>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CHOWDHURY, Hussain A.; BHATTACHARYYA, Dhruba K. Plagiarism: taxonomy, tools and detection techniques. *In*: NATIONAL CONVENTION ON KNOWLEDGE, LIBRARY AND INFORMATION NETWORKING, 19., 2016, Assam. **Anais [...]** Assam: Tezpur University, 2016. Disponível em: <http://arxiv.org/abs/1801.06323>. Acesso: 23 maio 2025.

CLOTET, Joaquim. **Bioética**: uma aproximação. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

CNPQ. **Diretrizes de integridade de pesquisa**. Brasília, DF: CNPq, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>. Acesso em: 1 maio 2024.

DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. **Argumentum**, Vitória, ano 3, n. 3, v. 1, p. 11-28, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547532002.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2025.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

EUROPEAN STATISTICAL SYSTEM; ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. [S.L.]: OECD; FINEP, 2005. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FAPESP. **Código de boas práticas científicas**. São Paulo: Fapesp, 2011. Disponível em: http://www.fapesp.br/boaspraticas/codigo_050911.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

FONSECA, Randal. **Expropriação de propriedade intelectual**. 2004. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=newsletter&id=3>. Acesso em: 13 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARSCHAGEN, Bruno. **Universidade em tempos de plágio**. 2006. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=366ASP006>. Acesso em: 13 mar. 2025.

GIBELMAN, Margaret; GELMAN, Sheldon R.; FAST, Jonathan. The downside of cyberspace: cheating made easy. **Journal of Social Work Education**, v. 35, n. 3, p. 367-376, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAHAM, Leah; METAXAS, Panagiotis Takis. "Of course it's true; I saw it on the internet!": critical thinking in the internet era. **Communications of the ACM**, v. 6, n. 5, p. 70-75, May 2003.

GREEN, Stuart P. Plagiarism, norms, and the limits of theft law: some observations on the use of criminal sanctions in enforcing intellectual property rights. **Hastings Law Journal**, v. 54, p. 167-242, Nov. 2002.

INPI. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 2 maio 2024.

KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio**: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

KROKOSZ, Marcelo. **Outras palavras**: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno, 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03102016-103125/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MATEUS, S.; SILVA, J.; SILVA, L. S. Plágio: conceito, tipos e sua função metodológica. **Boletim do Museu Integrado de Roraima**, Boa Vista, v. 13, n. 1, p. 23-32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/bolmirr/article/view/876/501>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MCCORMICK, Frank. The plagiarist and the professor in our peculiar institution. **Journal of Teaching Writing**, Indianapolis, v. 8, n. 2, p. 133-145, 1989.

MORAES, R. **Plágio na pesquisa acadêmica**: a proliferação da desonestidade intelectual. 2003. Disponível em: http://www.rodrigomoraes.adv.br/arquivos/downloads/Plagio_na_pesquisa_academicaRodrigo_Moraes.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. **O que é propriedade intelectual?** Genebra: OMPI, 2021. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

POSNER, Richard A. **The little book of plagiarism**. New York: Pantheon Books, 2007.

SANCHEZ, Otávio Próspero; INNARELLI, Patricia Brecht. Desonestidade acadêmica, plágio e ética. **GVexecutivo**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 46-49, jan./jun.2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/26325/22800-41264-1-PB.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de.; DIAS, Guilherme Ataíde. **A informação e a proteção da propriedade intelectual**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2017.

STEBELMAN, Scott. Cybercheating: dishonesty goes digital. **American Libraries**, v. 29, n. 8, p. 48-50, 1998.

SUTHERLAND-SMITH, Wendy. **Plagiarism, the internet and student learning: improving academic integrity**. New York: Routledge, 2008.

TERRA, Ana Lúcia; MOREIRA, Diogo; GOMES, Filipa. Detecção e combate ao plágio em contexto académico: descrição de um projeto desenvolvido no âmbito de um curso de graduação em Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 14, n. 3, p. 742-763, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/36185/31352>. Acesso em: 23 maio 2025.

TIBÚRCIO, C. **10 dicas para identificar o plágio**. 2013. Disponível em: <https://www.contabilidade-financeira.com/2013/04/10-dicas-para-identificar-o-plagio.html>. Acesso em: 22 maio 2024.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

WACHOWICZ, M.; COSTA, J. A. F. **Plágio acadêmico**. Curitiba: Gedai Publicações; UFPR, 2016.

WOOD, G. Academic original sin: plagiarism, the internet, and librarians. **Journal of Academic Librarianship**, v. 30, n. 3, p. 237–242, 2004.

Competência em dados e ciência aberta: os desafios da citação de dados

Cristina Marchetti Maia
Marta Lígia Pomim Valentim

1 INTRODUÇÃO

No contexto da Ciência Aberta as pesquisas devem estar acessíveis a todas as pessoas, garantindo sua reprodutibilidade e a reutilização dos dados coletados e analisados. Nessa perspectiva, os conjuntos de dados têm ocupado uma posição de evidência e importância para a contribuição intelectual em diferentes campos científicos, fator determinante que suscitou a discussão acerca da citação de dados de pesquisa, uma vez que devem ser citados como qualquer outro tipo de material.

A citação de documentos é uma prática consolidada no âmbito acadêmico-científico, porquanto é uma maneira de atribuir crédito aos autores que desenvolveram estudos anteriores, bem como é um modo de validação do pensamento crítico. De acordo com o *DataCite* ([202-], tradução livre), “[...] a citação de dados significa referenciá-los da mesma maneira que os pesquisadores fornecem rotineiramente uma determinada referência bibliográfica para outros tipos de recursos acadêmicos”.

Entretanto, no que concerne aos dados, são necessários padrões específicos visando boas práticas nas citações deste tipo de objeto, visando contemplar seus elementos essenciais e, assim, possibilitar sua correta identificação e recuperação. Silveira *et al.* (2020, p. 24) destacam que existe um esforço da comunidade científica para viabilizar a citação de dados por meio da automatização, assim como aplicações para sua análise.

Segundo Cunha *et al.* (2024, p.3)

Em 2004, [a] *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) [elaborou] princípios e padrões de tratamento de dados de pesquisa que garantissem sua usabilidade de forma maximizada, congregando questões legais, éticas, de gestão e sustentabilidade.

Algumas iniciativas surgiram nos últimos anos com o objetivo de estabelecer diretrizes para a correta citação de dados. A *DataCite*, uma organização global sem fins lucrativos, desempenha um papel fundamental ao fornecer identificadores persistentes para dados de pesquisa, facilitando o arquivamento e possibilitando sua descoberta e recuperação efetivas. Além disso, a *DataCite* colabora com a *Make Data Count*, uma iniciativa global que visa desenvolver métricas abertas para avaliação de dados de pesquisa, sendo uma parceria entre a *California Digital Library*, *Crossref*, *DataCite*, *DataONE*, *ScholCommLab*, *University of Ottawa* e *ZBW – Leibniz Information Center for Economics* (DataCite, ([202-])).

Nesse contexto, destaca-se a “Declaração Conjunta de Princípios de Citação de Dados”, publicada pela Force 11, que define 8 (oito) princípios orientadores para se realizar uma citação de dados adequada, considerando o propósito, a função e os atributos das citações. Os referidos princípios enfatizam que os dados devem ser reconhecidos como produtos de pesquisa legítimos e passíveis de citação (Data Citation Synthesis Group, 2014).

Esse tipo de iniciativa contribui para a disseminação da prática de citação de dados, contudo, em muitos casos, ainda ocorre de maneira informal, pois os autores não creditam na lista de referências os conjuntos de dados que utilizam em suas pesquisas (Park; Wolfram, 2019).

De acordo com a ALA (2023), os profissionais da informação trabalham com recursos informacionais que são constantemente remodelados nas bibliotecas, uma vez que estão em constante evolução e cujas práticas abrangem uma variedade de recursos. Entre as suas atribuições atuais, o profissional deve ter a preocupação de incluir formatos e tipos emergentes de recursos de informação como, por exemplo, os dados, e entender como podem se relacionar com as novas demandas informacionais do seu público usuário.

Uma das estratégias que pode ser adotada para fomentar a citação dos dados de pesquisa é o desenvolvimento da competência em dados que é definida pela ACRL (2013) como a “[...] habilidade de identificar, entender, comunicar e usar dados”. Dessa maneira, esta pesquisa objetiva compreender como encontrar e avaliar dados, dando ênfase a versão do conjunto de dados e questões relacionadas a ética no uso de dados, sendo aspectos primordiais para a tomada de decisão.

A problemática identificada no contexto acadêmico-científico reside na hipótese de que muitos dados potencialmente reutilizáveis, não recebem a devida citação com a mesma frequência e rigor que suas respectivas publicações. Os dados, muitas vezes ao serem negligenciados nas práticas de citação, enfrentam a possibilidade de não receberem o devido crédito, e tal discrepância em comparação com a citação dos resultados publicados reflete uma lacuna no reconhecimento adequado da contribuição dos dados para o avanço da pesquisa no âmbito da Ciência Aberta.

Sendo assim, é necessário estabelecer práticas e a ampliação de discussões que equiparem a citação de dados à importância concedida a citação de publicações, promovendo uma cultura acadêmica mais abrangente e justa em relação à produção e compartilhamento de dados científicos.

A ausência de uma cultura consolidada dessa prática representa uma oportunidade para a competência em dados, ou seja, trata-se de uma estratégia para capacitar os profissionais da informação e a comunidade científica na compreensão e promoção da citação de dados. O reconhecimento da evolução constante dos recursos de informação, incluindo dados, destaca a relevância dos bibliotecários para atuarem na facilitação dessa transição.

Nesse contexto, esta pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento da citação de dados no contexto da Ciência Aberta, reconhecendo sua importância para o avanço da pesquisa e do conhecimento.

A partir do exposto objetiva-se compreender como a competência em dados pode auxiliar a superar os desafios enfrentados no âmbito da citação de dados. Para alcançar este objetivo pretende-se explorar a literatura e apresentar diretrizes existentes, bem como refletir sobre algumas possibilidades que promovam a citação em dados, reconhecendo a função e responsabilidade dos bibliotecários na educação e suporte aos pesquisadores.

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, é do tipo descritiva-exploratória. Para responder ao objetivo supracitado, realizou-se uma revisão bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais, visando explorar a literatura sobre a temática abordada de modo a nortear a discussão e estabelecer conexões entre os conceitos apresentados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme anteriormente mencionado a pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo descritiva-exploratória. Na pesquisa descritiva apresenta-se o objeto de pesquisa, a fim de descobrir características do fenômeno e suas conexões, como é o caso da abordagem da competência em dados na perspectiva da citação de dados (Barros; Lehfeld, 2007). O estudo exploratório busca um aprofundamento de conceitos e proporciona o levantamento de informações sobre o objeto estudado, ao utilizar-se de conteúdos publicados em documentos (Michel, 2005). Para atingir o objetivo proposto, optou-se pela revisão bibliográfica que, por sua vez, foi realizada em fontes de informação *online*.

A revisão bibliográfica seguiu as etapas propostas por Gil (2010). Desse modo, realizou-se um levantamento preliminar para fixar a estratégia de busca adotada e definiu-se os temas principais que se referem a competência em dados e a citação de dados. Nessa perspectiva, definiu-se as seguintes fontes de informação: Portal de Periódicos CAPES; Base de

Dados em Ciência da Informação (Brapci); *Web of Science (WoS)*; *Library, Information Science & Technology Abstracts (LISA)*; e *Emerald*.

No que tange a escolha das fontes, foram adotadas as mais conhecidas e relevantes do ambiente acadêmico-científico no campo da Ciência da Informação, abrangendo fontes nacionais e internacionais, multidisciplinares e específicas. Em virtude da escolha das fontes, utilizou-se a seguinte expressão de busca, com termos em português e inglês: (“competência de dados” OR “competência em dados” OR “*data literacy*” OR “*data competency*” OR “*data Information literacy*”) AND (“citação de dados” OR “*data citation*”). A busca foi realizada nos campos título, resumo e palavra-chave.

Após a busca nas fontes de informação supracitadas realizou-se a leitura do material, cujos conteúdos foram organizados logicamente para a construção da discussão e proposição das diretrizes.

3 COMPETÊNCIA EM DADOS

A seguir são apresentados os resultados divididos em três seções: a primeira trata da competência em dados; a segunda sobre a citação de dados e a terceira aborda a discussão acerca da promoção da competência em dados com foco na citação de dados.

A temática ‘dados de pesquisa’ no meio científico tem gerado uma demanda crescente por serviços de sensibilização e formação oferecidos pelas bibliotecas universitárias. Os serviços emergentes desempenham um papel crucial para a conscientização de pesquisadores e estudantes sobre a importância dos dados de pesquisa e na promoção de boas práticas durante o desenvolvimento de pesquisas.

Nessa perspectiva, a competência em dados é essencial, pois segundo Santos (2021) os pesquisadores necessitam de assistência das bibliotecas para compreenderem os processos relacionados aos conjuntos de dados e os aspectos envolvidos como, por exemplo, questões interrelacionadas a propriedade intelectual, direitos autorais e licenciamento, portanto os bibliotecários precisam estar bem-preparados para atuarem nesse campo

específico. Desenvolver serviços e produtos com uma abordagem educacional contribui para a formação de uma comunidade acadêmica mais consciente e competente no que se refere a manipulação e compreensão dos dados de pesquisa.

Desse modo, a competência em dados surge com foco na formação para lidar com dados, ou seja, consiste em um conjunto específico de conhecimentos, habilidades, aptidões e atitudes que possibilitam a transformação de dados em informação e, posteriormente, em conhecimento. Esse processo envolve o desenvolvimento de hipóteses, a identificação de problemas e a interpretação de dados. Diferentes características da competência em dados se entrelaçam à competência em informação, que compreende habilidades para reconhecer a necessidade de informação, identificar, localizar, avaliar e usar informações para resolver problemas específicos (Koltay, 2017).

Para Oliveira *et al.* (2022, p. 1)

[...] existe uma ausência significativa de trabalhos na América Latina concernente à teoria da citação de dados, ao mesmo tempo em que foram identificados trabalhos que, embora não se refiram a uma teoria propriamente, oferecem contribuições significativas para a temática de citação de dados de pesquisa [...].

Considerando o âmbito acadêmico-científico, é crucial que estudantes, docentes e profissionais sejam competentes em dados, desenvolvendo e possuindo conhecimentos, habilidades, aptidões e atitudes para realizar atividades práticas que envolvam os dados de pesquisa em distintas disciplinas.

Lau (2007) destaca o compromisso pedagógico das bibliotecas, enfatizando que os bibliotecários devem promover ações voltadas ao desenvolvimento da competência em dados, que pode ocorrer de diversas formas como *workshops*, sessões *one-shots* em sala de aula a partir de um estabelecimento de parcerias com docentes, bem como o desenvolvimento de materiais instrucionais e didáticos. De acordo com Steinerová e Ondříšová (2018), a maioria das pessoas está interessada em treinamentos formais no

que diz respeito ao gerenciamento de dados de pesquisa, enfatizando especialmente o planejamento da gestão de dados e estilos de citação de dados.

Para Gebre e Morales (2020) a competência em dados apresenta quatro áreas que necessitam de atenção: 1. organização e acessibilidade dos dados; clareza e integridade; utilidade e precisão; e linguagem (ortografia e gramática). Nesse sentido, enfatizam que os provedores de dados devem fazer mais para resolver esses problemas.

Diante da crescente demanda por profissionais qualificados em dados, surge o bibliotecário de dados que, de acordo com Koltay (2017), precisam estar preparados para novas funções visando apoiar os sistemas científicos complexos, oferecendo serviços e produtos voltados aos dados de pesquisa, entre eles fornecer suporte de referência para encontrar e citar um determinado conjunto de dados. Dentre os papéis do bibliotecário de dados destacados pelo autor supracitado, pode-se destacar: coleta de requisitos para gerenciamento de dados de pesquisa; planejamento de Gestão de Dados de Pesquisa (GDP); assessoria técnica sobre formatos de dados; metadados; e citação de dados.

É fundamental que os bibliotecários estejam capacitados para atuar nessas atividades, ajustando suas funções ao contexto em que estão inseridos. Isso envolve compreender as necessidades da comunidade e empreender esforços para educar os usuários no universo da pesquisa, assumindo uma posição protagonista nessa frente. Koltay (2017) complementa, evidenciando que os profissionais da informação têm o potencial para colaborar com os pesquisadores, promovendo a adoção de padrões para a citação de dados.

Costal, Sales e Zattar (2020, p. 52) explicam que os bibliotecários devem trabalhar de modo interdisciplinar com a Ciência de Dados, de modo a compreenderem “[...] o percurso e as infraestruturas digitais cabíveis a cada contexto disciplinar em que os dados de pesquisa forem gerados”. Além disso, evidencia-se que “[...] os currículos dos cursos, credenciados pelo MEC, apresentam de forma incipiente disciplinas relativas à competência em informação e à GDP” (Costal; Zattar; Sales, 2021, p. 10).

Nesse contexto, é importante que os bibliotecários cumpram seu papel educativo e promovam iniciativas para o desenvolvimento da competência em dados nas instituições em que atuam, sejam elas de ensino e pesquisa, empresariais ou de outra natureza.

3.1 CITAÇÃO DE DADOS

O movimento referente a abertura de dados surge no contexto da Ciência Aberta cuja proposta “[...] é tornar a pesquisa científica cada vez mais acessível para todos. Na prática, significa eliminar obstáculos artificiais, especialmente os editoriais, legais e econômicos, à livre circulação do conhecimento científico” (Fiocruz, [202-]). Nos últimos anos, as pesquisas têm originado conjuntos de dados cada vez maiores e difíceis de preservar e discussões sobre a importância de compartilhá-los têm se tornado centrais.

Dessa maneira, a Ciência Aberta compreende um conjunto de ações que visam aumentar a replicabilidade, robustez e acessibilidade da pesquisa e contempla várias fases no processo de pesquisa e publicação que se inicia com o planejamento da pesquisa até a publicação dos resultados e sua avaliação por pares, o que inclui a citação de dados (Bornmann *et al.*, 2021).

Segundo Sanches, Antunes e Lopes (2020), a Ciência Aberta engloba duas dimensões essenciais: (a) a divulgação e compartilhamento de resultados de pesquisa, abrangendo desde publicações até dados de investigação; (b) a abertura dos próprios métodos e ferramentas de pesquisa, estabelecendo processos abertos e colaborativos desde o início e buscando, quando apropriado, a participação de outros interessados além da comunidade científica, incluindo a prática de Ciência Cidadã¹.

¹ “[...] nas duas primeiras décadas do Século XXI as concepções de ciência cidadã emergem assumindo múltiplas vertentes, estas fortemente influenciadas por duas raízes. A primeira, apresentada por Irwin (1995), traz a concepção de que a ciência cidadã representa uma abordagem, que apoiar uma ciência mais democrática e participativa, diante da qual fluem conceitos de cidadania científica, salientando a necessidade de ampliar para a sociedade os processos de política científica. A segunda, apresentada por Bonney (1996), traz a ciência cidadã como uma ferramenta aplicada pelos cientistas através da qual os cidadãos voluntários, componentes da sociedade participativa contribuem para a produção da ciência por meio da coleta de dados” (Oliveira *et al.*, p. 10, 2023).

A Ciência Aberta proporciona benefícios tanto para a Ciência quanto para a sociedade, graças à rápida disseminação dos resultados de pesquisas finalizadas, bem como de parte de pesquisas em andamento, na forma de dados que podem ser reutilizados não apenas pela comunidade científica, mas também por toda a sociedade. Assim, a Ciência Aberta é caracterizada pela abertura, acessibilidade e compartilhamento do conhecimento, por meio de redes colaborativas ou cooperativas. Os princípios fundamentais da Ciência Aberta incluem valores como inclusão, justiça e equidade na condução da pesquisa. Ademais, busca transformar a maneira como a pesquisa é conduzida, quem está envolvido e como é valorizada.

Para auxiliar na descoberta e reutilização de dados foram desenvolvidos os Princípios FAIR – acrônimo dos termos em inglês [*Findable, Accessible, Interoperable, Reusable*], em português [Encontrável, Acessível, Interoperável, Reutilizável]—, visto que “[...] obtiveram reconhecimento internacional assumindo o papel de referência mundial das boas práticas de gestão de dados” (Sales *et al.*, 2021, p. 15).

Tais princípios visam orientar pesquisadores no desenvolvimento de boas práticas referentes a gestão de dados científicos de modo que os dados possam ser reutilizados por máquinas e humanos, sendo aplicáveis a diferentes tipos de conteúdo e, portanto, são fundamentais para dar visibilidade aos dados, exigindo o uso de identificadores persistentes, indexação em diferentes mecanismos de busca, máxima descrição dos metadados, uso de vocabulários controlados, atribuição de licenças de uso, *links* e, por fim, a publicação dos dados.

Para Silva e Rodrigues (2021) os Princípios FAIR visam a padronização de técnicas, a gestão e a curadoria de conjuntos de dados científicos que, por sua vez, envolvem processos de organização do conhecimento e de preservação no longo prazo.

Para garantir a reprodutibilidade das pesquisas e a reutilização dos dados, a prática da citação de dados é uma das formas adotadas. De acordo com o DataCite ([202-], tradução livre), a citação é importante, pois propicia o “[...] acesso, transparência, reprodutibilidade, reutilização, crédito aos pesquisadores e visibilidade aos repositórios que compartilham dados”.

Silvello (2018) também ressalta a importância central das citações de dados, destacando sua influência na disseminação do conhecimento, avaliação da qualidade da pesquisa e orientação de investimentos em Ciência.

Koltay (2017) afirma que a prática de citar dados está estritamente ligada ao ato de compartilhar dados. Além disso, formas padronizadas de citação de dados são de suma importância, pois podem servir como uma motivação significativa para que os pesquisadores compartilhem e publiquem seus dados. Essa prática não apenas representa uma possível fonte de reconhecimento, mas também pode se tornar uma maneira de recompensar os pesquisadores. Contudo, o autor supracitado observa que há divergências de opinião, alguns dos quais consideram que a citação de dados, ainda, não é um comportamento normativo na escrita acadêmica, enquanto outros acreditam que essa prática está se disseminando rapidamente.

A citação não apenas valida a autoria dos dados, mas também desempenha um papel crucial na medição do impacto da produção científica, a partir da contagem de citações, destacando a necessidade de métricas específicas. Uma das maneiras de viabilizar tal medição ocorre por meio do identificador persistente atribuído ao conjunto de dados, de modo a combinar conjuntos de dados ou sugerir o formato a ser utilizado em uma lista de referências (Bornmann *et al.*, 2021).

Diversas iniciativas e organizações são importantes para a promoção e aprimoramento de diretrizes, visando a correta citação de dados. Em 2012, a *Ligue des Bibliothèques Européennes de Recherche – Association of European Research Libraries* (LIBER) [Associação das Bibliotecas de Pesquisa Europeias] propôs 10 (dez) recomendações para a integração do gerenciamento de dados no currículo acadêmico (Koltay, 2017). A *Clarivate Analytics* lançou o *Data Citation Index* [Índice de Citação de Dados], abrangendo 14 (quatorze) milhões de conjuntos de dados de 450 (quatrocentos e cinquenta) repositórios (Clarivate, c2023).

A Declaração da *International Council for Science* (Codata, [202-]) indica vários aspectos importantes que requerem a atenção da comunidade científica internacional, entre eles a necessidade de obter padrões nos formatos de citação dos dados, cuja declaração serviu de base para a elaboração da *Joint Declaration of Data Citation Principles* da FORCE 11.

Os 8 (oito) princípios apresentados pela FORCE 11 (Data Citation Synthesis Group, 2014) são amplamente difundidos e fortalecem a prática da citação de dados. São eles:

1. **Importância:** enfatiza que os dados resultantes de pesquisas devem ser reconhecidos como produtos legítimos e passíveis de citação;
2. **Crédito e Atribuição:** destaca a importância das citações de dados para atribuir crédito acadêmico de maneira normativa e legal a todos os contribuintes dos dados. Reconhece a necessidade de flexibilidade nos estilos de atribuição;
3. **Evidência:** sublinha a prática de citar dados sempre que uma afirmação na literatura acadêmica depender desses dados, reforçando a importância de uma base de evidências;
4. **Identificação única:** indica que uma citação de dados deve incluir um método persistente de identificação globalmente reconhecido, acessível por máquina e amplamente utilizado pela comunidade científica;
5. **Acesso:** destaca que as citações de dados devem facilitar o acesso aos dados, metadados, documentação, código e outros materiais associados, sendo acessíveis tanto para humanos quanto para máquinas;
6. **Persistência:** enfatiza a necessidade de identificadores únicos e descrições de os metadados persistirem além do tempo de vida dos dados que descrevem;
7. **Especificidade e Verificabilidade:** destaca que as citações de dados devem propiciar a identificação, acesso e verificação dos dados específicos que sustentam os resultados de pesquisa;
8. **Interoperabilidade e Flexibilidade:** evidencia que os métodos de citação de dados devem ser flexíveis para acomodar práticas variantes entre comunidades, sem comprometer a interoperabilidade entre as citações de dados.

O *Open Citation Corpus* (OCC) é um repositório de dados de citações acadêmicas codificado como *Linked Data* que segue os Princípios FAIR e da Ciência Aberta. Ele é mantido pelo *Open Citations* ([2022]), uma organização sem fins lucrativos que defende a abertura de dados bibliográficos e de citações, contribuindo para a iniciativa de citações abertas e promovendo identificadores globais únicos e persistentes.

O Grupo de Trabalho CODATA ([202-]) visa promover princípios de dados abertos, avançar na ciência de dados e melhorar os sistemas científicos, especialmente em países de baixa e média renda. A *International Association for Social Science Information Services & Technology* (IASSIST) (2012), organização internacional de profissionais de tecnologia da informação e serviços de dados para o campo científico de Ciências Sociais, fornece instruções de estilos de citação que destacam a importância de incluir informações suficientes para reconhecimento e recuperação da fonte de dados. Essas iniciativas coletivas fortalecem a infraestrutura de citação de dados e promovem a transparência e acessibilidade da pesquisa científica.

Os elementos propostos para a citação de dados pela IASSIST (2012) são:

1. Autor: Indivíduo(s) ou entidade organizacional responsável(is) pela criação do conjunto de dados;
2. Data de Publicação: ano em que o conjunto de dados foi divulgado ou publicado;
3. Título: título completo do conjunto de dados, indicando a edição ou versão, se aplicável;
4. Editora e/ou Distribuidor: organização que disponibiliza o conjunto de dados, envolvendo arquivamento, produção, publicação e/ou distribuição;
5. Localização Eletrônica ou Identificador: endereço da *Web* ou identificador global, persistente e exclusivo para localizar o conjunto de dados (como, por exemplo, o *Digital Object Identifier*

(DOI)²). Data de acesso se o título e o identificador não forem específicos para a instância exata dos dados utilizados.

O Projeto RECODE (*RECommendations for Open Access to Research Data in Europe*) [Recomendações para o Acesso Aberto a Dados de Pesquisa na Europa] (CORDIS, 2016) aborda as barreiras existentes ao acesso aberto a dados de pesquisa, incluindo questões técnicas, éticas e legais. O RECODE busca criar um espaço colaborativo para as partes europeias interessadas resolverem essas questões, por meio de estudos e compartilhamento de boas práticas.

Por outro lado, a iniciativa brasileira, denominada ‘Guia de citação de dados de pesquisa’, lançado pela rede *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) em 2020, destaca a importância de orientar sobre a citação adequada de conjuntos de dados em pesquisas científicas. Baseando-se nos 8 (oito) princípios da ‘Declaração Conjunta dos Princípios da Citação de Dados’, o guia enfatiza os seguintes elementos essenciais (SciELO, 2020):

1. Autoria- pessoal ou institucional;
2. Data de depósito dos dados de pesquisa;
3. Nome do repositório;
4. Identificador eletrônico - *Link* DOI ou *Uniform Resource Locator* (URL)³ dos dados de pesquisa;
5. Qualificador [dataset];
6. Título dos dados de pesquisa;
7. Outros identificadores.

² *Digital Object Identifier* (DOI) [Identificador de Objeto Digital] - é um identificador digital de um objeto, qualquer objeto — físico, digital ou abstrato. Projetados para serem usados por humanos e máquinas, os DOI identificam objetos persistentemente. Propiciam que os objetos sejam identificados e acessados de modo confiável (tradução livre). Fonte: <https://www.doi.org/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

³ *Uniform Resource Locator* (URL) [Localizador Uniforme de Recursos] - é um tipo específico de *Universal Resource Identifier* (URI). Uma URL normalmente localiza um recurso existente na Internet e é usada quando um *Web client* faz uma solicitação a um servidor para um recurso (tradução livre). Fonte: <https://www.ibm.com/docs/pt-br/cics-ts/6.x?topic=concepts-components-url>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Destaca-se a necessidade dos repositórios e editores científicos garantirem que os dados estejam formatados para sua devida citação, incluindo o uso de DOI e metadados consistentes. Ambas as iniciativas visam promover o acesso aberto e a citação adequada de dados de pesquisa.

No ecossistema da Ciência Aberta, os pesquisadores produzem, utilizam, compartilham e reproduzem dados de pesquisa abertos em grandes quantidades e, portanto, faz-se necessário aprimorar a competência desses profissionais para que o processo ocorra de maneira satisfatória.

A discussão acerca da Ciência Aberta e dos dados científicos no campo da Ciência da Informação tem sido proeminente sob diversos aspectos, sendo realizadas diversas pesquisas e projetos em torno do assunto, por meio do engajamento dos programas de pós-graduação, bem como dos cursos de graduação. Por outro lado, a competência em dados é uma temática ainda pouco investigada, sendo que pesquisadores de países da Europa e da América do Norte abordam a temática de modo mais pontual, em virtude da grande quantidade de dados disponíveis atualmente (Balbinotti *et al.*, 2022). Sendo assim, a competência em dados torna-se fundamental, pois aumentam as chances de os dados serem citados e reutilizados e, assim, serem úteis para a Ciência e sociedade.

3.2 COMPETÊNCIA EM DADOS COM FOCO NA CITAÇÃO DE DADOS

Silvello (2018) defende a necessidade de uma teoria compartilhada de citação de dados para evitar danos ao ecossistema emergente, enfatizando a necessidade de métodos automáticos e ferramentas fáceis de usar. Esta autora, ainda, propõe um formato de citação de dados {R, C, D}, onde R é o artigo de referência, C é a citação e D é o conjunto de dados. Ela também identifica 6 (seis) motivações principais para citar dados: atribuição; incentivo ao compartilhamento; conexão entre artigos e dados; facilitação da descoberta; promoção do compartilhamento; e medição de impacto.

No que tange aos princípios de citação, a autora supracitada separa em 2 (dois) grupos: o primeiro focado na função da citação de dados; o

segundo, na metodologia/sistema de citação. Tais princípios abordam a importância de dar crédito, evidência, verificabilidade, interoperabilidade, identificação única, acesso, persistência e especificidade (Silvello, 2018).

Ademais, Silvello (2018) evidencia a falta de um protocolo compartilhado para citação de subconjuntos, destacando a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre esse aspecto, bem como em relação a importância de um sistema ideal de citação que identifique exclusivamente conjuntos de dados e seus subconjuntos, e a necessidade de enfrentar desafios com o uso de identificadores persistentes como o DOI, além das infraestruturas de dados como *Dataverse*⁴, *FigShare*⁵, *Dryad*⁶, *Mendeley Data*⁷, *Zenodo*⁸,

⁴ *Dataverse* - é um aplicativo da *Web* de código aberto para compartilhar, preservar, citar, explorar e analisar dados de pesquisa. Facilita a disponibilização de dados para outros e possibilita a replicação da pesquisa de outros com mais facilidade. O repositório hospeda vários arquivos virtuais, sendo que cada coleção do *Dataverse* contém conjuntos de dados, e cada conjunto de dados contém metadados descritivos e arquivos de dados (incluindo documentação e código que acompanham os dados) (tradução livre). Fonte: <https://dataverse.org/about>. Acesso em: 19 fev. 2025.

⁵ *Figshare* - é um provedor de infraestrutura de repositório de pesquisa aberta. Visa ajudar organizações e pesquisadores a compartilhar, exibir e gerenciar seus resultados de pesquisa de forma detectável, citável, reportável e transparente. Existem atualmente em torno de 8 milhões de resultados de pesquisa que foram disponibilizados abertamente (tradução livre). Fonte: <https://info.figshare.com/about/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

⁶ *Dryad* - é uma plataforma de publicação de dados abertos comprometida com a disponibilidade e a reutilização de dados de pesquisa. Apresenta atualizações regulares sobre política de dados abertos, dicas e recursos, conjuntos de dados em destaque, entre outros serviços (tradução livre). Fonte: <https://blog.datadryad.org/about/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

⁷ *Mendeley Data* - é um repositório comunitário gratuito e seguro baseado na nuvem, em que se pode armazenar os dados de pesquisa, garantindo que sejam fáceis de compartilhar, acessar e citar (tradução livre). Fonte: <https://data.mendeley.com/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

⁸ *Zenodo* - Construído e desenvolvido por pesquisadores, para garantir que todos possam participar da Ciência Aberta. Na vanguarda dos movimentos de acesso aberto e dados abertos na Europa, foi encomendado pela Comunidade Europeia para dar suporte à sua política de Dados Abertos, fornecendo um repositório abrangente para pesquisas. Desenvolveu ferramentas para gerenciamento de *Big Data* e recursos estendidos de Biblioteca Digital para Dados Abertos (tradução livre). Fonte: <https://about.zenodo.org/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

DataHub⁹, DANS¹⁰ e EUDat¹¹.

Com base na literatura apresentada, pode-se identificar os seguintes desafios relacionados à citação de dados: necessidade de conscientização e motivação dos pesquisadores; falta de uma teoria consolidada no que tange a citação de dados; uso de identificadores persistentes; protocolo compartilhado para citação de subconjuntos de dados; entendimento de infraestruturas de dados.

Refletindo sobre a competência em dados, acredita-se que ela pode auxiliar ao propor ações, conforme segue:

1. *Necessidade de conscientização e motivação dos pesquisadores:* vale destacar o papel da competência em dados na conscientização acerca da prática da citação de dados, abordando a relevância das citações na disseminação do conhecimento e estimulando discussões e reflexões para o aprimoramento desta prática. Trabalhar a motivação, destacando a importância da atribuição, conexão, descoberta, compartilhamento, impacto e reprodutibilidade das pesquisas.
2. *Falta de uma teoria consolidada referente a citação de dados:* diante desse desafio, promover a formação a respeito das diretrizes existentes, pode contribuir para educar a comunidade a respeito da necessidade de uma abordagem unificada na citação de dados, promovendo uma prática mais consistente na citação.

⁹ *DataHub* - Projetado para simplificar o gerenciamento de metadados, a descoberta de dados e a governança de dados. Possibilita que usuários explorem e entendam os dados de modo eficiente, rastreiem a linhagem de dados, criem perfis de conjuntos de dados e estabeleçam contratos de dados. Esta plataforma extensível de gerenciamento de metadados é construída para que os desenvolvedores dominem a complexidade de seus ecossistemas de dados (tradução livre). Fonte: <https://datahubproject.io/docs/features>. Acesso em: 19 fev. 2025.

¹⁰ *DANS (Data Archiving and Networked Services)* - repositório de dados de pesquisa holandês. Visa apoiar pesquisadores a disponibilizar os dados de pesquisa para reutilização. Propicia que pesquisadores usem os dados em novas pesquisas e torna a pesquisa publicada verificável e reproduzível. Possui mais de 300 mil conjuntos de dados e uma equipe de 60 pessoas, o DANS é um dos principais repositórios da Europa (tradução livre). Fonte: <https://dans.knaw.nl/en/about/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

¹¹ *EUDat - Collaborative Data Infrastructure* - é uma das maiores infraestruturas de serviços e recursos de dados integrados que propiciam suporte à pesquisa na Europa. É sustentada por uma rede de mais de 20 organizações de pesquisa europeias, centros de dados e computação. Essa infraestrutura e seus serviços foram desenvolvidos em estreita colaboração com mais de 50 comunidades de pesquisa (tradução livre). Fonte: <https://www.eudat.eu/eudat-cdi>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Neste caso, o bibliotecário de dados deve atuar no treinamento em formatos de citações de dados, considerando os guias já desenvolvidos, incluindo orientação sobre as políticas de editoras científicas em relação às citações de dados. Pode-se realizar exercícios práticos para aplicar esse formato em cenários específicos, garantindo compreensão e aplicação prática.

3. *Uso de identificadores persistentes*: o uso de identificadores persistentes é essencial para a citação de dados, no entanto pode apresentar desafios, especialmente em relação a algumas especificidades de seu uso e que envolvem, especialmente a atribuição em subconjuntos. Os bibliotecários de dados podem contribuir para a resolução de desafios relacionados à implementação eficaz e na participação de discussões acerca do uso de identificadores persistentes e controle de versionamento dos arquivos, garantindo maior precisão e rastreabilidade nas citações.
4. *Protocolo compartilhado para citação de subconjuntos de dados*: a falta de um protocolo compartilhado para a citação de subconjuntos pode criar lacunas na abordagem de citação. A competência em dados pode promover a colaboração para o desenvolvimento de protocolos compartilhados e ampliação neste debate que ainda é incipiente.
5. *Entendimento de infraestruturas de dados*: com o surgimento de diversas infraestruturas de dados, como os citados anteriormente pode exigir abordagens específicas de citação. Os bibliotecários de dados devem estar familiarizados com algumas dessas infraestruturas como os repositórios e bases de dados de citações de dados, para que possam utilizar em suas atividades diárias e orientar seu uso de maneira adequada, alinhado aos princípios FAIR, em diferentes contextos para um adequado armazenamento, gestão e acesso aos diferentes recursos e conjuntos de dados.

Em vista disso, a competência em dados desempenha um papel fundamental na superação dos desafios relacionados à citação de dados,

garantindo eficácia, consistência e transparência no processo de gestão e compartilhamento de dados de pesquisa no meio científico. Ao fornecer serviços especializados em dados, os bibliotecários podem ocupar uma posição de destaque na criação de uma cultura de citação de dados em suas instituições e na promoção de boas práticas em toda a comunidade acadêmica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se compreender de que maneira a competência em dados pode auxiliar a superar os desafios interrelacionados a citação de dados. A prática da citação de dados tem ganhado destaque com o movimento da Ciência Aberta que propõe uma abordagem inclusiva e acessível à pesquisa, destacando a importância da reprodutibilidade e reutilização de dados. Nesse contexto, os conjuntos de dados emergem como elementos fundamentais para a contribuição intelectual, levantando discussões sobre a citação adequada dos dados, a fim de garantir seu devido reconhecimento e reforçar boas práticas de pesquisa.

Conforme foi discutido ao longo do texto, a citação é uma prática consolidada para artigos e trabalhos acadêmicos, entretanto carece de normas específicas que contemplem a singularidade dos conjuntos de dados. Adotar padrões claros de citação é essencial para possibilitar a compreensão tanto por humanos quanto por máquinas, possibilitando assim a correta identificação e recuperação dos dados que permeiam uma determinada pesquisa.

A partir dos resultados apresentados, entende-se que a competência em dados pode auxiliar não apenas na disseminação de diretrizes existentes voltada ao incentivo da prática de citação, uma vez que bibliotecários e pesquisadores competentes em dados podem liderar esforços para estabelecer padrões e práticas comuns de citação, promovendo a consistência e facilitando a compreensão. Ao proporcionar um avanço na implementação

eficiente de identificadores persistentes, fica assegurada a unicidade das citações e acesso aos dados.

Os profissionais competentes em dados também podem atuar colaborativamente em uma lacuna que é a citação de subconjuntos, que contém características específicas e requer práticas mais robustas. Além disso, considerando que a citação de dados também depende de uma gestão efetiva de infraestruturas de dados, pesquisadores capacitados estarão aptos a lidar, efetivamente, com diversos sistemas e repositórios alinhados com os Princípios FAIR, garantindo uma abordagem adequada em diferentes contextos.

Desse modo, é essencial compreender como aplicar e promover as melhores práticas na citação de dados, alinhando-se às necessidades emergentes no cenário científico e de pesquisa. Em pesquisas futuras, sugere-se um aprofundamento acerca da criação de um protocolo compartilhado para a citação de subconjuntos de dados, bem como refletir sobre soluções específicas para os desafios relacionados ao uso de identificadores persistentes, especialmente em relação à citação de subconjuntos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **ALA's Core Competences of Librarianship**. Chicago: ALA, 2023. Disponível em: https://www.ala.org/educationcareers/sites/ala.org/educationcareers/files/content/2022%20ALA%20Core%20Competences%20of%20Librarianship_FINAL.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. Working Group on Intersections of Scholarly Communication and Information Literacy. **Intersections of Scholarly Communication and Information Literacy: Creating strategic collaborations for a changing academic environment**. Chicago: ACRL, 2013. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/publications/whitepapers/Intersections.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BALBINOTTI, Stheve; PAVÃO, Caterina Marta Groposo; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Competência em dados: uma necessidade contemporânea para pesquisadores e para a sociedade. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 11, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/83569/46844>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BORNMANN, Lutz; GUNS, Raf; THELWALL, Michael; WOLFRAM, Dietmar. Which aspects of the Open Science agenda are most relevant to scientometric research and publishing? An opinion paper. **Quantitative Science Studies**, Cambridge, MA, v. 2, n. 2, p.438-453, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1162/qss_e_00121. Acesso em: 19 fev. 2025.

CLARIVATE. **Data Citation Index**. London: Clarivate, c2023. Disponível em: <https://clarivate.com/products/scientific-and-academic-research/research-discovery-and-workflow-solutions/webofscience-platform/data-citation-index/#features>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CODATA. **CODATA-ICSTI Data Citation Standards and Practices**. Paris: Codata, [202-]. Disponível em: <https://codata.org/initiatives/task-groups/previous-tgs/data-citation-standards-and-practices/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CORDIS. **Policy RECommendations for Open Access to Research Data in Europe**. London: Cordis, 2016. Disponível em: <https://cordis.europa.eu/project/id/321463/it>. Acesso em: 19 fev. 2025.

COSTAL, Marcelle; SALES, Luana; ZATTAR, Marianna. Competência em dados: habilidades na atuação e formação do bibliotecário. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 34, n. 2, p. 52-71, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/biblos.v34i2.11809>. Acesso em: 19 fev. 2025.

COSTAL, Marcelle; ZATTAR, Marianna; SALES, Luana. Formação do bibliotecário brasileiro no contexto da competência em dados. **REBECIN: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 8, ed. especial, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/264>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CUNHA, Patrick; LOW, Marieta Marks; SANTOS, Andrey Anderson dos; CÂNDIDO, Ana Clara. Competência informacional para uso de dados abertos: tendências e perspectivas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-136545, p.1-30, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.136545>. Acesso em: 19 fev. 2025.

DATA CITE. **Data citation: Why data citation?** [S. l., 202-]. Disponível em: <https://support.datacite.org/docs/data-citation>. Acesso em: 19 fev. 2025.

DATA CITATION SYNTHESIS GROUP. **Joint Declaration of Data Citation Principles**. San Diego: FORCE11, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.25490/a97f-egykh>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ciência aberta na Fiocruz**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, [202-]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/ciencia-aberta-na-fiocruz#:~:text=Em%20linhas%20gerais%2C%20a%20proposta,livre%20circula%C3%A7%C3%A3o%20do%20conhecimento%20cient%C3%ADfico>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GEBRE, Engida H.; MORALES, Esteban. How “accessible” is open data? Analysis of context-related information and users’ comments in open datasets. **Information and Learning Sciences**, v. 121, n. 1/2, p. 19-36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/ILS-08-2019-0086>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR SOCIAL SCIENCE INFORMATION SERVICES & TECHNOLOGY. **Quick guide to data citation**. [S. l.], 2012. Disponível em: iassistdata.org/file/community/sigdc/iassist.html. Acesso em: 19 fev. 2025.

KOLTAY, Tibor. Data literacy for researchers and data librarians. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 49, n. 1, p.3 -14, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000615616450>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Boca del Rio (MEX): IFLA, 2007. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Caliel Cardoso; SILVA, Maurício Coelho; PAVÃO, Caterina Marta Groposo; SILVA, Fabiano Couto Corrêa; MOURA, Ana Maria Mielniczuk; BARROS, Thiago Henrique Bragato. A teoria da citação de dados: uma revisão da produção científica na América Latina. **Transinformação**, Campinas, v. 34, e210062, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6487>. Acesso em: 19 fev. 2025.

OLIVEIRA, Edinalva; SILVA, Camila Silveira da; STANZANI, Enio de Lorena; LOPES, Claudemira Vieira Gusmão; MACHADO, Adriano; SANT’ANA, Débora de Mello Gonçalves; ANDRADE, Mariana A. Bologna Soares de (org.). **Ciência cidadã e educação em ciências: diálogos para formação docente**. Curitiba: Ed. UFPR, 2023. Disponível em: https://picce.ufpr.br/wp-content/uploads/2023/06/PICCE_EBOOK_Eixo_II.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

OPEN CITATIONS. **Open Citation Corpus**. Oxford, [2022]. Disponível em: <https://opencitations.net/corpus>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PARK, Hyounjoo; WOLFRAM, Dietmar. Research software citation in the Data Citation Index: Current practices and implications for research software sharing and reuse. **Journal of Informetrics**, v. 13, n. 2, p. 574-582, May 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2019.03.005>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SALES, Luana Farias; VEIGA, Viviane Santos de Oliveira; HENNING, Patrícia; SAYÃO, Luís Fernando (org.). **Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1182/2/IBICT_Principios%20FAIR%20aplicados%20a%20gest%c3%a3o%20de%20dados%20de%20pesquisa_2021.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANCHES, Tatiana; ANTUNES, Maria Luz; LOPES, Carlos. Improving information literacy in higher education in an unorthodox way: the literature potential for ACRL framework application. *In: THE INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE OF LIBRARIANS WESTERN BALKAN INFORMATION AND MEDIA LITERACY CONFERENCE 2020; INTERNATIONAL SUMMIT OF BOOK*, 9., 2020, Bihać. **Proceedings** [...]. [S. l.]: WBIMLC, 2020. p. 34-42. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/8060>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, Marcelle Costal de Castro dos. **Competência em dados**: mapeamento e análise das ações de apoio à pesquisa em bibliotecas universitárias dos Países Baixos e Reino Unido. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2021. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1191/1/PPGCI_IBICT_UFRJ_Dissertacao_CostalMarcelle_2021.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

SCIELO. **Guia de citação de dados de pesquisa**. São Paulo: SciELO, 2020. Disponível em: https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia-de-citacao-de-dados_pt.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; RODRIGUES, Marcello Mundim. Implementação dos princípios FAIR em repositórios de dados científicos: uma análise comparativa das infraestruturas de software do DSpace e Dataverse. *In: SALES, Luana Farias; VEIGA, Viviane Santos de Oliveira; HENNING, Patrícia; SAYÃO, Luís Fernando (org.). Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa*. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. p. 123-135. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1182/2/IBICT_Principios%20FAIR%20aplicados%20a%20gest%C3%A3o%20de%20dados%20de%20pesquisa_2021.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVEIRA, Lúcia da; BARBOSA, Ares Dall'Agnol; FERREIRA, Manuela Klanovicz; CAREGNATO, Sônia Elisa. Citação de dados científicos: scoping review. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 25, p. 1-31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72153>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVELLO, Gianmaria. Theory and practice of data citation. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 69, n. 1, p. 6-20, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.23917>. Acesso em: 19 fev. 2025.

STEINEROVÁ, Jela; ONDRIŠOVÁ, Miriam. Research data literacy perception and practices in the information environment. *In*: KURBANOĞLU, Serap; ŠPIRANEC, Sonja; ÜNAL, Yurdagül; BOUSTANY, Joumana; HUOTARI, Maija Leena; GRASSIAN, Esther; MIZRACHI, Diane; ROY, Lorie (org.). **Information literacy in everyday life**. Oulu: Springer, 2019. p. 545-555. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-13472-3_51. Acesso em: 19 fev. 2025.

A Contribuição da Pesquisa-Ação para a Gestão de Documentos e da Informação nas Organizações

Fernanda Furio Crivellaro

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século 20, o aumento exponencial de informações e documentos produzidos pelas organizações e a percepção de que se tratam de ativos institucionais relevantes para as administrações vêm demonstrando a importância da gestão da informação e da gestão de documentos para as instituições.

Neste contexto, entende-se que os documentos produzidos ou acumulados pelas organizações se configuram como registros da informação organizacional, ou seja, se constituem em um meio físico ou digital que contém e registra uma informação, garantindo que ela possa ser acessada, compartilhada e preservada ao longo do tempo.

Moreno (2008) defende que a gestão de documentos se desenvolveu a partir do desafio de gerenciar esse número cada vez mais expressivo de informações registradas. Como elemento da gestão da informação, a gestão de documentos envolve desde a produção até o arquivamento dos documentos, analisando-os para que seja definida a sua destinação,

seja a eliminação ou o recolhimento para guarda permanente (Padilha; Spudeit, 2014).

Portanto, a gestão de documentos, é um processo que garante que a informação esteja no local certo, na hora certa, para a(s) pessoa(s) certa(s), com o menor custo possível. Para Moreno (2008), a informação constitui-se como elemento indispensável às sociedades, é considerada um recurso estratégico fundamental para o desenvolvimento de todo tipo de atividade, sendo que sua ausência, insuficiência ou abundância, em que não exista a gestão, podem ocasionar graves danos aos que dela dependem.

Contudo, a organização de documentos é um dos maiores desafios da Arquivologia, visto que com a tecnologia e a evolução dos processos, atualmente, há produção em massa de documentos nas organizações, exigindo planejamento e estratégias específicas para lidar com essa situação. Portanto, encontrar ferramentas e instrumentos que auxiliem esse processo de acordo com as necessidades organizacionais, possibilitam uma gestão eficaz e eficiente.

Nesse contexto, a construção de pesquisa científica que embase ações relevantes de gestão de documentos pode ser uma alternativa satisfatória para lidar com a realidade dos diversos universos existentes dentro do ambiente organizacional, visto que cada instituição pode depender de condições específicas para uma gestão de documentos adequada.

Dentre os métodos existentes de pesquisa, a pesquisa-ação se destaca por ser um método de pesquisa que visa a intervenção prática e a resolução de problemas reais. Para Thiollent (1985) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, onde pesquisadores e os participantes representativos da situação se envolvem para testar hipóteses, implementando e acessando as mudanças de um cenário real, de modo cooperativo ou participativo. Este método surge como uma abordagem inovadora para otimizar processos e práticas, permitindo que, ao longo do processo investigativo, os participantes envolvidos na gestão de documentos atuem diretamente na implementação de mudanças e melhorias. Assim, o foco não está apenas em compreender o fenômeno em questão,

mas também em promover transformações concretas e positivas na realidade organizacional, permitindo adaptação contínua das soluções às necessidades e especificidades de cada organização.

Diante do exposto, surgiu a problemática desta pesquisa: Como a abordagem metodológica da pesquisa-ação pode contribuir para o processo de gestão de documentos nas organizações? Para responder a essa questão, este estudo teve como objetivo analisar o impacto da pesquisa-ação na melhoria da gestão de documentos, a partir da análise dos resultados de uma pesquisa realizada dentro de uma organização de ensino superior.

Entende-se que a pesquisa-ação permite avaliar não apenas as mudanças nos processos de armazenamento, organização e recuperação de informações, mas também como os efeitos dessa metodologia impactam na cultura organizacional e na eficiência dos colaboradores. Esta aplicação pode resultar em práticas mais dinâmicas e eficientes na gestão de documentos, promovendo uma maior fluidez no fluxo de informações e contribuindo para a redução de erros e desperdícios dentro das organizações.

2 GESTÃO DE DOCUMENTOS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Entende-se que a informação é insumo básico para qualquer ação, seja no âmbito acadêmico ou empresarial. A informação está ligada à geração de conhecimento e compreender que a informação é base para ações estratégicas e de planejamento que resultarão no desenvolvimento de uma organização é o primeiro passo para perceber a dependência existente e a correta relação que se deve manter entre informação e gestão (Fadel *et al.*, 2010).

Para Cianconi (1999), a informação deve ser utilizada como diferencial competitivo, um elemento estratégico à organização que reduz as incertezas e, por esse motivo, deve ser tratada como um recurso e gerenciada igualmente como ocorre com recursos humanos, financeiros e materiais. Diante desta importância surge a discussão quanto à informação registrada, o Documento.

No ambiente organizacional, documento é a informação orgânica registrada; aquela produzida ou recebida no início, condução ou complemento de uma atividade institucional, que compreende informações que evidenciam e dão suporte à execução de demandas necessárias ao funcionamento da organização. Refere-se a memória coletiva da organização, criada por registros preciosos e confiáveis que é fornecido por sua vez para auxiliar na execução e solução de demandas de forma ágil (Rousseau; Couture, 1998; Aramide *et al.*, 2020).

Entende-se como documento um conjunto de informações referentes às atividades desenvolvidas pela organização, registrado em um determinado suporte. Logo, o documento torna-se um instrumento imprescindível à organização para desenvolver suas funções e atividades, alcançando por meio desses, seus objetivos (Almeida, 2018, p. 42).

Ao concretizar a informação, o documento cria a possibilidade de que ela seja arquivada, gerida e utilizada, oficializando o fluxo informacional dos processos organizacionais e mantendo a informação fixa em um suporte para que seja utilizada em momento oportuno. Como lembra Almeida (2018), considerando os documentos como informação registrada, entende-se que a ausência de gerenciamento adequado sobre os documentos pode atingir a capacidade de gestão das informações, afetando o processo decisório, com o aumento de falhas, ou mesmo reduzir a percepção de oportunidades. Nesse contexto, a Gestão de Documentos (GD), que auxilia no controle pleno dos documentos, desde sua produção até sua destinação final, ganha nova dimensão para além da preservação e manutenção dos arquivos.

Assim como no resto do mundo, no Brasil, as definições evoluíram ao longo dos anos, incorporando a discussão sobre diferentes aspectos. A GD é compreendida como o conjunto de medidas e rotinas que garantem o controle dos documentos, desde sua produção até a destinação final, seja a eliminação ou a preservação permanente, com o intuito de organizar e racionalizar o processo administrativo, promovendo eficiência e, também,

a preservação dos documentos de valor permanente para atendimento de demandas da sociedade (Bernardes, 1998).

A norma ABNT NBR ISO 15.489-1:2018 (ABNT, 2018, p. 3), indica que a Gestão de Documentos contempla:

a) produção, captura de documentos de arquivo para cumprir requisitos de prova da atividade de negócio; b) adoção de medidas apropriadas para proteger sua confiabilidade, integridade e usabilidade conforme seu contexto de negócios e requisitos para gestão de mudanças ao longo do tempo.

Apresenta, portanto, duas dimensões da Gestão de Documentos: uma ligada à criação de documentos autênticos e outra que diz respeito à manutenção das condições necessárias para que o documento produzido seja preservado como fonte de prova em longo prazo. Do ponto de vista gerencial, este processo assegura que os documentos sejam organizados de maneira eficiente e eficaz para que sejam rapidamente localizados não apenas durante o uso do documento, mas também durante o período em que aguardam cumprimento de prazos, seja no arquivo corrente, intermediário ou permanente. (Bernardes; Delatorre, 2008)

A Gestão de Documentos é um processo arquivístico que, com menor custo e maior eficiência e eficácia, busca intervir no ciclo de vida dos documentos, visando reduzir, seletiva e racionalmente, a massa documental a proporções manipuláveis até que a ela tenha destinação final (expurgo ou recolhimento aos arquivos permanentes) (Medeiros; Amaral, 2010, p. 298).

Além do controle documental, a GD contempla o ato de administrar toda a produção de documentos, desenvolvendo um planejamento que tenha como objetivo organizar, registrar, facilitar o acesso e reduzir custos arquivísticos de toda a informação registrada dentro de um ambiente. Falhas no sistema de controle de produção ou tramitação dos documentos, acumulação de documentos de forma desordenada e falta de procedimentos para lidar com os documentos comprometem a qualidade

das atividades diárias, dificultam o acesso à informação, oneram espaço físico e aumentam custos operacionais (Bernardes; Delatorre, 2008).

Assim, implantar um projeto de GD garante que as instituições tenham controle sobre os documentos que recebem ou produzem, bem como que reduzam custos operacionais para mantê-los arquivados, além de diminuir a massa documental e otimizar a guarda de documentos analógicos e digitais. Além disso, o acesso à informação qualificada, em tempo hábil, de maneira segura, é um elemento que demonstra a importância da Gestão de Documentos para o tratamento integral da informação.

A GD exige um vasto conhecimento legal e de processos, já que, por meio das legislações e normas, são desenvolvidas ações que devem indicar prazos de guarda e destinação final, além de todos os requisitos necessários para o desenvolvimento de ações que serão implantadas, considerando tanto a preservação dos documentos quanto as necessidades dos usuários.

O processo implica a realização de diversas etapas que possibilitem a compreensão e codificação dos documentos em diversos níveis, desde seu reconhecimento (diagnóstico da Produção Documental), passando pela inclusão de cada tipo documental numa lógica de organização (Classificação), até o estabelecimento de critérios de valoração, visando determinar a preservação ou a eliminação dos documentos (Avaliação) (Pazin, 2005, p. 5).

Para Bernardes e Delatorre (2008), existem algumas etapas e atividades a serem desenvolvidas para Gestão de Documentos, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 — Etapas e atividades da Gestão de Documentos

<i>ETAPAS</i>	<i>ATIVIDADE A SER DESEMPENHADA</i>	<i>COMO A ATIVIDADE É DESENVOLVIDA</i>
RECONHECIMENTO	Produção de documentos	Analisar os documentos produzidos, identificando seu surgimento e desenvolvendo a padronização na elaboração de documentos.
	Utilização dos documentos	Identificar quando e quem utiliza os documentos, tanto documentos correntes quanto documentos arquivados.
	Tramitação	Estudar, organizar e definir o fluxo documental, deixando-o padronizado desde sua criação até a guarda.
CLASSIFICAÇÃO	Classificação	Classificar tipos e séries documentais, desenvolvendo um plano de classificação.
	Organização e arquivamento	Organizar e arquivar os documentos, de acordo com as normas desenvolvidas na classificação.
AVALIAÇÃO	Avaliação	Identificar o valor e o ciclo de vida de cada documento, estabelecendo seu prazo de guarda.
	Reprodução	Reproduzir documentos quando houver a necessidade tanto por preservação do documento original para guarda permanente quanto para substituição do papel para microfilme.
	Destinação de documentos	Garantir que os documentos sejam descartados ou guardados, após seu uso, aplicando sempre o critério de temporalidade.

Fonte: Crivellaro (2023), adaptado de Bernardes e Delatorre (2008)

A primeira etapa da gestão de documentos, denominada Reconhecimento, corresponde ao diagnóstico da produção documental, em que se faz necessário desenvolver as atividades de estudar os documentos que são produzidos, entender quando acontece sua utilização e determinar qual o fluxo do documento dentro da organização. O intuito é tornar claro como ocorre o surgimento de cada documento, padronizando seu percurso e sua criação.

A segunda etapa, chamada de Classificação, é o momento de definir o tipo documental buscando uma lógica para sua organização, em que se encontram duas atividades, a de tipificar o documento, codificando e organizando a forma de guarda, para desenvolver uma estratégia de arquivamento.

A terceira e última etapa é a de Avaliação, que visa preservar e descartar documentos. Ela prevê o desenvolvimento de atividades para compreender o valor do documento e o seu ciclo de vida, definindo o prazo de guarda, bem como a reprodução de documentos para que não se percam e deterioreem informações e garantir que os documentos sejam descartados ou permaneçam guardados quando necessários.

A partir das etapas e atividades citadas no quadro, com o objetivo de desenvolver uma percepção sistemática sobre a GD, Crivellaro (2023) desenhou algumas etapas que devem ser seguidas para gerir os documentos de forma eficiente:

1. identificação dos documentos e análise de seu uso;
2. estudo das leis regem os tipos de documentos estudados;
3. estudo sobre o fluxo documental, desde sua criação até destinação final;
4. estruturação de um plano de classificação, com tipos e séries;
5. identificação de valor e ciclo de vida do documento;
6. elaboração de uma tabela de temporalidade de documentos, com a atribuição de códigos, prazos de guarda e de arquivamento que devem ser aplicados a cada documento;
7. reprodução e preservação dos documentos;
8. organização e arquivamentos dos documentos;
9. criação de estratégias para que os documentos sejam eliminados e/ou preservados.

Ao analisar todo esse ciclo, percebe-se a importância do planejamento de cada fase. Identifica-se, também, a importância de compreender o vínculo arquivístico, “a rede de relacionamentos que cada documento tem com outros documentos pertencentes ao mesmo conjunto” (Duranti, 1997, p. 216). Considerando-se que a realização das funções e a produção documental ocorrem no âmbito dos processos organizacionais, depreende-se que a origem do vínculo arquivístico está inserida no âmbito dos processos administrativos e técnicos necessário para a realização das atividades.

Percebe-se, então, que uma das principais características dos documentos de arquivo é a articulação e a conexão natural entre as partes de um processo, suas atividades e os documentos. Carucci (1987) afirma que existe uma conexão lógica e formal entre as atividades executadas e os documentos produzidos que são ligados entre si por esse vínculo necessário. Essa relação entre atividade e documento é denominada organicidade, uma das características essenciais dos documentos de arquivo.

Por sua característica aplicada, percebe-se que a pesquisa necessária ao desenvolvimento de modelos e métodos de trabalho de gestão de documentos pode se beneficiar fortemente da metodologia da pesquisa-ação.

3 A PESQUISA-AÇÃO

Toda pesquisa surge pelo reconhecimento de um problema e da formulação de hipóteses. Para ser qualificada cientificamente, a pesquisa pressupõe sistematização, especificidade de métodos e técnicas que interajam com a realidade empírica, problematizando-a, discutindo-a e indagando-a, num processo permanente. Em sua realização, relaciona-se teoria e prática, ou seja, pensamento e ação.

Como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige padronização das ações que serão desenvolvidas ao longo de seu processo, para que sejam efetivamente planejadas. Para Gil (2018), a pesquisa concretiza-se mediante a elaboração de documento que explicita as ações que serão desenvolvidas ao longo do processo, este documento especifica o

problema de pesquisa, a construção de hipóteses, os objetivos de pesquisa, a justificativa e operacionalização de conceitos, a modalidade de pesquisa, definição do universo de pesquisa, procedimentos de coleta e análise de dados, e cronograma da execução da pesquisa.

Figura 1 – Etapas de pesquisa



Fonte: Adaptado de Gil, 2018.

Conforme demonstra a figura 1, algumas etapas precisam ser seguidas para estruturar uma pesquisa, porém cada pesquisa pode ser estruturada de acordo com sua necessidade, não é um caminho engessado, o pesquisador que define a estrutura e limites de seu planejamento. A função disto é auxiliar o pesquisador a compreender os caminhos e refletir sobre o problema a ser investigado, garantindo embasamento teórico, compreensão e clareza do objetivo com o intuito de promover resultados positivos ao tema estudado.

Por meio disto, faz-se necessário a escolha de um método, que é o caminho para alcançar a informação íntegra e tempestiva, garantindo a organização do conhecimento. O método orienta e traça um roteiro construindo diversas fases e caminhos que deverão ser percorridos, enquanto neste caminho o pesquisador é um interprete da realidade estudada (Ramos, 2009). Para um caminho assertivo, a escolha de método é essencial, a fim de garantir que a pesquisa não perca e ainda organize seus dados.

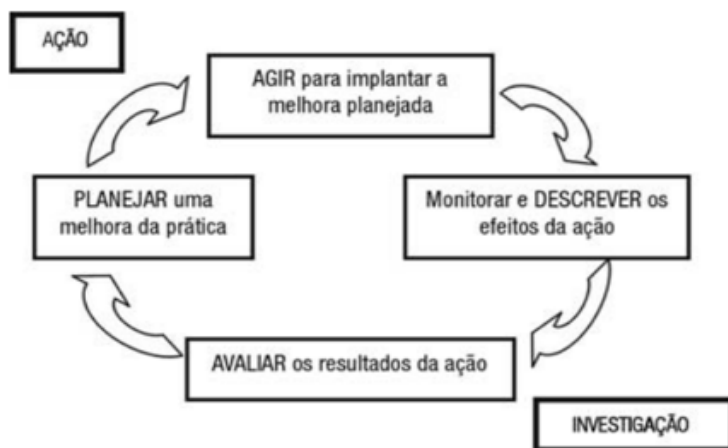
A Pesquisa-ação é um método de pesquisa que surgiu na área da saúde, partindo da necessidade de não apenas estudar um problema *in loco*, mas também participar do problema, convivendo com a dor dos sujeitos,

visando compreender clinicamente o seu problema, observando, descrevendo, analisando e desenvolvendo a escuta na busca do conhecimento (Melo; Maia Filho; Chaves, 2016).

Na pesquisa-ação, o processo de pesquisa acontece simultaneamente ao aprimoramento da prática. Para isso, desenvolve-se um ciclo de planejamento, implementação, descrição e avaliação, dentro do processo de pesquisa, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação científica (Tripp, 2005). É um tipo de pesquisa com base empírica realizada com o intuito de agir para solucionar um problema coletivo, onde o pesquisador e os participantes da pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 1985).

Neste sentido, a pesquisa-ação contribui para a ação social, possui objetivo de trazer resultados práticos relacionados ao problema estudado, buscando este objetivo por meio do envolvimento do pesquisador com os participantes que estão sendo estudados. Conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 — Processo de pesquisa-ação



Fonte: Tripp, 2005.

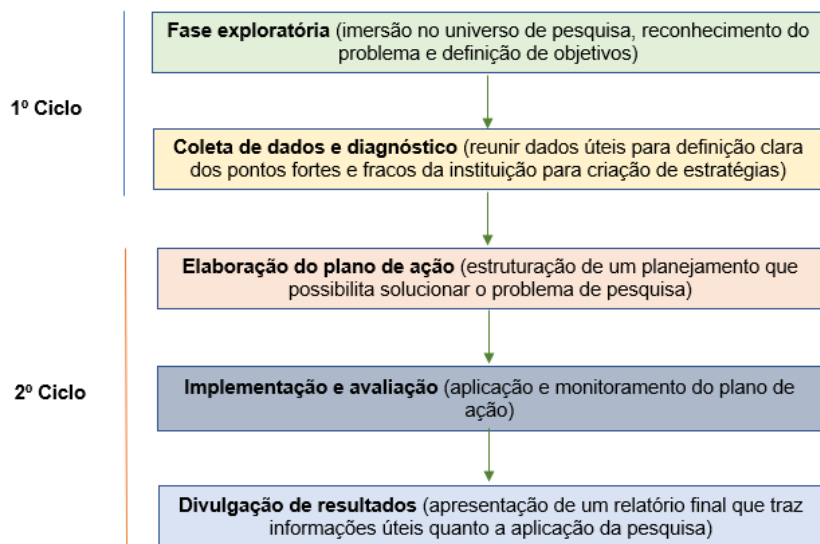
Esta metodologia vem emergindo para a intervenção, o desenvolvimento e a mudança no âmbito organizacional e da comunidade; é uma modalidade de pesquisa que tem como propósito adquirir conhecimentos claros, precisos e objetivos que auxiliam no diagnóstico de problemas e situações específicas, com vista a alcançar resultados práticos, não visa obter enunciados científicos generalizáveis, apesar de poder contribuir para a generalização (Gil, 2018).

Gil (2018) cita que a principal diferença entre a pesquisa-ação em relação aos outros métodos existentes, além de possuir uma flexibilidade na execução, ela envolve a ação dos pesquisadores e de grupos interessados em todos os momentos da pesquisa. Portanto, na pesquisa-ação, as fases de execução podem ter mudanças constantes devido a dinâmica do relacionamento entre os pesquisadores e a situação pesquisada.

Como o desenvolvimento da pesquisa-ação é executado com o entrosamento dinâmico entre o pesquisador e os pesquisados - apesar de haver planejamento de execução da pesquisa -, os caminhos podem ir e vir de acordo com a necessidade de mudança de uma ação que venha a ocorrer de fato em sua execução, ou seja, esse método não engessa a forma de realização das etapas da pesquisa.

Conforme demonstrado na figura 3, o método se divide em dois ciclos; o primeiro é o momento de identificação, reconhecimento de teorias, embasamento para estruturação de ação, composto pela fase exploratória e coleta de dados até o diagnóstico. E o segundo ciclo, a prática da pesquisa, com a aplicação de todas as informações que foram levantadas, dividido em plano de ação, implementação e avaliação e divulgação do resultado.

Figura 3 — Etapas desenvolvidas na pesquisa-ação



Fonte: Crivellaro, 2023.

Em concomitância à construção das etapas, apresentadas na figura 3, Gil (2018) indica a realização de seminários, que são consideradas reuniões estruturadas com a equipe de pesquisadores, membros interessados e participantes especialistas que podem contribuir com a discussão e aprovação das diretrizes de pesquisa e de ação em todos os momentos da pesquisa.

3.1 1º CICLO DA PESQUISA-AÇÃO: FASE EXPLORATÓRIA, COLETA DE DADOS E DIAGNÓSTICO

A fase exploratória é demarcada pelo reconhecimento do ambiente em que a pesquisa será aplicada, levantando informações que levem à uma imersão no universo de pesquisa, trazendo maior clareza sobre problemas e objetivos que precisam ser alcançados.

Após este levantamento, e para embasar a construção diagnóstica do problema, é necessário a busca por dados que auxiliarão na construção do método que irá solucionar a demanda levantada. Para Gil (2021), os dados são peças fundamentais na construção de qualquer pesquisa, sejam eles números ou palavras, para o autor, o planejamento rigoroso sem coleta de dados adequada afeta diretamente o resultado da pesquisa. A coleta de dados deve ser entendida como um processo, que seleciona diferentes procedimentos que irão auxiliar na determinação de questões e na orientação de obtenção de dados, desde a definição da estratégia para amostragem até a permissão e meio de preparação e registro destes dados, que serão utilizados pelo pesquisador como instrumento para o alcance dos seus objetivos.

Os dados podem ser percepções, conceitos, crenças, processos e vivências que serão coletadas de maneira individual, grupal ou coletiva. Esses dados são úteis para capturar e entender motivos e significados que irão possibilitar a compreensão da pesquisa e gerar conhecimento. (Sampieri; Collado; Lucio, 2013)

Uma pesquisa sólida preza pela utilização de múltiplos procedimentos para coleta de dados e leva em conta o objetivo na escolha dos instrumentos adequados. Os mais usuais são: questionário, entrevista, observação, análise documental, história de vida e grupos focais (Gil, 2021). O uso de mais de um método de coleta de dados garante que a informação seja checada e até mesmo muitas vezes testada, quando existe a possibilidade de comparação, oferecendo maior riqueza, amplitude e profundidade do processo (Sampieri; Collado; Lucio, 2013; Gil, 2021).

Por fim, inicia-se a elaboração do diagnóstico, a última etapa a ser construída do primeiro ciclo de pesquisa. Para Lewin (1978), é por meio deste que se tem conhecimento necessário para orientar a solução do problema através de uma ação planejada que será conduzida pelo grupo. Melo; Maia; Chaves (2016) acreditam ser nesta fase, que a análise dos dados que foram observados, descritos e posteriormente discutidos em grupos servirá de alicerce para produzir um planejamento de ação, onde novas compreensões e conhecimentos sobre o problema poderão gerar mudanças aos sujeitos participantes.

Para o desenvolvimento da pesquisa-ação, Lewin (1978) propõe a criação de “laboratórios sociais” — seminários em que grupos reúnem dados que servirão como diagnóstico do problema investigado. A partir dessas informações, são realizadas reuniões para discutir o problema e elaborar métodos que visem à sua solução, com o processo sendo registrado e monitorado durante a execução das ações.

3.2 2º CICLO DA PESQUISA-AÇÃO: PLANO DE AÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, AVALIAÇÃO E RESULTADO

O plano de ação é o direcionamento de atitudes da organização em relação ao seu objetivo que proporciona a previsão de ações acerca do futuro da empresa, ou seja, é a ação administrativa que define a melhor direção que a empresa deve seguir com o intuito de otimizar seus processos e desempenhar suas atividades de maneira inovadora e diferenciada. (Oliveira, 2004)

Segundo Oliveira (2004), para um desenvolvimento eficaz de um plano de ação, faz-se necessário:

1. Explicar e estudar como a instituição se encontra;
2. Determinar a razão do plano de ação;
3. Indagar a situação /momento vivenciado;
4. Estruturar as ações a serem realizadas detalhadamente, inclusive com uma programação específica;
5. Criar formatos para avaliar e controlar tais ações.

Por exemplo, para planejar uma situação de pesquisa-ação, faz-se necessário: Entender o objetivo do estudo, a sua problemática, reconhecer e analisar a situação e responder: “Qual(is) fundamento(s), recursos e características a situação atual traz?”.

Ao se compreender com aprofundamento o campo estudado, há uma melhor garantia da estruturação de ação passível à execução deste método. Os dados coletados dentro do campo de estudo, garantem a elaboração de estratégias em ciclos e cada ciclo traz mais dados que dão suporte ao ciclo de ações seguinte (Tripp, 2005).

Após o planejamento, inicia-se a implementação do plano e nesta etapa, as ações são colocadas em prática. Após o diagnóstico e o planejamento, essa fase marca o início da execução efetiva das estratégias, métodos ou mudanças propostas. É uma etapa dinâmica, pois pode envolver ajustes contínuos com base nos resultados observados.

A avaliação é a etapa que acompanha constantemente a implementação que verifica: aplicação prática das estratégias planejadas, o engajamento dos participantes ou da comunidade envolvida; o registro e monitoramento contínuo do que está sendo feito; os ajustes e correções durante o processo, conforme necessário e a avaliação preliminar dos efeitos das ações.

Para finalizar a pesquisa, apresenta-se o resultado obtido, por meio de um relatório final, que conforme defende Tripp (2005), possibilita melhor organização e compreensão do resultado, o relatório deve ser estruturado contendo as seguintes informações:

- a. Intenção inicial do pesquisador;
- b. informações úteis quanto a investigação no trabalho de campo da situação, dos participantes e das práticas profissionais;
- c. informações sobre a execução do planejamento, as necessidades de mudança de percurso, a implementação das atividades (atribuições e responsáveis pela execução)
- d. resultados obtidos, o que funcionou e o que não funcionou e por quê;
- e. em que medida o embasamento teórico foi útil no processo de pesquisa;
- f. melhorias alcançadas;
- g. recomendações para a execução do mesmo trabalho no futuro.

O relatório garante a divulgação e a sistematização das informações junto aos envolvidos, permitindo a construção de novos conhecimentos e a identificação de caminhos alternativos para aprimorar atividades já desenvolvidas pela instituição. Esse processo contribui para melhorias no desempenho e na execução das atribuições diárias. Além disso, o relatório serve como fonte de conhecimento para outros pesquisadores interessados na mesma área, ampliando o alcance e o impacto da investigação.

A pesquisa-ação se distingue de outros métodos por estruturar processos participativos, nos quais uma comissão envolvida na investigação analisa e aprova ações com base nos conhecimentos obtidos. Essas ações são aplicadas e monitoradas ao longo da execução, sendo constantemente ajustadas conforme os resultados observados na prática. Por esse motivo, seus desdobramentos não são pré-definidos, pois dependem do desenvolvimento do próprio processo. (Tripp, 2005)

4 APLICAÇÃO DA PESQUISA AÇÃO NA GESTÃO DE DOCUMENTOS

Como universo para aplicação da pesquisa-ação no contexto da Gestão de Documentos, foi utilizada uma Instituição de Ensino Superior - IES mantida por uma fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, religiosos ou político-partidários, localizada no interior de São Paulo, criada 1966 por meio de legislação específica (Crivellaro, 2023). Atualmente a IES conta com oito cursos de Bacharelado e um de licenciatura, seis turmas ativas cursos de pós-graduação lato sensu e um curso técnico, contando com cerca de 1.300 alunos ativos. A pesquisa-ação foi selecionada como método para subsidiar a regulamentação do processo de gestão de documentos visando implantar novas exigências legais solicitadas pelo Ministério da Educação (MEC), que determinou a conversão digital de todos os documentos de alunos ativos e egressos, o chamado acervo acadêmico, com a aplicação da temporalidade conforme as regras de instituição de ensino superior e a transformação digital dos processos relacionados aos alunos.

Nesse contexto, estratégias e novas estruturas seriam necessárias para uma Gestão de Documentos que cumprisse os requisitos exigidos pela legislação e considerando que a IES, obrigatoriamente, precisava manter a maioria dos documentos - como o histórico escolar, o registro do diploma, distinções, méritos e penalidades sofridas presentes no prontuário - permanentemente ou por, no mínimo, 100 anos.

A pesquisa-ação surgiu como uma ferramenta necessária de investigação que se concentra em resolver problemas práticos através da ação e da reflexão coletiva. Por este motivo a pesquisadora responsável envolveu todos os participantes do processo documental da IES, para fazer parte dessa análise, verificação e desenvolvimento de processos e metodologias que seriam aplicados para cumprir com a nova legislação.

Foi constituído um comitê gestor para elaborar e implementar as ações voltadas ao acervo acadêmico. Esse comitê era composto pela Direto Geral da IES, a coordenadora da Secretaria, quatro funcionários da secretaria e a pesquisadora, e todas as estratégias criadas garantiam confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de todas as informações dos processos e documentos originais.

A pesquisa-ação foi estruturada nos dois ciclos previstos: 1º) Compreensão da situação e estruturação do Diagnóstico; 2º) Plano de ação para implementação e monitoramento. Os ciclos foram divididos em cinco fases, para que pudesse compreender a necessidade do campo de pesquisa, analisar as exigências legais e criar procedimentos para execução desta ação, sendo estruturado da seguinte forma:

1ª fase - reconhecimento inicial do campo a ser estudado (conhecimento do ambiente organizacional e da legislação que rege os documentos);

2ª fase - levantamento de dados relativos a informações institucionais quanto a estrutura organizacional, atividades executadas como subsídio à 3ª fase;

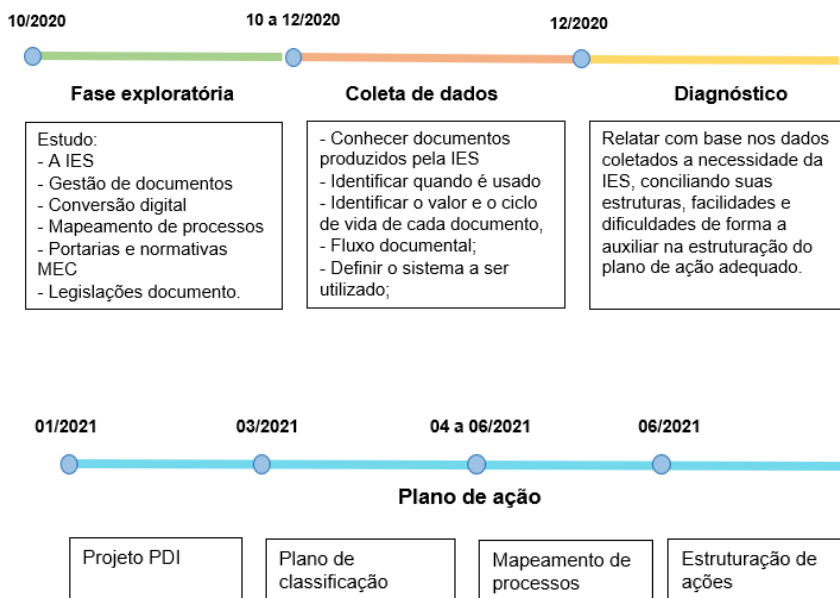
3ª fase - planejamento, com estruturação dos planos de ação para execução de cada uma das etapas do projeto.

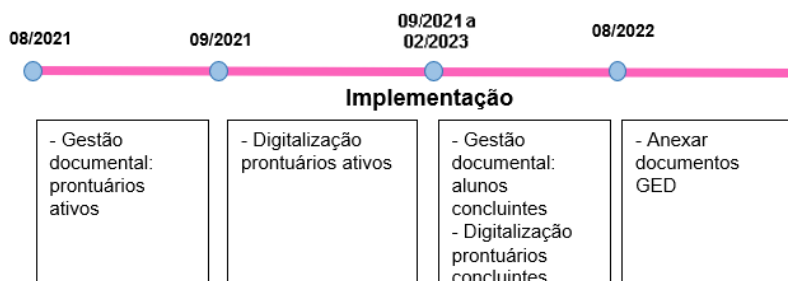
4ª fase - implementação e avaliação das ações planejadas, monitorando e controlando a execução, de modo que o processo se mantivesse em continuidade e que as falhas e obstáculos fossem resolvidos antes de afetar o rendimento do trabalho.

5ª fase - divulgação dos resultados, com ações padronizadas e a execução de acordo com o planejado e estruturado. Nesta fase é elaborado um relatório final com a descrição das ações e ocorrências do projeto, soluções apresentadas e benefícios da execução.

Do ponto de vista da execução, a pesquisa-ação ocorre em uma sequência temporal determinantes para a efetividade das ações propostas. No caso estudado, as etapas foram construídas conforme linha do tempo da figura 4.

Figura 4 — Linha do tempo da Pesquisa-ação





Fonte: Elaborada pela autora, 2022

Cada fase foi essencial para construir caminhos a serem seguidos e planejados. Em todas elas o comitê gestor foi responsável por discutir e trazer informações relevantes.

Por meio das discussões junto ao comitê responsável pela realização do plano de ação para o processo de conversão digital, foi possível compreender a realidade atual e traçar planos para a realidade ideal. O cumprimento das etapas de Gestão de Documentos seguiu as fases da pesquisa-ação, de acordo com os ciclos propostos. Em cada caso, foi possível identificar um conjunto de benefícios de aplicação, conforme indicado no quadro 2.

Quadro 2 — Fases e benefícios da pesquisa ação aplicadas na IES

Ciclos	Fase da pesquisa-ação	Etapas da GD para documento digital	Benefícios do mapeamento no processo da GD
1º ciclo	Exploratória	Conhecer o objeto de estudo e sua estrutura operacional	- Definição de processos por setores; - Compreensão de atividades por setores; - Identificar a interligação de tarefas entre setores; - Identificação dos documentos e sua guarda; - Forma de operacionalizar o arquivo;
		Conhecer o arquivo e como os documentos são geridos atualmente	
		Estudar a legislação que abrange esta documentação;	
	Coleta de dados e diagnóstico	Levantar e conhecer documentos que são constituídos pela organização;	- Identificação do fluxo documental; - Reconhecimento do destino destes documentos; - Percepção se os percursos dos documentos eram eficazes na solução de demandas; - Reconhecimento de prazos e necessidade de uso do documento; - Verificação da necessidade de produzir um documento ou não; - Definição de guarda de acordo com a necessidade de uso; - Delimitação dos documentos da IES que contemplas a normativa;
		Identificar o uso documento, quem são os usuários, quando utilizam e qual o período de utilização;	
		Identificar o valor e o ciclo de vida de cada documento, estabelecendo seu prazo de guarda;	
		Estudar o fluxo documental;	
		Definir o sistema a ser utilizado;	
		Desenvolver uma tabela que concilie classificação de documentos e temporalidade;	

Ciclos	Fase da pesquisa-ação	Etapas da GD para documento digital	Benefícios do mapeamento no processo da GD
2º ciclo	Elaboração do plano de ação	Classificar tipos e séries documentais, desenvolvendo um plano de classificação;	- Estruturação da tabela de documentos por destino final; - Compreender se está sendo colocado o documento na pasta final adequada para facilitar o processo de gestão documentos; - Identificar os documentos para montar o sumário do prontuário; - Definir ações para aplicar a temporalidade, restaurar os documentos permanentes e descartar documentos que já cumpriram prazo de guarda; - Estruturar ações assertivas para o alcance do objetivo da IES
		Mapear, organizar e definir o fluxo documental;	
		Desenvolver ações de gestão documental;	
	Implementação e avaliação	Garantir que os documentos sejam descartados ou guardados;	- Redução do espaço físico do acervo; - Eliminação de documentos que já cumpriram prazos; - Padronização de ação para execução das tarefas; - Agilidade para digitalização; - Delimitação de documentos que seriam anexados ao Sistema de Gerenciamento de Documentos (GED); - Redução de custos para memória do GED; - Possibilidade de colocar estagiários auxiliando no processo; - Melhoria na disposição dos documentos para facilitar descarte futuro; - Redução de custos para a IES que pode executar o trabalho sem terceiros; - Padronização de ação para execução das tarefas vários funcionários
		Organizar e arquivar os documentos;	
		Reproduzir e preservar os documentos;	

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Crivellaro, 2023.

Os benefícios apontados correspondem também à sistematização de ações técnicas, realizadas em cada fase / etapa. A utilização da pesquisa-ação possibilita a estruturação do processo e a visualização por todos os envolvidos, desde a pesquisadora responsável, até o comitê gestor e a equipe de execução, resultando em impactos positivos pela implementação de procedimentos de Gestão de Documentos. O quadro 3 apresenta um resumo do impacto da pesquisa-ação em vários aspectos das atividades da IES.

Quadro 3 — Impacto da pesquisa-ação na realidade da Gestão de documentos na IES

Antes da pesquisa-ação	Após a pesquisa-ação
Boa estrutura física, departamentos bem divididos, profissionais capacitados para suas funções.	Esses funcionários foram chaves essenciais para o andamento de todo o processo
Havia uma necessidade de adquirir recursos físicos (scanner, computadores) e uma sistema operacional específico para gestão documento em meio digital;	Aluguel de 2 scanners, direcionamento de 2 computadores, definição uma sala arquivo e aquisição de um sistema de gerenciamento de documentos
Poucos funcionários para auxiliar no processo de conversão digital, já que os mesmos teriam que cumprir com as demandas já existentes;	Contratação de um funcionário responsável pelo arquivo, que iria operacionalizar a organização e limpeza dos documentos e contratação de estagiários que seriam escalados no processo de digitalização;
Não havia profissional responsável para acompanhar a legislação de acervo e criar estratégias para cumprir os prazos exigidos para conversão digital, visto que as legislações mudam com frequência e devem ser acompanhadas para que não se perca regulamentos que precisam ser cumpridos	Composição do comitê, responsável em acompanhar todas as exigências legais, criar planos de ações e monitorar e controlar cada processo para que alcance o objetivo final e cumprissem requisitos legais
O arquivo era organizado com base no uso dos documentos, sem seguir etapas da GD.	Aplicação das técnicas de gestão de documentos: reconhecimento, classificação e avaliação, para identificar, classificar, organizar e estruturar os documentos, possibilitando entender o seu caminho e definindo melhor forma de guarda e aplicação de métodos de restauração e descarte quando necessário

Antes da pesquisa-ação	Após a pesquisa-ação
Não havia técnicas de restauração documental	As técnicas planejadas incluem desde cuidado e limpeza destes documentos, materiais utilizados para guarda documental para manter a qualidade dos documentos até deixá-los preparados para o processo de digitalização, já que alguns documentos podiam, se não houvesse cuidado no momento da digitalização, ser ainda mais prejudicados devido o tempo de vida.
Não havia classificação por tipo e série documental; plano de classificação de documentos; identificação do ciclo de vida de cada documento; aplicação da temporalidade dos documentos para eliminação	A partir da portaria que prevê os documentos existentes em Instituição de Ensino Superior Público que rege também às instituições de ensino privadas, foi possível identificar quais os documentos que são produzidos por uma IES, a temporalidade que deve ser aplicada nestes documentos, tanto para arquivo quanto para descarte e os códigos que devem ser utilizados para cada documento, com isso foi estruturada uma tabela individual para a instituição, identificando quais documentos são produzidos pela instituição para, consequente entender o fluxo dos mesmos.
A IES possuía aproximadamente 1.200 caixas que somam aproximadamente um milhão de documentos individuais para serem digitalizados	Cerca de 90% dos documentos organizados e restaurados e aproximadamente 50% já digitalizados, o que já significava que a lei vigente estava sendo contemplada em tempo hábil
Não havia Secretaria Acadêmica Digital e nem planos de incluir uma	Processo de contratação de um sistema que abrangesse a Secretaria Digital
Não existia um plano de desenvolvimento institucional sobre o acervo, que é uma exigência legal	Foi criado um Projeto que está no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da instituição, já que estas ações podem modificar os processos internos da instituição de ensino e por se tratar de exigências legislativas que precisam ser cumpridas. Este projeto do acervo acadêmico teve o intuito de justificar o motivo desta conversão de documentos, desenvolvendo cronograma e planejamento das ações que seriam executadas no curto e médio prazo.
Não havia um plano para digitalização	Foram estruturadas estratégias voltadas ao processo de digitalização dos documentos, criando padrões neste processo e assim deixando a equipe capacitada e capaz de cumprir o prazo legal

Fonte: Crivellaro, 2023.

No caso estudado, a implantação da pesquisa-ação na IES resultou em situações concretas como: para o acervo físico, a redução de 35% das caixas de documentos; para o custo da digitalização, redução de 50% do valor em relação à opção de terceirização de serviços; para o cumprimento do prazo de digitalização, permitiu a aplicação simultânea do processo, reduzindo o tempo de 21 para 06 meses. No tempo total do processo, permitiu a redução do prazo total do processo de 21 para 11 meses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem metodológica da pesquisa-ação demonstra grande potencial para contribuir significativamente com o processo de gestão de documentos nas organizações. Por seu caráter participativo e reflexivo, essa metodologia permite que os envolvidos na prática documental — gestores, arquivistas, técnicos e demais colaboradores — atuem como agentes ativos na identificação de problemas, no desenvolvimento de soluções e na aplicação de melhorias contínuas.

Ao integrar teoria e prática, a pesquisa-ação favorece a construção coletiva do conhecimento, promovendo o engajamento dos participantes e garantindo que as ações implementadas estejam alinhadas com a realidade institucional. Isso torna os processos de gestão documental mais eficazes, dinâmicos e adaptados às necessidades específicas da organização.

Além disso, o ciclo contínuo de diagnóstico, ação, avaliação e replanejamento, típico da pesquisa-ação, contribui para o aprimoramento sistemático das práticas de produção, uso, organização, preservação e acesso aos documentos. Assim, a metodologia não apenas auxilia na resolução de problemas pontuais, mas também fortalece a cultura de gestão documental dentro das organizações, promovendo maior eficiência, transparência e responsabilidade na administração da informação.

REFERÊNCIAS

ABNT. **ABNT NBR ISO 15489-1**: Informação e documentação: Gestão de documentos de arquivo: parte 1: conceitos e princípios. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ALMEIDA, Maria Fabiana Izídio de. **Gestão documental e seus impactos**: uma abordagem nos processos de auditoria. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/almeida_mfi_me_mar.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

ARAMIDE, Olufemi K. *et al.* Improving records management and security for successful business performance: the role of new media business performance. **Library Philosophy and Practice** (e-journal), Apr. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363295342_Improving_Records_Management_And_Security_For_Successful_Business_Performance_The_Role_Of_New_Media. Acesso em: 01 abr. 2025.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. Reedição com correção. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colectao_como_fazer/cf1.pdf. Acesso em: 25 maio 2025

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/livros/gestao_documental_aplicada.pdf. Acesso em: 25 maio 2025

CARUCCI, Paula. **Il documento contemporaneo**: diplomatica i criteri di edizione. Roma: La Nuova Itália Scientifica, 1987.

CIANCONI, Regina de Barros. **Gestão da informação na sociedade do conhecimento**. Brasília: SENAI/DN, 1999.

CRIVELLARO, Fernanda Furio. **Mapeamento de processos como ferramenta auxiliar para conversão digital em gestão de documentos acadêmicos**. 2023. 213 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/366aa8d2-8868-49c0-b6d4-172aee286629/content>. Acesso em: 25 maio 2025.

DURANTI, Luciana. The Archival Bond. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, p. 213-218, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226554280_The_Archival_Bond. Acesso em: 3 mar. 2026.

FADEL, Bárbara *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, Marta (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/90421de6-8baa-432b-a994-d06fed7baa2a/content>. Acesso em: 25 maio 2025.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2021.
- LEWIN, Kurt. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978
- MEDEIROS, Nilcéia Lage de; AMARAL, Cléia Márcia Gomes do. A representação do ciclo vital dos Documentos: uma discussão sob a ótica da Gestão de Documentos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 297-310, jul./dez, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/15108/10436> Acesso em: 25 mai 2025.
- MELO, Armando Sérgio Emerenciano de; MAIA FILHO, Osterne Nonato; CHAVES, Hamilton Viana. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 153-159, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/MM3jfxNVLZG9JP3bcmXpf8H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- MORENO, Nadina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (org.). **Gestão em arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. p. 71-89.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- PADILHA, Tamara de Souza; SPUDEIT, Daniela. Plano de classificação de documentos: análise das metodologias utilizadas por instituições brasileiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 121-143, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/299>. Acesso em: 25 maio 2025.
- PAZIN, Marcia. **Arquivos de empresas, tipologia documental**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.
- RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Grupo GEN, 2009.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/27989>. Acesso em: 25 maio 2025.

Parte II

Informação & Sociedade

Direito à Cidade e Direito à Informação: equivalências e emergências urbanas

Henrique E. C. França

Maio de 1968, Paris em ebulição. Nos corredores do Campus Nanterre, dois professores que marcariam em definitivo a história da sociologia militam por liberdade e somam-se ao icônico coro revolucionário "é proibido proibir". Henri Lefebvre (1901—1991), nascido em território francês fronteiro à Espanha, e Manuel Castells (1942-), espanhol exilado em França, têm em comum, além da curiosidade das fronteiras geográficas e do marxismo como base ideológica em seus estudos, um objeto de pesquisa de inegável importância na configuração social moderna: a cidade.

Cada um a seu modo, não raro discordantes na acepção dos estudos sociais sobre o espaço (ou a sociedade no) urbano, Lefebvre e Castells trabalham para esclarecer como as estruturas (capitalistas) de poder se perpetuam num *continuum*, e ainda para apontar possíveis propostas de revolução social a partir da conquista ou apropriação de ações emancipadoras da/na sociedade, cada um a seu tempo - seja o pós-industrial de Henry Lefebvre, seja o pós-digital de Manuel Castells. Este ensaio percorre os trilhos abertos por esses autores - ainda que não se baseie exclusivamente neles - para propor aproximações entre o Direito à Cidade e Direito à Informação como clareiras para o exercício da cidadania e o consequente fortalecimento da democracia nas cidades.

DIREITO À CIDADE E DIREITO À INFORMAÇÃO: IDEAIS COMPLEMENTARES

As aproximações entre os pressupostos dos direitos à informação e à cidade são dignas de uma observação inicial: diante de uma associação tão natural, é curioso que esse encontro não tenha sido promovido antes — ou pelo menos que não se tenha feito conhecer amplamente.

Em contexto informacional, o acesso à informação como direito fundamental remonta à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, sendo ainda referendada em cânones como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), Convenção Europeia sobre Direitos Humanos (1950), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1969) e Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos (1981), além de marcar constituições de vários países (Canela; Nascimento, 2009). Interessante notar que, diferente da diversidade de vozes em torno do 'direito à informação', o termo 'direito à cidade' foi cunhado por Henri Lefebvre, em livro homônimo de 1968.

Martins e Reis (2014) pontuam para essa precedência informacional, ao anunciarem que "a mobilização pelo acesso à informação pública parte do entendimento de que o direito à informação se configura como um direito social, ou um direito que antecede os demais e que subsidia o exercício dos direitos políticos ou sociais". A diferença de quase três séculos entre esses conceitos, porém, não invalida a complementariedade e os pontos de convergência entre eles. Ao contrário — e mais ainda hoje, diante de uma 'explosão' demográfica urbana e informacional sem precedentes —, o encontro entre essas duas ideias reforça a possibilidade de acesso à cidadania na sociedade predominantemente urbana — seja nos novíssimos sistemas urbanos (*smart cities*), seja nos sistemas informacionais (hiperdigitalizados).

Em seu texto de apresentação da edição portuguesa de *O Direito à Cidade* (Lefebvre, 2012), Carlos Fortuna aponta para o (re)nascimento da reflexão urbanística a partir de três atos/períodos distinguidos por

Lefebvre: 1) A industrialização selvagem que toma de assalto e destrói a realidade urbana não capitalista; 2) A intensificação da condição urbana (ou a expansão do urbanismo); e 3) A reinvenção urbanística do urbano — entre outras coisas, com a mudança do "centro de decisão" nesse contexto. Uma convergência com o aspecto informacional, aqui, se apresenta viável, quando:

1. O processo de industrialização apontado por Lefebvre pode ser comparado ao processo de digitalização que toma de assalto a dinâmica social sob o rótulo da denominada Sociedade da Informação como novo modelo de organização social, a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação — TIC (Pinochet, 2014). Esse novo dinamismo imposto por bits e bytes deforma, destrói (ou ao menos suprime, em grande medida) as interações não-digitais.
2. A intensificação da condição urbana ganha equivalente informacional diante da expansão dos chamados "espaços de fluxos" na "sociedade em rede" (Castells, 2002) que subverte o espaço-tempo do urbano para consolidar a "cidade informacional" (Castells, 1992).
3. Por fim, a mudança do "centro de decisão" do poder que contribui para a reinvenção urbanística do urbano pode ser equiparada — pôde inclusive ser experimentada e relatada, sob o aspecto informacional - aos movimentos sociais que abalaram governos como dos Estados Unidos, Tunísia, Espanha, Islândia, entre outros, iniciados nas redes sociais digitais, sem lideranças estabelecidas ou formalizadas, em uma sucessão de ações oriundas do que o sociólogo espanhol denominou "redes de indignação e esperança" (Castells, 2013).

Tomando os três pontos anteriores como balizadores deste argumento ensaístico, propomos uma leitura primeira, mas longe de exaustiva, do que chamamos "paralelos convergentes" — a saber: Industrialização/Digitalização; Tecidos Urbanos/Redes Sociais como ágoras da Autogestão/

Autocomunicação; e o Tripé do Direito à Cidade sobre Base Informacional com vistas à "revolução" social.

INDUSTRIALIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

Henry Lefebvre vê a cidade como a maior das obras civilizatórias, "a obra das obras". Ele entende que a cidade tanto reflete como cria uma sociedade. Diz que os espaços urbanos são moldados pelo Estado, para servir aos interesses das empresas poderosas e do capitalismo; e afirma que as partes das cidades refletem a luta de classes. Por isso é tão importante compreender sua problemática, sua complexa dinâmica.

Em *O Direito à Cidade* (Lefebvre, 2012), o ponto de partida para apresentar a "problemática urbana" é o processo de industrialização, que, segundo o autor, tornou-se o motor das transformações sociais há pelo menos um século e meio (à época da publicação). "A industrialização caracteriza a sociedade moderna" (Lefebvre, 2012, p. 17). Lefebvre diz que as cidades foram assaltadas pela industrialização, e enfatiza que "dizer que esse foi um processo natural, sem intenções, seria uma visão incompleta" (Lefebvre, 2012, p. 27). Assim, as estruturas de poder passaram a ser (re) produzidas na engrenagem industrial, fabril, das/nas cidades. Lefebvre admite que a aceleração do processo industrial pavimentou o caminho para as condições e meios da sociedade urbana, mas pondera que, apesar disso, a vida urbana não pode ser subordinada à industrialização, como uma vedora do sistema que a caracterizou.

De forma elucidativa e ponderada, Lefebvre diz que a industrialização produz a urbanização, em primeiro lugar, de forma negativa (com a explosão da cidade tradicional, da antiga cidade, sua morfologia). Posteriormente, a relação entre industrialização e urbanização se transforma e a cidade deixa de ser receptáculo passivo dos produtos e da produção. *O Direito à Cidade*, assim, "não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada" (Lefebvre, 2012).

O processo de industrialização descrito por Lefebvre pode ser tão naturalmente equiparado ao da digitalização, a partir do uso das TICs, que não seria exagero dizer que a releitura do texto canônico do autor francês pode ser feita, com efeito potencial, se fosse substituído o termo "industrialização" por "digitalização". Afinal, assim como no primeiro momento histórico para as cidades, a sociedade urbana que foi 'tomada de assalto' pela digitalização viu-se diante de um bezerro de ouro e pés de barro. Isso porque, diferente do que se possa celebrar, "em nenhum momento a sociedade da informação pretendeu ser responsável pelo conhecimento gerado na sociedade. Foi sempre uma tecnoutopia e nunca uma utopia para um conhecimento social ampliado" (Barreto, 2007).

A Sociedade da Informação seria assim uma utopia de realização tecnológica, que continuou reproduzindo, em ampla medida, os sistemas de poder — assim como sua equivalente, nesse exercício de argumentação: a industrialização. Desse modo, assim como enfatizou Lefebvre sobre o movimento do estado social passivo em direção a uma reformulação do "direito à vida urbana, transformada, renovada", Castells (1992) retirou o véu de uma possível ingenuidade quanto à passividade das cidades diante de uma 'digitalização selvagem': "é um raciocínio pouco provável aquele que se alimenta da perspectiva de que as cidades permaneceriam alheias a tantas transformações".

As cidades, principal complexo social dos nossos tempos, têm sido fortemente marcadas e moldadas pelas possibilidades da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), favorecendo inclusive a gênese de uma nova dinâmica urbana, que se caracteriza pelo predomínio de uma infinidade de outras formas, onde a informação e o acesso a ela são seus principais pilares (Castells, 2013). O autor espanhol aponta que, nesse contexto de digitalização/informatização,

as cidades não só desenvolvem novas dinâmicas como criam uma nova forma urbana: a cidade informacional, que é a cidade do espaço de fluxos, na qual uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, potencializadas pelas tecnologias de informação e comunicação, têm prenunciado novas formas de interação do cidadão com o espaço urbano (Castells, 1992, tradução nossa).

Na urbe dos espaços de fluxos, espinha dorsal da chamada "cidade informacional" de Castells, as transformações sociais apontam para um modo de vida mediado pelas redes digitais — afetando relações de trabalho, consumo e cultura —, além de um espaço urbano fragmentado e criador de uma dualidade social através do acesso ou à exclusão aos fluxos de informação, à participação (ou não) das decisões via redes digitais de comunicação. Do mesmo modo, as transformações econômicas e políticas são evidenciadas pela associação de valor e poder à capacidade produção, circulação e controle da informação (para muito além dos bens materiais), tornando o espaço urbano um campo de disputa simbólica e comunicacional, onde a medida de poder está no controle da informação. É no contexto das redes sociais, que proporcionam os 'espaços de fluxos' de Castells, que vislumbramos uma perspectiva dialógica com os 'tecidos urbanos' descritos por Lefebvre.

TECIDOS URBANOS E REDES SOCIAIS

O tecido urbano, segundo Lefebvre, “constitui o suporte de uma ‘forma de vida’ mais ou menos degradada: a sociedade urbana” (Lefebvre, 2012). Para o autor de *O Direito à Cidade*, trata-se de uma espécie de "proliferação biológica e uma espécie de rede e malhas desiguais, deixando escapar setores de tamanhos mais ou menos considerável: povoados e aldeias, regiões inteiras" (Lefebvre, 2012, p. 24). Apesar disso, Lefebvre aponta que o tecido urbano interfere diretamente no campo, afetando estruturas agrárias antigas, conduzindo ao despovoamento e à "descampônização" das aldeias que permanecem rurais mas perdem características da vida camponesa antiga: o artesanato, o pequeno comércio local. Segundo o autor, esses antigos costumes, rituais, são reduzidos a "folclore" pela influência do tecido urbano.

Curiosamente crítico à ideia de pensar a dinâmica urbana como um 'sistema' — o autor posiciona-se contrário a esse pensamento, em prólogo do livro, por considerar que todo sistema tende a fechar a reflexão, quando seu objetivo era o de "abrir" o pensamento a "possibilidades" —, Lefebvre

afirma que "o tecido urbano pode ser descrito mediante a utilização do conceito de ecossistema, unidade constituída em torno de uma ou várias cidades, antigas ou recentes" (Lefebvre, 2012, p. 24). Nessa analogia biológica e sob perspectiva sistêmica, o tecido urbano parece atuar como um "fungo" que se espalha transportando valores, objetos, características do urbano para (ou por sobre) o campo. Em geral, de acordo com Lefebvre, cabe aos jovens do campo o papel de assimilar os pacotes de coisas e valores nessa enxurrada de influências transportada pelo tecido urbano.

Em perspectiva comparativa, sob a dinâmica informacional, apontamos aqui a emergência das redes sociais (mais especificamente aquelas digitais) como um possível "suporte" a uma nova dinâmica social urbana, marcada pela transgressão do tempo-espço e pela assimilação de objetos e valores das comunidades "virtuais" - ainda que tais comunidades não estejam necessariamente no campo físico geográfico comum a todos os membros dessa rede. Como um "manto" social sem fronteiras físicas, as redes sociais chegam a cobrir até mesmo sociedades onde o acesso à própria internet seria proibida aos habitantes das cidades. Caso, por exemplo, da Coreia do Norte, que há alguns anos se abriu para as redes sociais, permitindo ao Facebook a transmissão de telejornais e difusão da rede estatal de TV, ao vivo, mesmo diante de uma web controlada pelo governo (Pinochet, 2014).

Aparentemente, ninguém está imune a seu efeito e qualquer um pode fazer parte da rede, em um rito democrático e acessível a um clique. O aparente poder descentralizador e agregador das redes sociais, porém, deixa de reluzir como tal quando suas configurações são ajustadas para incentivar um comportamento consumista baseado em preferências e a busca por aprovação social. Basta conferir o documentário "O Dilema das Redes" (2020) para entender como as estruturas de poder seguem firmes no objetivo de manterem privilégios e mecanismos de controle social. O filme alerta que na aparente gratuidade de acesso às redes sociais está um produto em fluxo: o próprio utilizador. Assim, se a industrialização se apropriava da classe operária para manter o *status quo* dominante, fenômeno semelhante se dá nas redes digitais, não estranhamente criadas e mantidas por conglomerados empresariais de comunicação e tecnologia.

Além do caráter empresarial e capitalista das redes sociais, faz-se interessante notar seu caráter potencialmente paralisante, alienador, quando "O Dilema das Redes" revela as sutilezas do uso de algoritmos para gerar cada vez mais informação em harmonia com o que agrada ao utilizador do sistema, que busca cada vez mais conexão para consumo informacional (Ribeiro, 2017). Evidentemente, como anteriormente apontado, o acesso à informação é a base do Direito à Informação — e este se coloca como campo fértil para a consolidação da cidadania plena. Afinal, em uma premissa lógica, a sustentação da cidade informacional está no acesso à informação — sendo esse um direito fundamental para a manutenção do Estado Democrático (Ferrari; Siqueira, 2016). E o não cumprimento de direitos que fortaleçam o Estado Democrático — seja o direito informacional, seja o direito à cidade — resulta em uma cidadania fragilizada.

O que se coloca, aqui, é o oposto à escassez informacional, pois também o excesso de informações pode obnubilar aquela possível 'força de trabalho' das redes sociais marcadas por essa 'digitalização selvagem' que toma a sociedade de assalto. Harari (2018) aponta que "as pessoas já têm informação demais, agora elas precisam da capacidade de extrair sentido dessa informação, para perceber o que é ou não relevante". O imenso volume de informação gerada e recebida por esse 'prossumidor' — aquele que supera a condição passiva de consumidor para a dupla condição de ser também produtor daquilo que é consumível (Toffler, 1981) — resulta em fenômenos como a infodemia, que é o aumento exponencial do volume de informação sobre um determinado assunto em alta velocidade de disseminação (OPAS, 2020), terminando por sobrecarregar, gerar ansiedade, exaustão ou mesmo tornar as pessoas "incapazes de responder às demandas que se apresentam" (Garcia; Duarte, 2020).

Em parte, os resultados dessa avalanche informacional digital, com seu extensor social a priori festejado, mas seguido do nocivo fenômeno da infodemia social, faz lembrar a emergência da chamada 'atitude *blasé*' apontada por Simmel, que "resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos" agitando-os "até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de

reagir". Nessa oscilação pelo estiramento dos nervos em uma e outra direção, "surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada" (Simmel, 1967). Daí o interessante paralelo entre a 'atitude *blasé*' de Simmel, onde o excesso de estímulos gerados pela/na cidade (informacional) é capaz de promover um estado não reativo, passivo, agora também identificado pela sobrecarga seguida da incapacidade de respostas, consequência do fenômeno da infodemia.

Porém, assim como Lefebvre vê na industrialização uma espécie de força que pode e deve ser utilizada para a mudança social, Castells (2013) compreende que as transformações sociais podem e devem ter como palco as redes digitais. Isso se dá por duas vias de pensamento (tratados na próxima seção): enquanto Henry Lefebvre vê o direito à cidade a partir do processo por ele considerado como 'autogestão', Manuel Castells denomina de 'autocomunicação' o fator de transformação social. Novamente, as perspectivas (e termos) para a emancipação social sobre o poder estabelecido se encontram quase em uníssono — e através delas ambos se tornam signatários de uma utopia rumo à revolução da sociedade, como veremos a seguir.

UTOPIA EXPERIMENTAL E UTOPIA EM REDE

Para Lefebvre, os elementos do direito à cidade devem ser pensados como utopias experimentais e hipóteses estratégicas. Nesse sentido, a cidade como objeto da ciência exige novas abordagens — além de um novo humanismo para o qual "devemos tender e esforçar-nos, isto é, para uma nova práxis e um outro homem, o da sociedade urbana". (Lefebvre, 2012). Segundo o sociólogo francês, esse novo humanismo subjacente ao direito à cidade se dá através da autogestão.

Essa autogestão seria a base de sustentação dessa utopia experimental e implica no uso social ou uso ótimo das técnicas trazidas pela industrialização como pavimento do caminho para uma reforma urbana, para o direito a cidade. Vale ressaltar que esta 'utopia' defendida por Lefebvre

não lida com o imaginário, o inalcançável — antes pelo contrário, é utopia porque propõe algo novo, um modo de recriar a realidade, e faz-se de forma 'experimental' porque se realiza no presente, no contexto das lutas urbanas, dos movimentos sociais, das experiências comunitárias. É preciso, portanto, redirecionar e usar a potencialidade da industrialização para o bem comum, não para perpetuar sistemas de exploração. E isso requer participação coletiva, democrática, nesse processo que Lefebvre denomina "autogestão" estendida ou generalizada — o que pressupõe autonomia dos que habitam as cidades.

Portanto, a autogestão se beneficia do uso ótimo das técnicas, da automação, garantindo que trabalhadores tenham mais tempo livre e controle sobre seu próprio tempo. Essa autogestão transforma os espaços sociais e os sujeitos envolvidos. E à cidade confere espaços moldados pela demanda desses cidadãos e cidadãs, pelo uso (não pela troca, pelo simples consumo), de forma cada vez mais orgânica. Inicialmente mantenedora dos sistemas de poder, a industrialização agora - através dessa dinâmica de autogestão — pode e deve ser usada como libertadora. "Numa sociedade e numa vida urbanas liberadas dos antigos limites — da escassez e do economicismo — as técnicas, a arte, os conhecimentos passam a estar a serviço da cotidianidade, a fim de metamorfoseá-la" (Lefebvre, 2001).

No mesmo fundamento transformador da autogestão, Castells aponta o fenômeno da "autocomunicação" como emancipador social das cidades informacionais a partir do uso ótimo das ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala tem passado por profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência do que denominei *autocomunicação* de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte. Esse é o novo contexto, no cerne da sociedade em rede como nova estrutura social, em que os movimentos sociais do século XXI se constituem (Castells, 2013, p. 158).

Já aqui é possível perceber que tanto Castells quanto Lefebvre destacam a trajetória de mudanças pela "autocomunicação" e "autogestão" à partir da organização dos movimentos sociais.

Quanto à "autocomunicação", Castells (2013) esclarece que a emergência desse fenômeno se dá porque existe autonomia na produção da mensagem, autodirecionamento na definição de quem a recebe e autosselatividade na recuperação dessa mensagem da rede. Trata-se de um modelo de comunicação de difícil controle por parte de governos e empresas e permite fluxos alternantes de troca de mensagens, de caráter multimodal com agilidade necessária. "A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade" (Castells, 2013, p. 10).

Assim como a industrialização em Lefebvre, com o uso ótimo das técnicas para a autogestão, o uso da plataforma informacional digital para Castells que resulta na autonomia dos grupos sociais está centrada na autocomunicação de massas. "A partir dessa autonomia, as palavras, as críticas e os sonhos do movimento se estendem à maior parte da sociedade" (Castells, 2013, p. 180). Toda essa dinâmica se dá, segundo o autor, no que ele denomina 'espaço de fluxos', ou seja, vias partilhadas de comunicação que permitem troca de mensagens simultâneas em espaços geograficamente distantes — muitos impossíveis de serem transpostos sem essa base tecnológica digital. É no espaço de fluxos que se dá a troca, o cruzamento, por vezes o embate ou o despiste entre diferentes grupos que integram as redes — sejam a elite financeira, sejam governos, sejam movimentos sociais, sejam observadores atentos. Essa organização espacial de reorganização e dinâmica flexíveis (no âmbito info-digital) é o que caracteriza as cidades informacionais não como uma forma, mas como um processo assente sobre as estruturas do espaço de fluxos (Castells, 2002).

Ao escrever sobre o espaço dos fluxos, em fins do Séc. XX, Castells ainda não vislumbrava a dinâmica das redes sociais em toda sua plenitude, mas pôde se antecipar à possibilidade de participação ampliada e decisiva das classes não-dominantes e movimentos sociais nesses 'nós' da rede e os possíveis desdobramentos que isso poderia causar. Foi na primeira década dos

anos 2000 que o sociólogo espanhol pôde contemplar a materialização de sua tese — e voltar às manifestações de rua, após 40 anos do movimento estudantil iniciado no Campus Nanterre, presente ou representado fisicamente ou digitalmente — o relato desse retorno às manifestações populares está em *Redes de Indignação e Esperança* (Castells, 2013). O também professor Henri Lefebvre não assistiu à materialização da "utopia experimental" proposta por ele, mas influenciou mentes e corações rumo a um novo humanismo para o qual "devemos tender e esforçar-nos, isto é, para uma nova práxis e um outro homem, o da sociedade urbana" (Lefebvre, 2012). Ambos prenunciadores de um potencial processo de revolução social, à partir da mobilização popular/proletária, com ênfase na autogestão ou na autocomunicação.

CIDADE, INFORMAÇÃO E DIREITOS — AS BASES DA REVOLUÇÃO

Se o objetivo do livro *Direito à Cidade* foi fazer com que as questões do urbanismo adentrassem na consciência e nos programas políticos, como afirmou o próprio autor, seu dardo motivador rumo a uma estratégia urbana democrática e equilibrada acerta em cheio a classe operária como suporte social e de forças políticas capaz, somente ela, "de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra si" (Lefebvre, 2012). Isso não significa, porém, que há papel exclusivo nessa nova configuração social urbana, mas sem ela seria impossível a concretização do direito à cidade.

Não se trata, porém, de uma revolução de força bruta, de resistência física. Lefebvre defende a participação da classe operária em um movimento dialético entre ciência e força política. E acrescenta a essa dialética a arte, como forma de apropriação do tempo (música) e do espaço (escultura, pintura). Ele delega à força social da classe operária a incumbência de tornar eficaz a síntese entre arte, técnica e conhecimento. Lefebvre está tratando de uma ciência analítica da cidade ainda em esboço, em vistas de uma "teoria integral da cidade e da sociedade urbanas utilizando os recursos da ciência e da arte". E nessa missão, segundo o autor, "só a classe operária pode se tornar o agente, o portador, dessa realização" (Lefebvre, 2012).

Na prática, Lefebvre defende o direito à cidade a partir de um tripé de revoluções: a revolução econômica, orientada para as necessidades sociais; a revolução política, a partir do controle democrático e participativo do Estado e da autogestão generalizada; e a revolução cultural permanente, remontando à condição no espaço de uso e não dirigido por trocas pura e simplesmente. Não estava sob as lentes de Lefebvre um recorte específico aos aspectos informacionais. Porém, à luz da sociedade contemporânea, marcada pela centralidade da informação como recurso econômico, político e cultural, o tripé de revoluções proposto por Henri Lefebvre no *Direito à Cidade* adquire novas camadas interpretativas, onde a informação pode ser tomada como fator subjacente elementar — e que também dialoga diretamente com os escritos de Manuel Castells.

A revolução econômica voltada às necessidades sociais, por exemplo, aponta para a reorientação à chamada Economia da Informação — em que dados e conhecimento tornaram-se os principais meios de produção (Castells, 2002; Drucker, 1993) — para finalidades coletivas e não exclusivamente mercadológicas. Do mesmo modo, a revolução política, sustentada por Lefebvre no controle democrático e na autogestão, demanda a democratização do acesso e da governança da informação, condição essencial para a efetivação da participação cidadã em um contexto urbano (Castells, 2015; Harvey, 2014). Por fim, a revolução cultural permanente, entendida como a produção de um espaço de uso e não de mera troca, encontra paralelo no desafio contemporâneo de apropriar-se socialmente dos fluxos informacionais e simbólicos que estruturam a vida urbana digitalizada, em especial pela força das redes sociais na configuração de tendências e culturas (Floridi, 2014). Nesse sentido, o direito à cidade, na era da informação e do conhecimento, só se realiza plenamente quando o direito à informação — em sua dimensão econômica, política e cultural — é igualmente reconhecido e assegurado.

Retomando: tanto para Lefebvre quanto para Castells essa nova configuração social, esses caminhos de revolução, são potencializados e levados a cabo pela via dos segmentos de indivíduos que sustentam a base da pirâmide social nas cidades. Talvez essa revolução operária ainda esteja à espera, talvez em curso, em andamento. Basta analisar o prisma das dinâ-

micas sociais e vislumbrar os novos operários das atuais cidades informacionais levados à atitude *blasé* pelo excesso de informação, pela não condição estrutural, financeira, temporal, de analisar, selecionar e utilizar bem o que chega nessa enxurrada de mensagens — especialmente digitais. Se a industrialização em Lefebvre sufocava o uso das cidades como obra, como espaço de vivência e não produto, a hiperconexão em Castells é capaz de alienar e confundir os que vivenciam as cidades informacionais.

Mas, e se colocarmos sob esse tripé a dinâmica da autocomunicação, a dinâmica agregadora das redes sociais, a dinâmica dos fluxos informacionais que resultam em manifestações nacionais e até mesmo internacionais, não teríamos aí um novo contexto de busca e conquista de direitos? Lefebvre e Castells traçam assim dois caminhos que concorrem para aplacar o rolo-compressor da estrutura de poder estabelecida, através do acesso livre à informação e ao espaço urbano, a partir da inclusão e participação das pessoas na construção e nos rumos da dinâmica social. Um deles combate a exclusão social, o outro alerta para os riscos da exclusão informacional. Para ambos, mais do que viver *na* cidade, é preciso viver *a* cidade; para além de *estar* na cidade, é necessário *ser* a cidade. Para Castells, que mais de três décadas após a morte de Henry Lefebvre continua testemunhando, estudando e vivenciando as dinâmicas urbanas, podemos estar somente diante de um "Prelúdio à Revolução" (Castells, 2013). A provocação está posta.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da Ciência da Informação. *In*: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-34.
- CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (coord.). **Acesso à Informação e Controle Social das Políticas Públicas**. Brasília: ANDI; Artigo 19, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **The informational city**: economic restructuring and urban development. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1992.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FERRARI, Caroline Clariano; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. O direito à informação como direito fundamental ao estado democrático. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 4, n. 2, p. 124-153, 2016. Disponível em: <https://portal.unifafibe.com.br:443/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/174>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- FLORIDI, Luciano. **The fourth revolution**: how the infosphere is reshaping human reality. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 29, n. 4, e2020186, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://ress.iec.gov.br/p/artigo/1451>. Acesso em: 21 fev. 2025.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Lisboa: Letra Livre, 2012.
- MARTINS, A. A. L.; REIS, A. S. dos. A informação pública como direito e acesso ao poder: a Lei 12.527/2011 em debate. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 153-172.
- O DILEMA das redes. Direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix, 2020. 1 filme (94 min). Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81254224>. Acesso em: 15 Jan. 2025.
- OPAS. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**: kit de ferramentas de transformação digital; Ferramentas de conhecimento. [S. l.]: OPAS, c2020.
- PINOCHET, Luis Hernan Contreras. **Tecnologia da informação e comunicação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- RIBEIRO, E. da S. **As redes sociais e sua influência na vida de seus usuários**. Atibaia: FAAT - Faculdades Atibaia, 2017.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 10-24.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

Representação Feminina na Publicidade sugerida ao OPeNS: Formação e Informação para os consumidores ¹

Luana Maia Woida

[] entre a polaridade da razão e emoção, está instalado o desejo, o grande operador da sedução. Enquanto a sugestão habita a incerteza do possível e a persuasão caminha pelos trilhos do argumento, a sedução fala por meio da corporeidade, da captura do receptor nas malhas do desejo. Enquanto a sugestão aciona a capacidade de sentir e a persuasão agrada ao pensamento, a sedução cativa os sentidos. Não é por acaso que um dos aspectos mais criticados da publicidade reside na sedução que suas mensagens exercem sobre nós (Santaella, 2012).

1 INTRODUÇÃO

A presença das mídias no cotidiano e seu uso promovem debates e despertam a necessidade de discutir problemas em diferentes áreas, como quando envolvem competências críticas para compreensão, para atuação cidadã e para o exercício da democracia frente as informações que são veiculadas (Torusdağ, 2023).

¹ Financiamento CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes. Processo: 407055/2021-5

A publicidade, que tem como uma de suas funções centrais fornecer informação (Malmelin, 2010, p. 133), acaba ganhando atenção por possuir grande alcance e capacidade de veiculação de informação, de manipulação e persuasão. Possui impacto sobre a população, registra a memória social de um determinado momento e influencia preferências de consumo e de compreensão sobre variados elementos de uma sociedade, uma vez que, de acordo com Torusdağ (2023), moldam e refletem ideologias da sociedade, ou como argumentam Fernandes e Pinheiro (2018), representam identidade e memórias coletivas, pois são um meio de circulação dessas memórias.

No contexto das estratégias de sugestão como mote da produção da comunicação publicitária, Chiachiri (2010, p. 25) prefere compreender que a publicidade "está inserida no universo sociocultural, podendo ser vista inclusive como um sintoma deste universo, apresentando ardis que ultrapassam, de longe, a simples venda de produtos, uma venda, de resto, que, sem esses ardis, não teria tanta eficácia". A publicidade, portanto, mantém vínculo com o contexto de produção da mensagem, refletindo, necessariamente, os valores e preferências instituídos nele.

Recio, Vigil e Fuentes (2005, p. 79), sugerem que "Porque a publicidade é, antes de tudo, informação, pois fornece ao consumidor as vantagens de um produto, dados sobre o preço, local de produção e até mesmo os defeitos que alguém que não utiliza aquele produto pode ter". Para além dessa função mercadológica, os autores assinalam que "ao mesmo tempo, a publicidade cumpre uma função social, pois sua mensagem molda a sociedade.", reservando a ela um espaço em que vai além de difundir mensagens, induzindo determinadas formas de pensar e se comportar. Partindo-se disso, Santaella (2012, p. 138) explica que "é preciso educar os jovens, desde cedo, para o desenvolvimento de uma visão crítica e consciente dos recursos que são utilizados pela linguagem publicitária e que certamente nos afetam psiquicamente, sem que estejamos atentos a isso". A autora chama a atenção para criar a capacidade de ler a imagem publicitária. Para ela,

Muito mais do que podemos conscientemente nos dar conta, a publicidade não apenas molda desejos, mas sobretudo, responsabiliza-se por grande parte de nossas formações cognitivas ao determinar até certo ponto o perfil daquilo que pensamos e sentimos sobre as coisas, guiando consequentemente o modo como agimos e o que buscamos (Santaella, 2012, p. 139).

A informação da publicidade tem um papel central para a sociedade e a forma como ela é difundida, com espaços e liberdade, lhe confere especial efeito de aderência à cultura, transferindo para o comportamento dos sujeitos, padrões de consumo e de pensamento. Para isso, a manipulação e a persuasão são estratégias aplicadas pela publicidade. Para Dijk's (2006 *apud* Torusdağ, 2023, p. 288), há uma importante distinção entre a persuasão e a manipulação quando aplicada na publicidade.

Na persuasão, os interlocutores são livres para acreditar ou não, como bem entenderem, nos argumentos do persuasor durante a manipulação, eles são normalmente mais passivos e vítimas da manipulação quando ficam incapazes de compreender a real intenção do manipulador. Manipulação é uma prática ruim porque quebra as normas sociais. Isso não significa que o anúncio não deva ser feito, mas o deve ser com argumentos e fatos, ou seja, através de informação e persuasão adequadas, não através de manipulação, omissão de informações importantes, mentira ou distorção dos fatos.

Considerando essa explicação, a manipulação via publicidade é algo bastante comum nas diferentes sociedades, o que requer atenção e práticas para formar e para assumir uma postura crítica frente à mensagem recebida e interpretada, uma vez que ela não é proibida e tem potencial de aplicação contra as pessoas. Para isso, os indivíduos precisam de uma educação política, voltada a despertar o poder que podem exercer ao serem capazes de observar, desnudar e criticar as estruturas de poder, as informações enviesadas e os sentimentos e desejos despertados nos enquadramentos ofertados na publicidade. É interessante que uma das cinco variáveis relevantes citadas na pesquisa IBOPE Inteligência (Como [...], 2009, p. 16) revela que "As mulheres são mais receptivas, avaliam melhor, se sentem mais influenciadas que os homens" pela publicidade. Nesse caso, mesmo constituindo

alvo constante de violência e de estereótipos, parecem apreciar positivamente as mensagens. Para Hooks (2019, p. 144), "As mulheres, em grande parte, não se dão conta das formas de poder a elas disponíveis. Precisam de educação política para perceber que são capazes de exercer algum tipo de poder", incluindo o que assumem no papel de consumidoras.

Essa formação para desenvolver a crítica é inerente à alfabetização publicitária e à alfabetização midiática. Arbaiza, Robledo-Dioses e Lamarca (2024) apresentam uma revisão sistemática de literatura de caráter descritivo sobre a alfabetização publicitária e mostram as diferentes linhas de investigação no campo das Ciências Sociais. Ademais, discutem a relação entre a alfabetização midiática e a alfabetização publicitária, sugerindo que a discussão contribui diretamente para a construção de programas de alfabetização publicitária. Os autores Arbaiza, Robledo-Dioses e Lamarca (2024, p. 167), sustentam que

A alfabetização midiática é necessária para desenvolver a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos em resposta às mensagens publicitárias, para que eles possam identificar os recursos e estratégias de persuasão dos anunciantes, avaliar adequadamente o conteúdo publicitário e seu impacto na sociedade e, principalmente, tomar decisões informadas sobre seus hábitos de consumo.

Por sua vez, Rosendaal *et al.* (2011, p. 334) consideram que a

Atual conceituação da alfabetização publicitária precisa ser estendida com duas dimensões importantes. Primeiro, o desempenho de alfabetização publicitária, que leva em consideração o uso real do conhecimento conceitual da publicidade enquanto exposto a ela e, em segundo lugar, a alfabetização publicitária atitudinal, que inclui mecanismos atitudinais de baixo esforço que podem ser eficazes na redução da suscetibilidade das crianças à publicidade.

Portanto, o estudo desses autores, dedicado ao público infantil, mostra limitações e lacunas que ainda precisam ser estudadas. Mesmo que a imaturidade possa afetar o pensamento crítico desse público, ações podem ser realizadas para auxiliar na formação dessa criticidade. Na medida em

que as pessoas passam por processos de socialização e aprendem, podem desenvolver a capacidade de leitura dos diferentes símbolos e sinais que são usados nas formas de comunicação, como a publicidade. Assim, para compreender a representação contida nas informações de uma publicidade, requer-se alfabetização publicitária.

Arbaiza, Robledo-Dioses e Lamarca (2024), compreendem que a alfabetização publicitária é parte da alfabetização midiática, e esta, é um conceito amplo, tratando-se de um grupo de competências aprendidas sobre manejo, apropriação e crítica sobre a informação.

Cabe ressaltar que a publicidade é uma variável fundamental na alfabetização midiática, pois representa uma forma de comunicação que influencia as atitudes e os comportamentos dos indivíduos e está constantemente presente — e com intensidade crescente — em seu cotidiano, promovendo valores culturais, estilos de vida e padrões de consumo (Arbaiza; Robledo-Dioses; Lamarca, 2024, p. 167).

É esse intuito de educar que a alfabetização publicitária assumiu nos últimos 30 anos (Arbaiza; Robledo-Dioses; Lamarca, 2024). Malmelin (2010, p. 133), em artigo que objetiva desenvolver o conceito de alfabetização publicitária, sugere que esta se divide em quatro dimensões: alfabetização informacional (foca em fontes de informação), alfabetização estética (foca em estética, design e entretenimento), alfabetização retórica (foca em meios e táticas de persuasão) e alfabetização promocional (foca em funções comerciais e parcerias financeiras na mídia). Assim, um consumidor crítico deveria ser alfabetizado nessas dimensões, isto é, capaz de identificar as fontes usadas para disseminar as informações, a estética, as táticas de persuasão e as relações comerciais que a publicidade possui com a mídia.

Propaga-se a imagem de mulheres como objetos na publicidade desde seu início (Hernández-Willoughby; Lázaro Pernias, 2023, p. 45). Indícios dessa situação podem ser constatados no fato de que elas estão em publicidades direcionadas tanto ao público feminino como ao masculino. Isto é, mesmo não constituindo o público-alvo, elas são usadas, desde muito tempo, para atrair e instigar os interesses masculinos com a mensagem

da publicidade. Portanto, a publicidade vem, há décadas, promovendo uma representação distorcida e inapropriada das mulheres.

Consumidores críticos precisam de formação e de informação para identificarem a representação atribuída às mulheres na publicidade. Dada a situação, o Observatório da Publicidade Não-Sexista (OPeNS), instalado na Faculdade de Tecnologia de Garça, promoveu atividades junto a seu alunado e realizou publicações nas redes sociais no perfil de uma das pesquisadoras que compõe o grupo, a fim de obter sugestões de publicidades junto à população. Com essa ação, obtiveram-se publicidades denunciadas e que pudessem servir para serem analisadas, adotando-se, para isso, as diretrizes do OPeNS, adaptadas para analisar as publicidades de um ponto de vista prático e objetivo para a própria população. Tal procedimento simula o que ocorre em outros observatórios com enfoque semelhante, os quais atuam por demanda no formato de denúncias.

Pensando nesse contexto, o problema de pesquisa do presente capítulo foi: Qual a representação das mulheres nas publicidades denunciadas ao OPeNS?, Existem elementos de misoginia e sexismo na publicidade denunciada ao OPeNS?, As informações percebidas na publicidade caracterizam a presença de misoginia e sexismo, ou outra classificação prevista pelas diretrizes do OPeNS? Como promover o comportamento de crítica em consumidores, quando o tema é a representação de mulheres na publicidade?.

Nesse sentido, o objetivo geral do capítulo foi analisar qual a representação feminina na publicidade denunciada considerando-se as diretrizes do OPeNS.

A publicidade está presente no cotidiano das pessoas, em diferentes mídias e formatos de comunicação. Com grande alcance e capacidade de adaptação às diferentes formas de comunicação, torna-se um dos instrumentos mais significativos para a sociedade, em especial considerando a capacidade de produzir e usar comunicação como um meio de persuasão. Uma comunicação que cria e dissemina a informação, também pode reforçar ou instigar determinados valores, perpetuar e promover ideias equivocadas, preconceituosas e danosas contra determinados grupos de pessoas.

O potencial obtido com a formação de pessoas para serem consumidores críticos com capacidade de ler imagens (Santaella, 2012) publicitárias, tem potencial para mudar a forma como a publicidade é percebida. Em uma pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência (Como [...], 2009), várias informações importantes sobre como o brasileiro avalia a propaganda foram identificadas. Destacam-se duas delas: a) a função principal da propaganda na percepção dos brasileiros envolve três papéis: informativo (66%), persuasivo (25%) e econômico (10%). A publicidade, tratada na pesquisa do Ibope com o termo propaganda, é considerada uma fonte de informação. Criar, melhorar e aplicar processos que transformem essa percepção de confiabilidade da publicidade é urgente, uma vez que elas podem, também, sugerir informações falsas, equivocadas, violentas, e prejudiciais sem serem notadas pela população, já que esta a percebe como informativa.

Eisend (2009) em um estudo de meta-análise aplicando análise de conteúdo em 37 manuscritos contendo 64 estudos referentes à representação dos papéis de gênero na publicidade, revelou que os estereótipos de gênero são prevalentes na publicidade, em especial o de *status* ocupacional e que o grau de estereotipagem vem diminuindo ao longo dos anos, com resultados mais expressivos em países com alta masculinidade. Destaca-se entre os resultados que os estereótipos de gênero na publicidade sugerem que esta reflete a presença da (des)igualdade de gênero da própria sociedade e não o contrário. Nesse caso, a publicidade adotaria e demonstraria diferenças em termos de estereótipos de gênero, conforme o grau de igualdade de gênero já preexistente na sociedade. Nessa mesma lógica, Santoniccolo *et al.* (2023, p. 4) concordam que "Várias análises de programas de televisão também mostraram como as representações de homens e mulheres são muitas vezes consistentes com estereótipos de gênero". Para Hooks (2019, p. 125), "A televisão diz que a mulher libertada é uma exceção, que ela é primeiramente uma mulher focada em sua carreira profissional" e que além disso, "Muitos comerciais de TV reafirmam que a dedicação à carreira não impedirá a mulher de incorporar o papel estereotipado de objeto sexual que lhe foi atribuído na sociedade da supremacia masculina". Nesse caso, a mensagem é usada para que, mesmo na representação de uma

mulher empoderada pelas conquistas profissionais, esta não consiga se desvincular do papel de subalterna e de objeto sexual.

Nesse caso, torna-se necessário explicar o que é violência. Hooks (2019), importante autora que discute o feminismo, em especial o feminismo do ponto de vista das mulheres negras, argumenta que a violência é um importante ingrediente, uma vez que naturaliza o poder e as relações violentas e justifica a opressão direcionada às mulheres. Para ela,

Ao se tornarem reféns das premissas da ideologia sexista, as mulheres aparecem nessas discussões mais como objetos do que como sujeitos. Somos descritas não como trabalhadoras e ativistas que, assim como os homens, fazem escolhas políticas, mas como observadoras passivas que nunca foram responsáveis pela manutenção do sistema de valores dessa sociedade, o qual, por sua vez, proclama que a violência e a dominação constituem as ferramentas mais efetivas da comunicação nas interações humanas, um sistema de valores que advoga e faz a guerra (Hooks, 2019, p. 188).

Santonniccolo *et al.* (2023, p. 1) defendem que "A ubiquidade da mídia, a cronicidade da exposição dos indivíduos a ela e seu papel na formação de crenças, atitudes e expectativas a tornaram objeto de atenção científica", justamente por ser uma importante fonte de influência sobre a vida das pessoas. Além disso, os autores explicam que a objetificação é quando uma pessoa é tratada como objeto. Reconhece-se, portanto, que objetos são corpos inanimados ou sem vontade própria, sem pensamento e sentimento, sem reação ou lugar de fala, sendo por isso usados para decorar, ilustrar ou tornar concreta uma ideia. "Devido à difusão do clima cultural, a objetificação pode ser difícil de detectar ou evitar, e as experiências de objetificação podem ser percebidas como normativas" (Santonniccolo *et al.*, 2023, p. 2).

A objetificação e a sexualização são formas de explorar a imagem de pessoas. Para isso, aplica-se um recorte ou ênfase sobre determinadas partes do corpo, ou mesmo de poses, captura de gestos ou feições que façam referência à submissão ou apagamento da pessoa enquanto um ser humano completo, mostrando-o como um objeto a ser usado e apreciado como

uma parte ou extensão do produto. Nesse caso, o fato de desconsiderar ou mesmo ignorar a presença de sugestões e informações que produzam imagens de pessoas coisificadas na publicidade, releva a necessidade de desenvolvimento de habilidades críticas nas pessoas.

Segundo Malmelin (2010, p. 43), a educação midiática, necessária para capacitar a população a ser crítica com relação às mídias, em especial quando se trata da publicidade, ainda recebe pouca atenção. A educação midiática ou alfabetização publicitária, consiste na "[] capacidade pessoal do indivíduo de entender diferentes tipos de sinais e sistemas simbólicos e, por outro lado, a capacidade de produzir diferentes tipos de mensagens usando esses sistemas simbólicos" (Malmelin, 2010, p. 131).

A mídia representa a transmissão de informação por meio de televisão, rádio, redes sociais, canais na internet, páginas on-line, etc, enquanto a publicidade são as formas pagas destinadas a divulgar informações a um público-alvo (Malmelin, 2010), adotando-se um sistema simbólico, e usando-se as mídias para serem difundidas. Assim, para compreender as informações disseminadas pela publicidade, é necessário ser capaz de gerar interpretação do sistema simbólico da sociedade, situação que, para Malmelin (2010, p. 132), exige a formação de habilidades específicas para gerar essa interpretação das mensagens e das representações, que significa "[] a capacidade de reconhecer, avaliar e entender anúncios e outras mensagens comerciais" (Malmelin, 2010, p. 130).

Nesse caso, a publicidade é relevante pelo alcance, por ser inquestionável, por estar em diferentes lugares, assumindo-a como um ente inofensivo, por isso encontrada em diferentes lugares. Permite-se sua presença, sem questionar sua capacidade de difundir informações que são internalizadas pelas pessoas como verdadeiras, constituindo uma função prática que supera o ato de expor produtos, serviços e ideias.

Assim, uma análise persistente da publicidade brasileira, buscando identificar informações que revelem misoginia e sexismo é urgente, na medida que a publicidade representa os valores de uma sociedade, como um documento que guarda memórias e difunde novas ideias em um curto período, com intuito de instigar o surgimento e continuação de desejos de

consumo. Portanto, não é um suporte inofensivo, uma vez que é público, acessível e com baixo potencial de ser criticado pela população.

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), órgão autorregulamentador da propaganda brasileira, deixa evidente a ausência de categorias destinadas à denúncia sobre misoginia e sexismo, o que seria de grande importância para pressionar as marcas a construírem publicidade adequada. Marcon *et al.* (2024, p. 119) argumentam que mesmo existindo dispositivos de regulamentação da publicidade, como o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, essa regulamentação parece não existir sobre as questões envolvendo gênero e sexismo, constituindo-se mais como medidas não específicas e inócuas. Ainda assim, Marcon *et al.* (2024, p. 131) sustentam que

Houve um acréscimo considerável do número de denúncias sobre sexismo na propaganda, o que pode demonstrar uma maior conscientização dos consumidores nesse sentido. Ao mesmo tempo, também aumentou o número de sustações determinadas pelo CONAR. No entanto, é notável que a quantidade de arquivamentos desse tipo de denúncia ainda predomina, principalmente sob o fundamento de que a queixa não se enquadra em nenhuma infração prevista pelas normas da instituição.

O estudo apresentado neste capítulo contribui em termos práticos ao propor que a publicidade se insere livremente na sociedade e com informações que guardam potencial danoso a determinados públicos, como o feminino, constituindo um problema que precisa ser discutido. Em termos teóricos, aproxima a alfabetização publicitária da Ciência da Informação, pois considera a publicidade um produto que porta diferentes informações implícitas e explícitas, devendo manter concordância com os padrões éticos adotados pela sociedade. A publicidade, portanto, constituiria um disseminador de informações de largo alcance, longe do radar social, uma vez que lhe é atribuída confiança, cuja veracidade recebe poucos questionamentos, o que gera potencial de prejuízos frente à representação das mulheres na publicidade.

2 PUBLICIDADE E REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES

A transmissão de informação pela publicidade é sua principal função, cuja "prática discursiva usada para persuadir, informar ou chamar a atenção" (Martínez Lirola, 2022, p. 338) demanda esforço dos consumidores para compreender como as ideias e informações podem ser usadas estrategicamente para evitar rejeição ou indiferença por parte do público-alvo. Também pode ser compreendida como "uma estratégia de comunicação que atua em escassos segundos (Recio; Vigil; Fuentes, 2005, p. 84). Para Malmelin (2010, p.133, 130), a publicidade invoca atenção e pretende gerar imagens positivas junto a determinado público, bem como está bastante presente na vida da sociedade ocidental, a ponto de se considerar sua presença saturada na vida dos consumidores. O mesmo vale para as sociedades do sul global, como o Brasil. Publicidades são comuns e acessíveis às pessoas em qualquer idade e local, haja vista que 69% dos respondentes à pesquisa IBOPE Inteligência (Como [...], 2009, p. 15) declararam que estão expostos à propaganda de produtos ou serviços, sempre ou com frequência.

O fato da mensagem propagada pela publicidade chegar ao público-alvo não significa que esta repercuta em comportamentos de compra (Hernández-Willoughby; Lázaro Pernias, 2023, p. 45), outros comportamentos também podem resultar desse contato com a mensagem. Na verdade, pode ter o efeito contrário, impossibilitando vendas e qualquer ação que instigue desejo de um público-alvo pelo produto, na medida que a informação disseminada por esse veículo é rechaçada e motivada pela falta de identificação do público-alvo com a mensagem. Nesse caso, pode haver necessidade pelo produto ou serviço, no entanto, o público-alvo é incapaz de identificar que a representação adotada pela comunicação da publicidade buscava aproximação a seus interesses. A falta de compreensão desse público interfere diretamente na capacidade de despertar nele o desejo pela oferta comunicada.

Assim, a representação também pode ser usada nas mídias como um mecanismo, que além de convencer, pode ser perverso, porque representa

uma versão distorcida do que são as mulheres, determinando papéis de gênero e reforçando e direcionando violência contra elas (Santoniccolo *et al.*, 2023, p. 4). Nesse caso, é bastante comum que as mulheres estejam representadas "[...] como objetos sexuais, donas de casa ou como adornos dependentes e insignificantes para os homens" (Martínez Lirola, 2022, p. 339).

Entre as consequências e agravantes da representação das mulheres aplicada pela publicidade, Santoniccolo *et al.* (2023, p. 45) sugerem que representações objetificantes de mulheres podem gerar propensão ao estupro e à agressão sexual; mas também, que a internalização de determinados papéis de gênero causa depressão; sem esquecer de mencionar a própria presença da objetificação sexual nas mensagens; bem como, a tolerância ao assédio sexual com associação direta às imagens sexualizadas e expostas na publicidade.

Por outro lado, também recorre-se às mulheres para gerar a figura de objeto de apoio, algo decorativo em uma imagem (Santoniccolo *et al.* (2023). Sob essa mesma ótica, Martínez Lirola (2022, p. 339) observa que na publicidade,

[] as mulheres têm que agir como objetos decorativos cujo propósito principal é serem usados como alegações publicitárias; elas têm que cumprir as expectativas sociais de beleza e ser o mais perfeitas possível, o que é um exemplo de violência simbólica. Na verdade, as mulheres representadas contribuem para os estereótipos de gênero. Retratar sensualidade, sexualidade e desejo é uma estratégia clara usada para apresentar mulheres a serviço do produto.

Adicionalmente, "A exposição a representações estereotipadas, objetificantes e sexualizadas parece estar consistentemente ligada a consequências negativas na saúde física e mental, bem como ao fomento do sexismo, da violência e da desigualdade de gênero" (Santoniccolo *et al.*, 2023, p. 4). Seguindo tal lógica, Martínez Lirola (2022, p. 339) sustenta que "[] os corpos das mulheres são usados como reivindicações publicitárias sem que se tenha consciência dos efeitos sociais que essas representações podem ter e sem analisar possíveis formas de violência de gênero".

Ainda que a representação enviesada para objetificar as mulheres esteja cada vez menor, a cultura sexista ainda se apresenta resistente e uma ameaça para que as mídias transmitam informações mais positivas e representativas em relação a temas como a igualdade de gênero. Trata-se de um jogo de relações de dominação. Nesse caso, persiste uma cultura em que preconceitos prevalecem, reforçam e são reforçados pela mídia.

Certamente, muitas influências além das representações da mídia estão em jogo a esse respeito, mas seu efeito no bem-estar foi considerado generalizado e consistente. Apesar das atitudes positivas generalizadas em relação à igualdade de gênero, a persistência de representações estereotipadas, objetificantes e sexualizantes pode sugerir a existência contínua de uma cultura sexista arraigada que pode se traduzir em preconceitos, discriminação e danos (Santonnicolo *et al.*, 2023, p. 4).

Embora prevaleça uma abordagem objetificante e de uso da imagem da mulher com sentido decorativo, uma parte dos esforços de representação parece incorporar um olhar mais crítico, evitando associações prejudiciais, enviesadas, que as descaracterizem ou incidam em violência. Trata-se da abordagem do *femvertising*, que surge em 2014 (Hernández-Willoughby; Lázaro Pernias, 2023, p. 46-47), que tem como objetivo a reconstrução da imagem das mulheres na publicidade e propõe

[] parar de fomentar estereótipos e atitudes negativas que retratam as mulheres como fracas, dependentes e submissas, além de denegrir sua integridade. A publicidade tradicional é substituída por uma que promove a igualdade entre mulheres e homens e representa as consumidoras de forma positiva e realista (Hernández-Willoughby; Lázaro Pernias, 2023, p. 47).

Colocar o *femvertising* em prática demanda atenção com a forma como a representação deve ser empregada. Evitar estereótipos e o uso sexual da imagem da mulher, são fundamentais. No entanto, a representação real de mulheres se mostra um desafio para a publicidade, considerando que não se trata apenas de desconstruir a imagem tradicionalmente propagada, mas sobretudo, construir e mostrar uma representação real.

A forma de representação das mulheres na publicidade constitui uma das principais aplicações das teorias feministas. Os questionamentos se direcionam para os estereótipos e papéis de gênero empregados na publicidade.

Além de levantar fortes críticas às relações sociais baseadas na desigualdade de gênero, uma das principais aplicações das teorias feministas no campo da publicidade é a visibilidade da forma como tem utilizado as mulheres, expressando severas críticas à forma como são representadas, bem como aos estereótipos e papéis que lhes são atribuídos nas mensagens publicitárias, buscando que a imagem projetada delas seja mais realista e menos estereotipada, defendendo seus direitos e interesses. As teorias feministas fornecem uma perspectiva crítica à pesquisa, partindo do contexto histórico que permite visualizar a representação da mulher na publicidade ao longo dos anos (Hernández-Willoughby; Lázaro Pernias, 2023, p. 50-51).

De acordo com Hernández-Willoughby e Lázaro Pernias (2023, p. 45), a reatância psicológica explica a resistência e rejeição à persuasão que usa mensagens que ameacem a liberdade de decisão do consumidor. Quando a persuasão perde o efeito positivo e capacidade de convencimento, demanda-se adotar como estratégia o desenvolvimento de maior nível de identificação com os consumidores para melhorar suas atitudes de compra. A abordagem do *femvertising* proporciona esse movimento de aproximação com a representatividade, melhorando a percepção de realismo da mensagem destinada ao consumidor.

Para Chiachiri (2010, p. 14),

o poder sugestivo que uma comunicação publicitária exerce pode levar o receptor a negligenciar a verdadeira razão de ser do próprio produto", como exemplo, o autor traz que "Algumas marcas de cerveja no Brasil, em suas peças publicitárias, têm como protagonistas lindas mulheres e, o próprio produto, a cerveja, como coadjuvante.

Nesse caso, o que predomina na mensagem são as ideias sugeridas e não o produto.

A literatura discutida na seção 2 indica a presença de temas como a sexualização e a objetificação das mulheres nas pesquisas de alfabetização publicitária, *femvertising* e leitura de imagem publicitária, no entanto, não incluiu abordagens sobre o tratamento dado ao envelhecimento e à 'obrigatoriedade' das mulheres se manterem joviais, à ausência de 'vontade' própria e à dependência, ao desnaturalizar as questões biológicas da mulher, e à beleza como condição de sucesso. Esses temas são apresentados nos critérios adotados pelo OPeNS para analisar as publicidades denunciadas. Além dos critérios, outras categorias e formatos são observados na seção 3 deste capítulo.

3 DIRETRIZES DE ANÁLISE OPENS E COMPONENTES DA ALFABETIZAÇÃO PUBLICITÁRIA

A análise da publicidade requer capacidade de reconhecimento e de crítica. Conforme discutido na seção anterior, cabe à alfabetização publicitária a tarefa de formação dos indivíduos. Uma análise individual das publicidades demanda capacidades em diferentes frentes. Compreender quais são seus componentes ou categorias permite verificar se as diretrizes do OPeNS incluem o que é necessário para realizar essa análise pelos indivíduos frente à publicidade que usa informações e imagens de mulheres, em especial as sexistas e misóginas. Desse modo, a presente seção se dedica à identificar as categorias ou componentes adotados pela literatura que permitem compreender a publicidade e suas informações de um ponto de vista crítico, porém, prático.

Importante figura política brasileira, Manuela D'Ávila (2018), disparou em rede social em 2018, "Como saber se é uma publicidade sexista? Coloque um homem no lugar de uma mulher e se parecer ridículo, é sexista!" e expôs imagem simples e prática. Mesmo não constituindo material acadêmico, trata-se de uma sugestão didática sobre o tema.

López, Gracia e Lajo (2004) desenvolveram instrumentos para avaliar a publicidade em três frentes: imagem, som e escrita. Em relação aos

resultados deduziram que há um avanço no tratamento da publicidade com relação à mulher, uma vez que 70% dos anúncios disponibilizados na imprensa e 44% na TV não são sexistas. Eles também destacam que 52,4% dos anúncios da TV podem ser classificados como sexistas, sobre o que, 83,8% deles possuem o sexismo na imagem, 52% no áudio e 8% no texto. Esses números variam quando se trata de materiais impressos como jornais e revistas, na medida que o texto é o que mais apresenta sexismo, o que fica claro quando os autores identificam que "quando o protagonismo está em um casal, o texto faz referência a uma pessoa apenas e não está redigido no plural". Além disso, os autores obtêm como resultados importantes, além dos instrumentos, os diferentes tipos de estereótipos, ligados às características de personalidade ou de papéis, entre os quais: a) a mulher como especialista das tarefas do lar; a mulher no âmbito público assumindo profissões ou posições de menor relevância social, em especial de subordinação ao homem; c) a mulher como valor estético e/ou sexual, associando a beleza ao êxito profissional.

No que diz respeito aos modelos de mulher (estereótipos) ligados às características de personalidade, López, Gracia e Lajo (2004) encontraram representações que indicam: a) uma mulher oportunista ou frívola que usa seus atributos para despertar os desejos dos homens; b) uma mulher doce, natural e terna, assinando um padrão exclusivamente feminino; c) uma mulher independente, sozinha e que tem tempo para cuidar de si; uma mulher indefesa, que destaca a feminização da pobreza, a marginalização e a doença.

Katz e Wang (2019 *apud* Arbaiza; Robledo-Dioses; Lamarca, 2024), organizam a alfabetização publicitária em três componentes: a alfabetização de conteúdo, de gramática e de estrutura. De acordo com Hudson e Hudson (2016 *apud* Arbaiza; Robledo-Dioses; Lamarca, 2024, p. 168),

La alfabetización de contenido implica una comprensión de los mensajes y temas transmitidos por la publicidad, mientras que la alfabetización de gramática se enfoca en las técnicas visuales y otras estrategias persuasivas utilizadas por los anunciantes. Finalmente, la alfabetización de estructura implica una comprensión de los factores económicos y sociales más amplios que influyen en la

producción y distribución de la publicidad, tales como los modelos de propiedad y de ingresos.

O artigo de Sherman, Allemand e Prickett (2020) investiga a existência da sexualização e da objetificação em publicidades de fantasias de Halloween. Para isso, apresentam um quadro teórico e análises que discutem a sexualização e a objetificação, bem como adotam um padrão conservador para codificar 'gênero'. Estabelecem parâmetros sobre o que consideram ser uma imagem publicitária que sugere sexualização. Entre as descobertas, destaca-se que as publicidades de fantasias para e com modelos mulheres e adolescentes do sexo feminino possuem alto teor de sexualização. Nas publicidades voltadas para e com modelos do sexo masculino, essa sexualização possui níveis baixos, assim como para as crianças. Parte dos procedimentos metodológicos adotados pelos autores para definir imagens neutras, sexualizadas ou hipersexualizadas foram:

O texto que acompanha a imagem foi codificado como não relacionado a sexo ou sexualidade (codificado como 0) versus referências implícitas ou explícitas a sexo ou sexualidade (codificado como 1). Como não há consenso sobre a operacionalização da hipersexualização, criamos uma medida de hipersexualização nas imagens publicitárias, somando as pontuações para sexualização de figurinos, sexualização de modelos e texto sexualizado (Sherman; Allemand; Prickett, 2020, p. 7).

Por sua vez, Malmelin (2010) discute sobre a alfabetização publicitária considerando-se parte da alfabetização midiática. O autor sugere um modelo em que é possível compreender o consumidor ou público-alvo como provável detentor de habilidades de alfabetização publicitária, dividindo-a em três tipos: informacional, visual/estética, promocional.

Como ele trata a alfabetização publicitária como uma capacidade individualizada e que evolui conforme o sujeito interage com novas informações sobre as marcas, resta às empresas adotar uma dinâmica de comunicação flexível e adequada em resposta a essa capacidade crítica evolutiva dos consumidores. Para isso, a "alfabetização publicitária é dividida em

quatro dimensões: alfabetização informacional, alfabetização estética, alfabetização retórica e alfabetização promocional" (Malmelin, 2010, p. 132).

A alfabetização informacional trata da capacidade de obter informações da mídia e de avaliar sua confiabilidade; a alfabetização estética, exige capacidade de interpretação e de compreensão de anúncios, considerados aqui como uma fonte de prazer estético e de entretenimento, compreendendo e apreciando significados culturais, referências e elementos intertextuais; na alfabetização retórica, a comunicação persuasiva é aplicada para ser mais manipuladora e persuasiva, dando enfoque nos meios utilizados, como em mensagens subliminares, avalia-se criticamente o tipo de tons e expressões visuais; e, por fim, a alfabetização promocional, que requer habilidade de identificar as formas de comunicação.

Em se tratando de observar as estratégias de sugestão dadas pela publicidade na mídia revista, Chiachiri (2010, p.15, 45) expõe como a análise semiótica contribui com o conceito de signo icônico, pois "constitui um valioso instrumento para a apreensão do poder sugestivo das mensagens" e, fundamenta-se em três aspectos do signo: no caráter qualitativo que são os quali-signos, no caráter existencial que são os sin-signos; e no caráter geral que são as leis e normas ou legi-signos. De acordo com Chiachiri (2010, p. 4), esse formato de análise baseado na teoria semiótica é importante para compor a mensagem publicitária "[...] na conquista de seu consumidor, estudando o grau de influência da iconicidade nestas mensagens e as associações mentais que o receptor está apto a realizar por meio desses processos sugestivos". No entanto, mesmo sendo esta uma das teorias e técnicas mais citadas na literatura sobre análise de publicidades, adotou-se o próprio grupo de diretrizes do OPeNS.

As diretrizes adotadas pelo OPeNS para analisar as publicidades denunciadas incorpora parte do que foi mencionado na literatura revisada, mas nota-se que a alfabetização não trata apenas de analisar imagens e informações de uma publicidade, e sim de avançar, de maneira prática, para a capacidade crítica, para a identificação de mensagens intertextuais e suas intenções. Assim, as diretrizes do OPeNS são uma ferramenta para iniciar o desenvolvimento dessas capacidades, os quais incluem verificar a presença de informações sobre (OPeNS, 2025):

- Usar ou justificar a violência contra mulheres em propagandas.
- Usar padrões e estereótipos sobre as mulheres e os homens.
- Usar elementos que atribuam inferioridade e dependência à mulher.
- Sugerir que mulheres são dependentes sob qualquer aspecto.
- Sugerir que mulheres são emocionalmente instáveis.
- Sugerir que mulheres não possuem desejos próprios, devendo se submeter às vontades de terceiros.
- Sugerir padrões de beleza feminina inalcançáveis e que signifiquem sucesso.
- Usar padrões de beleza únicos, omitindo a diversidade de pessoas.
- Coisificar o corpo da mulher.
- Usar linguajar e imagens que discriminem a mulher por qualquer condição.
- Sexualizar a imagem da mulher.
- Sexualizar a imagem de meninas.
- Desconsiderar a diversidade sexual, de gênero e familiar.
- Ignorar e desvalorizar as mulheres pretas e dos povos originários.

Essas diretrizes incorporam parte dos problemas que aparecem nas publicidades com mulheres, mas podem, e devem, receber modificações nos próximos anos.

Arbaiza, Robledo-Dioses e Lamarca (2024, p.176) argumentam que "[] falta acentuar el fortalecimiento de las bases teóricas del tema, especialmente debido a los constantes cambios en el ecosistema mediático y en los perfiles de los consumidores a causa de la acelerada transformación digital". Diante da observação desses autores, nota-se que os critérios adotados pelo OPeNS, deverão ser adaptados conforme a evolução da sociedade, das mídias e da capacidade crítica do consumidor.

A evolução das mídias, da publicidade e do público-alvo, transforma o cenário publicitário e torna o ato de persuasão muito mais difícil, pois os consumidores se acostumaram a ignorar os anúncios e suas respectivas informações (Malmelin, 2010, p. 132). No entanto, deve-se combater o ato

de ignorar os anúncios, e sim treinar o consumidor para colocar em prática sua criticidade sobre a informação proferida na publicidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos foram realizadas buscas nas bases de dados, em especial usando a plataforma Scispace. Nesta, artigos, capítulos de livro, teses e dissertações podem ser acessadas, desde que disponibilizadas em outras plataformas ou repositórios ou sites acadêmicos. O acesso promovido por esta plataforma permite que materiais produzidos no leste-europeu, ásia e demais regiões do mundo fiquem visíveis para o pesquisador. Assim, os textos foram lidos e analisados buscando-se compreender sexismo, estereotipia, alfabetização publicitária, representação da mulher na publicidade. Para isso, a busca foi realizada adotando-se os termos de busca 'estudo', 'publicidade', 'sexista' e 'alfabetização publicitária', bem como adotando-se como critério de inclusão de textos os de acesso aberto publicados preferencialmente entre 2022 e 2024 e que tivessem como proposta central discutir a alfabetização publicitária com os sentidos: conceituação de alfabetização publicitária, vínculos com o *femvertising*, e com discussões voltadas ao universo da publicidade com mulheres ou que abordavam o sexismo, a violência e estereótipos. Adotou-se Lima e Miotto (2007) como parâmetro para a leitura e organização da revisão de literatura.

Além disso, também foram inseridos livros que abordassem a temática, como o de Santaella (2012) e de Chiachiri (2010). No que diz respeito à coleta das publicidades, foi realizada pelo OPeNS, a partir de denúncias realizadas ao longo do ano de 2024.

Para a análise buscou-se aplicar as diretrizes do próprio OPeNS, inclusive para testar e verificar a necessidade de futuras adequações a elas. Desse modo, as publicidades denunciadas foram agrupadas e analisadas qualitativamente, associando-as às diretrizes.

5 RESULTADOS FRENTE ÀS DIRETRIZES DO OPENS

Foram obtidas pelo OPeNS desde de 2024, 28 sugestões de publicidades inseridas pela população, diretamente no link '<https://forms.gle/Laniq35XRMXbE8Jk8>'. Não se trata de uma amostra da publicidade brasileira, uma vez que obteve as informações por sugestão e não por coleta, seguindo o padrão de atuação de outros observatórios ibero-americanos de publicidade não-sexista. Além disso, trata-se de uma análise com objetivos acadêmicos.

A maioria das sugestões de publicidade recebida visava vender ideias ou produtos. Cinco dessas sugestões de publicidade não puderam ser acessadas e por isso, foram descartadas, em relação ao que, uma delas fazia referência a um creme ('vacina') anti-idade e outra a um site de jogos e outra referente à uma imagem exposta em um catálogo de produtos cosmético. Outra teve seu conteúdo vinculado ao racismo, mas não a uma violência específica voltada as mulheres, bem como era estrangeira. Mais onze das sugestões também eram estrangeiras, com uma delas recebendo duas sugestões para avaliação. No entanto, por serem estrangeiras, não foram incluídas no enquadramento das diretrizes expostas na seção 3.

Quatro das sugestões, apesar de brasileiras, datavam de mais de dez anos, descartando-as por serem antigas, e se distanciarem temporalmente do atual contexto e da ampla circulação na mídia. E, uma delas, também brasileira, não permitia o acesso no momento da análise.

Uma outra, não pode ser classificada conforme as diretrizes, pois não gerava sugestão de violência, sexismo, etc, e, sim, buscava alertar para os riscos de meninas realizarem rituais de 'skincare'. Conforme Chiachiri (2010) alega, uma publicidade precisa trazer sugestões ao indivíduo, que na presente análise, devem sugerir elementos presentes nas diretrizes do OPeNS. Considerando o contexto de análise, esta foi descartada.

Em relação às demais, uma da marca Veja, uma do perfume Her Code do Boticário, uma de roupa de banho, uma da marca Sculptra e uma da marca Wepink. Todas essas foram sugeridas pela população por

conterem informações, que na percepção das pessoas que indicaram tais publicidades, envolvem algum tipo de violência contra a mulher, seja pela objetificação ou coisificação da mulher, seja ao relegar à mulher determinados estereótipos, seja estabelecendo padrões de beleza inatingíveis.

No caso da sugestão obtida sobre a marca Veja, trata-se de uma publicidade no formato de vídeo divulgada nas redes sociais, em que uma mulher preta, identificada como Ana Paula Xongani aparece argumentando que 'casa foi feita para usar' e 'viva sua casa, veja depois'. Aparece apenas essa mulher, mas um diálogo é mantido com um interlocutor homem, sem imagens associadas a ele. Com sua voz, ele instiga a mulher que faça uma massa caseira na cozinha de sua casa, logo, a cozinha é mostrada suja. Depois disso, a mulher aparece limpando o local com o produto divulgado. Sobre a cena da peça publicitária, cabe um questionamento: por qual motivo mostraram uma mulher limpando a sujeira e não um homem? Não se tem uma explicação para isso, levando o receptor da mensagem da publicidade à visitar categorias já consolidadas, que neste caso, são os estereótipos vinculados à mulher. A mulher e sua responsabilidade de cuidar da casa. A mensagem é direcionada para não se preocupar com a sujeira, para curtir a casa, mas, não se pode ignorar que colocam uma mulher para realizar essa limpeza. Tal especificação pode sugerir 'Usar padrões e estereótipos sobre as mulheres e os homens', mas também, 'Sugerir que mulheres não possuem desejos próprios, devendo se submeter às vontades de terceiros', uma vez que em um trecho da peça, a mulher alega que nunca faz massa caseira e ao ouvir o homem perguntar se ela tem 'coragem de fazer uma agora?', ela muda de opinião imediatamente e aceita fazer a massa motivada pelo fato de ter sido instigada pelo interlocutor, tudo encenado com feições que remetem à coragem de executar tal ato, que claro, é sujar a casa. Mas, porque isso seria um ato corajoso? Por que alguém terá que 'lutar' e se dedicar para limpar novamente. Uma persistência de representações estereotipadas que põe a tona a cultura sexista (Santoniccolo *et al.*, 2023, p. 4), na qual a mulher é responsável por determinadas tarefas.

Sobre a publicidade do Her Code da empresa Boticário, teve-se acesso a uma peça formada apenas por imagem e outra no formato de vídeo encenada pela atriz Luana Piovani, atriz conhecida por participação em

produções televisivas e cinematográficas, bem como várias publicidades ao longo de décadas, mas também por se posicionar em relação à temas como relacionamento, envelhecimento, separação, filhos, nas redes sociais. Na publicidade baseada apenas na imagem, em preto e branco, a mulher aparece de roupa íntima visível 'abrindo' o código do perfume — também sugerindo constituir seu próprio código, que é uma senha que deve ser usada para destravar o cadeado e a própria mulher — lançando mão de seu aparelho celular para executar tal tarefa. Enquanto no vídeo, a atriz está sob uma cama, sem vestimentas, mas cobrindo partes de seu corpo com um lençol branco. Os gestos e feições das mulheres são sensuais. Nesse caso, a diretriz usada para descrever ambas peças é 'Sexualizar a imagem da mulher' na publicidade. As sugestões são claras e estão acompanhadas de informações objetivas (nudez, lençol, cama, cadeado e senha etc.). Para Martínez Lirola (2022, p. 339) trata-se de adotar uma estratégia em que a mulher é apresentada a serviço do produto.

No que diz respeito à publicidade da marca Sculptra, ela é composta por um vídeo em que se encena um estúdio de gravações, em que a apresentadora Sabrina Sato se destaca, acompanhada de uma equipe que registra suas imagens. Esta, veste roupa de banho de cores fortes, ficando visíveis partes de seu corpo. Poses sensuais e movimentos são adotados para enfatizar aspectos físicos da apresentadora, que ao apresentar o produto, discorre sobre seus benefícios, esbanjando simpatia e sorrisos. Em relação às diretrizes adotadas, nota-se a presença de 'Usar padrões de beleza únicos, omitindo a diversidade de pessoas', e, também, 'Coisifica o corpo da mulher', na medida que o enfoque permite compreender que um padrão de corpo é apresentado, constituindo o padrão a ser conquistado com o uso do produto sugerido na publicidade. A coisificação do corpo da mulher também está presente, considerando-se não ser necessário a exposição das partes mostradas do corpo da atriz, algo que poderia ter sido substituído com a própria opinião da atriz sobre o produto, evitando mostrar seu corpo. Sherman, Allemand e Prickett (2020) corroboram o argumento de que é comum tornar a mulher um objeto ou coisa em publicidades, com uma maior chance de que elas sejam expostas em imagens sexualizadas, em comparação aos homens.

Por sua vez, o perfume Red da marca Wepink também foi enviado como sugestão ao OPeNS. No caso dessa peça publicitária, têm-se a presença da influenciadora Virgínia Fonseca com vestimentas que remetem as usadas por mulheres islâmicas. Possui uma conotação religiosa, sugere associação com o oriente médio, mas se afasta ao mesmo tempo, ao preferir um tecido transparente em que é possível notar as roupas íntimas da influenciadora e um acesso com associação incomum ao corpo da mulher quando usa tal vestimenta específica. Além disso, são adotadas poses e feições sensuais. Esta peça publicitária recebeu diversas críticas na internet por realizar tal associação religiosa com o formato da vestimenta e o que ela sugere. Evidentemente, essa publicidade apela para imagem sensual e coisifica o corpo da mulher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos da publicidade sobre as mulheres extrapolam o contexto comercial, entre os quais, há a presença de informações, muitas vezes enviesadas, que reforçam estereótipos e prejudicam a condição das mulheres na sociedade. Persuadir, convencer e também mudar a forma de pensar sobre algo, incluem-se como objetivos da publicidade. Para isso, adotam-se estratégias intensamente visuais e sonoras, com informações culturais valorizadas ou com potencial de serem valorizadas. É necessário ganhar a atenção, despertar o desejo e obter a ação do consumidor. Por isso, insiste-se, deveria ser tratada com a mesma atenção que o é tantos outros fenômenos de uma sociedade, uma vez que afeta, inclusive, a saúde e o bem-estar das mulheres na relação que estabelecem com os produtos e serviços que compram, consomem e apreciam.

Diante dessa perspectiva de manipulação psicológica, econômica e social dos consumidores e consumidoras e da livre circulação de determinadas informações nas peças publicitárias, percebe-se como urgente o desenvolvimento de competências publicitárias. A abordagem do *femvertising* deve ser vista como uma aliada para a alfabetização publicitária, pois propõe desenvolver um olhar crítico em que a publicidade deve manter o

respeito, a dignidade das mulheres, evitando em todo caso, qualquer tipo de violência direcionada a elas. Nesse sentido, informações devem ser usadas para divulgar o produto, estimular sua compra, mas não para nutrir preconceitos e estereótipos. Informação, é portanto, primordial para esta discussão, uma vez que publicidade também pode induzir a erros já que é capaz de influenciar as formações cognitivas, sentimentos e pensamentos sobre as coisas, conforme assinala Santaella (2012).

A representação das mulheres nas publicidades denunciadas ao OPeNS, sinaliza a presença de elementos que sugerem coisificar ou objetificar a mulher, bem como a colocam dentro de um estereótipo. As informações percebidas nas publicidades revelam, portanto, violência, estereótipos e hipersexualização da mulher, caracterizados por mostrar mulheres em nudez ou seminudez, com poses sensuais, com gestos e feições, adotando comportamentos contraditórios porque são mostradas desprovidas de manterem a própria vontade e opinião.

Olhar e não perceber, talvez seja esse o comportamento do consumidor das mensagens publicitárias. Mesmo vendo, não percebe ou não se importa com a situação na qual a mulher é relegada na mensagem. Um comportamento de crítica, envolveria, portanto, em primeiro lugar, perceber que informações são usadas, se são fidedignas, representativas, ou seguem uma tendência oposta a isso. Ser crítico é perceber o contexto de produção da mensagem, os recortes feitos, e os desejos que se quer despertar no consumidor. É perceber os argumentos, mas também, as emoções que são despertadas. Então, educar, formar, criar hábitos e novas percepções podem ser promotores desse comportamento de crítica do consumidor. Mas, sem a participação direta de órgãos como o CONAR e legislação sobre o tema, os efeitos não serão duradouros e não envolverão os responsáveis pela criação e disseminação das publicidades.

As limitações associadas à pesquisa exposta neste capítulo se dão sobre as propagandas recebidas da população pelo link disponibilizado no OPeNS. Conforme explicado anteriormente, esta população participante ficou restrita ao ambiente acadêmico, consistindo de alunos e alunas de graduação que contribuíram fornecendo suas sugestões de publicidade. As repercussões disso são que as publicidades que já tiveram alguma exposição

crítica na mídia foram, em grande parte, identificadas pelo alunado como as que cumpriam com parte das diretrizes. Isto pode sugerir que foram induzidos por discussões lançadas de antemão. Por outro lado, tentaram identificar informações e sugestões declaradamente violentas, sexistas, estereotipadas sobre as mulheres.

Nesse sentido, a princípio, ainda que essas publicidades tenham validade para uma observação acadêmica, porque promovem um processo de reflexão e um exercício de desvelar preconceitos e estereótipos, elas auxiliam apenas parcialmente no desenvolvimento do OPeNS, na medida que as publicidades precisam estar na mídia para serem avaliadas frente a elementos como sugestões, persuasão, informação e cultura atual. Além disso, se atuais, podem ser denunciadas pelo OPeNS ao CONAR, se antigas, não, pois já não estão em circulação intencional e paga. Também deve-se considerar que os alunos que participaram fornecendo suas sugestões foram sensibilizados com relação aos objetivos do OPeNS e as diretrizes. Assim, conseguiram observar as publicidades após essa indução, não sendo possível definir se apresentaram comportamentos de alfabetização publicitária. Recorda-se que não foi intenção desta pesquisa, avaliar se aqueles que contribuíram com as publicidades consolidaram a alfabetização publicitária, isto é, se estão aptos a avaliar a publicidade em diferentes frentes ou dimensões.

Com base nessa constatação, este capítulo finaliza a discussão compreendendo ser necessário desenvolver um programa entre universidades e escolas, visando incluir a alfabetização publicitária dentro do escopo de atuação de combate à publicidade sexista. Compreender o conteúdo das mensagens, as técnicas visuais e o contexto econômico e social da publicidade é fundamental para gerar comportamentos de resistência à persuasão, aos sentimentos e impulsos que a publicidade desperta. Por fim, trata-se de levar o consumidor a manejar as informações que entram por seus sentidos, criando percepções mais críticas e memórias mais revisadas sobre a representação que a publicidade adota sobre as mulheres.

REFERÊNCIAS

ARBAIZA, Francisco; ROBLEDO-DIOSES, Kelly; LAMARCA, Giovanni. Advertising literacy: 30 years in scientific studies. **Comunicar**: revista científica de comunicación y educación, v. 32, n. 78, p. 166-178, 2024. Disponível: <https://doi.org/10.58262/v32i78.14>. Acesso: 18 dez. 2024.

CHIACHIRI, Roberto. **O poder sugestivo da publicidade**: uma análise semiótica. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

COMO o brasileiro percebe e avalia a propaganda. São Paulo: ABAP; Ibope Inteligência. 2009. Disponível em: <https://www.abap.com.br/wp-content/uploads/2021/06/como-o-brasileiro-percebe-e-avalia-propaganda.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

D'ÁVILA, Manuela. **Como saber se é uma publicidade sexista?** [...]. 14 fev. 2018. Facebook: Manuela D'Ávila. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2560026847379093&id=126702654044870&set=a.129464433768692&locale=pt_BR. Acesso em: 24 maio 2025.

EISEND, Martin. A meta-analysis of gender roles in advertising. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 38, p. 418-440, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11747-009-0181-x>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FERNANDES, Kizzi Helena de Castro de Lucena; PINHEIRO, Leila Beatriz. Memória, informação e mídia: publicidade e suportes de memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 6671-6678. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1460/1812. Acesso em: 20 dez. 2024.

HERNÁNDEZ-WILLOUGHBY, Silvia; LÁZARO PERNIAS, Patrícia. Femvertising and its impact on psychological reactance and purchase intention of Mexican female consumers. **Mercados Y Negocios**, ano 24, n. 49, p. 43-64, May/Aug. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.32870/myn.vi49.7694>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2024.

LÓPEZ, Julia Victoria Esín; GRACIA, María Éngeles Marín; LAJO, Mercedes Rodríguez. Análisis del sexismo en la publicidad. **Revista de Investigación Educativa**, v. 22, n. 1, p. 203-231, 2004. Disponível em: <https://campuseducativo.santafe.edu.ar/wp-content/uploads/Analisis-del-sexismo-en-la-publicidad-Revista-Investigacion-Educativa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MALMELIN, Nando. What is advertising literacy? Exploring the dimensions of advertising literacy. **Journal of Visual Literacy**, v. 29, n. 2, p. 129-142, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/23796529.2010.11674677>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MARCON, Fernanda Almeida; RIBEIRO, Ana Maria Simões; SOUSA JÚNIOR, João Henrique de; BELZ, Elton; ROCHA, Rudimar Antunes da .. Conar and sexism in advertising. **Boletim de conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano 6, v. 18, n. 52, p. 116-136, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11003190>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARTÍNEZ LIROLA, María. Towards a desconstruction of symbolic violence in a sample of advertising discourse. A critical discourse perspective. **Cuestiones de Género: de la igualdad y la diferencia**, n. 17, p. 336-354, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18002/cg.i17.7132>. Acesso em: 9 jul. 2024.

OBSERVATÓRIO DA PUBLICIDADE NÃO-SEXISTA (OPeNS). Diretrizes para uma publicidade não-sexista, c2025. Disponível em: <https://fatecgarca.cps.sp.gov.br/observatorio>. Acesso em: 18 maio 2025.

RECIO, Juan Carlos Marcos; VIGIL, Juan Miguel Sánchez; FUENTES, Belén Fernández. Gestión de los contenidos documentales en el ámbito de la publicidad y las relaciones públicas. **Scire**, v. 11, n. 2, p. 79-98, sep./dic. 2005. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/gestion-de-los-contenidos-documentales-en-el-ambito-de-la-4peekk91va.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ROZENDAAL, Esther; LAPIERRE, Matthew A.; VAN REIJMERSDAL, Eva A.; BUIJZEN, Moniek. Reconsidering advertising literacy as a Defense against advertising effects. **Media Psychology**, v. 14, n. 4, p. 333-354, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15213269.2011.620540>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTAELLA, Lúcia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTONICCOLO, Fabrizio; TROMBETTA, Tommaso; PARADISO, Maria Noemi; ROLLÈ, Luca. Gender and media representations: a review of the literature on gender stereotypes, objectification and sexualization. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 10, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph20105770>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SHERMAN, Aurora M.; ALLEMAND, Halley; PRICKETT, Shayla. Hypersexualization and sexualization in advertisements for halloween costumes. **Sex Roles**, v. 83, p. 254-266, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11199-019-01105-0>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TORUSDAĞ, Gülşen. Critical analysis on advertising discourses. **RumeliDE Dil ve Edebiyat Araştırmaları Dergisi**, n. 37, p. 285-292, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29000/rumelide.1405738>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Elas na política: barreiras de acesso à informação vivenciadas por mulheres parlamentares¹

Beatriz de Oliveira Benedito

Luana Maia Woida

1 INTRODUÇÃO

Por razões de construções sociais e culturais, as mulheres foram condicionadas à subjugação do domínio patriarcal, às opressões e múltiplas formas de violências, excluídas das decisões públicas, bem como dos cargos representativos. Apesar disso, elas trilharam vários percursos em busca de melhores condições de sobrevivência, conquistaram direitos, romperam com obstáculos legais e culturais e modificaram o contexto da vida cotidiana, acessando espaços inimagináveis, antes proibidos à elas.

A equidade de gênero tornou-se uma dimensão específica de grande relevo para as sociedades, tal como configura-se como um indicador de "[...] quão democrático é um sistema político" (Matos, 2020, p. 109), no entanto perduram ainda inúmeros cenários de desigualdades que por intermédio de barreiras retardam e muito a trajetória profissional de mu-

¹ A presente pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado. A pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

lheres, tratando de impedir e garantir o acesso desigual delas nos espaços de poder.

A ausência de mulheres na política é um traço persistente em diversos países, para não dizer em quase todos, os dados do Inter-Parliamentary Union — IPU-Parline (c2025) mostram que: Ruanda (63,8%), Cuba (55,7%), Nicaragua (55%) e México (50,2%) são os países que apresentam as maiores porcentagens de mulheres no parlamento. No Brasil, a sub-representação de mulheres na política é eloquente e, o desempenho do país é o pior nas Américas. Globalmente a média de representação política de mulheres é de 27,2% e das Américas é de 35,4% (a maior porcentagem de representação parlamentar de mulheres no mundo) e, o Brasil encontra-se na 133ª posição do ranking do IPU-Parline: somente 18,1% de mulheres ocupam assentos na Câmara dos Deputados e, 19,8% do Senado é composto por mulheres (IPU-Parline, c2025). Além disso, dentre as 39 pessoas que ocuparam a presidência, apenas uma mulher assumiu a posição de líder do país, sendo ela a representante política mulher que mais sofreu com a violência política feminina (VPCM) tanto por parte da estigmatização dos meios de comunicação em massa, quanto da população brasileira.

De acordo com Biroli (2018) e Miguel (2014), a baixa participação de mulheres nos cargos eletivos pode ser explicada por fatores ideológicos: a naturalização baseada em estereótipos de gênero sobre o que é imposto socialmente como habilidade e competência de mulheres e homens, tal como fatores de recursos: a expropriação de tempo e energia das mulheres e seu acesso desigual à remuneração. Araújo (2016) e Sacchet (2020) acrescentam que esse cenário desigual é também fundamentado nos fatores institucionais: o uso da lista aberta no sistema eleitoral de votação é caracterizado como uma variável desfavorável para os países que adotam as cotas de gênero e, a distribuição desigual dos recursos financeiros de campanhas entre homens e mulheres.

Assim sendo, o mote desta pesquisa está na ideia de desigualdade e de barreiras, por isso detém-se a olhar os obstáculos vivenciados por mulheres na política, buscando responder às seguintes questões norteadoras: quais são as situações diretas, desrespeitosas e violentas que as representantes eleitas para um cargo público enfrentam por estarem em uma posição

de poder? E de que forma esse contexto se transforma em obstáculos de acesso e de participação das mulheres políticas no fluxo de informação e de comunicação?

Deste modo, o objetivo geral consiste em analisar as situações de violência vivenciadas por mulheres no espaço político, de modo a identificar as barreiras de acesso e de participação no fluxo de informação.

Considera-se que a relevância da discussão proposta se deposita sobre o fato de o sistema político ser um espaço de poder composto por uma minoria política muito fechada e super-representada por segmentos sociais específicos, geralmente são homens brancos, heterossexuais, de meia idade e classe média alta. Desta forma, compreende-se que as pessoas que não se enquadram a este padrão social privilegiado, sobretudo mulheres, minorias étnicas e sexuais, trabalhadores etc., são barradas de todas as formas possíveis, uma vez que é necessário proteger os limites e os privilégios desse poder a um único grupo.

A relevância está na hierarquização e assimetrias de acesso ao espaço e à informação. Quando se observa o acesso das mulheres na política, embora seja desigual, nota-se que elas estão adentrando um território "[...] hierarquizado, que produz assimetrias e exclusões" (Miguel, 2010, p. 45), é o espaço do outro determinado socialmente, portanto, a entrada de mulheres nesse espaço se trata de uma quase invasão de território. Nesse sentido, tanto a candidatura no processo político-eleitoral quanto sua atuação como parlamentar são marcadas por dificuldades e efeitos muito específicos, já que na maior parte da história verifica-se uma preservação simbólica da política abaixo do domínio masculino. Ou seja, há mecanismos impeditivos mais enfáticos para elas, do que os parlamentares homens, até mesmo quando as mulheres se tornam representantes políticas.

2 MULHERES NA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as mulheres trilharam diversos percursos em busca de melhores condições de sobrevivência na sociedade. Elas reivin-

dicaram direitos, se rebelaram contra sua condição (confinadas aos limites dos arranjos domésticos e familiares), lutaram por liberdade e, romperam com impedimentos legais e culturais, desafiando os princípios impostos pela sociedade em geral. De alguma forma, todas essas mobilizações modificaram as feições da vida cotidiana, tratando de garantir o acesso das mulheres à direitos e espaços antes proibidos à elas.

Ainda assim, contextos de desigualdades permanecem como marcas profundas. O escancaramento da falta de mulheres na política continua sendo uma realidade muito presente em diversos países. Em 31 eleições presidenciais realizadas pelo mundo em 2024, somente cinco mulheres foram eleitas como chefes de Estado: Islândia, Moldávia, México, Namíbia e Macedônia do Norte. No âmbito legislativo, a representação política de mulheres permaneceu estagnada em 2024, com 27% dos assentos ocupados por esse grupo (Apenas [...], 2024). De acordo com o *World Economic Forum* - WEF (Thesing, 2023) Entre os 7 países economicamente avançados (o G7) apenas a França apresenta um contexto favorável, com 37,3% de mulheres ocupando os assentos parlamentares.

A baixa participação de mulheres na política leva a entender que há uma imposição desvantajosa das instâncias políticas, que (re)produzem condições "mais enfáticas" e "alternativas sempre mais onerosas" para a mulher, do que para o homem (Miguel, 2010, p. 45). Desta forma, pode-se dizer que há determinados entraves em vigor que afetam o acesso do público feminino ao jogo político, deixando-as sub-representadas neste espaço de decisões públicas e, ao mesmo tempo, que mantêm, efetivamente, a presença dominante do sexo masculino nesse universo de poder.

Sobre isso, Biroli (2018) e Miguel (2014) compreendem que o acesso desigual das mulheres na política está associado aos fatores ideológicos/simbólicos e materiais/de recursos. Os fatores que se pode entender como ideológicos dizem respeito às construções sociais sobre o que é dito como feminino ou masculino. Desde os primeiros passos das crianças, quase sempre, as pessoas ensinam ou educam meninas e meninos de formas distintas, diferenciando-os entre si, tanto no que se refere aos tipos de comportamentos, quanto ao que a sociedade espera de cada grupo.

Esses modos diferenciados de tratamentos entre os gêneros, reforçam padrões estereotipados e sexistas, trazendo à tona a naturalização de comportamentos, atitudes e habilidades vistas como típicas ou apropriadas para homens e mulheres, circunscrevendo também o que é âmbito feminino ou masculino. Nesse viés, ao considerar o estereótipo social do significado de ser mulher ou homem, verifica-se que a entrada de mulheres na política é afetada pelos "[...] padrões diferenciados de tratamento entre os gêneros e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar" (Miguel, 2014, p. 94), uma vez que o espaço privado e suas atividades prevaletentes foram associados a elas desde os primeiros passos, quiçá antes de nascer.

Os fatores de recursos, por sua vez, são oriundos da divisão sexual do trabalho e suas principais implicações: o acesso desigual das mulheres a tempo livre e renda. A divisão sexual do trabalho determina a representação da família e os cuidados não remunerados, enquanto tarefas da esfera privada socialmente construída para a mulher, assim como, reforça a exploração do trabalho, a expropriação de tempo e energia das mulheres. Por outro lado, as dimensões da esfera pública e do trabalho produtivo continuam evidenciando sua caracterização como de domínio masculino, bem como atividade mais importante (Pinheiro, 2007; Biroli, 2018).

Desta forma, entende-se que para homens, o acesso ao âmbito político é facilitado, pois as cargas das atividades domésticas se concentram nas mulheres. Portanto, eles detêm mais tempo livre para se dedicarem às candidaturas, carreira política e atuação legislativa. Por outro lado, a situação da mulher é sobrecarregada pela sua posição na relação familiar. Dito isso, a mulher tem menor disponibilidade de tempo, já que precisa conciliar as atividades domésticas e de cuidados, com a candidatura, a carreira e atuação política (Biroli, 2018; Sanchez, 2017).

Para além desse contexto, há consideráveis desigualdades no acesso à renda, uma vez que a concentração da mulher nas atividades do lar, como os trabalhos de cuidados (cuidar dos filhos e de outros adultos da casa), tende a caminhar pela subalternidade social, isto é, "[...] tende a ser reduzido — e amiúde subvalorizado" (Silva; Jorge; Queiroz, 2012, p. 2). Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho do homem é valorizado (tem

mais valor agregado e prestígio do que o trabalho da mulher), a esfera doméstica é ausente de políticas públicas, bem como periférica e marginal, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Ou seja, compreende-se que o acesso desigual à renda se caracteriza como um obstáculo no acesso das mulheres na política, pois as mulheres se concentram em setores que oferecem menores rendimentos, enquanto os homens monopolizam os segmentos que oferecem maiores remunerações. Sabe-se, que os recursos econômicos são importantes para financiar as campanhas eleitorais, garantindo ao candidato maior visibilidade (Democracia [...], 2021).

Ademais, o acesso das mulheres na política é afetado também pelos fatores institucionais, constituídos pelo tipo de lista eleitoral para votação de candidatos e o financiamento desigual das campanhas entre homens e mulheres.

Sobre o primeiro obstáculo institucional, o tipo de lista eleitoral ao ser associado à aplicação de políticas de cotas de gênero, pode se tornar uma variável preponderante no aumento de mulheres na política. A aplicação de uma lei deste tipo no processo político-eleitoral, tem como objetivo romper com as desigualdades de gênero no âmbito legislativo, bem como assegurar os direitos políticos das mulheres (Martelotte, 2016). Dito isso, Araújo (2016) evidencia que as cotas têm maior eficácia nos modelos de lista fechada, os eleitores votam em um partido e, cada organização partidária exerce o papel de mediador desses votos, determinando a ordem dos/as candidatos/as em que o voto será distribuído.

No entanto, a autora destaca três requisitos centrais para garantir a eficácia da política de cotas em sistemas de lista fechada: legislações inteligíveis que possam evitar que os partidos políticos realizem interpretações diversas previstas na lei sobre suas obrigações no cumprimento dos percentuais mínimos; "[...] definição de alternâncias na ordem de apresentação dos nomes nos sistemas de lista fechada", organizando para que os "[...] nomes das mulheres não fiquem entre aqueles de quem não se espera sucesso eleitoral, e legislações punitivas nos casos de não cumprimento de alguns dos requisitos anteriores" (Araújo, 2016, p. 40).

Por outro lado, o sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta é problemático para países que utilizam as cotas de gênero como estratégia eleitoral para aumentar o número de mulheres no espaço legislativo. Nicolau (2006, p. 692) explica que o modelo de votação utilizado no Brasil é a lista aberta, aqui os eleitores votam no candidato ou em uma legenda (partido) e, segundo o autor "[...] o voto de legenda é contado apenas para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição das cadeiras entre os candidatos". Para Araújo (2016, p. 42) "a lista aberta pode garantir a cota mínima de candidaturas, mas não assegura relações de causa e efeito entre maior número de candidatas e maior número de eleitas".

Desse modo, Sacchet (2020) assinala que há um processo de individualização no processo político-eleitoral, ou seja, a competição pelos cargos eletivos é centralizada no candidato/candidata e, suas oportunidades eleitorais dependem do apoio político dos partidos, bem como distribuição dos recursos financeiros. Aqui entra o último obstáculo institucional: a distribuição desigual dos recursos financeiros, sendo que os recursos econômicos são importantes para financiar as campanhas eleitorais.

Pinheiro (2007, p. 42) afirma que "[...] se mulheres "políticas" estão em uma situação de menor status no campo político, é porque detêm menor acúmulo do tipo de capital que ali mais interessa", o recurso econômico. Isso se estende para os grupos de minorias sociais, que são afetados, invariavelmente, pela hierarquização de classe e raça. Geralmente, para atingir maiores níveis de renda, a mulher (casada e com filhos) precisa deixar seu(s) filho(s) em creches ou recorrer a outros tipos de redes de suporte (Biroli, 2018). Apesar disso, as organizações partidárias tendem a destinar maiores quantias de recursos financeiros para segmentos sociais super-representados na política: homens brancos, heterossexuais e de classe média e alta (Democracia [...], 2021).

3 NOTAS SOBRE BARREIRAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

É indiscutível a alegação de que a informação é um elemento essencial no cotidiano da espécie humana, bem como há um entendimento de que ela é considerada um item básico para a realização de qualquer atividade, simples ou complexa. Indo além, compreende-se que a informação é um elemento propulsor, obviamente um diferencial, que tem presença dominante em múltiplos espaços e, portanto, o valor que ela detém é potencialmente relevante para a sociedade contemporânea.

Por entender que a informação é um insumo estratégico presente em todos os processos organizacionais, Yafushi (2015) explica que a disponibilização da informação pelos diferentes níveis hierárquicos é essencial. Da mesma forma que, saber interpretar as informações, de modo a permitir a atribuição de significados é também primordial para a sobrevivência das organizações no mercado contemporâneo e suas imposições mercadológicas.

Mas, ainda assim, há, uma dificuldade: as informações têm rápida circulação, em excesso e algumas vezes são imprecisas ou erradas. O desafio neste caso é justamente mensurar quais informações são mais apropriadas para as atividades organizacionais.

Nessa perspectiva, para o provimento da informação dentro da organização Valentim (2010) estabelece um diálogo com os fluxos de informação, pois as formas de acesso e manejo da informação nesse contexto, se destacam como condições fundamentais em todos os níveis organizacionais e, portanto, a informação filtrada precisa fluir, ser de fácil acesso e, eliminando quaisquer tipos de barreiras que impedem as pessoas de acessá-la. Nesse sentido, Inomata e Varvakis (2016), compreendem que o fluxo de informação corresponde ao ciclo que a informação percorre de ponto a ponto pelos canais de comunicação. Nesse processo de como as informações são transmitidas, envolvem-se pessoas, tecnologias e, especificamente, o modelo de negócio da organização (atividades desenvolvidas, arquitetura informacional etc.).

Quanto aos tipos de fluxos de informação, Valentim (2010) destaca dois: estruturado (formal) e não-estruturado (informal). Os fluxos formais referem-se aos resultados inerentes aos afazeres e tomada de decisão do âmbito organizacional. Há, aqui, maior visibilidade, uma vez que esse fluxo é o reflexo natural das próprias ações desenvolvidas pela organização. Já os fluxos informais, se configuram pelas relações entre sujeitos, o que envolve, todo seu contexto sociocultural, suas pluralidades, bem como a "[...] carga de subjetividade, efemeridade e imaterialidade que envolve a informação nesse contexto" (Barboza; Almeida Júnior, 2017, p. 59). Desse modo, os fluxos informais não são estruturados, pois advêm das experiências, aprendizados e conhecimentos adquiridos e gerados pelos indivíduos que atuam no cotidiano das organizações.

Observa-se, nessa discussão, a necessidade de gerenciar, mapear e tratar adequadamente (Santarém; Vitoriano, 2016) a lógica de funcionamento dos fluxos de informação, fazendo-se compreender os caminhos que a informação percorre ao longo de sua transmissão, uma vez que segundo Nascimento, Moro-Cabero e Valentim (2015, p. 4) "[...] é possível compreender de que maneira os processos e atividades organizacionais se alimentam de informações, ou seja, efetivamente se conhece como a informação pode gerar diferenciais competitivos para subsidiar a tomada de decisão", de modo eficaz, preciso e inteligente.

Assim sendo, compreende-se que os fluxos de informação são princípios essenciais para qualquer tipo de organização (social, política, empresarial etc.), porém destaca-se que a dinâmica da circulação da informação está suscetível a algumas barreiras, compreendidas como obstáculos para a obtenção e transmissão da informação (Inomata; Varvakis, 2016).

Nesse pensar, entende-se que a cultura organizacional representa a força que orienta a dinâmica de circulação de dados e informação, com o intuito de proporcionar cenários positivos para a construção de conhecimento (Valentim, 2010). A necessidade de construir e/ou proporcionar um ambiente favorável para a socialização do indivíduo torna-se cada vez mais fundamental para o fortalecimento das relações existentes entre os colaboradores e, ao mesmo tempo, no processo de comunicação da informação, podendo evitar a presença de barreiras de acesso à informação. Segundo

Inomata e Varvakis (2016, p. 132) "[...] é no processo de comunicação da informação, especificamente, na transmissão de uma mensagem, que formam barreiras ou ruídos que se alocam entre emissores e receptores em forma de problemas para o uso eficiente dos recursos da informação".

Desta forma, a má comunicação e a exclusão política de grupos se caracterizam como barreiras de acesso à informação, uma vez que interferem direta ou indiretamente na transmissão de uma mensagem ou informação. Para Starec (2006), a má comunicação se associa tanto à falta de diálogo, quanto à imprecisão de uma informação, ou seja, quando a mensagem interna não é precisa, objetiva, concreta, falta credibilidade naquilo que está sendo transmitido, o que impossibilita a verdadeira apropriação da informação e, conseqüentemente, a construção de conhecimento.

A exclusão política de grupos se consolida na dificuldade de acesso e participação aos espaços formais e informais da organização que determinado grupo enfrenta, em especial as minorias sociais e mulheres, justamente pessoas que buscam desafiar as estruturas hierárquicas do preconceito, discriminação e exclusão. Como consequência, têm-se o impedimento da ascensão profissional e a inacessibilidade da informação, tal como ressaltam Jamon (2014) e Woida e Oliveira (2018).

Outros exemplos de barreiras são: a deslegitimação de ideias ou propostas de determinados grupos; a falta de confiabilidade entre os colaboradores. A primeira é uma forma de reprimir a circulação ou o compartilhamento da informação, restringindo a participação do sujeito no processo de comunicação; qualquer ideia ou proposta advinda de grupos específicos é ignorada, a menos que seja algo de extremo interesse para a organização (Jamon, 2014).

Quanto à falta de confiabilidade entre os colaboradores, destaca-se a ausência de condições que facilitem as interlocuções de socialização e compartilhamento de vivências e experiências, uma das maneiras de fortalecer o relacionamento humano e proporcionar laços de confiança na organização. A partir do momento em que não há confiabilidade entre os colegas de trabalho, inclusive entre o líder do setor ou diretor da organização, "[...] não existe confiança necessária sobre a informação e sobre as pessoas para efetivar o fluxo de informação informal" (Woida, 2010, p. 96).

Uma outra forma de observar as barreiras de acesso à informação é a partir da perspectiva social. Paes (2016) traz à tona o reflexo da falta de acesso à informação na vida de mulheres. A autora compreende que a informação é um direito humano e um dos principais indicadores de boa governança, sendo responsabilidade dos órgãos ou agentes do Estado tornar as informações produzidas pelas organizações governamentais disponíveis em um formato aberto e acessível democraticamente, contendo uma linguagem precisa, objetiva e compreensiva pelas partes interessadas.

Contudo, cumpre ressaltar que nem todos possuem as mesmas condições ou oportunidades de acesso. Ou seja, o direito à informação não é plenamente exercido por todos os cidadãos, uma vez que segundo a autora os grupos sociais mais vulneráveis, com destaque as mulheres "[...] são afetadas pela falta de informação de forma desproporcional". Além disso, muitos desconhecem ou "[...] sequer sabem que podem buscar e demandar informações de interesses públicos, e onde essas informações estariam disponíveis" (Paes, 2016, p. 7), reduzindo o acesso delas à saúde, educação e trabalho; consequentemente, crescem os índices de desigualdades desse grupo populacional no país.

Toma-se como exemplo, o cenário vivenciado pelas mulheres de baixa renda e vítimas de violência sexual, que engravidam em decorrência de um estupro. A Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada no Teerã, em 1968, determina que é direito das pessoas receber educação e informação sobre seus direitos reprodutivos e sexuais. Contudo, no Brasil, considera-se que o aborto é um procedimento legal somente em três quadros: "[...] quando a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco de morte para a mãe ou se o feto é anencéfalo" (Paes, 2016, p. 16-17).

O problema associado a esse contexto é que muitas mulheres de baixa renda, sequer sabem que podem solicitar, acessar ou obter a informação pública; nem ao mesmo sabem que a informação é um direito, que pode ser demandada, nem "onde essas informações estariam disponíveis". Ademais, soma-se também a essa discussão o fato de que "[...] muitas mulheres que engravidaram após terem sido vítimas de violência sexual não conseguem ser atendidas em hospitais destinados a realizar aborto legal, pois não existe uma lista pública dos hospitais que realizam o procedimen-

to"; inclusive muitos profissionais ou servidores do atendimento da saúde "não conhecem a legislação que permite que o procedimento seja realizado" (Paes, 2016, p. 16) afetando, assim, a saúde da mulher.

Santos *et al.* (2021), por outro lado, discutem sobre as barreiras de acesso à informação a partir da falta de acessibilidade, um problema enfrentado pelas pessoas surdas (minorias linguísticas). Diferentemente dos ouvintes, os surdos buscam com menor proporção e frequência os serviços de saúde, uma vez que encontram barreiras comunicacionais nos atendimentos do sistema (e em outros). Afinal, pouquíssimos profissionais possuem conhecimentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Dessa forma, um dos principais motivos para esse contexto é o "medo por não serem compreendidos" (Santos *et al.*, 2021, p. 3).

Sendo assim, a barreira de acesso à informação está na disponibilização da informação em língua portuguesa, difícil de ser compreendida pelos surdos sem o auxílio de um intérprete. O obstáculo torna-se maior, na medida em que "existem poucas informações visuais" (Silva *et al.*, 2017), resultando na compreensão fragmentada ou parcial de determinada informação. Outros tipos de barreiras são: a linguística, que se refere ao desconhecimento de outra língua, o que impossibilita o indivíduo compreender uma informação específica (Jesus, 2015); e o analfabetismo, um dos eixos de exclusão do país, que também dificulta o acesso e a apropriação da informação (The Center Carter; Irish Aid, 2015).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é essencialmente de natureza qualitativa, pois detém-se a olhar um fenômeno social que envolve pessoas e problemas a serem compreendidos, de modo a extrair os significados das ações, sentidos etc. (Minayo, Deslandes, Gomes, 2009).

Desse modo, sua característica é do tipo descritiva, por descrever e caracterizar as informações do objeto de estudo, no intuito de construir inferências inerentes às situações de violências vivenciadas por mulheres

ao longo de sua atuação como parlamentar. Além disso, verifica-se ainda que a pesquisa é também do tipo exploratória, por oportunizar o desbravamento de uma discussão que é pouco abordada no campo da Ciência da Informação (CI) (Gil, 2002) e, isso diz respeito tanto para a participação de mulheres nos cargos eletivos, quanto a presença de obstáculos respaldados em atos misóginos que afetam o acesso dessas parlamentares à informação e sua participação nos fluxos de informação.

Para a coleta de dados foram utilizadas notícias, encontradas após a realização de uma busca assistemática no google, cuja busca adotou as seguintes palavras-chave: mulheres na política, violência política de gênero e silenciamento da voz feminina. Os procedimentos de seleção, pautaram-se nos seguintes critérios: a menção/descrição do fato ocorrido, quais pessoas envolvidas e o porquê esse fato aconteceu. Nesse sentido, cinco notícias foram localizadas nos sites: Metropoles (Lorran, 2021; Rodrigues, 2022), O Globo (Marzullo; Noia, 2023), Claudia (Mulheres [...], 2021) e CNN Brasil (2025). As matérias de García Martínez (2016), El País (Juana [...], 2024) sobre a política Juana Quispe e de Maldonado (2016) sobre a prefeita de Chenalhó foram incorporadas a partir de uma leitura realizada no livro 'Cuando hacer política te cuesta la vida: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en la América Latina' (2017), no qual apresenta temas e alguns casos pertinentes para a compreensão do objetivo que orienta esta pesquisa. A seguir o Quadro 1 apresenta uma breve descrição das notícias selecionadas:

A seguir o Quadro 1 apresenta uma breve descrição das notícias selecionadas:

Quadro 1 — síntese sobre as notícias obtidas

Qual é o fato?	Onde e quando aconteceu?	Quais são as pessoas envolvidas?	Código de Referência
Microfone de vereadora é arrancado durante sessão.	Câmara Municipal de Pedreiras, em 2021	Katyane Leite (PTB) e Emanuel Nascimento (PL)	Not ₀₁

Ao defender a presença de mais mulheres na política, vereadora teve sua fala interrompida pelo Presidente da Câmara.	Câmara de Aparecida de Goiânia, em 2022	Camila Rosa (PSD) e André Fortaleza (MDB)	Not ₀₂
Mulheres parlamentares são alvos de interrupções, durante as Comissões de Inquéritos Parlamentares (CPIs): do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ataques golpistas de 8 de janeiro	Senado e Câmara dos Deputados, em 2023	Eliziane Gama (PSD) e Sâmia Bonfim (PSOL)	Not ₀₃
A exclusão de parlamentares mulheres na CPI da Covid-19	Senado, em 2021	Integrantes da CPI da COVID-19 e Bancada Feminina do Senado	Not ₀₄
Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima foi alvo de falas desrespeitosas durante sessão no Senado.	Senado, em 2025	Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima); Plínio Valério (Partido da Social Democracia Brasileira do Amazonas - PSDB -AM); Marcos Rogério (Partido Liberal de Rondônia - PL -RO) e Omar Aziz (Partido Social Democrático do Amazonas - PSD- AM).	Not ₀₅
Magistrada foi impedida de acessar informações e documentações inerentes ao exercício de sua função.	Tribunal Superior Eleitoral de San Luis Potosí (SLP), entre 2014 e 2015.	Yolanda Pedroza Reyes; Oskar Kalixto Sánchez e Rigoberto Garza de Lira.	Not ₀₆
Vereadora é assassinada e durante sua liderança política foi alvo de diversos atos de violência	Município de Ancoraimes, em 2012	Juana Quispe; Félix Huanca (ex-prefeito do município de La Paz de Ancoraimes); Pastor Cutile (ex-presidente do Conselho Municipal); Basilia Ramos (ex-secretário de Conselho) e Exalta Arismedi.	Not ₀₇

Prefeita é pressionada a renunciar cargo ao qual foi eleita	Município de Chenalhó, em 2016	Rosa Pérez Pérez; Miguel Sántiz Álvarez e empresários da construção civil.	Not ₀₈
---	--------------------------------	--	-------------------

Fonte: Elaborado pelas Autoras com base nos dados encontrados (2025).

Conforme resultado obtido, é importante salientar e justificar a opção em analisar tais notícias, pois todas descrevem como determinada situação de violência se perpetuou na atuação da mulher política como parlamentar, por serem mulheres, indicando as barreiras informacionais impostas a elas em sua atuação, considerando que sua participação em fluxos de informação.

Mediante isso, o método adotado foi a Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (2016) consiste em:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Nas palavras da autora, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de dados que permite o desbravar dos significados contidos em falas, comunicações verbais ou não verbais, documentos, mensagens, imagens etc. Desta forma, busca-se novas formas de compreensão, baseadas na interpretação crítica e produção de inferências. Para tanto, Bardin (2016) sugere alguns passos: seleção e organização do material, acompanhado pela leitura flutuante; organização do material coletado, seguido pela definição de categorias e unidades de recortes, as quais podem ser: temas, frases, palavras ou trechos retirados do material submetido a análise e, por fim a produção de inferências. Para esta pesquisa, adotou-se como unidades de recortes as situações de violência direta ou indireta vivenciadas por mulheres políticas no espaço parlamentar e, as unidades de registros (UR) são os trechos que demonstram ou que caracterizam o ato de violência, os quais foram recortados das notícias supracitadas no Quadro 1.

Finalmente, destaca-se que os dados coletados foram analisados por meio da Análise Categorical, com categorias estabelecidas *a priori*, ou seja, importadas e adaptadas para a presente pesquisa, sendo todas provenientes do Violentómetro desenvolvido pelo *Observatório de Participación Política de las Mujeres en México* e o Instituto Nacional Electoral – INE (2015). Dito isso, as categorias adaptadas para barreiras de acesso à informação são:

1. Restringir a participação, o uso da palavra para proferir ideias e informações e da voz em sessões ou assembleias;
2. Humilhação em público (ridicularizar, desqualificar e atos desrespeitosos);
3. Exclusão de mulheres políticas de comissões e tomada de decisão e,
4. Impedir/dificultar o desempenho de funções, tal como o acesso a documentos, profissionais ou pessoas que possam conter informações relevantes.

Com base nessas quatro categorias, a seção 5 apresenta a análise de dados e discussão.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

A leitura flutuante das notícias revelou a presença de unidades de recorte referentes às 4 categorias adaptadas. Nesse caso, revelam os diferentes tipos de violência, de barreiras de acesso à informação e de participação nos fluxos de informação. São mecanismos violentos e longe de serem velados. O mais comum nessas notícias é que falas dirigidas à dignidade e violência física, incluindo assassinato, sejam adotadas.

Quadro 2 — Unidades de recorte localizadas

Categoria	Unidades de registro (UR)	Código de referência da notícia
1	"vereadora [...] teve seu microfone cortado durante sessão ordinária [...] ao retrucar fala do presidente da Câmara local e defender a presença de mais mulheres na política [...]. [...] Deu-se início a uma discussão calorosa entre os dois, até que o vereador determinou que fosse cortado o microfone dela: "corta o microfone dessa vereadora para mim. Agora"".	Not ₀₂
	"[...] parlamentares mulheres que integram o colegiado foram interrompidas, média, quatro vezes por sessão [...]. Duas reuniões foram realizadas Comissão que investiga os ataques golpistas, nas quais a relatora Eliziane Gama somou oito interrupções [...]. [...] Samia Bomfim (PSOL) teve a fala interceptada 14 vezes e o microfone cortado pela mesa diretora em três ocasiões [...]"	Not ₀₃
	"[...] mais cedo, Marina havia entrado em conflito com o presidente da comissão. Ao responder falas do também senador Omar Aziz (PSD-AM), a ministra teve o microfone silenciado por Marcos Rogério, que afirmou: <i>"essa é a educação da ministra Marina Silva. Ela aponta o dedo e..."</i>, disse o senador".	Not ₀₅
2	"[...] Emanuel acusou a vereadora de não ter votado a favor do PL, enquanto Katyane disse ter apenas pedido vistas sobre o projeto e exigiu respeito por parte do colega [...]. <i>"A vereadora está falando de respeito. Ora, ora. Olha quem fala de respeito. Você não tem respeito com ninguém 'só', muito menos comigo. Ora, rapaz, me compra um bode", disparou Emanuel, com a máscara no queixo</i>" [...] Katyane voltou a ligar o microfone para rebater as acusações, mas Emanuel se levantou da mesa e retirou o equipamento da coleta"	Not ₀₁
	"[...] O embate com Valério, no entanto, começou assim que o senador passou a fazer uso da palavra: <i>"Ministra, que bom reencontrá-la. E ao olhar para a senhora, eu estou vendo uma ministra. Eu não estou falando com a mulher. Eu estou falando com a ministra"</i>, iniciou o parlamentar. Ainda com o microfone desligado, Marina rebateu: <i>"Eu sou as duas coisas. O senhor está falando com as duas coisas."</i> Foi então que Valério declarou: "Porque a mulher merece respeito, a ministra, não".	Not ₀₅

3	"No dia 27 de abril, as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19 foram iniciadas [...]. Os partidos não indicaram nenhuma senadora para as 18 vagas — de titulares e suplentes — na CPI. A bancada feminina conseguiu, por meio de um acordo na comissão, que uma representante do grupo possa fazer perguntas aos convidados e convocados para a investigação. No entanto, as senadoras não poderão apresentar nenhum requerimento nem votar, ações permitidas somente para integrantes da CPI. "A bancada feminina se faz presente sim nesta comissão mesmo sem direito a assento", finalizou a parlamentar".	Not ₀₄
4	"[] A decir de la magistrada, sus dos compañeros la violentaron y el año pasado le impidieron ser presidenta del órgano jurisdiccional. En su denuncia, Yolanda Pedroza denunció la falta o retraso de convocatoria a sesiones, el ocultamiento de información, supuestos bonos por productividad a sus compañeros que ella no recibe, y la revisión de su computadora sin su consentimiento, entre otros actos []" "[...] en el camino tuvo que atravesar una serie de trabas y hostigamiento de Huanca y sus excolegas —todos del Movimiento Al Socialismo (MAS) — que la impidieron ejercer su cargo. La concejala de 42 años había denunciado que era presionada para renunciar, práctica que en Bolivia se conoce como "compromiso forzoso de la gestión compartida". Seis meses antes de ser asesinada, Quispe advirtió que recibió amenazas de muerte. "No me he rendido, tomé fuerzas y dije no voy a hacerlo, si es posible mátenme, estoy dispuesta a morir", manifestó la concejala.	Not ₀₆
	"[] Rosa Pérez pidió licencia indefinida al cargo después de que el presidente de la mesa directiva del Congreso local, Eduardo Ramírez Aguilar, y el diputado del Partido Verde, Carlos Penagos, fueron secuestrados por pobladores de Chenalhó el 25 de mayo para forzar su licencia [...]. Cuando la alcaldesa le dijo que no entregaría el recurso, entonces el síndico encabezó un movimiento y con "engaños", llamó a pobladores y caciques del PRI quienes ahora exigen su renuncia"	Not ₀₇

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tomando esse quadro em análise, pode-se afirmar que os casos categorizados revelam que o espaço da política é composto por uma série de condições marcadas por violência, as quais além de serem notórias, tratam de subordinar e ridicularizar a mulher política através de atitudes desres-

peitosas, falas estigmatizadas e comportamentos misóginos bastantes violentos. O que acontece é que todos os casos supracitados possuem um violador comum: os homens políticos e, para Matos (2020) a perpetuação de diferentes formas de violência contra a mulher política traz à tona a preservação do campo político como uma reserva masculina. Quer dizer, mesmo rompendo com os paradigmas, muitas vezes a voz da mulher acaba sendo silenciada pelas violências presentes na sua atuação enquanto parlamentar.

Destaca-se como um dos casos mais recentes o ocorrido pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no dia 27 de maio de 2025, pois ilustra parte do que ocorre com mulheres e líderes quando proferem falas públicas em ambientes políticos com a presença marcada pelas assimetrias, silenciamentos e insistentes exclusões. A fala exposta pela ministra seria sobre a exploração de petróleo em margem equatorial, mas foi interrompida. Vários senadores, como Plínio Valério e o presidente da comissão mostraram comportamentos e proferiram falas violentas e desrespeitosas como 'coloque-se no seu lugar' e 'eu respeito você como mulher, não como ministra', são falas que insinuem que naquele contexto, existia uma desconsideração pelo fato de ela estar no cargo de ministra, representante do governo e uma mulher em situação de poder.

Além do que fica explícito em termos de barreiras destinadas ao acesso e de difusão de informação por parlamentares mulheres, deve-se questionar se há uma escalada dos níveis de violência contra essas mulheres, isto é, parece haver um procedimento padronizado em que, em primeiro lugar, busca-se mostrar que as informações advindas delas não podem ser proferidas, explicando o ato de cortar o acesso ao microfone. Depois, em termos de escalada de violência, parte-se para agressões contra a parlamentar, declarando que ela não pode ser respeitada e que não apresenta condições profissionais de atuar no campo político. Por fim, como último recurso, sua vida é ameaçada. Esses níveis de violência observados nos recortes também sugerem que, a depender do posto ocupado pela parlamentar ou política, poderão ser adotadas algumas barreiras públicas contra ela, como corte de microfone, mas de maneira menos provável, receberá ameaças de assassinato como no caso de Maria Silva, supõe-se por se tratar de uma ministra. Outras práticas, como assassinatos de representantes políticas,

ocorreriam sem a participação pública e explícita dos interessados pelo silenciamento, ficando subentendido os motivos para tal violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silenciamento é uma prática direta, desrespeitosa e violenta direcionada e praticada contra as representantes eleitas para cargos públicos em posições de poder. Seu significado central é promover a incapacidade de proferir e difundir informações advindas das parlamentares e políticas mulheres. As notícias identificadas e analisadas se centram na aplicação do silenciamento, mas não mostram diretamente práticas de impedimento de acesso à informação. A aproximação a isso é o impedimento para exercer o cargo de parlamentar ou representante política, o que incluiria ações inerentes de acesso à informação cotidiana realizadas por essas mulheres. A ausência de notícias sobre isso pode indicar que a atenção sobre as barreiras de acesso e o silenciamento são tratados de maneira desigual pela mídia e pelo interesse da população. As barreiras de acesso, que tomam a forma de exclusão de fluxos de informação e incentivo ao afastamento do exercício do cargo pela representante política, provavelmente são consideradas como algo natural para o contexto de trabalho das mulheres em determinadas sociedades, como a brasileira e, por isso, não se destacariam ou seriam percebidas como relevantes para a sociedade, explicando o motivo de não se tornarem notícia. Nesse caso, há tolerância com relação a alguns tipos de violência e de barreiras impostas, de preferência as que coincidem com práticas comuns e desrespeitosas aplicadas e aceitas pela sociedade. Ideia reforçada pelo fato de que a violência é amplamente praticada contra as representantes políticas, com pouca ou nenhuma forma de punição contra seus agressores, em geral representantes políticos homens.

Esse contexto de atuação, repleto de obstáculos de acesso e de participação das mulheres políticas no fluxo de informação e de comunicação não é composto apenas pela cultura das organizações e da esfera política. A cultura nacional, a valorização de padrões misóginos e sexistas da sociedade se somam e encontram representação e condições para existir nesse am-

biente político. O que elas enfrentam em termos de violência na sociedade, também enfrentam em sua atuação política. A violência e as barreiras são claras e o silenciamento inclui assassinato como uma reprodução do que a sociedade impõe sobre as mulheres, ainda que em cargos eletivos.

REFERÊNCIAS

- APENAS cinco mulheres se tornaram presidentes nas eleições deste ano no mundo. **Nações Unidas**, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/12/1842616>. Acesso em: 10 abr. 2025
- ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdades de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 36-61, abr./jun. 2016.
- BARBOZA, Elder Lopes.; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação nas discussões sobre os fluxos informacionais. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016. 229 p.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 227p.
- DEMOCRACIA inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras 2021. **Oxfam Brasil**, São Paulo, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/democracia-inacabada/>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Anayeli. Cometen violencia política de género contra magistrada en SLP. **Cimacnoticias.com.mx**, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://cimacnoticias.com.mx/2016/03/31/cometen-violencia-politica-de-genero-contra-magistrada-en-slp/>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 220 p.
- INOMATA, Danielly Oliveira; VARVAKIS, Gregório. **Fluxos de informação no desenvolvimento de produtos biotecnológicos**. Curitiba: Appris, 2016. 297 p.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU-Parline). **Monthly ranking of women in national parliaments**, c2025. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=1&date_year=2025. Acesso em: 07 abr. 2025.
- JAMON, Lori J. **Cracking the glass ceiling: a phenomenological study of women administrators in higher education**. 2014. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Iowa State University, Iowa, 2014.

JESUS, Luís Carlos Batista de. O profissional da informação e a barreira linguística. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 72-83, jan./jun. 2015.

JUANA Quispe, el asesinato que mostró lo mas oscuro del acoso político. **El País**, 7 jan. 2024. Disponível em: https://elpais.bo/reportajes/20240107_juana-quispe-el-asesinato-que-mostro-lo-mas-oscuro-del-acoso-politico.html. Acesso em: 12 jun. 2025.

LORRAN, Tácio. Vereadora tem microfone arrancado por colega: veja vídeo. **Metrópoles**, 8 out. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/vereadora-tem-microfone-arrancado-por-colega-veja-video>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MALDONADO, Issa. TEPJF ordena restituir a alcaldesa de Chenalhó. **Grupo Milenio**, Tuxtla Gutiérrez, 18 ago. 2016. Disponível em: <https://www.milenio.com/estados/tepjf-ordena-restituir-a-alcaldesa-de-chenalho>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MARTELOTTE, Lucía. 25 anos de aplicação de leis de cotas na América Latina: um balanço da participação política de mulheres. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 91-98, 2016.

MARZULLO, Luísa; NOIA, Julia. Mulheres sofrem, em média quatro interrupções por sessão nas CPIs do MST e 8 de janeiro. **O Globo**, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/mulheres-sofrem-em-media-quatro-interruptoes-por-sessao-nas-cpis-do-mst-e-8-de-janeiro.ghhtml>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MATOS, Marlise. Mulheres e violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência: debates trajetórias**. Campinas: UNICAMP, 2020. p. 71-108.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-108.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MULHERES são excluídas na CPI da covid-19 e brigam por participação. **Claudia**, 5 maio. 2021. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/cpi-covid-mulheres/>. Acesso em: 12 de jun. 2025.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; MORO-CABERO, Maria Manuela; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Mediação da informação em ambientes empresariais com enfoque nos fluxos de informações. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2., 2015, Marília. **Anais eletrônicos [...]**. Marília: Unesp, 2015. Disponível em: <https://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIPIPI/IIPIPI/paper/viewFile/6/30>. Acesso em: 10 maio 2025.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

OBSERVATÓRIO DE PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LAS MUJERES; INSTITUTO NACIONAL ELECTORAL. **Violentómetro**: conductas que podrían configurar violencia política em razón de género. 2015. Disponível em: <https://igualdad.ine.mx/mujeres-en-la-politica/violencia-politica/violentometro/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

PAES, Bárbara. **Acesso à informação e direitos das mulheres**. São Paulo: Artigo 19, 2016.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RODRIGUES, Galtieri. Vídeo: vereadora tem microfone cortado ao defender mulher na política. **Metrópoles**, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/brasil/video-vereadora-tem-microfone-cortado-ao-defender-mulher-na-politica>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência**: debates trajetórias. Campinas: UNICAMP, 2020. p. 71-108.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. A (sub)representação feminina nas eleições de 2016. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 59-76, jan./jun. 2017.

SANTARÉM, Vinícius; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Gestão da informação, fluxos informacionais e memória organizacional como elementos da inteligência competitiva. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. especial, p. 158-170, jan. 2016.

SANTOS, S. K. da S. de L. *et al.* Surdos e acesso à informação: antes, durante e após a pandemia da covid-19. **Holos**, ano 37, v. 3, 10829, p. 1-13, 2021.

SCHROEDER, Lucas; BEHNKE, Emily. Marina Silva deixa sessão após senador dizer que ela não merece respeito. **CNN Brasil**, São Paulo; Brasília, 27 maio 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/marina-silva-bate-boca-com-senadores-e-abandona-sessao/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA, Amanda Soares Figueira *et al.* A invisibilidade da mulher surda: a informação enquanto privilégio. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, 1., 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, NUEDIS, 2017. p. 347-364.

SILVA, Manuel Carlos; JORGE, Ana Reis; QUEIROZ, Aleksandra. Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas. **Configurações**: Revista Ciências Sociais, n. 9, p. 135-159, 2012.

STAREC, Claudio. A dinâmica da informação: a gestão estratégica da informação para a tomada de decisão nas organizações. *In: STAREC, Claudio et al. (org.) Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 47-64.

THE CENTER CARTER; IRISH AID. **Las mujeres y el derecho de acceso a la información en Guatemala**. [2015] Disponível em: <https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/ati/guatemala-ATI.sp.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

THESING, Gabi. Here are 4 parliaments that have more women than men. **World Economic Forum**, 17 Feb. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2023/02/parliaments-with-more-women-than-men>. Acesso em: 4 abr. 2025.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 282 p.

WOIDA, Luana Maia. Análise de conteúdo aplicada à pesquisa sobre cultura informacional. *In: VALENTIM, M. L. P (org.). Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 83-102.

WOIDA, Luana Maia; OLIVEIRA, Beatriz Benedito de. O fenômeno glass ceiling e o acesso à informação: estudo sobre as barreiras invisíveis impostas às mulheres no trabalho. **Complexitas: Revista de Filosofia Temática**, v. 3, n. 1, p. 61-75, 2018.

YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero. **A competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório**: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

Informação Ambiental: Marcos legais e Confluências Teóricas

Rúbia Martins

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental se apresenta atualmente como uma das principais temáticas investigadas em nível global. Cientistas de diversas áreas discutem, de modo interdisciplinar, diferentes maneiras de enfrentamento do que vem sendo chamado de encruzilhada civilizatória.

Nesse contemporâneo e urgente cenário é importante que discutamos no interior da Ciência da Informação formas colaborativas de governança ambiental, aspectos includentes e participativos de monitoramento e informação ambiental, instrumentos informacionais de prevenção a desastres, etc.

A partir desse contexto a informação ambiental tem papel fundamental na garantia dos direitos socioambientais e constitui categoria informacional estratégica na medida em que se refere ao acesso, circulação, produção e uso de dados, registros, conhecimentos e documentos relacionados ao meio ambiente natural e às ações humanas que sobre ele incidem. Sua emergência enquanto categoria jurídica, política e epistemológica está vinculada ao contexto das transformações globais ocorridas nas últimas

décadas do século XX, quando a crise ecológica se consolidou como pauta de ordem mundial.

Sendo assim, objetivamos no presente capítulo analisar a proeminência da Informação Ambiental enquanto elo interdisciplinar entre Ciência da Informação e Direito. Para tanto, identificamos os fundamentos históricos, conceituais e normativos da informação ambiental, com foco em sua interação com a Ciência da Informação e o Direito a partir de documentos normativos no âmbito do Direito Ambiental (nacional e internacional) que versam sobre acesso à informação; informação ambiental; participação pública na tomada de decisão; e acesso à justiça em matéria ambiental. Parte-se da compreensão de que a informação ambiental, longe de ser neutra ou meramente técnica, é atravessada por disputas políticas, interesses econômicos, assimetrias de poder e desafios comunicacionais que demandam abordagens interdisciplinares.

A partir de pesquisa teórica, descritivo-exploratória, de tipo documental (primária e secundária) verificamos que a informação ambiental tem se consolidado como elemento central para a promoção de uma governança socioambiental democrática, fundamentada no direito à informação, na transparência dos atos públicos e na participação cidadã. No contexto da crise ecológica global e da busca por modelos alternativos de desenvolvimento, a informação sobre o meio ambiente se apresenta não apenas como subsídio técnico-científico, mas também como direito fundamental, instrumento de controle social e condição para o exercício pleno da cidadania.

Dessa forma, neste capítulo, buscamos evidenciar como a informação ambiental emergiu, inicialmente, sob uma perspectiva normativa no âmbito internacional, para, em seguida, examinar sua incorporação e desenvolvimento no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, procuramos identificar de que maneira a informação ambiental vem sendo caracterizada, conceituada e difundida de forma interdisciplinar, a partir dos principais documentos normativos, tanto nacionais quanto internacionais.

2 EMERGÊNCIA DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A constituição da informação ambiental como campo específico do conhecimento e da normatividade internacional está intrinsecamente relacionada ao surgimento da "questão ambiental" no plano global a partir da década de 1970.

A Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (ONU, 1973) é reconhecida como marco inaugural da preocupação ambiental em escala global, tendo sido responsável por inserir de forma definitiva a temática ambiental como pauta da agenda política internacional. Ainda que não utilizassem formalmente o termo "informação ambiental", os princípios norteadores da Declaração de Estocolmo (ONU, 1973) já indicavam a informação enquanto instrumento eficaz de governança local e global em matéria ambiental. Além disso, podemos verificar a inserção de aspectos concernentes aos meios de comunicação em massa e a informação enquanto caráter educativo e participativo da sociedade civil:

Princípio 19

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos

Princípio 20

[...] o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países

em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países (ONU, 1973).

Já na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92*, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1993) - um dos principais documentos produzidos durante a reunião¹ - foi ainda mais enfática ao consagrar em seu Princípio 10 que o meio mais adequado de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados. Para tanto, o acesso à informação é essencial.

Princípio 10

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere compensação e reparação de danos (ONU, 1993).

Podemos afirmar que o Princípio 10 da Declaração do Rio contempla três aspectos fundamentais associados à informação ambiental: a participação popular, o acesso à informação e o acesso à justiça ambiental. Tais aspectos consubstanciam a chamada tríade procedimental, substrato da Convenção de Aarhus de 1998 (UNECE, 2014) e do Acordo de Escazú de 2018 (ONU; CEPAL 2018), importantes documentos internacionais no que se refere à informação ambiental. Vejamos.

¹ Os documentos produzidos durante a Rio 92 foram: Declaração Do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21: estratégias para o desenvolvimento sustentável; Carta da Terra; Convenção sobre a diversidade Biológica; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Declaração de Princípios sobre as Florestas.

A Convenção de Aarhus, oficialmente denominada Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação Pública no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental, foi assinada em 1998 no âmbito da Comunidade Europeia e entrou em vigor em 2001. Esta convenção internacional é amplamente reconhecida como um marco jurídico fundamental, por consagrar e promover a chamada tríade procedimental (ou direitos processuais ambientais) acima citada, que passou a ser reconhecida como fundamento essencial tanto do Direito Ambiental contemporâneo quanto da efetivação do direito humano à informação. Haja vista que seu objetivo é promover a transparência, a responsabilização e a participação cidadã como mecanismos fundamentais de proteção ambiental. Nesse sentido, a Convenção estrutura-se, portanto, em um tripé, qual seja: a) acesso à informação ambiental; b) participação pública nos processos de tomada de decisão; c) acesso à justiça.

O acesso à informação ambiental preconizado pela Convenção assegura que qualquer pessoa possa obter informações ambientais em posse de autoridades públicas, sem a necessidade de justificar a motivação do pedido. Tais informações, segundo a Convenção, devem ser disponibilizadas ao público respeitando-se a legislação nacional de cada país (UNECE, 2014). Importante verificarmos que informação ambiental, segundo o Artigo 2º da Convenção de Aarhus, é considerada de maneira ampla e inclui dados sobre o estado de elementos ambientais, fatores que os afetam, medidas administrativas, bem como políticas e legislações atinentes ao meio ambiente.

Artigo 2.º

Definições

[...]

3) Entende-se por «informação em matéria de ambiente» qualquer informação disponível sob forma escrita, visual, oral, electrónica ou de qualquer outra forma sobre:

a) O estado dos elementos do ambiente, tais como o ar e a atmosfera, a água, o solo, a terra, a paisagem e os sítios naturais, a diversidade biológica e as suas componentes, incluindo, genericamente, organismos modificados e a interação entre estes elementos;

b) Fatores, tais como substâncias, energia, ruído e radiação, e atividades ou medidas, incluindo medidas administrativas, acordos, políticas, legislação, planos e programas em matéria de ambiente que afetem ou possam afetar os elementos do ambiente, no âmbito do acima mencionado subparágrafo a), e custo-benefício e outros pressupostos e análises econômicas utilizados no processo de tomada de decisão em matéria de ambiente;

c) O estado da saúde e da segurança do homem, as condições de vida humana, os sítios culturais e estruturas construídas, tanto quanto sejam ou possam ser afetados pelo estado dos elementos do ambiente ou, através desses elementos, pelos fatores, atividades ou medidas acima mencionados no subparágrafo b);

[...] (UNECE, 2014).

Já a participação pública nos processos de tomada de decisão estabelece que a sociedade deva ser oportunamente informada e que tenha o direito de participação na elaboração de programas, planos, políticas e atos normativos e/ou administrativos que possam impactar o contexto ambiental (cultural, econômico, social). Verifica-se que a possibilidade de participação transcende a consulta formal e implica em mecanismos que possibilitam ao grupo interessado (comunidade local, organização não governamental, sociedade civil possivelmente atingida por transformações ambientais) influenciar o processo decisório de forma significativa e transparente. Dentre os mecanismos de participação pública previstos pela Convenção podemos destacar a audiência pública, que caracteriza momento ímpar de participação popular em momentos decisórios e preconiza fundamento de democracia participativa.

O terceiro elemento constituinte do tripé procedimental, o acesso à justiça, garante ampla e irrestrita legitimidade para que indivíduos e organizações (representantes da sociedade civil) acionem instâncias judiciais e/ou administrativas a fim de garantir o cumprimento dos direitos de acesso à informação e participação, bem como para contestar atos ou omissões que violem normas ambientais. Desse modo, o acesso à justiça é tido como direito subsidiário, pois ele somente será acionado caso haja violação ou ineficiência do direito de acesso à informação e do direito de participação pública em processos decisórios,

Ao institucionalizar tais prerrogativas processuais, a Convenção de Aarhus não apenas reforçou os princípios da transparência e da responsabilidade na gestão ambiental, mas também contribuiu para a expansão do arcabouço normativo internacional voltado à promoção do que podemos chamar de democracia ambiental participativa e do fortalecimento dos mecanismos de tutela jurisdicional dos direitos difusos e coletivos relacionados ao meio ambiente.

A Convenção de Aarhus legitima a informação ambiental como **bem público** e como instrumento de empoderamento social, aproximando a esfera da informação da efetivação de direitos humanos. Ao atribuir deveres proativos de coleta, organização, disponibilização e difusão de dados ambientais pelos Estados, institui padrões mínimos de governança informacional que se tornaram referência internacional.

Nesse sentido, o Acordo de Escazú — Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e Caribe - (ONU; CEPAL, 2018), primeiro tratado ambiental da América Latina e Caribe, tornou o direito à informação ambiental juridicamente vinculante, estabeleceu obrigações claras para os Estados signatários e reconheceu a informação como condição para a participação pública e para o acesso à justiça ambiental.

O Acordo, inspirado na Convenção de Aarhus, é voltado a regulamentar o Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992) que, conforme acima citado, estabeleceu que a forma mais adequada de se tratar questões ambientais é garantir à sociedade civil (diretamente interessada) o direito à participação, ao acesso à informação ambiental e a mecanismos efetivos de acesso à justiça. Nessa perspectiva, no Artigo 1º, o Acordo afirma que:

El objetivo del presente Acuerdo es garantizar la implementación plena y efectiva en América Latina y el Caribe de los derechos de acceso a la información ambiental, participación pública en los procesos de toma de decisiones ambientales y acceso a la justicia en asuntos ambientales, así como la creación y el fortalecimiento de las capacidades y la cooperación, contribuyendo a la protección del derecho de cada persona, de las generaciones presentes y futuras, a vivir en un medio ambiente sano y al desarrollo sostenible (ONU; CEPAL, 2018, p. 14).

Já o instituto da informação ambiental, bem como o acesso à essa informação estão assim definidos:

Artículo 2

Definiciones

[...]

c) por "información ambiental" se entiende cualquier información escrita, visual, sonora, electrónica o registrada en cualquier otro formato, relativa al medio ambiente y sus elementos y a los recursos naturales, incluyendo aquella que esté relacionada con los riesgos ambientales y los posibles impactos adversos asociados que afecten o puedan afectar el medio ambiente y la salud, así como la relacionada con la protección y la gestión ambientales;

[...]

Artículo 5

Acceso a la información ambiental

[...]

2. El ejercicio del derecho de acceso a la información ambiental comprende:

a) solicitar y recibir información de las autoridades competentes sin necesidad de mencionar algún interés especial ni justificar las razones por las cuales se solicita;

b) ser informado en forma expedita sobre si la información solicitada obra o no en poder de la autoridad competente que recibe la solicitud; y

c) ser informado del derecho a impugnar y recurrir la no entrega de información y de los requisitos para ejercer ese derecho (ONU; CEPAL, 2018, p. 15).

Além da tríade procedimental também verificada na Convenção de Aarhus, o Acordo de Escazu inova ao prever a proteção dos defensores de direitos humanos em questões ambientais. Este Acordo é o primeiro tratado internacional que contempla obrigações expressas de proteção às pessoas e grupos que atuam em defesa de causas ambientais. Dado importante, haja vista que a América Latina se consolida, de acordo com o relatório 2023/24 da Global Witness, como a região mais perigosa do

mundo para quem atua na defesa ambiental. O Brasil aparece nessa lista como o segundo país do planeta com mais casos de mortes de ambientalistas, mas o país apesar de ter assinado o Acordo de Escazú ainda não o ratificou (Anfossi, 2025).

Importante salientarmos que o Acordo de Escazú estabelece obrigações específicas voltadas à criação e à manutenção de sistemas de informação ambiental, bem como de diretórios atualizados das autoridades competentes e registros relativos a emissões e resíduos. Além disso, prevê mecanismos destinados à divulgação de informações de interesse coletivo. Paralelamente, impõe aos Estados a adoção de medidas que possibilitem e incentivem o exercício efetivo desses direitos, incluindo, por exemplo, a oferta de assistência gratuita a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou residentes em áreas rurais. O texto também incorpora o compromisso com a transparência ativa, promovendo a utilização de tecnologias da informação e de plataformas digitais com vistas a garantir o acesso amplo, equitativo e democrático aos dados ambientais.

Segundo Ribeiro e Machado (2018, p. 253),

[...] o Acordo de Escazú contém disposições específicas para acesso à informação ambiental por pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade, implicando assistência especial desde o recebimento do pedido. Ao também estabelecer critérios gerais para aplicação de teste do interesse público, o Acordo aumenta o ônus do Estado para justificar uma negativa de acesso à informação ambiental, em favor da máxima divulgação de informações. Essas duas disposições podem operar uma verdadeira transformação da lógica de acesso à informação em geral, na medida em que se comportam como instrumentos de argumentação de alto impacto, os quais podem ser extrapolados para justificar o acesso a outras informações para além da matéria ambiental, inclusive.

Além de consolidar princípios do Direito Ambiental, o Acordo de Escazú defende que a gestão da informação ambiental configura-se como elemento central do Estado Democrático de Direito. O Acordo reconhece a informação como um direito humano e como condição indispensável para o exercício da participação pública e o acesso à justiça, e impõe aos

Estados a responsabilidade de promover políticas públicas voltadas à criação de sistemas informacionais abertos, interoperáveis e inclusivos, aptos a mitigar desigualdades informacionais e a fortalecer a capacidade deliberativa da sociedade civil. Assim, além de compromisso jurídico de alcance regional, o Acordo de Escazú propõe-se a garantir a defesa de direitos fundamentais na América Latina e no Caribe.

Vejamos agora os a informação ambiental no cenário brasileiro.

3 MARCOS NORMATIVOS DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, [2023]) considera, em seus artigos 5º, inc. XXXIII e 225, os direitos ao acesso à informação e à proteção ambiental como direitos fundamentais.

Art. 5º [...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; [...]

[...]

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...] (Brasil, [2023]).

Importante frisarmos que a Lei nº 6.938 de 1981 (Brasil, [1981]) que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, bem como a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), já previa, ainda antes da Constituição Federal de 1988, a divulgação de informações ambientais como instrumento de gestão.

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

[...]

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico; [...] (Brasil, [1981]).

Posteriormente, a Lei nº 10.650 de 2003 (Brasil, [2003]) disciplinou de forma específica o acesso a informações ambientais, estabelecendo a obrigatoriedade de que os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) disponibilizem publicamente os dados e documentos sob sua guarda, com vistas a assegurar a transparência e o controle social sobre as questões ambientais. Além disso, carrega em seu bojo a caracterização de informação ambiental e amplia seu conceito jurídico, incluindo tanto dados puros quanto decisões administrativas ou estudos relacionados ao meio ambiente.

Art. 2º [...]

I - qualidade do meio ambiente;

II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental;

III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas;

IV - acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais;

V - emissões de efluentes líquidos e gasosos, e produção de resíduos sólidos;

VI - substâncias tóxicas e perigosas;

VII - diversidade biológica;

VIII - organismos geneticamente modificados.

[...] (Brasil, [2003]).

Em 2011, a Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação (Brasil, [2011]), trouxe diretrizes amplas para a gestão pública da informação, aplicáveis também ao meio ambiente. Dessa forma, deliberou procedimentos que garantem, de forma geral, o acesso a informações previstos no inciso XXXIII do art. 5.º e no § 2.º do art. 216 da Constituição Federal (Brasil, [2023]).

Art. 5º [...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

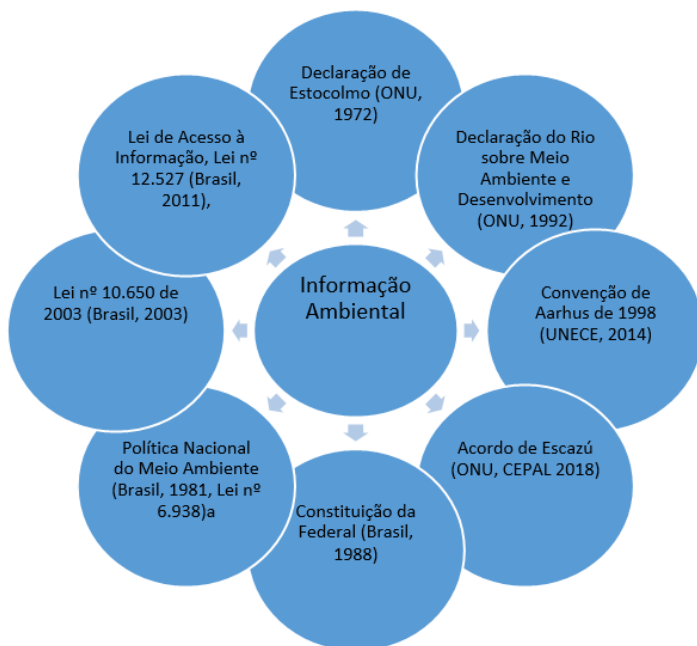
[...]

Art. 216

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Esses instrumentos legais indicam uma progressiva incorporação da informação ambiental ao ordenamento jurídico brasileiro, embora sua efetividade dependa de fatores institucionais, culturais e tecnológicos.

Figura 1 — Marcos regulatórios relacionados à Informação Ambiental



Fonte: Figura de autoria própria.

4 INFORMAÇÃO AMBIENTAL: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS

Tendo em vista os marcos legislativos acima verificados podemos inferir que informação ambiental é toda e qualquer informação (dados, registros, documentos, representações, saberes) que versa sobre condições, processos e impactos relativos ao meio ambiente natural e/ou construído. Ou seja, toda e qualquer informação que versa direito ou indiretamente sobre o contexto ambiental pode ser considerada enquanto informação ambiental.

No entanto, para que esta informação tenha fundamento normativo e se caracterize enquanto informação consubstanciada pelo direito fundamental ela necessita apresentar três características que lhes são essenciais: **tecnicidade; compreensibilidade e tempestividade.**

Para que uma informação ambiental seja reconhecida como de natureza **técnica**, é imprescindível que ela esteja fundamentada em relatórios técnico-científicos consistentes, elaborados com base em metodologias rigorosas e dados empíricos verificáveis. Tais relatórios devem apresentar uma análise articulada, que integre diferentes perspectivas disciplinares — como ecologia, geografia, ciências sociais e econômicas — de modo a evidenciar de forma clara, contextualizada e sistemática as condições e dinâmicas do ambiente a que se referem. Essa abordagem interdisciplinar confere legitimidade e robustez ao conhecimento produzido, permitindo que ele contribua efetivamente para o diagnóstico ambiental, a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas.

Tavares e Freire (2003, p. 209) destacam que "a informação ambiental é um dos tipos da informação científica e tecnológica", situando-a, portanto, no âmbito do conhecimento sistematizado, produzido com base em métodos científicos e orientado à aplicação prática.

Nesse contexto, é possível afirmar que, enquanto categoria técnica e especializada, a informação ambiental configura-se como um tipo específico de informação gerada por instituições de pesquisa, pela comunidade científica e por órgãos gestores ambientais. Seu propósito fundamental é subsidiar o monitoramento contínuo das condições do meio ambiente e fornecer base empírica e analítica para a formulação de políticas públicas, bem como para a tomada de decisões por parte dos diferentes segmentos da sociedade — especialmente aqueles direta ou indiretamente impactados por alterações nos sistemas ambientais. Essas alterações, sejam elas de origem natural ou decorrentes da ação antrópica, produzem repercussões que transcendem o plano ecológico, afetando também as dimensões sociais, econômicas e culturais. Assim, a informação ambiental técnica adquire centralidade como instrumento de governança, planejamento e prevenção de riscos, reafirmando seu papel estratégico na gestão sustentável dos recursos naturais e na promoção da justiça ambiental.

Segundo Machado (2018, p. 95) "No geral, a informação ambiental é composta de dados técnicos, onde estão presentes normas de emissão e padrões de qualidade". O autor aqui evidencia seu caráter normativo e científico. Nessa perspectiva, os dados técnicos que integram a informação

ambiental devem ser constituídos por registros atualizados, confiáveis e metodologicamente validados, de forma a refletir com precisão a realidade ambiental observada em determinado contexto espacial e temporal. Além de contemplarem parâmetros de emissão, limites legais e critérios de qualidade ambiental estabelecidos por regulamentações nacionais e internacionais, esses dados devem possibilitar análises comparativas e avaliações de conformidade. Sua credibilidade decorre não apenas da qualidade técnica intrínseca, mas também da transparência dos procedimentos de coleta, tratamento e divulgação da informação, o que assegura sua utilidade para o diagnóstico ambiental, a fiscalização, o controle social e a tomada de decisão fundamentada.

Compreensível é toda informação que, mesmo em sendo técnica, deve ser inteligível aos receptores de maneira clara, objetiva e precisa.

A compreensibilidade é uma característica fundamental da informação ambiental, pois diz respeito à sua capacidade de ser entendida por diferentes públicos, independentemente de seu nível de especialização técnica. Essa qualidade exige que os conteúdos, mesmo quando originados em estudos científicos complexos, sejam apresentados de forma clara, estruturada e adequada ao contexto sociocultural dos destinatários. Assim, a informação ambiental deve ser organizada com precisão terminológica, mas também com atenção à linguagem acessível e ao uso de formatos que favoreçam a leitura, como resumos executivos, tabelas, gráficos e recursos visuais que auxiliem na interpretação dos dados. A clareza na comunicação torna-se essencial para que indivíduos e coletividades possam reconhecer os impactos ambientais que afetam seus territórios e exercer seus direitos à participação e ao controle social.

Além de facilitar o entendimento, a compreensibilidade fortalece a credibilidade e a legitimidade da informação ambiental, pois permite que seu conteúdo seja confrontado, verificado e discutido de maneira fundamentada. Quando a informação é apresentada de forma inteligível, torna-se um instrumento efetivo para subsidiar decisões, orientar políticas públicas e apoiar processos de educação ambiental. Dessa forma, a clareza não se restringe a um atributo formal, mas constitui um requisito indispensável para que o conhecimento produzido seja apropriado socialmente

e contribua, de modo efetivo, para a promoção da transparência, da responsabilidade e da participação democrática nas questões que envolvem a proteção e a gestão do meio ambiente.

Já a **tempestividade** requer que os relatórios acima especificados sejam disponibilizados em tempo para possíveis tomadas de decisões por parte das comunidades diretamente atingidas pro presumíveis transformações ambientais (sociais, econômicas e culturais).

A informação, para ser utilizável, deve ser rápida. Para isso, é preciso que os emissores da informação estejam adequadamente organizados, com pessoal e aparelhamento adequados. A presteza da informação irá atestar um mínimo de eficiência de quem informa.

Os prazos podem diferir de um país para outro ou conforme seja a convenção que rege a matéria. Contudo, o que tem sido preconizado é que a informação não possa ultrapassar 30 dias. (Machado, 2018, p. 96).

A tempestividade constitui um atributo essencial da informação ambiental, pois diz respeito à necessidade de que relatórios, estudos e demais documentos sejam disponibilizados em tempo hábil para subsidiar processos decisórios. Quando a informação é divulgada de forma tardia, seu potencial de prevenir, mitigar ou compensar impactos ambientais é significativamente reduzido, comprometendo o direito das comunidades potencialmente afetadas de acompanhar e intervir nos procedimentos que envolvem alterações em seus territórios. Assim, assegurar a divulgação tempestiva dos dados implica reconhecer que o conhecimento técnico não pode permanecer restrito aos órgãos produtores, devendo circular de maneira oportuna para permitir que diferentes atores sociais compreendam as implicações das transformações ambientais, sejam elas de natureza ecológica, econômica, social ou cultural.

Ademais, a tempestividade da informação ambiental reforça a legitimidade dos processos participativos e fortalece a confiança da sociedade nas instituições responsáveis pela gestão ambiental. Quando relatórios e pareceres técnicos são apresentados antes da adoção de medidas que possam gerar impactos significativos, cria-se a possibilidade concreta de diá-

logo, contestação e aprimoramento coletivo das decisões. Dessa forma, o caráter oportuno da informação não se limita a uma exigência procedimental, mas se converte em condição indispensável para assegurar a efetividade do princípio da precaução, promover a justiça ambiental e garantir que as comunidades envolvidas possam exercer, de maneira plena, seus direitos à informação e à participação.

Dessa forma, vemos que a informação ambiental deve apresentar três pressupostos inerentes, quais sejam: a) finalidade: partição ativa da sociedade em um maior controle sobre práticas lesivas ao meio ambiente; b) tomada de decisão: o direito fundamental à informação presume direito à participação em tomadas de decisões em matéria ambiental; c) tríade procedimental: acesso à informação, participação pública na tomada de decisão e acesso à justiça em matéria ambiental.

O pleno e garantido acesso à informação ambiental: é pré-requisito para a capacitada e efetiva participação pública em processos decisórios sobre pautas ambientais; é componente essencial para o exercício pleno da democracia participativa em âmbito ambiental; é pilar do princípio de participação pública; e atribui poder aos particulares na esfera dos órgãos deliberativos. Além disso, a garantia de acesso à justiça é pressuposto democrático do Estado de Direito (princípios constitucionais de ampla defesa e de devido processo legal) e configura-se como poder de reivindicação dos demais direitos ambientais procedimentais.

O pleno e garantido acesso à informação ambiental constitui requisito indispensável para viabilizar a participação qualificada da sociedade nos processos decisórios que envolvem questões ambientais. Sem o fornecimento tempestivo, claro e completo das informações pertinentes, não há condições para que indivíduos, grupos e comunidades possam compreender os impactos potenciais de projetos, políticas e atividades sobre seus territórios e modos de vida. Nesse sentido, a informação ambiental não representa apenas um instrumento técnico, mas um direito fundamental que assegura transparência administrativa, possibilita o controle social e contribui para prevenir arbitrariedades na formulação de decisões que podem comprometer o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das populações envolvidas.

Além de ser requisito para a participação informada, o acesso à informação ambiental integra a própria concepção de democracia participativa aplicada à esfera ambiental. Trata-se de um componente essencial do princípio da participação pública, ao conferir legitimidade às instâncias deliberativas e aproximar os cidadãos dos processos de formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas. Ao possibilitar que diferentes setores da sociedade tenham conhecimento das bases técnicas e jurídicas que sustentam decisões com implicações ambientais, esse direito fortalece o diálogo entre Estado e sociedade civil e amplia a capacidade coletiva de influenciar caminhos de desenvolvimento pautados em critérios de sustentabilidade, precaução e responsabilidade compartilhada.

Por sua vez, a garantia de acesso à justiça ambiental complementa o direito à informação e assegura a efetividade dos demais direitos procedimentais. Esse acesso traduz-se na possibilidade de questionar atos e omissões do poder público e de agentes privados, buscando reparação de danos, correção de irregularidades e proteção de direitos coletivos. Trata-se de pressuposto democrático do Estado de Direito, diretamente vinculado aos princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal. Ao reconhecer que a cidadania ambiental pressupõe não apenas o conhecimento das informações, mas também a existência de mecanismos jurídicos eficazes para reivindicar e proteger direitos, consolida-se uma concepção participativa de governança ambiental que valoriza a transparência, a justiça e a corresponsabilidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu evidenciar que a informação ambiental, ao emergir no cenário internacional, consolidou-se como elemento indispensável para a construção de agendas globais voltadas à proteção do meio ambiente e ao fortalecimento de instrumentos de governança ambiental. Documentos e declarações internacionais, como

a Declaração de Estocolmo, a Convenção de Aarhus e o Princípio 10 da Declaração do Rio, foram fundamentais para afirmar a centralidade do direito à informação como condição prévia para a participação social e o acesso à justiça em matéria ambiental. Esse percurso histórico demonstra que a informação ambiental não se configura como um recurso meramente instrumental, mas como expressão de compromissos éticos e jurídicos assumidos pelos Estados no âmbito da comunidade internacional.

No contexto brasileiro, a consolidação de marcos normativos específicos, entre os quais se destacam a Política Nacional de Meio Ambiente (Brasil, [1981]), a Lei de Acesso à Informação (Brasil, [2011]) e a Lei nº 10.650 de 2003 (Brasil, [2003]), reafirma a compreensão de que o acesso pleno, tempestivo e compreensível às informações ambientais é um direito do cidadão e um dever do poder público. A legislação brasileira avança ao estabelecer padrões de transparência e mecanismos de disponibilização de dados que visam assegurar a democratização do conhecimento ambiental e permitir o controle social sobre ações potencialmente lesivas ao equilíbrio ecológico. Ainda assim, persistem desafios relacionados à efetiva implementação desses dispositivos, especialmente no que se refere à superação de barreiras técnicas, institucionais e culturais que limitam o exercício pleno do direito à informação.

Por fim, as abordagens e perspectivas contemporâneas sobre a informação ambiental indicam a necessidade de consolidar uma visão interdisciplinar e integrada, capaz de articular fundamentos jurídicos, informacionais e sociais. A produção, o tratamento e a difusão da informação devem ser orientados não apenas pela observância de requisitos formais, mas pela busca de práticas que promovam transparência, legitimidade e participação informada. Ao reconhecer o papel estratégico da informação ambiental na prevenção de conflitos, na indução de comportamentos responsáveis e na promoção de políticas públicas ambientais, reafirma-se a relevância de seu fortalecimento como dimensão essencial da cidadania ambiental e do compromisso coletivo com a preservação dos bens ambientais para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ANFOSSI, Aldo. Em 10 anos, América Latina foi palco de 8 em 10 assassinatos de ambientalistas no mundo. **Diálogos do Sul Global**, Santiago, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/em-10-anos-america-latina-foi-palco-de-8-em-10-assassinatos-de-ambientalistas-no-mundo/>. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. **Lei 10.650, de 16 de abril de 2003**. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.650.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito à informação e meio ambiente**. 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2018. 295 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Acordo regional sobre acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais na América Latina**. Santiago: ONU, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/29b2d738-4090-45c5-a289-428b465ab60c/content>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração do rio sobre meio ambiente e desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Relatório** [...]. Nova York: ONU, 1993. Disponível em: <https://www.onu.org.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano** (Declaração de Estocolmo).

In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972, Estocolmo. **Relatório** [...]. Nova York: ONU, 1973. Disponível em: <https://www.onu.org.br/Declaracao-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaracao-da-Conferencia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

RIBEIRO, Érica Bezerra Queiroz; MACHADO, Bruno Amaral. O Acordo de Escazú e o acesso à informação ambiental no Brasil. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 251-265, dez. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/211947989.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE).

The Aarhus Convention: an implementation guide. 2nd. ed. Geneva: UNECE, 2014. Disponível em: https://unece.org/DAM/env/pp/Publications/Aarhus_Implementation_Guide_interactive_eng.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

TAVARES, Carla; FREIRE, Isa Maria. Informação ambiental no Brasil: para quê e para quem. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, p. 208-215, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23479/18941>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Parte III

Gestão na Contemporaneidade

Gestão da informação com aplicação da Inteligência Artificial: A experiência do Centro Referencial de Propriedade Intelectual e Inovação

Elaine da Silva

Rosangela Formentini Caldas

Edberto Farneda

Fábio Éder Cardoso

Bárbara Benati Luvizotto

1 INTRODUÇÃO

A produção do presente capítulo foi motivada por três enfoques que, para além se complementarem se retroalimentam. Assim, o potencial inovador e registrável como propriedade intelectual de produções acadêmico-científicas, e respectiva implementação de processos estruturados de gestão da informação com a aplicação de inteligência artificial se constituem no cerne desta pesquisa.

A busca por compreender a relação entre a produção acadêmica, o respectivo potencial inovativo, e por conseguinte de registros de propriedade intelectual na área de comunicação e informação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão ao qual insere-se o campo da Ciência da Informação, foi o fator instigador da criação do Centro Referencial de Propriedade Intelectual e Inovação em Ciência

da Informação (CERPII), idealizado com o propósito de atuar na identificação de inovações em textos acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília com potencial de registro de propriedade intelectual (PI) junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).

Por conseguinte, se faz necessário refletir sobre a relevância da implementação de processos de gestão da informação (GI) estruturados dedicados à identificação, seleção, coleta, tratamento e uso de informações para desenvolver produtos e serviços de informação competentes para evidenciar o potencial de geração de inovações na produção de conhecimento acadêmico científico passível de registros de PI junto ao INPI.

Nesse contexto, a utilização de inteligência artificial e sistemas multiagentes se revela como um caminho promissor na identificação de requisitos informacionais para registros de propriedade intelectual, destacando-se como uma ferramenta a ser agregada em processos de GI muito competente na otimização resultados.

Nessa perspectiva, com o objetivo de demonstrar a viabilidade de aplicação de multiagentes inteligentes em processos de gestão de informação para a identificação de possibilidades de registro de propriedade intelectual, o presente capítulo, a partir da experiência do Centro Referencial de Propriedade Intelectual e Inovação, lança luz a convergências possíveis e necessárias entre gestão da informação, inteligência artificial, propriedade intelectual e inovação.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

A atual situação das nações é resultado da acumulação de descobertas, invenções e melhorias das gerações que viveram antes de nós, proporcionadas pelo desenvolvimento de processos criativos, que resultaram em transformações e desenvolvimentos em âmbitos econômico, tecnológico, cultural e social. O pressuposto supracitado não é algo novo, List (1885) já

o defendia no Século XIX, e estudos de Freeman e Soete (2008) no início do presente milênio o ratificam, evidenciando o papel dos registros de conhecimento e a respectiva gestão para o desenvolvimento da humanidade.

Concordando com os autores supracitados, destaca-se a importância da propriedade intelectual, entendida como um fator decisivo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável de um país, região ou segmento, que tem como propósito proteger ideias e projetos, com o intuito de garantir a autoria, o uso, e a exclusividade de exploração.

A propriedade intelectual (PI), de acordo com a Câmara de Comércio Internacional (2017), se constitui numa criação do intelecto que pode ser de propriedade de uma pessoa física ou de uma organização no setor público ou privado. Por meio de diretrizes e processos específicos, o detentor da PI pode escolher compartilhá-la com segurança de que seu direito será preservado.

Considerando o exposto acima, é possível afirmar que a propriedade intelectual diz respeito à proteção da criação intelectual humana com vistas a gerir respectivos compartilhamento e uso respeitando os direitos do titular, e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento da sociedade.

De acordo com o INPI ([202?]) e Barbalho (2022) é possível distribuir a propriedade intelectual em três grandes eixos:

- Direito autoral: aplicável a textos de obras literárias, artísticas ou científicas, conferências, programas de computador, desenho, pintura, gravura, escultura, ilustrações, composições musicais, obras audiovisuais, fotografias, projetos de arquitetura, obras plásticas, engenharia, paisagismo, cenografia.
- Propriedade industrial: conjunto de direitos exclusivos que uma pessoa física ou jurídica pode ter sobre uma invenção, design ou marca, entre outros produtos de sua criação.
- Proteção *sui generis*: proteção **de topografia de circuitos integrados**, protegendo o desenho, a configuração de circuitos; e o **aperfeiçoamento ou melhoramento genético**, desenvolvido por meio da pesquisa científica em **plantas** que resulta em **nova**

variedade, que é chamado de **Cultivar** e constitui o objeto da proteção.

Ainda segundo a mesma autora,

A forma de proteger os direitos de propriedade intelectual varia em função do objeto a ser resguardado. Contudo, seja qual for a modalidade a ser eleita, o princípio básico envolve questões éticas, sociais e políticas que estão relacionadas não só aos aspectos da exploração comercial, mas também ao reconhecimento do ato criativo que permitiu a composição do objeto (Barbalho, 2022, p. 85).

Especificamente no que tange à propriedade industrial, foco de atenção deste estudo, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), se constitui no órgão responsável pelo "[...] registro de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados, além da concessão de patentes e da averbação de contratos de franquia e transferência de tecnologia" (INPI, 2025). Para além de gerenciar os registros de propriedade industrial, garantindo os direitos de titularidade, o INPI se confirma como um importante agente no que tange ao estímulo do desenvolvimento nacional, porquanto proporciona o compartilhamento de conhecimento científico, tecnológico e inovativo para a implementação de novos produtos, processos, serviços.

Nessa perspectiva, destaca-se o potencial de processos de gestão da informação (GI) aplicados ao contexto da PI, porquanto a GI, de acordo com Valentim (2023), proporciona a implementação de processos para prospectar, monitorar, coletar, filtrar, tratar, organizar e disseminar informações. Em complemento, Hoffmann (2016) ressalta a importância da implementação de processos estruturados de GI, com o adequado emprego de tecnologias de informação e comunicação.

Modelos consolidados de GI, tais como 'Quatro Passos do Gerenciamento da Informação' de Davenport e Prusak (1998); e 'Atividades Base da Gestão da Informação' de Valentim (2008) partem do pressuposto de que a GI é composta por processos estruturados e sistematizados capazes de atuar desde a identificação de demandas e necessidades de informação; passando por processos de seleção, coleta, aquisição e tratamento de informações; competentes para desenvolver produtos e serviços de informação pertinentes.

Dadas a relevância da PI para o desenvolvimento, e as possibilidades proporcionadas pela GI no que tange a identificar demandas informacionais, promover a seleção, tratamento, disseminação e uso da informação, com a aplicação de tecnologias apropriadas, tais como multiagentes específicos de inteligência artificial, o Centro Referencial de Propriedade Intelectual e Inovação (CERPII) busca identificar potenciais registros de propriedade intelectual na produção científica do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp.

3 CERPII: HISTÓRICO E RELEVÂNCIA NO CENÁRIO NACIONAL

O Centro Referencial de Propriedade Intelectual e Inovação em Ciência da Informação (CERPII) desde a sua criação, foi idealizado com a pretensão de alcançar e quicá preencher uma elevada lacuna existente no registro da propriedade intelectual da área de comunicação e informação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão ao qual insere-se o campo da Ciência da Informação.

Assim, enquanto o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Unesp crescia e se consolidava no cenário do ensino e da pesquisa, se observava este contexto e as possibilidades que se engendravam para uma profícua contribuição, inovando com deferência e um atento olhar às produções de conhecimento.

3.1 PROCESSO DE CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

O CERPII é um órgão vinculado diretamente à Coordenação e ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Unesp e tem por missão, ser um centro de referência em atuações inovadoras e socialmente conscientes no âmbito da geração de informação, conhecimento e tecnologia.

Seu objetivo é analisar o potencial inovativo das teses e dissertações defendidas no âmbito do PPGCI, a fim de realizar a interlocução entre as pesquisas e a sociedade civil, bem como propor o registro da propriedade intelectual existente quando identificado. Assim, possui uma proximidade com instituições como o INPI e a CAPES ou ainda, um canal de comunicação em ativo com a Agência de Inovação Unesp (AUIN). Sua representação na universidade é relevante pois configura-se como o único ambiente de inovação existente na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (Figura 1).

Sua idealização e criação deu-se no ano de 2018 e desde então, o Centro procura se integralizar ao cotidiano da universidade participando de uma estrutura organizacional sólida e influente na área, como no caso da AUIN ou da Rede Impacta que cuida de articular diferentes ambientes de inovação da Unesp, gerando valor para estudantes, professores, empreendedores e membros da comunidade por meio de iniciativas, relacionamentos, aprendizados e crescimento mútuo.

Figura 1 — Ambientes de Inovação da Unesp

 A AUIN Cadastrado Login Comunicação de invenção Solicitação de contratos Portal Monday.com ID Perguntas Frequentes 			
INVENTORES		EMPRESAS	
Araçatuba	Botucatu	Marília	Rio Claro
	  		
Araraquara	  	Presidente Prudente	Sorocaba
	Dracena		
Assis	Jaboticabal	Registro	
	 		

Fonte: Elaboração pelos autores a partir de dados disponibilizado em: <https://auin.unesp.br/>.

Entende-se que, ao identificar no contexto brasileiro, locais que atuam com a inovação e, por conseguinte, promover estudos e ações sobre temas de relevância para o constructo da ciência e tecnologia, seria possível a criação de vínculos de incentivo à novas pesquisas, contribuindo com a expansão de índices de inovação. Destacando tal premissa no campo da Ciência da Informação e não se distanciando da importância que se distingue aos estudos de inovação, podemos inclusive, realizar projeções que evidenciam a disseminação de excelência real da área diante de seu impacto no cenário nacional e internacional.

Outro fator que se ponderou para a criação do CERPII, para além dos que até aqui foram relatados, foi a inquietude sobre os dados disponibilizados por agências referenciais para o fomento de pesquisas do Brasil, como a CAPES, o CNPq e o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG). De acordo com tais instituições, os programas de pós-graduação crescem de forma exponencial e contínua, representando um aumento de mais de 25%. Atualmente, existem 4.486 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis) programas distribuídos entre os cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado (CAPES, [2025]).

Dentre tais programas, existe uma avaliação quatrienal realizada pela CAPES com a finalidade de manter os padrões de qualidade e desempenho. As notas são representadas da seguinte forma: Nota 3, padrões mínimos de qualidade; nota 4, bom desempenho; nota 5, nível de excelência nacional, o desempenho destaca-se entre bom e muito bom; notas 6 e 7, que são atribuídas a programas com desempenho de excelência e que atendem aos padrões internacionais de representatividade. O PPGCI da UNESP, possui nota 7, destacando-se tanto em desempenho de excelência de suas produções, como nos padrões internacionais de qualidade para a sua estrutura funcional.

Neste contexto, acredita-se que as pesquisas realizadas no âmbito do PPGCI, muito tem a colaborar com a produção da propriedade intelectual brasileira, desdobrando-se em registros que poderiam ser realizados junto ao INPI, revelando a área de Ciência da Informação como um contributo para o aumento dos índices de desenvolvimento, por meio da descoberta de novas marcas e patentes.

3.2 CRONOGRAMA DE AÇÕES E RESULTADOS

A partir da criação do CERPII, iniciaram-se os trabalhos que podemos dividir em três fases distintas.

Inicialmente, foram elaborados os documentos que serviriam para apresentação do Centro e registro/coleta de dados. Portanto neste primeiro momento, se desenvolveu o regulamento, os termos de atividades da equipe e de contato com os pesquisadores e as planilhas de coleta que tornassem possível, posteriormente, a preparação do relatório descritivo necessário para encaminhamento de pedidos de registro ao INPI.

Para uma segunda fase, foram levantadas as teses e dissertações entre os anos de 2001 a 2020, que totalizaram 417 (quatrocentos e dezessete) documentos entre os programas de mestrado e doutorado e ainda as produções realizadas pelos docentes do PPGCI em processo de livre-docência e pós-doutorado.

No período da pandemia de COVID-19, o CERPII suspendeu as suas atividades retornando no ano de 2022, em uma terceira fase, com a análise de mais de 118 (cento e dezoito) relatórios de pesquisa e com algumas alterações no trabalho realizado, agora contando com ferramentas tecnológicas mais avançadas.

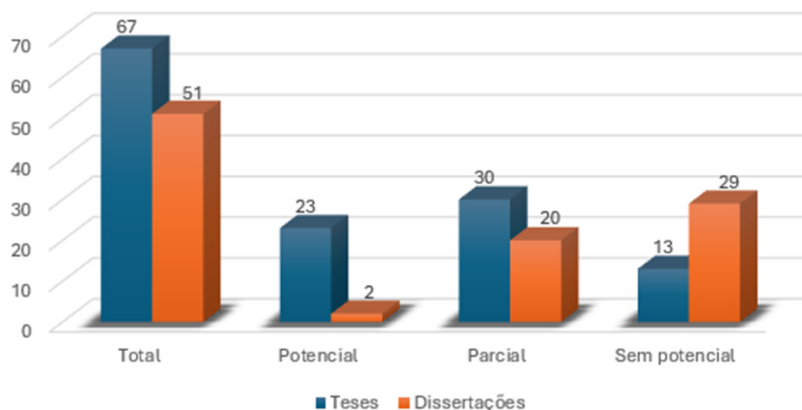
No contexto da elaboração de uma ferramenta que pudesse auxiliar na coleta dos dados, foram desenvolvidas planilhas com as informações referentes às dissertações e outra das teses produzidas pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências e depositadas no repositório institucional da Unesp entre os anos de 2022 e 2024. As planilhas concentram dados como o nome do trabalho, autores, orientadores, ano de defesa, palavras-chave, o texto e o resultado da análise realizada por inteligência artificial, que recebeu treinamento de acordo com os parâmetros do INPI para identificar o potencial de registro das produções acadêmicas.

A análise foi realizada através da alimentação da IA com os textos encontrados e o seguinte *prompt*: "Analisar documento em anexo e utilizar 5 agentes em 3 rodadas". Cada agente avaliou os diferentes aspectos de propriedade intelectual, e a cada rodada, eram apresentados e revisados os potenciais elementos de PI e inovação. Ao final, os relatórios da conclusão da análise eram disponibilizados, com os aspectos encontrados, recomendações e possibilidades de registro.

Ao todo, nesta terceira fase, foram encontradas 87 (oitenta e sete) teses e 72 (setenta e duas) dissertações no repositório. No entanto, somente 66 (sessenta e seis) teses e 51 (cinquenta e uma) dissertações foram submetidas à análise, pois trata-se dos trabalhos que possuíam disponibilização online do material completo na base de dados consultada. Os relatórios analisados foram divididos em três categorias: potencial de registro, sem potencial e potencial parcial, como demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 — Identificação dos relatórios analisados

Gráfico 1 - Relatórios analisados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre as produções com potencial de registro, a inteligência artificial sugeriu possibilidades de inovação em cinco tipos de registros de propriedade intelectual diferentes: Programa de computador, patente, marca, desenho industrial e indicação geográfica, sendo que um mesmo texto pode ter potencial para ser registrado em mais de uma categoria indicada.

Gráfico 2 — Evolução e Identificação por áreas INPI das pesquisas do PPGCI



Fonte: Elaborado pelos autores.

O CERPII destaca-se assim como um centro de excelência, projetando o seu crescimento (gráfico 2), alcançando os seus objetivos e tornando evidente a importância da pesquisa e de seu impacto e resultados para a área da Comunicação e Informação na CAPES, bem como da consolidação de programas de pós-graduação referenciais em suas áreas de atuação. Sua pretensão é a expansão destas ações para outras universidades e institutos que atuem com a pesquisa no campo da Ciência da Informação.

4 USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SISTEMAS MULTIAGENTES NA IDENTIFICAÇÃO DE REQUISITOS INFORMACIONAIS PARA REGISTROS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL: O CASO DO ANALISTA CERPII

A inovação advinda da pesquisa acadêmica desempenha um papel essencial no desenvolvimento científico e tecnológico, impulsionando o avanço do conhecimento e a criação de novas tecnologias. Contudo, um desafio enfrentado por universidades e centros de pesquisa está na identificação de trabalhos acadêmicos com potencial para registro de propriedade intelectual. Normalmente, essa análise é conduzida de forma manual, exigindo tempo e recursos significativos. Esse processo manual é moroso e sujeito a subjetividades (Moura; Russo, 2014). Dornbusch *et al.* (2012) destacam que instituições acadêmicas frequentemente gastam meses nesse trabalho, o que pode levar à perda de oportunidades importantes de inovação.

Com a crescente necessidade de otimizar a identificação de trabalhos com potencial inovador, a aplicação de Inteligência Artificial surge como uma alternativa promissora para automatizar e aprimorar esse processo. O uso de modelos de IA permite a análise em larga escala de documentos acadêmicos, possibilitando a extração de informações relevantes e a classificação automática de inovações de acordo com critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, 2023).

Algumas técnicas com uso da IA incluem tomada de decisão, reconhecimento de padrões, compreensão de linguagem natural e aprendizado contínuo. Desde suas origens, a IA evoluiu significativamente, impulsionada pela disponibilidade de grandes volumes de dados, o aumento da capacidade computacional e os avanços em algoritmos de aprendizado de máquina (Russell; Norvig, 2021).

Neste sentido, uma das abordagens que se destaca pela eficiência na solução de problemas complexos é a arquitetura multiagente. Trata-se de um conjunto de agentes inteligentes que trabalham de forma colaborativa e autônoma para alcançar um objetivo comum. Cada agente possui capacidades específicas, agindo de maneira independente, mas cooperando entre si para melhorar a precisão e a robustez das análises realizadas. No cenário acadêmico e científico, onde o volume de dados cresce exponencialmente e a necessidade de identificar elementos inovadores se intensifica, essa arquitetura torna-se uma alternativa viável e eficaz (Bazzan, 2010).

O sistema multiagente, denominado como "Analista CERPII" foi desenvolvido com base nesse conceito, utilizando IA e sistemas compostos por entidades autônomas inteligentes para avaliar elementos inovadores em trabalhos acadêmicos junto ao CERPII, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília.

O sistema fornece recomendações estruturadas para adequação dos textos ao padrão exigido para registro de propriedade intelectual, de acordo com as normas e procedimentos do INPI (INPI, 2023), aprimorando significativamente o processo de análise de inovação acadêmica. A estrutura e o funcionamento do Analista CERPII foram concebidos para otimizar a identificação de requisitos informacionais e melhorar a eficiência na análise de potenciais registros de propriedade intelectual.

A Inteligência Artificial aplicada nesse contexto pode ser compreendida como o desenvolvimento de sistemas que buscam simular aspectos da inteligência humana, incluindo raciocínio, tomada de decisão e aprendizado. Isso inclui subáreas como o Processamento de Linguagem Natural (PLN) e o Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*), que são

fundamentais para a compreensão e análise de grandes volumes de texto acadêmico (Goodfellow; Bengio; Courville, 2016). O Processamento de Linguagem Natural refere-se à capacidade dos sistemas de interpretar e compreender textos escritos e falados em linguagem natural, possibilitando a extração automática de informações relevantes. O Aprendizado de Máquina, por sua vez, abrange algoritmos que aprendem a partir de exemplos e experiências anteriores, ajustando suas ações com base nos dados coletados (Bishop, 2006).

Sistemas multiagentes têm sido aplicados com sucesso em contextos similares, como a análise automatizada de sistemas de recomendação, classificação automática de artigos científicos e gestão inteligente de conhecimento organizacional (Gallardo; Ávila, 2008). Esses sistemas são uma abordagem que permite a cooperação entre diferentes agentes inteligentes, que atuam de maneira autônoma e colaborativa para resolver problemas complexos. Cada agente tem características próprias, como autonomia para agir sem intervenção direta, percepção do ambiente para captar informações relevantes, raciocínio para tomar decisões com base nos dados coletados e interatividade para se comunicar com outros agentes e otimizar os resultados (Wooldridge, 2009).

No caso do Analista CERPII, a estrutura multiagente foi desenvolvida para que diferentes agentes executem tarefas específicas no processo de análise de inovação no contexto da produção acadêmica. Cada agente é identificado sequencialmente e atua de maneira autônoma, mas acessa as contribuições dos demais para refletir e aprimorar suas próprias análises. A arquitetura do sistema permite que o usuário configure a quantidade de agentes e o número de rodadas de debate e refinamento, garantindo que o resultado reflita uma visão integrada e colaborativa.

A criação de sistemas multiagentes requer o uso de modelos matemáticos e algoritmos que coordenam as ações dos agentes, assegurando que as soluções propostas sejam otimizadas e coerentes. A implementação pode ser feita por meio de *frameworks* e linguagens de programação que suportam a modelagem de agentes, como Python, combinando técnicas de aprendizado profundo e redes neurais (Russell; Norvig, 2021). No Analista CERPII, os agentes foram configurados para atuar em etapas consecutivas,

desde a coleta de dados acadêmicos até a geração de relatórios com recomendações estruturadas.

O impacto da utilização de IA multiagente no processo em questão é significativo, pois permite uma análise detalhada e automatizada. A abordagem multiagente aumenta a escalabilidade do sistema, possibilitando a análise simultânea de grandes volumes de documentos, garantindo maior precisão e eficiência na detecção de inovações com potencial para registro de propriedade intelectual. Dessa forma, o sistema fortalece a gestão da propriedade intelectual junto ao CERPII, promovendo uma cultura de valorização do conhecimento produzido e incentivando a proteção de criações tecnológicas.

A aplicação da arquitetura multiagente permite a integração entre o uso de técnicas de processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina, proporcionando um modelo replicável para outras instituições interessadas na automação de processos de inovação. Dessa forma, o uso da IA multiagente no Analista CERPII amplia a capacidade de análise, bem como, oferece suporte informacional para a tomada de decisão sobre registros de propriedade intelectual, contribuindo para o fortalecimento da cultura de inovação no ambiente acadêmico.

4.1 REQUISITOS INFORMACIONAIS NA IDENTIFICAÇÃO DE INOVAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A identificação de requisitos informacionais é uma etapa essencial na gestão e organização da informação e do conhecimento, especialmente quando aplicada ao reconhecimento de inovações em produções acadêmicas (Choo, 2006). Para que um trabalho possa ser considerado inovador e tenha potencial de registro como propriedade intelectual, é necessário que ele atenda a critérios específicos, como os estabelecidos pelo INPI. Esses critérios incluem a novidade, a atividade inventiva e a aplicação industrial, sendo fundamentais para que uma inovação seja protegida legalmente (INPI, 2023).

No contexto da análise de trabalhos acadêmicos, os requisitos informacionais podem ser divididos em três eixos principais. O primeiro eixo envolve a extração de elementos textuais dos documentos, incluindo palavras-chave indicativas de inovação, como "nova abordagem" e "método inédito", além da análise de seções como resumo, introdução, metodologia e resultados. O segundo eixo diz respeito à comparação da tese ou dissertação com bases de dados de patentes, permitindo a verificação da similaridade entre o trabalho acadêmico e registros já concedidos, o que auxilia na avaliação da sua originalidade (Geuna; Nesta, 2006). O terceiro eixo compreende a classificação e recomendação do tipo de propriedade intelectual mais adequado para cada trabalho analisado, como patente, marca ou desenho industrial, além de sugestões automatizadas para adequação do documento aos padrões do INPI.

A estruturação desses requisitos permite acelerar o processo de análise e aumentar a precisão na identificação de potenciais inovações. Ao integrar um sistema automatizado para essa triagem, é possível mitigar falhas humanas e garantir maior eficiência na detecção de criações passíveis de proteção intelectual (Choo, 2005).

4.2 ARQUITETURA DO ANALISTA CERPII E USO DE IA MULTIAGENTE

A Inteligência Artificial Multiagente é uma abordagem em que diferentes sistemas interagem e colaboram para resolver problemas complexos de maneira distribuída. O Analista CERPII adota esse conceito ao integrar múltiplos agentes especializados na análise de inovação acadêmica. Esses agentes trabalham de forma interdependente, processando informações extraídas de teses e dissertações, refinando suas análises e aprimorando a qualidade da avaliação (Russell; Norvig, 2021).

O funcionamento do sistema ocorre por meio de três etapas principais. A primeira etapa corresponde à extração e estruturação dos dados, em que o Agente Coletor acessa repositórios acadêmicos e recupera documentos para análise, enquanto o Agente de Análise Semântica emprega

técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) para identificar elementos textuais relevantes. A segunda etapa envolve a classificação e priorização dos trabalhos acadêmicos, em que o Agente Classificador avalia o grau de inovação de cada documento, considerando os critérios do INPI, e o Agente de Similaridade realiza comparações com bases de patentes (Cockburn; Henderson; Stern, 2018). Na terceira etapa ocorre o refinamento e a geração de relatórios, em que o Agente de Recomendação estrutura um parecer detalhado sobre o potencial de patenteabilidade do trabalho, enquanto o Agente de Sugestões fornece ajustes para que a redação do documento esteja alinhada aos padrões do INPI.

A escolha das técnicas de PLN e aprendizado de máquina aplicadas no Analista CERPII baseou-se em sua eficiência comprovada em trabalhos anteriores (Goodfellow; Bengio; Courville, 2016; Bishop, 2006; Russell; Norvig, 2021; Gallardo; Ávila, 2008) e na capacidade de integração com bases de dados especializadas como as do INPI, possibilitando maior precisão e coerência na análise das informações extraídas.

Além das funcionalidades descritas, o Analista CERPII possui integração direta com bases de dados do INPI, permitindo buscas automatizadas na Revista da Propriedade Industrial e em repositórios de patentes nacionais e internacionais. Essa conexão possibilita uma análise da originalidade dos trabalhos acadêmicos, reduzindo a incidência de recomendações imprecisas e garantindo que as inovações identificadas sejam de fato inéditas.

O sistema proposto contribui diretamente para a gestão da informação e do conhecimento ao estruturar informações dispersas e potencialmente inovadoras, facilitando sua conversão em ativos intelectuais protegidos. Essa abordagem está alinhada à perspectiva sobre organizações intensivas em conhecimento destacada por Choo (2005).

5 CONCLUSÃO

A utilização de IA multiagente na identificação de requisitos informacionais para registro de propriedade intelectual representa um avanço

significativo na maneira como inovações identificadas em produções acadêmicas são analisadas e protegidas. O Analista CERPII, ao automatizar esse processo, contribui para a redução do tempo de análise e aumenta a precisão na detecção de inovações, otimizando a gestão da propriedade intelectual em universidades e centros de pesquisa.

A integração do sistema com bases de dados do INPI e sua capacidade de fornecer recomendações estruturadas tornam essa ferramenta um modelo replicável para outras instituições interessadas em aprimorar seus processos de avaliação de inovação. Como perspectiva futura, recomenda-se a ampliação do escopo de análise do sistema para outras áreas do conhecimento, além do aprimoramento do uso de IA generativa para fornecer descrições mais detalhadas e contextualizadas sobre as inovações detectadas.

A implementação da IA multiagente na análise de inovação acadêmica não apenas fortalece a identificação e proteção de criações originais, mas também fomenta um ambiente de maior conexão entre o setor acadêmico e a indústria, impulsionando o potencial de transformação tecnológica e científica.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Propriedade intelectual**. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro: UFRJ, 2022.

BAZZAN, Ana Lúcia C. IA multiagente: mais inteligência, mais desafios. *In*: MEIRA JUNIOR, Wagner; CARVALHO, Andre C. P. L. F. de (org.). **Jornadas de Atualização em Informática (JAI)**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. p. 111-159.

BISHOP, Christopher M. **Pattern recognition and machine learning**. Secaucus: Springer-Verlag, 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira**: cursos avaliados e reconhecidos. [Brasília, DF]: CAPES, [2025]. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL. **O guia ICC de propriedade intelectual**. 13. ed. Paris: ICC, 2017. Disponível em: <https://iccwbo.org/wp-content/uploads/sites/3/2018/02/icc-intellectual-property-roadmap-pt.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CHOO, Chun Wei. **The knowing organization**: how organizations use information to construct meaning, create knowledge, and make decisions. Oxford: Oxford University Press, 2005.

COCKBURN, Iain M.; HENDERSON, Rebecca; STERN, Scott. **The impact of artificial intelligence on innovation**: evidence from patents. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research Working Paper Series, 2018.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DORNBUSCH, Friedrich *et al.* Identification of university-based patents: a new large-scale approach. **Fraunhofer ISI Discussion Papers Innovation Systems and Policy Analysis**, Karlsruhe, n. 32, p. 1-30, July 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.24406/publica-fhg-295960>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

GALLARDO, Maria del Carmen E.; ÁVILA, Rafael A. Aplicaciones de la inteligencia artificial en la Medicina: perspectivas y problemas. *Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud*, v. 17, n. 5, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2780374>. Acesso em: 24 maio 2025.

GEUNA, Aldo; NESTA, Lionel. J. J. University patenting and its effects on academic research. **Research Policy**, v. 35, n. 6, p. 790-807, July 2006.

GOODFELLOW, Ian; BENGIO, Yoshua; COURVILLE, Aaron. **Deep learning**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2016.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. Gestão do conhecimento e da informação em organizações baseados em inteligência competitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 31-43, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4045>. Acesso em: 4 dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Diretrizes para exame de patentes**. Brasília, DF: INPI, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Institucional**. Brasília, DF: INPI, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Introdução à PI**: módulo 2. [Brasília, DF]: INPI, [202?]. Recurso didático do Curso Introdução à Propriedade Intelectual DL 101P BR.

LIST, Friedrich. **The national system of political economy**. London: Longmans, Green and Company, 1885.

MOURA, Samia P. B.; RUSSO, Suzana Leitão. Contratos em propriedade intelectual nas universidades do eixo nordeste. **Revista Geintec**, São Cristóvão, v. 4, n. 4, p. 1340-1349, 2014.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Artificial intelligence: a modern approach**. 4. ed. Hoboken: Pearson, 2021.

VALENTIM, Marta L. Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/issue/view/1/showToc>. Acesso em: 10 jul. 2012.

VALENTIM, Marta L. Pomim. Prefácio. *In*: DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos. **Comece pela gestão da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2023. p. vii-ix.

WOOLDRIDGE, Michael. **An introduction to multiagent systems**. 2. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2009.

Recursos Humanos e Gestão do Conhecimento: Uma abordagem por meio do Business Partner RH

Vanessa Aparecida Dias Ferreira
Ieda Pelógia Martins Damian

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de transformações constantes, impulsionadas principalmente pelos avanços tecnológicos e por um consumidor cada vez mais exigente, as organizações contemporâneas precisam se reinventar e inovar continuamente para manter sua competitividade.

Nesse sentido, Haskel e Westlake (2024) destacam que, na dinâmica atual do mundo dos negócios, com tudo cada vez mais acessível ao consumidor final, uma diferenciação organizacional baseada exclusivamente em ativos tangíveis já não é suficiente. Dessa forma, a integração e o fortalecimento dos ativos intangíveis como o capital intelectual tornam-se fatores estratégicos, uma vez que esses ativos possuem uma maior capacidade de crescimento nas organizações.

Para Nonaka e Takeuchi (2008), o capital intelectual desempenha um papel estratégico na evolução organizacional, configurando-se como uma vantagem crucial para a sustentabilidade das organizações. Quando o conhecimento passa de sua forma tácita para explícita, ou seja, quando se torna

acessível e compartilhável no ambiente organizacional, se transforma em um ativo fundamental para o desenvolvimento contínuo da organização.

Por se tratar de um recurso estratégico para a organização, a implementação da Gestão do Conhecimento, enquanto processo estruturado voltado à identificação, organização, compartilhamento e aplicação do conhecimento, torna-se fundamental para assegurar que o conhecimento que gera valor ao negócio seja devidamente gerido e contribua para os objetivos organizacionais. Hoffmann (2018) explica que gerenciar esse capital significa estabelecer conexões contínuas entre as pessoas, suas vivências e o meio organizacional, impulsionando a troca e a construção do conhecimento.

Um setor que contribuir nesta conexão entre pessoas e objetivos organizacionais é o Recursos Humanos (RH). A área tem evoluído em sintonia com as mudanças no ambiente organizacional. Segundo Chiavenato (2025), o RH deixou de ter uma função predominantemente operacional e administrativa para ocupar um papel estratégico, participando de fóruns decisórios e tomada de decisões sobre o negócio.

Contribuindo para a transição estratégica da área de Recursos Humanos, Ulrich (1998) propôs o modelo de atuação *Business Partner* de RH. Essa abordagem visa fortalecer o papel estratégico da área nas organizações, por meio da estruturação de subsistemas que possibilitam ao RH atender, de forma integrada, tanto às demandas operacionais quanto às necessidades estratégicas da organização.

Sendo assim, este estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: Quais são os pontos de convergência entre a Gestão do Conhecimento e o modelo *Business Partner* RH?

O objetivo geral deste estudo é identificar pontos de convergência entre a Gestão do Conhecimento e o *Business Partner* RH. Entre os objetivos específicos, pretende-se: 1) Descrever os principais conceitos da Gestão do Conhecimento e sua relevância nas organizações e 2) Compreender o modelo *Business Partner* de RH no ambiente organizacional.

A relevância deste estudo reside na necessidade contínua de identificar abordagens que contribuam para a sustentação da competitividade

organizacional em contextos marcados pela complexidade. Nesse cenário, a Gestão do Conhecimento e o modelo *Business Partner* de Recursos Humanos emergem como propostas que, ao atuarem sobre ativos intangíveis, podem agregar valor às organizações. Assim, este estudo propõe uma revisão teórica dos fundamentos dessas abordagens.

2 O BUSINESS PARTNER RH

Na contemporaneidade, o departamento de Recursos Humanos tem se tornado, cada vez mais, um pilar estratégico das organizações, à medida que avançam no entendimento de que as pessoas são promotoras de inovação e vantagem competitiva.

O modelo *Business Partner* de Recursos Humanos (BPRH) foi popularizado pelo autor estadunidense Dave Ulrich (1998) como uma abordagem estratégica para alinhar o RH aos objetivos organizacionais, estimulando a construção de uma área que desenvolve e implementa políticas e práticas com base nos desafios do negócio.

Ulrich *et al.* (2011) destacam uma abordagem de atendimento no RH que garante que as atividades estruturantes da área sejam mantidas e alinhadas ao papel do *Business Partner* RH que atua de forma proativa, focando no resultado organizacional. Segundo os autores, o BPRH representa uma mudança significativa na forma como a atuação do RH é planejada. Esse modelo é descrito como um processo de transformação da área, redefinindo o seu papel dentro da organização.

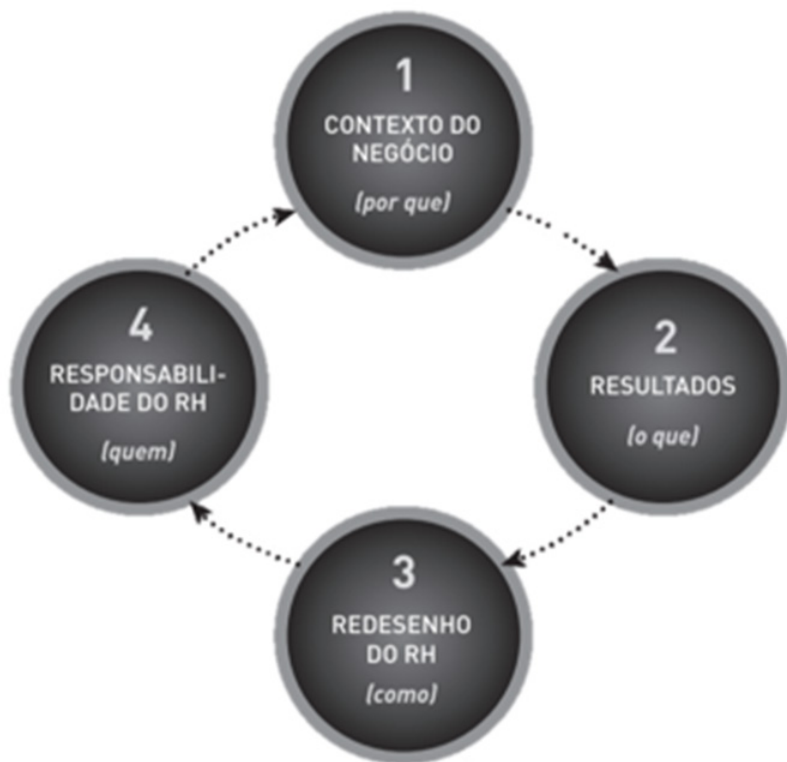
Na implementação do modelo, são necessárias quatro etapas que direcionam a área para um nível mais estratégico (Figura 1).

De acordo com a Figura 1, a fase "Contexto do Negócio" visa direcionar o RH, através do conhecimento acerca das estratégias da organização e de seus principais *stakeholders* como clientes, funcionários e investidores. A área de RH se posiciona mais alinhada aos interesses da organização, além de melhorar suas entregas, ou seja, para Ulrich *et. al.* (2011, p. 27), "[...]

quando ela se conecta com o contexto do negócio, é mais provável que se sustente, porque responde às necessidades reais".

Segundo os autores, o Contexto do Negócio clarifica onde o RH deve direcionar esforços de atuação e sua contribuição na organização. Quando comparado ao RH tradicional, nota-se que a diferença é o ponto de partida da área na sua organização: enquanto o modelo BPRH inicia sua modelagem, ou redesenho a partir da análise do negócio, o modelo tradicional parte da sua própria necessidade para, então, se conectar ao negócio.

Figura 1 — Modelo de Transformação do RH



Fonte: Ulrich *et al.* (2011, p.22)

Neste processo de transformação do RH, um elemento-chave é a fase denominada Resultado, que integra o modelo e representa o valor efetivamente entregue pela área à organização, com foco em uma abordagem alinhada às estratégias do negócio. Neste sentido, Armstrong (2014) destaca a importância de o RH ter capacidade de gerar valor para a organização, sendo visto como essencial na construção das estratégias.

Em decorrência disso, as etapas Redesenho do RH e Responsabilidades de RH, destacadas por Ulrich *et al.* (2011), são moldadas pelas necessidades do negócio, influenciando diretamente a forma como são estruturadas na organização.

Madsen e Slatten (2022) reforçam que o objetivo da transformação do RH é aumentar a visibilidade da área, destacando sua relevância estratégica, além de aprimorar a eficiência de seus processos, organizando atividades rotineiras e dedicando mais tempo à discussão relacionada ao negócio.

A estrutura geral da área de RH, conforme o modelo da Transformação do RH de Ulrich *et al.* (2011), é composta por cinco subsistemas: "Centros de Serviço", "RH Corporativo", "RH Integrado", "Centro de Expertise" e "Executores Operacionais". O primeiro subsistema, "Centros de Serviço", é responsável pela padronização do RH. Esta unidade, segundo Ulrich *et al.* (2011), é responsável por oferecer suporte padronizado em atividades administrativas e operacionais do RH para toda a organização.

O segundo subsistema, "RH Corporativo", é definido pelos autores como o canal responsável pela estratégia e governança da área de Recursos Humanos. Gerencia as diretrizes do setor de RH, orientando o desenvolvimento de políticas, práticas e demais soluções de RH alinhadas às demandas do negócio.

Já o subsistema "RH Integrado" refere-se à atuação de profissionais generalistas de RH, que possuem conhecimentos abrangentes sobre todos os subsistemas e suas interrelações. Esses profissionais, conhecidos como parceiros de negócios, segundo Conforto (2019), trabalham diretamente com os principais líderes e setores da organização, assegurando a integração das estratégias entre o RH e a organização.

O "Centro de *Expertise*", de acordo com Ulrich e Brockbank (2009), é composto por equipes especializadas em áreas-chave do RH, como recrutamento e seleção, desenvolvimento organizacional, contribuições e inovação em práticas de gestão de pessoas. Nessa estrutura, os especialistas atuam oferecendo soluções alinhadas às necessidades do negócio.

Os "Executores Operacionais", de acordo com Ulrich *et al.* (2011), são responsáveis pelo cumprimento de processos administrativos e operacionais do RH, garantindo eficiência, padronização e conformidade com políticas internas. Atuam no suporte ao centro de serviços compartilhados, gerenciam atividades como folha de pagamento, benefícios e admissões, permitindo que os Parceiros de Negócio e os Centros de *Expertise* foquem em questões estratégicas. Dessa forma, garantem o funcionamento contínuo e estruturado da área de Recursos Humanos.

Para Stevens (2015), um aspecto fundamental nessa atuação do RH mais alinhada ao negócio é a análise da estrutura organizacional, uma vez que o desenho da área deve refletir as características da organização à qual está inserido, considerando o tipo de negócio, seus objetivos e estratégias.

Holley (2015) complementa que o modelo *Business Partner* RH adota abordagens inovadoras para o desenvolvimento da capacidade organizacional e do capital humano, promovendo a construção de estratégias alinhadas ao desenvolvimento organizacional.

O mesmo autor indica que o diferencial do modelo BPRH de uma abordagem tradicional de RH é o posicionamento consultivo, centrado no negócio, atuando diretamente com a liderança organizacional, enquanto no modelo tradicional a atuação é mais centralizada, operacional e deixa lacunas em relação às necessidades da organização.

Para Ulrich *et al.* (2011), o papel do BPRH é atuar estrategicamente nas discussões sobre o negócio, mantendo presença ativa junto às principais lideranças. Além disso, cabe a esse profissional representar os interesses dos colaboradores em processos de mudança, selecionar práticas de RH alinhadas à estratégia organizacional e acompanhar indicadores que avaliem os resultados dos investimentos realizados na área.

Sendo assim, o papel do RH caminha junto à evolução das organizações, tendo em vista que a atuação como um parceiro de negócio, de acordo com Chiavenato (2025), promove uma melhor integração do RH no ambiente que está inserido. Nesse contexto, o conhecimento organizacional desempenha um papel essencial, contribuindo com práticas e processos que ampliam a capacidade do RH frente as necessidades estratégicas da organização.

3 O CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

Atualmente, o conhecimento é reconhecido como uma vantagem competitiva e um ativo intangível das organizações. Somado a isso, Chiavenato (2025) enfatiza o papel das pessoas na construção do conhecimento, destacando-as como promotoras de inovação. Quando aliadas às tecnologias, as pessoas possuem a capacidade de garantir a sustentabilidade dos negócios, enfrentando e superando os desafios ao longo dos anos.

O autor enfatiza que a diversificação de produtos e a exploração de novos mercados depende diretamente do conhecimento das pessoas. Além disso, o conhecimento é fundamental para embasar a tomada de decisão e os avanços organizacionais.

Fadel *et al.* (2010) e Jorge (2013) colaboram na definição de conhecimento, destacando que a base para sua formação nas corporações é a informação, que representa um insumo fundamental para as atividades e operações realizadas, independentemente de sua natureza e objetivos. Para que essa informação se transforme em conhecimento, ela deve ser apreendida pelo sujeito, que a processa em seu cognitivo.

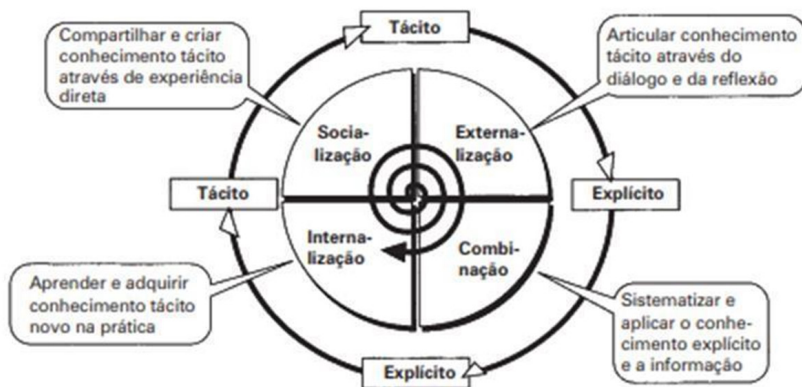
Este processo de transformação da informação em conhecimento, de acordo com Davenport e Prusak (2003), pode ser configurado através de quatro elementos-chave: comparação, consequências, conexões e conversações.

Segundo os autores, a comparação permite assimilar se a informação do cenário atual já foi utilizada anteriormente, identificando suas consequen-

ências nos processos de tomada de decisão do ambiente onde está inserido. Além disso, destaca-se a importância de questionar as conexões entre o conhecimento atual e o previamente estabelecido. Por fim, ressalta-se a possibilidade de conversações que identifiquem percepções entre o conhecimento atual e a visão de outras pessoas.

Nonaka e Takeuchi (2008) colaboram no conceito de conhecimento, destacando que o seu desenvolvimento só acontece quando os indivíduos participam ativamente da estruturação de sua construção. Os autores destacam, em sua teoria, que a construção do conhecimento ocorre por meio da conversão entre conhecimentos tácito e explícito, um mecanismo fundamental para a criação do conhecimento organizacional. Este processo é apresentado pelo modelo "SECI", um acrônimo para as etapas de "Socialização", "Externalização", "Combinação" e "Internalização", conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 — Modelo SECI



Fonte: Nonaka e Takeuchi (1995, p. 24)

Para os autores, o conhecimento tácito é exclusivo ao indivíduo que o detém, e o conhecimento explícito resulta da transformação do primeiro e se torna acessível a todos. O conhecimento explícito é aquele que é or-

ganizado e disponibilizado, permitindo que seja acessado e compartilhado por qualquer pessoa.

Ao detalhar o modelo SECI de conversão de conhecimento descrito na Figura 2, Nonaka e Takeuchi (1995) definem "Socialização" como um processo que ocorre através de trocas entre os indivíduos da organização, em momentos que o compartilhamento de experiências promove diálogos e aprendizados entre os membros da equipe. Na "Externalização", concretiza-se e se estrutura de forma tangível o conhecimento. Já no processo de "Combinação", a partir da percepção, cria-se uma apropriação, permitindo uma estruturação para aplicação do conhecimento. Favorecendo a "Internalização", que enriquece e mantém ativo o conhecimento tácito, introyetado e combinado com emoções, crenças e vivências do indivíduo.

Choo (2003) reforça a importância da construção do conhecimento de forma coletiva, em vez de individual, principalmente quando compreendida a importância do conhecimento explícito para o ambiente organizacional, sendo que o conhecimento não é uma construção isolada, mas resultado de um processo colaborativo entre membros internos e externos à organização.

Ainda segundo o autor, a troca de informações, experiências e perspectivas entre diferentes indivíduos e grupos contribui para a criação de um conhecimento mais robusto e abrangente, essencial para a inovação e a adaptação organizacional.

Assim, a implantação da gestão do conhecimento na organização é essencial para que o conhecimento possa permanecer ativo e construtivo para a estratégia do negócio.

4 GESTÃO DO CONHECIMENTO

No cenário contemporâneo, muitas mudanças adentram as organizações, sejam elas por fatores internos como redefinição de estratégias ou por influência do ambiente externo, como política, economia,

os avanços tecnológicos e situações pandêmicas, como a COVID-19 (Muniz *et al.*, 2021).

Dessa forma, nota-se que liderar uma organização em ambientes cada vez mais incertos, exige que os melhores ativos sejam alocados na construção de estratégias que aumentem a competitividade e a sustentabilidade. Arora (2002) destaca o conhecimento como fundamental para a evolução organizacional.

O conhecimento gerenciado pela organização favorece a adoção de novas abordagens, práticas inovadoras e conexões estratégicas. Além de mobilizar as pessoas para o sucesso organizacional, Valentim (2008) acrescenta que a qualidade do ambiente organizacional é um facilitador para que as atividades relacionadas à Gestão do Conhecimento contribuam para o desenvolvimento e a evolução da organização.

Neves e Cerdeira (2018, p. 7-8) destacam que a Gestão do Conhecimento,

[...] é um processo que promove o fluxo do conhecimento entre indivíduos e grupos na organização, podendo ser descrito por uma sequência de quatro grandes etapas essenciais: aquisição, armazenamento, distribuição e utilização do conhecimento. Concretamente, a Gestão do Conhecimento inclui o desenvolvimento articulado de metodologias, ferramentas, técnicas e valores organizacionais para promover o fluxo de conhecimento entre os indivíduos e a recuperação, transformação e utilização deste conhecimento em atividades de melhoria e de inovação. Gerir o conhecimento numa organização permite recolher o que os elementos coletivamente sabem, aprenderam e se lembram do que correu bem, do que não resultou, das lições aprendidas e a sua reutilização nas práticas diárias e futuras, nomeadamente nos processos de tomada de decisão ou de desenvolvimento de novos projetos.

Seguindo o raciocínio dos autores citados acima, percebe-se que sem a presença das pessoas não seria possível instituir a Gestão do Conhecimento, sendo que é por meio delas que todo o processo é constituído. Ao compreender tal dinâmica, Ottonicar *et al.* (2019) afirmam que

a Gestão do Conhecimento abrange diversas fases e ações que, quando combinadas, ampliam a possibilidade de uso do conhecimento organizacional, seja para a execução das ações rotineiras da organização, como para a tomada de decisões estratégicas.

Sobre o processo de Gestão do Conhecimento, Teixeira Filho (2000, p. 157) destaca que,

As principais atividades relacionadas à Gestão do Conhecimento, em geral, são: compartilhar o conhecimento internamente; atualizar, processar e aplicar o conhecimento para algum benefício organizacional; encontrar o conhecimento internamente, adquiri-lo externamente e reutilizá-lo; criar novos conhecimentos e compartilhá-los com a comunidade externa à empresa.

Arora (2002) afirma que, ao se estabelecer a Gestão do Conhecimento na organização, o conhecimento torna-se gerenciável e evolutivo, o que contribui para mitigação do retrabalho e estimula a inovação e o fluxo contínuo do conhecimento organizacional.

Nesta perspectiva, Terra (2005) enfatiza a necessidade de estabelecer objetivos claros para a aplicação da Gestão do Conhecimento, garantindo sua integração às estratégias organizacionais para promover a aquisição, aplicação e desenvolvimento do conhecimento no ambiente corporativo. O autor aponta que esse processo exige um compromisso contínuo com a melhoria e a reavaliação dos processos organizacionais, além do monitoramento de elementos essenciais para a geração de valor ao negócio, como dados, informações e conhecimentos chave.

Soriano *et al.* (2017) elucidam que um ambiente organizacional que aplica a gestão do conhecimento resulta em uma melhoria organizacional, além de promover a preservação e uso adequado do conhecimento gerado e compartilhado internamente.

Hoffman (2016) complementa que, com a intenção de tornar fluído o conhecimento na organização, amplia-se as possibilidades de trocas de experiências entre as pessoas, fomentando ambientes favoráveis para a criação do conhecimento e da inovação.

Valentim (2007) ressalta que as organizações constantemente tomam decisões, sendo estas cada vez mais rápidas e demandantes de informação e conhecimento como elementos-chave neste processo. Outro fator relevante, ainda segundo a autora, é que o conhecimento organizacional é mais bem gerido por organizações que utilizam a GC como modelo de gestão.

A exemplo disso, Feng *et al.* (2022, p. 2) elucidam que,

[...] GC pode facilitar práticas inovadoras ao transformar ativos de conhecimento em novos produtos e serviços com base em uma série de atividades de gestão. Ela pode promover a troca e o compartilhamento de conhecimento necessário para atividades inovadoras, estimulando assim a geração de novas ideias e, em última análise, melhorando o desempenho da inovação.

Considerando o potencial da Gestão do Conhecimento para impulsionar práticas inovadoras e aprimorar o desempenho organizacional, é pertinente compreender se há pontos convergentes entre GC e áreas que lidam com ativos intangíveis como recursos estratégicos. Um exemplo relevante é a área de Recursos Humanos, especialmente sob a ótica do modelo de *Business Partner* de RH.

5 GESTÃO DO CONHECIMENTO E O MODELO BPRH: PONTOS CONVERGENTES

Nas organizações, as pessoas são detentoras de um recurso essencial para a inovação e a transformação organizacional: o conhecimento. Segundo Chiavenato (2025), no entanto, esse conhecimento só se torna um diferencial competitivo quando aqueles que o possuem estão dispostos e têm condições de externalizá-lo, tornando esse ativo intangível acessível e aplicável no âmbito organizacional.

De acordo com o mesmo autor, o RH é a área responsável pelo gerenciamento de processos e atividades relacionadas às pessoas na organização, que busca, na atualidade, ampliar o repertório sobre as necessida-

des do negócio para, de forma intencional, integrar as pessoas à estratégia organizacional.

Ao longo da história, a área de RH vivencia uma transição de estar em uma posição de atividades funcionais, para exercer influência junto aos líderes do negócio, na discussão dos objetivos estratégicos. Um modelo que suporta esse posicionamento da área foi proposto por Ulrich (1998), o *Business Partner* RH.

O modelo BPRH, segundo Ulrich *et al.* (2011), possibilita uma atuação mais próxima às áreas de negócio, sem negligenciar a operação transaccional da área, garantindo suporte aos profissionais que desempenham o papel de BPRH.

Para os autores, compreender os desafios organizacionais e buscar soluções estratégicas para superá-los é essencial no modelo de BPRH. Nesse sentido, abordagens como a GC podem aprimorar a contribuição ao modelo de RH, favorecendo uma conexão mais efetiva entre a área e os objetivos organizacionais.

Gloet (2006) explica que os estudos sobre a relação entre RH e GC têm avançado nos últimos anos, reconhecendo que a GC pode fortalecer o posicionamento do RH como uma área estratégica dentro das organizações.

Diante disso, Svetlik e Stavrou-Costea (2007, p. 201) reforçam que RH e GC "compartilham atividades e objetivos comuns ao criar unidades de trabalho, equipes, cooperação interfuncional, bem como fluxos de comunicação, redes dentro da organização e através de suas fronteiras".

Gloet (2006) sugere uma relação entre GC e RH para que o conhecimento tenha sua relevância destacada no RH, assim como possa ser sistematizado para criação de valor. Em seu estudo, a autora organiza quatro áreas que descrevem o papel do RH com as contribuições de GC, sendo: Funções, Relacionamento, Foco Estratégico e Foco de Aprendizado.

Na seção Funções, a autora destaca as atividades descritas por Ulrich (1998) e ressalta os múltiplos papéis do RH sugeridos pelo autor nas organizações. Para Ulrich (1998), o RH deve atuar como Parceiro Estratégico na organização, aproximando-se do negócio para alinhar suas ações aos

objetivos organizacionais; como Especialista Administrativo, garantindo a execução eficiente dos processos da área; como Defensor dos Funcionários, compreendendo suas necessidades e mediando interesses com a organização; e como Agente de Mudanças, respondendo rapidamente aos desafios e influenciando a adoção das transformações organizacionais.

Ainda na seção Funções, Gloet (2006) não só destaca os múltiplos papéis do RH descritos por Ulrich (1998), mas integra ao tema funções do RH a visão de Lengnick-Hall e Lengnick-Hall (2003), que enfatizam que o RH desempenha um papel essencial na construção e sustentação das capacidades estratégicas.

Segundo Lengnick-Hall e Lengnick-Hall (2003, p. 188), a capacidade estratégica é "obtida por meio de relacionamentos nos quais a criação e troca de conhecimento constroem as capacidades individuais e organizacionais necessárias para fornecer valor superior aos clientes".

Seguindo esta linha de raciocínio, os mesmos autores redefinem o papel do RH na economia do conhecimento, ampliando sua atuação para além das funções tradicionais, apresentando quatro novos papéis fundamentais para o profissional de RH: (1) Administrador do Capital Humano, responsável por garantir que as competências organizacionais sejam fortalecidas através da prontidão das pessoas; (2) Facilitador do Conhecimento, função que destaca a importância do RH na gestão assertiva do conhecimento para a promoção do aprendizado e inovação; (3) Construtor de Relacionamentos, reflete a importância do RH na relação entre indivíduos e equipes, com foco na promoção da criação de comunidades e fortalecer as trocas entre as pessoas da organização e (4) Especialista de Implantação Rápida, tem o desafio de lidar com a complexidade de mercados dinâmicos, onde a integração de informações, processos de negócios e estrutura organizacional devem ser continuamente ajustados para oferecer soluções ágeis diante das transformações organizacionais.

Na seção Relacionamentos, Gloet (2006) descreve a importância de o RH construir relacionamentos em todas as esferas da organização, até mesmo com ambiente externo, se for necessário, para a criação de valor e capacidades organizacionais. A mesma autora destaca, na seção Foco

Estratégico, a necessidade constante de desenvolver o capital humano para as necessidades do negócio, gerando vantagem competitiva. Da mesma forma, a Seção Foco no Aprendizado promove, de forma intencional e contínua, práticas para o desenvolvimento estratégico das pessoas.

Davenport e Prusak (2003) ressaltam que o conhecimento organizacional não se limita à simples posse de informações, mas depende de sua contextualização, interpretação e compartilhamento para gerar valor. Nesse sentido, a Gestão do Conhecimento fornece os meios necessários para que o BPRH capture, organize e dissemine conhecimento relevante, tornando sua atuação mais integrada e alinhada às demandas organizacionais.

Hoffmann (2016, p. 36) compartilha alguns princípios de Gestão do Conhecimento que corroboram para uma atuação diferenciada no modelo de BPRH. A autora destaca como GC foca na utilização dos recursos já existentes na organização, permitindo que as pessoas identifiquem e apliquem as melhores práticas ao invés de desenvolverem algo que já existe.

Neste sentido, considerando que a relação entre conhecimento e pessoas é inerente ao funcionamento organizacional, observa-se uma convergência entre GC e BPRH, sendo que um dos papéis do BPRH, segundo Miller (2017, p. 9), é "[...] fornecer as ferramentas, sistemas e processos para permitir que os gerentes melhorem e obtenham o melhor de sua equipe".

Outro fator de convergência entre o modelo de BPRH e a GC é o foco no desempenho organizacional, uma vez que ambas as abordagens atuam nesse pilar. Batista (2012, p. 32-33) indica que a GC é, "[...] um método eficaz para melhorar o desempenho nas organizações".

Dessa forma, percebe-se que a atuação do modelo BPRH, ancorada na GC, viabilizaria um ambiente de aprendizado contínuo e de inovação, favorecendo a adaptação às transformações organizacionais e à otimização do desempenho organizacional.

Importa destacar que o modelo de GC está diretamente ligado à atuação da liderança. Segundo Terra (2005), o patrocínio da alta gestão é um fator crítico de sucesso para a sustentação dos processos de GC. Da mesma

forma, a consolidação do modelo BPRH depende da atuação conjunta com a liderança, que desempenha um papel essencial na legitimação e no fortalecimento da abordagem.

Vale ressaltar que, no modelo BPRH, ajustar a atuação do profissional *Business Partner* para que ele se conscientize do seu papel como trabalhador do conhecimento fortaleceria sua performance. Davenport (2006, p. 10) reforça que os "trabalhadores do conhecimento têm níveis elevados de *expertise*, escolaridade ou experiência, e seu objetivo principal no trabalho envolve a criação, a distribuição ou a aplicação do conhecimento".

O autor ainda destaca que o trabalhador do conhecimento se posiciona de forma estratégica diante dos desafios, tomando decisões, propondo soluções e influenciando o ambiente organizacional. Para isso, esses profissionais utilizam tanto o conhecimento adquirido quanto sua capacidade contínua de aprendizado, garantindo que suas contribuições agreguem valor ao negócio.

Desta forma, observa-se uma correlação entre o trabalhador do conhecimento e o profissional BPRH, uma vez que ambos desempenham funções estratégicas nas organizações. Conforme apontam Alberton e Mancia (2024), os profissionais *Business Partner* RH atuam no suporte técnico aos líderes, contribuindo para potencializar a capacidade de entrega da liderança na organização.

Sendo assim, ao explorar os pontos de convergência entre a Gestão do Conhecimento e o modelo BPRH, observa-se que, para sustentar a atuação do *Business Partner* como parceiro estratégico do negócio, os princípios da GC tornam-se primordiais. Esses fundamentos contribuem para a tomada de decisão, inovação, e a criação de valor no ambiente organizacional.

6 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, cuja finalidade é identificar pontos de convergência entre a Gestão do Conhecimento e o modelo de atuação do *Business Partner* de RH.

Gil (2002, p. 44) descreve que a pesquisa bibliográfica "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

A coleta de dados partiu de uma revisão bibliográfica, onde foram empregados os descritores "gestão do conhecimento", "conhecimento organizacional", "modelos de gestão do conhecimento", "recursos humanos", "modelo *Business Partner* RH" e "RH estratégico", todos estes descritores também pesquisados em inglês para ampliar os resultados das buscas.

As bases de dados utilizadas para a revisão bibliográfica foram a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Elsevier, Proquest, Capes- Café e Plataforma Sucupira, além de utilizar livros referências nos assuntos pesquisados.

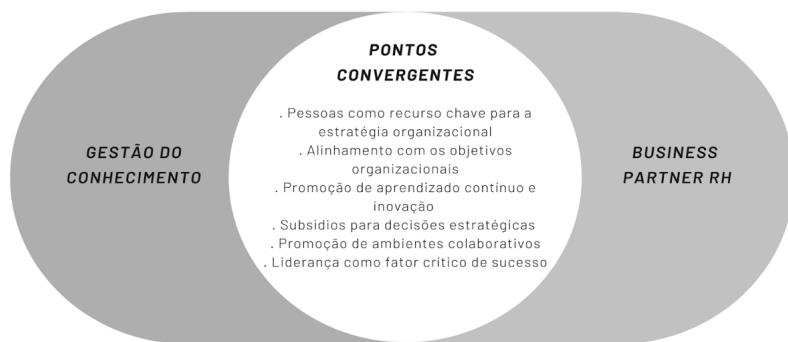
A seleção das bases de dados foi fundamentada na relevância e qualidade das publicações e impacto significativo na área de estudo do presente trabalho. Além disso, essas bases de dados abordam diretamente questões relacionadas aos conteúdos desta pesquisa.

7 DISCUSSÃO

A revisão da literatura subsidiou a compreensão de que há pontos convergentes entre a Gestão do Conhecimento e o Modelo *Business Partner* RH. E que a GC é uma abordagem estratégica que colabora para uma área de Recursos Humanos mais integrada ao negócio.

A composição dos pontos convergentes identificados neste estudo, foram descritos na Figura 3.

Figura 3 — Pontos Convergentes entre GC e BPRH



Fonte: Elaborado pelas autoras

A Figura 3 sintetiza os principais pontos de convergência entre a Gestão do Conhecimento e o modelo de *Business Partner RH*, demonstrando que ambos atuam em busca de contribuir com o desempenho organizacional.

Primeiramente, destaca-se que **as pessoas são reconhecidas como recurso chave para a estratégia organizacional**. Tanto a GC quanto o modelo BPRH identificam o capital humano como diferencial competitivo na organização, além deste ser fundamental na criação, uso e disseminação do conhecimento organizacional.

A **busca pelo alinhamento com os objetivos organizacionais** é um princípio norteador tanto da GC quanto do BPRH. Ambas as abordagens atuam para garantir que as ações derivadas de sua atuação, ocorram de forma sinérgica com os objetivos estratégicos, visando a competitividade e a sustentabilidade organizacional.

Outro aspecto relevante da relação entre GC e o modelo BPRH, é a **promoção do aprendizado contínuo e da inovação**. Ambas as abordagens buscam criar ambientes que favoreçam o desenvolvimento de capacidades estratégicas, competências para responder com agilidade às necessidades do mercado, mantendo-se, assim, competitivas. Neste sentido, são **subsídios para decisões estratégicas**, sendo essencial para que as respostas na organização sejam adequadas aos desafios, objetivos e mudanças organizacionais.

A **promoção de ambientes colaborativos** também é um elo importante entre GC e BPRH. A colaboração é incentivada como meio de potencializar a construção de conhecimento organizacional, ampliando espaços que promovam oportunidades de tornar o conhecimento explícito e disponível a todos na organização. Nesse contexto, a **liderança emerge como fator crítico de sucesso**, pois cabe aos líderes estimular a cultura de conhecimento, patrocinando a gestão do conhecimento e a discussão estratégica, incentivando as pessoas nas construções ou adequações organizacionais.

Assim, a Figura 3 ilustra que a convergência entre a Gestão do Conhecimento e o modelo *Business Partner* de RH direciona-se para um objetivo comum: a utilização do conhecimento como recurso essencial e estratégico para a diferenciação organizacional. A articulação entre essas abordagens suscita uma reflexão sobre as potencialidades que, ao serem exploradas de forma integrada, podem gerar valor significativo para o negócio.

Além disso, na subseção "Gestão do Conhecimento e o Modelo BPRH: Pontos Convergentes" deste estudo, ressaltam-se as contribuições de Gloet (2006) e de Lengnick-Hall e Lengnick-Hall (2003), que evidenciam a importância da interação entre Recursos Humanos e Gestão do Conhecimento na construção de estratégias voltadas ao desempenho organizacional. Os autores relatam ainda, a formulação da capacidade estratégica e a necessidade de uma atuação dinâmica nas abordagens de gestão, em resposta à crescente velocidade das transformações no ambiente organizacional.

Destaca-se também a importância do papel do profissional *Business Partner* de RH, que se posiciona como um trabalhador do conhecimento, conceito desenvolvido por Davenport (2006), caracterizando profissionais que atuam de forma ativa na criação, aplicação e disseminação de conhecimentos estratégicos dentro da organização.

Outra contribuição relevante apresentada na subseção "Gestão do Conhecimento e o Modelo BPRH: Pontos Convergentes" é que, ao se posicionar em sintonia com a Gestão do Conhecimento, o *Business Partner* de RH colabora para que a organização aproveite e potencialize o conhe-

cimento já existente. Essa prática é reforçada por Hoffmann (2018), que a aponta como essencial para evitar esforços redundantes e promover a utilização eficiente dos conhecimentos organizacionais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral identificar pontos de convergência entre a Gestão do Conhecimento e o *Business Partner* RH. Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento do trabalho pode-se indicar que o objetivo proposto foi alcançado.

A convergência entre as abordagens destacadas pela Figura 3 permite compreender como a articulação entre Gestão do Conhecimento e Modelo *Business Partner* RH pode promover uma integração maior entre pessoas, estratégia e conhecimento organizacional.

Conclui-se também que as funções do RH podem incorporar uma abordagem mais orientada ao conhecimento. Essa perspectiva reforça o papel estratégico do RH na construção e disseminação do conhecimento organizacional, contribuindo para a inovação e a transformação organizacional.

Neste sentido, recomenda-se, ainda, que futuros estudos aprofundem a análise dessa integração, investigando seus impactos em diferentes contextos organizacionais e propondo novas práticas para fortalecer essa relação. Além de incentivar a utilização de ambos conjuntamente.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Diego; MANCIA, Lúcia. **Business partner de recursos humanos: the hub**. São Paulo: Saint Paul, 2024.
- ARMSTRONG, Michael, TAYLOR, Stephen. **Armstrong's handbook of human resource management practice**. 13.ed. London: Kogan Page, 2014.

ARORA, Ravi. Implementing KM: a balanced score card approach. **Journal of Knowledge Management**, v. 6, n. 3, p. 240-249, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/13673270210434340>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2025

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CONFORTO, Ana Carla. **RH como parceiro do negócio**: compartilhando a experiência de desenvolvimento e implantação do modelo de business partner em recursos humanos. [S. l. : s. n.], 2019.

DAVENPORT, Thomas H. **Pense fora do quadrado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FADEL, Bárbara *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/j4gkh/pdf/valentim-9788579831171.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FENG, Lijie *et al.* The impact of knowledge management capabilities on innovation performance from dynamic capabilities perspective: moderating the role of environmental dynamism. **Sustainability**, v. 14, n. 8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14084577>. Acesso em: 23 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOET, Marianne. Knowledge management and the links to HRM: developing leadership and management capabilities to support Sustainability. **Management Research News**, v. 29, n. 7, p. 402-413, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01409170610690862>. Acesso em: 20 jan. 2025.

HASKEL, Jonathan; WESTLAKE, Stian. **Capitalismo sem capital**: a ascensão da economia intangível. São Paulo: Alta Cult, 2024.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. Gestão do conhecimento e da informação em organizações baseados em inteligência competitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 45, n. 3, p. 31-43, set./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v45i3.4045>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HOLLEY, Nick. 'You can't put in what God left out': not everyone can be a strategic HR Business Partner. In: **CHANGING HR operating models**. London: CIPD, 2015. p. 12-14.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt. **Gestão da informação esportiva no contexto da inteligência competitiva em clubes de futebol: um estudo de caso no Marília Atlético Clube**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93635>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LENGNIK-HALL, Mark L.; LENGNIK- HALL, Cynthia A. **Human resource management in the knowledge economy: new challenges, new Roles, new Capabilities**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2003.

MADSEN, Dag Øivind; SLATTEN, Kåre. The diffusion of human resource transformation in Scandinavia: a supply-side perspective. **Societies**, v. 12, n. 3, p. 81, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-4698/12/3/81>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MILLER, Tony. **Human resources as business partner: how to maximize the value and financial contribution of HR**. New York: Business Expert Press, 2017.

MUNIZ, Antonio *et al.* **Jornada RH ágil: entenda como as relações humanizadas colaboram para construir times protagonistas e resultados de valor**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2021.

NEVES, Paula Maria Costa; CERDEIRA, José Pedro. Memória organizacional, gestão do conhecimento e comportamentos de cidadania organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 8, n. 1, p. 3-19, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/38134>. Acesso em: 3 abr. 2025.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **The knowledge-creating company: how Japanese companies create the dynamics of innovation**. New York: Oxford University Press, 1995.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki *et al.* A gestão do conhecimento como processo fundamental para a gestão da qualidade: inter-relação que subsidia a tomada de decisão empresarial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 275-291, maio 2019.

SORIANO, Érico; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; ARAUJO, Camila de. Gestão do conhecimento aplicado aos desastres naturais: o caso da defesa civil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 207-227, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/70369>. Acesso em: 7 fev. 2025.

STEVENS, Chris. Are HR business partners a dying breed? **Haymarket Media Group Ltd**. p. 36-37, 2015. Disponível em: <https://www.peoplemanagement.co.uk/article/1744259/hr-business-partners-dying-breed>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SVETLIK, Ivan, STAVROU-COSTEA, Eleni. Connecting human resources management and knowledge management. **International Journal of Manpower**, v. 28, n. 3/4, p. 197-206, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01437720710755209>. Acesso em: 2 fev. 2025.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Gerenciando conhecimento**: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento dos negócios. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

TERRA, José Cláudio Cyrineu. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. São Paulo: Negócio Editora, 2005.

ULRICH, Dave. **Human resource champions**. Boston: Harvard Business School Press, 1998.

ULRICH, Dave; BROCKBANK, Wayne. The HR business-partner model: past learnings and future challenges. **People and Strategy**, v. 32, n. 2, p. 5-7, 2009.

ULRICH, Dave *et al.* **A transformação do RH**: construindo os recursos humanos de fora para dentro. Porto Alegre: Bookman. 2011.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Processo de inteligência competitiva organizacional. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. 2. ed. Marília: Fundepe Editora, 2007. p. 9-24.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/119521>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Práticas informacionais e competência em informação no enfrentamento à infodemia

Joana André Machuza Matenga
Tamara de Souza Brandão Guaraldo

1 INTRODUÇÃO

Este estudo constitui parte do referencial teórico de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida como uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp de Marília), que discute as práticas informacionais e a competência em informação em tempos de infodemia, em instituições do ensino superior e de pesquisa em saúde de Moçambique.

Entretanto, pela natureza da pesquisa e a abordagem levantada sobre as práticas informacionais, a competência em informação (CoInfo) e a infodemia, viu-se a necessidade de explorar e discutir esses conceitos numa visão geral e o seu entrelaçamento justificado pelo dilúvio informacional verificado nas sociedades atuais, ocasionando a infodemia como reflexo de uma sociedade da informação cada vez mais conectada e interligada digitalmente, o que necessita de uma aprendizagem informacional para o desenvolvimento de habilidades e práticas informacionais com visão mais crítica, centrada na avaliação e no uso eficiente da informação.

O estudo das práticas informacionais e da competência em informação são parte da Ciência da Informação (CI). As práticas informacionais podem ser caracterizadas como uma das vertentes dos estudos de usuários, e a competência em informação como aprendizagem necessária para lidar com a informação na vida cotidiana, principalmente em contexto de infodemia. Ambas são componentes essenciais na formação de uma sociedade ativa, crítica, que exerce os seus direitos de cidadania (Matenga, 2025).

No contexto dos estudos desenvolvidos, sob a perspectiva das práticas informacionais, é preciso atentar para as ações, para aquilo que efetivamente se faz, sobretudo no cotidiano. É na prática ou na ação do sujeito na sociedade, que é possível perceber como ele compreende a informação baseando-se tanto em sua experiência particular como em sua experiência coletiva, ele atua na sociedade na medida em que a expressão de sua interpretação também altera o cenário no qual está inserido (Ferreira *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, destaca-se que "essas práticas não acontecem de forma estanque ou sequencial. Elas permeiam as atividades cotidianas dos sujeitos conectando-se em cadeias de ações e em projetos compartilhados, que evoluem também a criação de conhecimento" (Itaborahy; Kafure; Alvares, 2023, p. 7).

Aliado a isso, destaca-se o desenvolvimento de habilidades necessárias para o uso da informação, envolvendo como pensar criticamente as informações, além de um trabalho de pesquisa e desenvolvimento de uma mente analítica, que devem ser sustentadas na CoInfo (Souza; Cavalcante; Moraes, 2024), como um dos elementos fundamentais para o enfrentamento à infodemia. A infodemia dificulta o acesso à informação credível e fiável.

Neste prisma, a nossa pesquisa pretende discutir, a partir da literatura, as abordagens que relacionam as práticas informacionais e a competência em informação necessárias para o enfrentamento à infodemia, estabelecendo uma possível relação entre elas, numa sociedade dominada pelas mídias digitais e crescente disseminação da informação. Para tal, realizou-se um estudo exploratório e uma abordagem qualitativa. Para a re-

colha de dados recorreu-se a uma revisão sistemática da literatura em bases de dados da BRAPCI e Scielo br. que discutem as práticas informacionais, a CoInfo e a infodemia no universo informacional. Assim, levanta-se a seguinte questão de pesquisa: "Que práticas informacionais e competência em informação são necessárias para o enfrentamento à infodemia, e qual a relação existente entre elas?"

Estruturalmente, apresentamos neste estudo a introdução, que traz uma breve contextualização do trabalho; o referencial teórico, baseado nos conceitos de práticas informacionais e CoInfo, assim como a infodemia; a metodologia; os resultados da pesquisa; as considerações finais, e por fim, as referências usadas para a realização da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O nosso referencial teórico é fundamentado na abordagem das práticas informacionais e CoInfo como subáreas da CI que estuda a informação em todas as suas dimensões e possui interdisciplinaridade com as outras ciências, e a infodemia, considerada a difusão massiva da informação sobre um determinado assunto específico em mídias sócias sob a perspectiva da infodemiologia, uma área da Ciência da Computação em Saúde (CCS).

2.1 PRÁTICAS INFORMACIONAIS E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

As práticas incorporam entendimentos, conhecimentos, identidades e significados. Indicam formas de dar sentido ao mundo, de responder a ações de outros e de provocar ações nos outros. Arranjos materiais complementam as práticas, formando a arena onde pessoas, organismos, artefatos, coisas, leiautes, espaços etc. coexistem e se relacionam, ganhando uma identidade, no caso das pessoas, ou um significado, para os demais elementos (Itaborahy; Kafure; Alvares, 2023).

"A ideia básica da praxiologia é a de que o indivíduo é moldado pelo meio social, mas também o molda por meio de suas práticas, numa relação reflexiva" (Itaborahy; Kafure; Alvares, 2023, p. 5).

Entretanto, ancoradas na abordagem social dos estudos de usuários, as práticas informacionais compõem uma linha de investigação mais sociológica e contextual. Assim sendo, as configurações sociais, políticas, econômicas, culturais e informacionais participam dos processos de formação dos significados socialmente partilhados, das fontes ou recursos disponibilizados, das disputas existentes nas dinâmicas de produção, registro, disseminação e uso da informação e do conhecimento (Achilles; Rocha, 2025). Nesse contexto,

[...] a perspectiva das Práticas Informacionais recusa, portanto, a ideia de que a informação existe como objeto, independente do sujeito, e que estaria apenas à espera de ser acessada e utilizada. Pelo contrário, conforme esta abordagem é necessário que o sujeito social esteja em ação ao (res)significar o mundo fazendo uso do seu arsenal cultural. (Ferreira *et al.*, 2018, p. 30-31).

O aspecto socioconstrucionista das práticas informacionais se sobressai pela aceção de que os sujeitos têm participação ativa e passiva na configuração do contexto informacional, mediante interações sociais. A ideia central é a de que em situações cotidianas, os sujeitos se envolvem na busca de informações de acordo com as características e dinâmicas específicas de seus grupos sociais, partilhando experiências, preferências, valores e atitudes convencionais daquela comunidade na qual estão inseridos (Achilles; Rocha, 2025).

Bruce (2008) corrobora que as diversas atividades acadêmicas, profissionais e cívicas realizadas num contexto informacional assumem as formas de práticas informacionais, quer tomando decisões ou buscando novos conhecimentos, etc. E nesse contexto, as práticas informacionais são atividades encontradas dentro de um contexto da aprendizagem informacional.

A aprendizagem informacional envolve tomar consciência das diferentes formas de experimentar o uso da informação através do envolvimen-

to em práticas e reflexão de informação relevantes. Trata-se de um processo que consiste em usar a informação, de forma criativa e reflexiva, para aprender, baseando-se nas diferentes formas como utilizamos a informação na vida académica, profissional e comunitária (Bruce, 2008).

Portanto, partindo desse pressuposto, destaca-se também a motivação para a aprendizagem ao longo da vida, aliada à análise crítica das informações que pode impactar inclusive na qualidade de vida e à criação de significado a partir da informação, o que constituem elementos fundamentais da CoInfo. Esta abrange uma gama mais ampla de competências do que apenas um ensino padrão de técnicas, uma vez que estamos imersos em um conglomerado informacional complexo. No entanto, cabe ao indivíduo ser capaz de processar a informação de forma individual e coletiva, subjetiva e objetivamente, emocionalmente e analiticamente (Souza; Cavalcante; Moraes, 2024).

A CoInfo "contextualizada em uma sociedade de alta produção de informação, está cada vez mais centrado no sujeito/usuário do que propriamente na informação" (Souza; Cavalcante; Moraes, 2024, p. 2).

Na visão de Souza e Alcará (2023), a CoInfo tem entre suas características a promoção do desenvolvimento das múltiplas habilidades informacionais que compõem seu caráter de metacompetência,

A metacompetência exige um envolvimento comportamental, afetivo, cognitivo e metacognitivo como um ecossistema da informação, ampliando a visão da CoInfo como um conjunto abrangente de capacidades de consumir e criar a informação, podendo assim, participar com sucesso em espaços colaborativos (ACRL, 2016). Neste processo, a CoInfo é vista como o alargamento do processo de aprendizagem ao longo do percurso académico em convergência com outros objetivos de aprendizagem académica e social, e acrescenta-se ainda o dinamismo, flexibilidade, crescimento individual e aprendizagem comunitária.

A metacompetência "[...] é vista como um modelo abrangente para o avanço da CoInfo pelo desenvolvimento do pensamento crítico e reflexão nas mídias sociais, ambientes de aprendizagem abertos e comunidades *online*" (Jacobson; Mackey, 2013, p. 84), ao mesmo tempo em que há

mais espaço para se desenvolver habilidades, aparecem também as dificuldades que as pessoas têm de encontrar informações credíveis, há maior propagação da infodemia, visto que todo o tipo de informação é disseminado nessas plataformas, desde a verídica, a falsa, a desinformação, etc.

2.2 INFODEMIA

Nos últimos anos, os fenômenos ligados à ampla circulação de informações parcial ou totalmente falsas ganharam destaque em todas as esferas da vida das pessoas, com impactos na política, economia, cultura e nas próprias práticas científicas e educacionais. Fenômenos ligados a isso, como a infodemia, a desinformação, as *fake news* e a pós-verdade precisam ser estudados e compreendidos (Oliveira; Araújo 2024).

Tratando-se de um fenômeno multideterminado e multifacetado, a infodemia é definida por Gonçalves *et al.* (2024, p. 718) como

[...] uma superabundância de informações mais ou menos precisas, imprecisas ou deliberadamente falsas sobre saúde, doenças e seus tratamentos, que circulam em diferentes meios de comunicação, em especial na internet — participando, assim, da economia da atenção — e que, ao criarem incertezas e conflitos, podem comprometer os cuidados individuais e coletivos em saúde.

Na mesma perspectiva, a OMS (2025) a caracteriza como o excesso de informação, incluindo informações falsas ou enganosas, em ambientes digitais e físicos durante um surto de doença.

A infodemia dificulta que as pessoas encontrem fontes e orientações confiáveis quando precisam de informação, o que representa riscos para a saúde global (Kalil; Santini, 2020). Para os autores, a infodemia é caracterizada por uma quantidade e variedade excessiva de informações de diferente qualidade e credibilidade.

Nesse sentido, verifica-se a tendência de compartilhamento de informações sem levar muitas vezes em consideração as fontes, tornando assim,

a propagação da desinformação ampliada, o que configura entre outros aspectos o fenômeno da Pós- Verdade (Oliveira; Araújo, 2024).

Na pós-verdade há uma compreensão relativa da verdade que pode ser diferente dependendo do contexto analisado, isto é, evidências têm menor influência do que os apelos emocionais e crenças pessoais, fatos objetivos podem ser refutados ou ignorados por convicções individuais (Cavalcante *et al.*, 2022).

Nesta pesquisa, a infodemia é vista sob a perspectiva da infodemiologia, uma área da Ciência da Computação em Saúde (CCS). Segundo Wanden-Berghe e Sanz-Valero (2021) a infodemiologia (epidemiologia da informação) é um campo da informática em saúde definida como a ciência da distribuição e determinantes da informação em meio eletrônico, especificamente a Internet, ou em uma população, com o objetivo final de informar sobre saúde e políticas públicas.

A infodemiologia monitora e analisa o comportamento baseado na *web* para aprender sobre o comportamento humano real, a fim de prever, avaliar e até prevenir problemas relacionados à saúde que surgem constantemente na vida cotidiana. Nesse contexto, conhecer a atividade de busca de informações sobre saúde na Internet pode ser um passo importante no planejamento de estratégias preventivas eficazes (Wanden-Berghe; Sanz-Valero, 2021).

Termos como "dilúvio informacional", "explosão de informação" e "sobrecarga informacional" são empregados para se referir ao excesso de informações e mensagens emitidas, e que, possivelmente, foram expressões conceituais que fomentaram os estudos de infodemiologia (Cavalcante *et al.*, 2022)

Nesta perspectiva, considera-se que o excesso de informação pode ser, não benéfico para os indivíduos. Segundo Matenga (2025) quando filtrada e selecionada usando critérios de avaliação de credibilidade e fiabilidade, a informação se constitui num potencial em todas as esferas, quer sejam educacionais, culturais, políticas e econômicas, associado a ideia do poder de tomada de decisões conscientes para o alcance dos objetivos. Porém,

contrariamente, pode significar um risco para a sociedade, aliado as possíveis *Fake News* e desinformação.

Assim, tem-se a necessidade de adoção de estratégias de enfrentamento à infodemia e dotar os cidadãos de conhecimento, habilidades e atitudes de reconhecer a informação necessária para o seu uso cotidiano, como uma sociedade informacionalmente instruída.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada como estudo exploratório com uma abordagem qualitativa. As pesquisas exploratórias "[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" (Gil, 2008, p. 27). E a abordagem qualitativa exprime "[...] a qualidade como prioridade de ideias, coisas e pessoas que permite que sejam diferenciadas entre si de acordo com as suas naturezas" (Castilho; Borges; Pereira, 2017, p. 18).

Para a recolha de dados recorreu-se a uma revisão sistemática da literatura (RSL) em bases de dados da BRAPCI e Scielo br no primeiro semestre de 2025 tendo se encontrado um total de 1879 artigos publicados entre 2010 a 2025, dos quais 1780 foram recuperados na BRAPCI e 99 na Scielo br a partir das palavras chave descritas no quadro abaixo.

Quadro 1 — Artigos recuperados a partir da RSL

Palavras-chave	BRAPCI			Scielo br		
	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos usados	Nº de artigos excluídos	Nº de artigos encontrados	Nº de artigos usados	Nº de artigos excluídos
Práticas informacionais	685	4	680	40	1	39
Competência em informação	1000	4	994	35	2	33

Infodemia	99	2	96	24	1	23
Práticas, competência em informação e infodemia	4	1	3	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Portanto, para a realização da pesquisa obteve-se uma amostra de 15 artigos, num total de 1879. Os critérios de seleção para a inclusão e exclusão circunscreveram-se nos seguintes critérios: a) idioma: tendo se utilizando artigos majoritariamente em língua portuguesa, três em língua inglesa, e um em espanhol; b) atualidade: artigos publicados de 2010 a 2025; c) filtro pela área relacionada à pesquisa: a partir da lógica da leitura dos títulos e palavras-chave e também dos resumos para a verificação da aderência com a pesquisa; e por fim, d) leitura e análise dos artigos completos, tendo em conta os objetivos propostos.

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

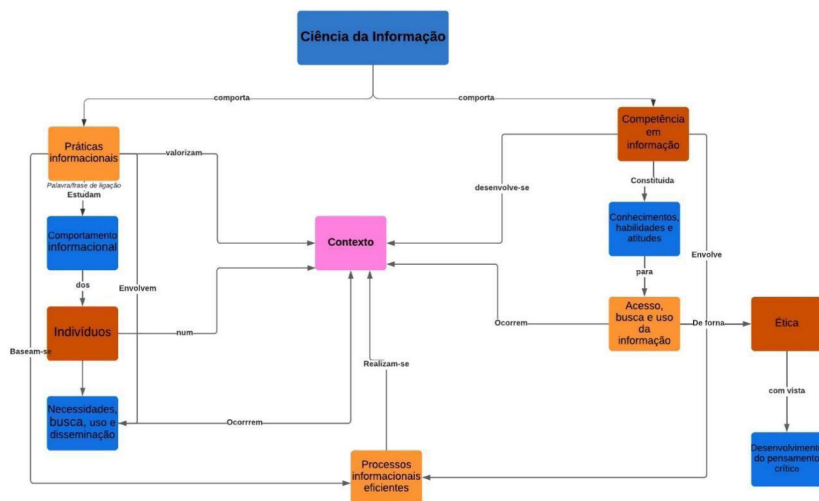
Esta seção destina-se a apresentação e análise de dados a partir da RSL, procurando estabelecer as relações e interconexões entre as práticas informacionais e CoInfo no enfrentamento à infodemia. Entretanto, olhando-se para as práticas e CoInfo como subáreas da CI, que enquanto área do conhecimento estuda as relações dos sujeitos com a informação apresentando diversos prismas de investigação dessa relação (Oliveira; Araújo, 2024), essas estabelecem relações com outras ciências partindo do pressuposto da interdisciplinaridade da CI.

Nesse contexto, destacam-se as práticas informacionais como as ações desencadeadas num universo informacional, que quando realizadas frequentemente, podem conduzir à aprendizagem informacional aliada ao desenvolvimento da CoInfo para o uso eficiente e ético da informação, a partir da experiência adquirida. Porém, esta não significa uma condição *si*

ne quo non para tal, mas sim uma alternativa para a aprendizagem ao longo da vida que acompanha a CoInfo.

Aliado a isso, o fato das práticas informacionais realizarem-se num determinado contexto, denota-se que o mesmo contexto influencia positiva ou negativamente essas práticas, da mesma forma que a CoInfo pode ser desenvolvida nesse mesmo meio a partir de uma aprendizagem informacional com base nos recursos informacionais disponíveis. Com isso, nos artigos analisados, se destaca a centralidade do contexto/meio social como um fator determinante para a realização dos processos informacionais eficientes, conforme é demonstrado na figura abaixo.

Figura 1 — Mapa conceitual de práticas e CoInfo



Fonte: Matenga (2025)

Portanto, numa sociedade em que ter acesso à informação é uma condição de sobrevivência, há uma necessidade urgente de realização de processos informacionais eficientes aliando as práticas informacionais e CoInfo para enfrentar a infodemia. Zattar (2017) explica que ter acesso às fontes de informações é uma tarefa diária e essencial na atualidade.

Contudo, não basta que se tenha acesso a qualquer tipo de informação, pois é necessário qualidade, relevância e veracidade nos mais diferentes contextos, de forma que sejam evitadas desinformações e notícias falsas nos meios em que estamos inseridos.

Nesse sentido, é evidenciado que "além da disponibilização e acesso às informações, é importante refletir sobre as compreensões, análises críticas e usos realizados pelos indivíduos" (Mata; Grigoletto; Lousada, 2020, p. 3). Essas constatações são reforçadas por Araújo (2021, p. 10) a convidar a CI refletir sobre a sua possibilidade epistemológica:

O nosso futuro informacional, em ambientes cada vez mais infodêmicos, se relacionará diretamente a capacidade dos sujeitos cognitivos em ampliarem suas competências informacionais de busca, uso e compartilhamento de informação. Da parte da Ciência da Informação fica o desafio da reflexão sobre a "possibilidade epistemológica" de que a informação tenha uma dupla natureza onde a geração de conhecimento e as patologias informacionais existam de forma simultânea.

A partir da abordagem acima, pode-se considerar um duplo sentido da informação, por um lado a assimilação, a apropriação da informação para a produção de conhecimentos e por outro, a epidemia da informação.

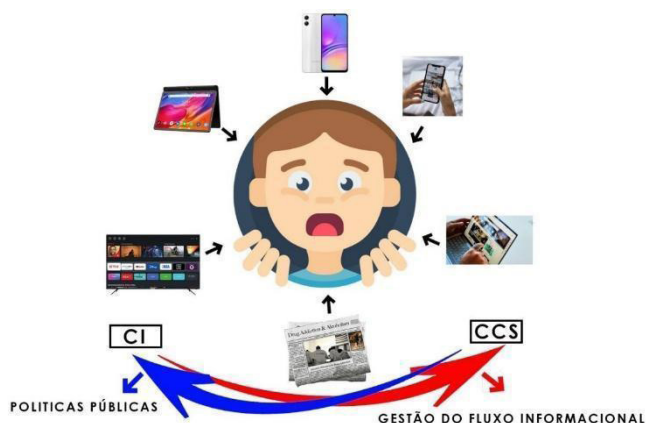
Ademais, parafraseando a natureza da CI enraizada na sua interdisciplinaridade outras ciências, considera-se que as práticas informacionais assim como a CoInfo, possuem em certa dimensão as mesmas características. Autores como Souza, Autran e Souza (2022) corroboram explicando que, o relacionamento da CoInfo com outras áreas do conhecimento demonstra que sua prática é um processo interdependente, composto de várias dimensões.

Nessa ordem de ideias, assume-se que as ciências que estudam os indivíduos ou o seu comportamento, a psicologia, e no contexto da pesquisa a CCS (infodemiologia), têm uma relação mesmo que não direta com as práticas informacionais, pois preocupam-se com as ações e os comportamentos informacionais que os sujeitos realizam em diferentes ambientes,

e a CoInfo como uma competência transversal aplicável a todos os ramos, pois todos devem saber fazer o uso eficiente da informação para buscar informações fidedignas na realização de suas tarefas, diárias ou profissionais (Matenga, 2025).

Assim, é necessário que estas duas ciências, a CI e CCS tomem medidas práticas para lidar com a informação em contextos infodêmicos, de modo que não seja prejudicial para a sociedade. Para Matenga (2025) esse processo pode ser possível se a CI e os seus profissionais de informação trabalharem de forma direta com profissionais da computação em saúde, especialmente no que diz respeito às práticas informacionais, mecanismos de coleta, produção, classificação, uso e difusão da informação, além da avaliação das fontes de informação, ou seja, gestão do fluxo informacional por parte da CI e, criação de políticas públicas por parte da CCS, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 2 — Proposta de estrutura para o alinhamento da CI com a CCS



Fonte: Matenga (2025)

A figura acima, apresenta uma proposta de alinhamento e suporte entre a CI e a CCS em tempos de infodemia, visto que "[...] o futuro informacional, em ambientes cada vez mais infodêmicos, se relacionará di-

retamente a capacidade dos sujeitos cognitivos em ampliarem suas competências informacionais de busca, uso e compartilhamento de informação" (Araújo, 2021, p. 10).

Segundo a proposta, o sujeito informacional num determinado meio social se relaciona e interage com o meio de forma direta, e por meio disso surge uma necessidade informacional. Nesse contexto, ele é bombardeado diariamente por diferentes informações de várias origens, formais ou informais (destacando-se as mídias digitais com as diferentes redes sociais), o que de certa forma, poderá impulsionar situações incômodas como a ansiedade informacional ou desinformação causada pelo excesso de dados ou informação.

Diante disso, os órgãos da CCS em coordenação com os seus parceiros criam as políticas públicas que devem ser difundidas em canais que sejam acessíveis para todos e procuram mecanismos de divulgação da sua existência. Aliado a isso, a CI intervém no processo de gestão do fluxo informacional, apoiando a CCS na gestão da informação organizacional sobre a infodemia, assim como na conscientização e na capacitação dos sujeitos em matéria de práticas informacionais e CoInfo, com vista a torná-los agentes informacionais ativos, críticos e com habilidades de identificar e selecionar informação verídica relevante em fontes de informação credíveis e fiáveis (Matenga, 2025).

Desse modo, pode-se considerar que as práticas informacionais e a competência em informação estão ligadas à infodemia pela componente informacional, cabendo a cada uma das áreas envolvidas (CI e CCS) tomar o devido posicionamento a fim de proporcionar ferramentas para que os sujeitos saibam lidar e melhorar os processos informacionais em momentos infodêmicos, contribuindo com a construção de uma sociedade da informação mais capacitada, consciente e crítica no uso da informação para a transformação do conhecimento, que constituem-se no "combustível" da sociedade atual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco discutir a partir da literatura, as abordagens que relacionam as práticas informacionais e a competência em informação necessárias para o enfrentamento à infodemia, estabelecendo uma possível relação entre si, numa sociedade dominada pelas mídias digitais e crescente disseminação da informação. A partir disso, procurou-se responder a seguinte questão de pesquisa: "Que práticas informacionais e competência em informação são necessárias para o enfrentamento à infodemia, e qual a relação existente entre elas?"

A pesquisa revelou que a literatura aponta o meio social como um fator determinante para a realização dos processos informacionais eficientes, a partir do entendimento das práticas informacionais que se realizam num determinado contexto, sendo que esse influencia positiva ou negativamente essas práticas; da mesma forma que a CoInfo pode ser desenvolvida nesse mesmo contexto a partir de uma aprendizagem informacional com base nos recursos informacionais disponíveis.

Portanto, para o enfrentamento à infodemia, constatamos que é importante o desenvolvimento de práticas informacionais pautadas na aprendizagem da competência em informação necessária para guiar as práticas e lidar com esta (infodemia) como um fenômeno que dificulta a localização da informação fiável e credível pela sua disseminação massiva em diferentes mídias digitais, como um dilúvio informacional sobre um determinado assunto.

Considera-se que as práticas informacionais e a CoInfo estão ligadas à infodemia pelo componente informacional.

Assim, cabe a cada uma das áreas envolvidas, CI e a CCS tomar o devido posicionamento com vista a proporcionar aos indivíduos ferramentas de lidar e melhorar os processos informacionais em momentos infodêmicos para a construção da cidadania.

Ademais, os profissionais de informação deveriam trabalhar de forma direta com profissionais da computação em saúde no que diz respei-

to às práticas informacionais, tanto para coleta, produção, classificação, quanto ao uso e difusão da informação, além da avaliação das fontes de informação, com vista ao desenvolvimento da competência em informação para o enfrentamento à infodemia.

REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. Um olhar para a comunidade de práticas em bibliotecas públicas pelas lentes das práticas informacionais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, p. 1-20, 2025. DOI: 10.58876/rbbd.2025.2111998. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1998/1531>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ACRL. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: Illinois, 2016. 36 p. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/files/issues/infolit/framework.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novos desafios epistemológicos para a Ciência da Informação. **Palavra Clave**, La Plata, v. 10, n. 2, p. 1-16, abr./set., 2021. DOI: 10.24215/18539912e116. Disponível em: <https://doi.org/10.24215/18539912e116>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRUCE, C. S. **Informed learning**. Chicago: ALA/ACRL, 2008.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús (org.). **Manual de metodologia científica: ILES Itumbiara/GO - ULBRA**. 3. ed. Itumbiara: ILES/ULBRA, 2017. 153 p.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra *et al.* Genealogia do conceito infodemia. *In*: CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CASTRO, Edna Aparecida Barbosa de (org.). **Infodemia: gênese, contextualizações e interfaces com a pandemia de covid-19**. Brasília, DF: Editora ABEn, 2022. 152 p. p. 32-44. (Série Enfermagem e Pandemias, 7). ISBN 978-65-89112-10-5. Disponível em: <https://doi.org/10.51234/aben.22.e10.c04>. Acesso em: 16 set. 2022.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral *et al.* A construção do conceito de práticas informacionais pelos pesquisadores do epic. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. especial, maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4iEspecial.2019.41077.26-43>. Acesso em: 25 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p. ISBN 978-85-224-5142-5.

GONÇALVES, Luis *et al.* As múltiplas faces da infodemia. **Reciis**: revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 716-735, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v18i3.3796>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ITABORAHY, Anderson; KAFURE, Ivette; ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende. Práticas informacionais no trabalho: uma análise comparativa de dois grupos de trabalhadores do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 3-13, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/245804>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JACOBSON, Trudi E.; MACKEY, Thomas P. Proposing a metaliteracy model to redefine information literacy. **Communications in Information Literacy**, v. 7, n. 2, p. 84-91, 2013. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1089056.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

KALIL, Isabela; SANTINI, R. Marie. **Coronavírus**: pandemia, infodemia e política. Relatório de pesquisa. São Paulo: FESPSP; Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. 21 p. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

MATA, Marta Leandro da; GRIGOLETO, Maira Cristina; LOUSADA, Mariana. Dimensões da competência em informação: reflexões frente aos movimentos de infodemia e desinformação na pandemia da Covid-19. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 5340, p. 1-15, dez. 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5340. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5340>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MATENGA, Joana André Machuza. As práticas informacionais e a competência em informação em tempos de infodemia: uma análise dos pesquisadores em instituições do ensino superior e de pesquisa em saúde de Moçambique. 2025. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/259938>. Acesso em: 9 abr. 2025.

OLIVEIRA, Luciana de; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Práticas informacionais em saúde e desinformação: um estudo com estudantes de medicina em internato. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 24., 2024, Vitória. Anais [...]. Vitória: Ancib, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342362>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Infodemic**. [2025]. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1. Acesso em: 3 fev. 2025.

SOUZA, Aurea Celeste Pires de; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Dimensões da competência em informação em relatos de experiência de práticas educativas. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 17, e023060, 2023. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023060. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2023.v17.e023060>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SOUZA, Irma Gracielle Carvalho de Oliveira; AUTRAN, Marynice de Medeiros Matos; SOUZA, Alexandre Pereira de. Competência em informação uma alternativa ao combate a desinformação e *fake news* no contexto da pós-verdade: uma análise do filme "Não olhe para cima" à luz da Ciência da Informação. **Folha de Rosto**: revista de biblioteconomia e ciência da informação, v. 8, n. 3, p. 171-196, set./dez. 2022. DOI: 10.56837/fr.2022.v8.n3.987. Disponível em: <https://doi.org/10.56837/fr.2022.v8.n3.987>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOUZA, Jéssica Gabriela Tamião de; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; MORAES, Marcos Antonio de. Competência em informação e competência científica: ideários conceituais e aproximações epistemológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Ancib, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342180>. Acesso em: 10 abr. 2025.

WANDEN-BERGHE, Carmina; SANZ-VALERO, Javier. Infodemiología o infodemia: nuevo reto de la salud global. **Hospital a domicilio**, v. 5, n. 4, p. 179-183, 2021. DOI: 10.22585/hospdomic.v5i4.149. Disponível em: <http://doi.org/10.22585/hospdomic.v5i4.149>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, nov. 2017. DOI: [dx.doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075](https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075). Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075>. Acesso em: 18 jul. 2023.

A Cultura Informacional e sua influência na percepção da incivilidade seletiva, mediada pela diversidade no trabalho

Irailton Melo Souza

1 INTRODUÇÃO

Comumente, os ambientes de trabalho reúnem pessoas com trajetórias, experiências e posições sociais diversas. Porém, a existência dessas diferenças nem sempre se traduz em relacionamentos pautados pelo respeito e aceitação do outro diferente; ao contrário, em muito contextos organizacionais a diversidade é mais um elemento desencadeador de tensões e conflitos interpessoais, do que um fator de colaboração e sinergia (Robbins; Judge; Sobral, 2011; Chiavenato, 2005; 2014).

Os conflitos fazem parte das interações humanas, não sendo exclusivos do local de trabalho e podendo assumir condições variadas: negativas ou positivas, destrutivas ou construtivas (Clegg; Kornberger; Pitsis, 2011). O fato de existirem conflitos nas organizações não constitui, por si só, um problema. O problema surge quando os conflitos são desencadeados por sentimentos velados que se manifestam por meio de comportamentos sutis de exclusão, desqualificação ou desrespeito direcionados a indivíduos em razão de características pessoais ou sociais, configurando-se no que a litera-

tura denomina de incivildade seletiva (IS); isto é, uma forma de agressão de baixa intensidade, frequentemente ambígua quanto à intenção de prejudicar, mas deliberadamente direcionada a indivíduos ou grupos específicos com base em atributos identitários, como gênero, etnia ou orientação sexual (Cortina, 2008; Kabat-Farr; Cortina, 2012; Cortina et al., 2013).

Estudos mostram que a IS produz efeitos que extrapolam a experiência individual da vítima, com impactos sobre saúde psicológica, satisfação, desempenho e motivação, além de repercussões no clima, na cultura e no desempenho organizacional (Cortina, 2008; Cortina et al., 2013; Kabat-Farr; Settles; Cortina, 2020). Trata-se, portanto, de um fenômeno que desafia a compreensão das dinâmicas que estruturam as relações interpessoais no dia a dia das organizações.

Além dos impactos individuais e organizacionais já apontados na literatura, um dos principais desafios associados à IS reside na sua própria natureza sutil. Por manifestar-se, muitas vezes, de forma ambígua ou naturalizada no cotidiano organizacional, sua identificação nem sempre é imediata. Essa característica torna a percepção da IS uma etapa inicial de um processo mais amplo de reconhecimento e interpretação das práticas incivis (Cortina, 2008; Cortina et al., 2013).

A dificuldade de reconhecer comportamentos incivis reforça a importância do contexto cultural e informacional em que as interações ocorrem. Quando determinadas práticas são normalizadas ou minimizadas, sua interpretação como agressão depende da sensibilidade e das referências simbólicas disponíveis aos indivíduos. Nesse cenário, a cultura informacional (CI) influencia os critérios pelos quais determinados comportamentos são reconhecidos como oportunos ou incivis.

Perceber a IS nos espaços organizacionais requer olhar para além das estruturas formais de gestão e examinar os fatores que o moldam. Para tanto, a informação transmitida pela cultura organizacional (CO), e mais especificamente pela CI, atua como importante vetor comportamental, visto sua capacidade de influenciar as pessoas no contexto do trabalho, da realização das tarefas diárias à busca por soluções para preocupações individuais (Cumbane; Woida; Borges, 2024).

A CI pode ter diversas representações, não sendo uma exclusividade da organização. É possível que dentro da organização haja uma CI do indivíduo e da comunidade de indivíduos, bem como de um determinado grupo, departamento ou setor. No nível individual, a CI pode atuar harmonizando os valores intrínsecos do sujeito com os valores considerados aceitáveis no contexto organizacional (Cumbane; Woida; Borges, 2024).

A literatura trata a CI como um fenômeno social responsável pela alfabetização informacional e por fornecer as habilidades necessárias para o desenvolvimento de novas competências em ambientes de abundância digital como os de hoje (Poplavskyi; Oliinyk; Horban, 2024). Desse modo, a CI assume um papel central tanto na circulação quanto no sentido da informação nos espaços de trabalho.

É importante evitar o protagonismo absoluto da CI, como se todas as dinâmicas organizacionais existissem exclusivamente a partir dela. Também não se deve atribuir à CI um juízo prévio de valor, positivo ou negativo, uma vez que seus efeitos dependem da orientação cultural adotada pela organização, visto que, dependendo do contexto, a CI pode contribuir para práticas inclusivas, colaborativas e éticas, como pode reforçar assimetrias e exclusões, dependendo dos valores organizacionais que a sustentam.

Esses efeitos tornam-se particularmente visíveis quando a organização é composta por sujeitos socialmente diversos. O contato entre indivíduos com diferentes identidades e posições faz os padrões informacionais da organização ganharem concretude. Nesse sentido, a diversidade no trabalho (DT) não é um fenômeno à parte da CI, mas o espaço em que esses efeitos se manifestam com maior intensidade, assumindo condição ambivalente em função do ambiente cultural e informacional em que está inserida.

Quando a DT está articulada com uma CI orientada à inclusão, o reconhecimento, aprendizagem e cooperação mútua são favorecidos. Entretanto, quando a DT está inserida em contextos marcados por valores assimétricos, pode intensificar tensões e contribuir para o surgimento de comportamentos de IS (Schilpzand; De Pater; Erez, 2016). No contexto deste capítulo, a DT é compreendida não apenas como dado demográfico,

mas como condição social cuja interpretação depende do contexto informacional e cultural em que está inserida.

Este capítulo apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito de tese de doutorado defendida em 2025, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Souza, 2025), que investigou a influência da cultura informacional na percepção da incivilidade seletiva, considerando a diversidade no trabalho como variável mediadora.

A pesquisa articulou o campo da cultura informacional com a literatura sobre incivilidade seletiva e diversidade no trabalho, integrando três construtos que, embora distintos, revelam forte interdependência quando analisados no contexto organizacional. Ao aproximar esses universos teóricos, buscou-se compreender como os modos de circulação, interpretação e uso da informação influenciam o reconhecimento de práticas discriminatórias sutis no ambiente de trabalho.

O estudo partiu do entendimento de que políticas de diversidade, por si sós, não garantem ambientes inclusivos. A forma como as diferenças são percebidas e interpretadas depende do contexto cultural e informacional em que estão inseridas. Nesse sentido, a cultura informacional não apenas organiza fluxos de informação, mas também molda a forma como as pessoas identificam e compreendem comportamentos no trabalho.

A investigação combinou abordagens qualitativa e quantitativa e utilizou a Modelagem de Equações Estruturais por Mínimos Quadrados Parciais (PLS-SEM) para examinar as relações entre os construtos, oferecendo evidências empíricas que fundamentam as análises apresentadas ao longo do capítulo.

Nas seções seguintes, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam o estudo, os procedimentos metodológicos adotados e a discussão dos resultados, com ênfase nas implicações teóricas e práticas para organizações interessadas em promover ambientes mais inclusivos e informacionalmente conscientes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CULTURA INFORMACIONAL (CI)

O termo cultura informacional (CI) nasce da junção de duas palavras-chave, cultura e informação, que carregam múltiplos significados que tornam complexa e desafiadora a busca por uma definição de CI que seja universalmente aceita (Martines; Woida; Almeida, 2021). Em termos gerais, a CI é explicada como o conjunto de valores e práticas relacionados à produção, disseminação e uso da informação, e sua influência na forma como os indivíduos interpretam situações, reconhecem comportamentos e atribuem sentido às interações no cotidiano organizacional (Ginman, 1987; Woida; Valentim, 2008; Choo, 2013). Trata-se de um conceito intangível que foca em como as pessoas acessam, processam, utilizam e compartilham informações (Poplavskyi; Oliinyk; Horban, 2024).

A CI transcende a simples coleta e armazenamento de dados, representando uma abordagem sistêmica que alinha dados e informações aos objetivos estratégicos, facilitando a tomada de decisões, promovendo inovação e melhoria contínua, e impactando diretamente o comportamento organizacional (Woida; Valentim, 2008; Santos; Damian, 2017).

Adicionalmente, a CI é fundamental no desenvolvimento das competências informacionais dos empregados, aprimorando sua capacidade de processar informações e de compreender as percepções e atitudes que a organização busca cultivar (Davenport, 1998; Choo, 2013).

Diversos fatores caracterizam o ambiente interno de uma organização, sendo um deles a diversidade de pessoas e a multiplicidade de culturas e subculturas (Robbins; Judge; Sobral, 2011). Nesse contexto de diversidade de pessoas e culturas, a CI atua fazendo a interface entre o que a organização produz e difunde, em termos informacionais, e o que ela espera ver refletido no comportamento organizacional e na atitude daqueles que se relacionam com ela, seus *stakeholders* (Woida; Valentim, 2008).

Embora o estudo da CI desperte o interesse de diversas áreas do conhecimento, é na Ciência da Informação que ela adquire caracterís-

ticas de metacultura, estabelecendo a interseção entre conhecimento, processos e práticas organizacionais e informacionais (Martines; Woida; Almeida, 2021).

Um ponto ainda em construção refere-se ao lugar da CI no contexto organizacional. Existe a compreensão de que a CI é parte da cultura organizacional (CO) (Woida; Valentim, 2008; Fernández; Dante, 2014); ou que é análoga à CO, isto é, compartilha características semelhantes, mas se diferencia pelo foco específico na informação, no fluxo e no comportamento informacional (Choo, 2013).

O ambiente interno das organizações é o *habitat* natural da CI. Em razão disso, Ginman (1987) defendeu a necessidade de integrar a CI à CO, visto que os pressupostos da CO (valores, rituais, crenças, normas, símbolos) dependem dos pressupostos da CI e da forma como as informações são geradas, utilizadas e compartilhadas.

Um pensamento convergente em torno da CI diz respeito à sua essencialidade para preservar a cultura, a experiência, a memória, os conhecimentos e a inteligência organizacional, bem como para viabilizar seus objetivos, metas, planos e vantagem competitiva (Ginman, 1987; Fernández; Dante, 2014; Sundqvist; Svärd, 2016).

A CI carrega aspectos objetivos e subjetivos. Objetivamente, a CI disponibiliza a informação em documentos, regimentos e normas, independentemente do suporte, físico ou digital; subjetivamente, possibilita que as pessoas organizacionais percebam, acessem e interpretem adequadamente a informação.

A CI interage continuamente com todos os aspectos da organização, gerando e sendo gerada pelos processos organizacionais (Cumbane; Woida; Borges, 2024). Desse modo, a CI não deve ser compreendida como uma entidade autônoma, isolada ou alheia à influência de outros elementos e eventos organizacionais.

Woida e Valentim (2008) destacam que a CI orienta a produção, o uso e a disseminação da informação entre os atores organizacionais, mas também influencia os processos e as relações profissionais no ambiente

organizacional, além de capacitar os empregados para interagirem de maneira consciente com os eventos que ocorrem nas organizações.

2.2 DIVERSIDADE NO TRABALHO

Diversidade é uma palavra abrangente, utilizada para indicar todas as diferenças, não uma característica específica, como, por exemplo, a diversidade de gênero (Hebl; Avery, 2013). Nessa linha de raciocínio, Diversidade no trabalho (DT) também resume o conjunto de identidades (raça, etnia, gênero, idade, nacionalidade, religião, deficiência, orientação sexual, status socioeconômico, educação, estado civil, idioma etc.) presentes em determinados contextos, como o organizacional (Milliken; Martins, 1996).

Espera-se que as organizações, enquanto microcosmos da sociedade, sejam caracterizadas pela diversidade; mais do que isso, que a promovam e a defendam, não apenas pelos possíveis ganhos em vantagem competitiva, mas por uma postura ética e pelos benefícios que uma cultura de diversidade proporciona à construção de ambientes de trabalho mais equitativos, inclusivos e saudáveis (Manoharan; Singal, 2017).

Evidentemente, os ganhos decorrentes de uma cultura de diversidade não se produzem de forma imediata; são resultado de um processo contínuo de conscientização e educação sociocorporativa. Pesquisas indicam que, em muitos contextos organizacionais, a diversidade pode se mostrar mais ruidosa e conflituosa do que benéfica, favorecendo o surgimento de comportamentos desviantes, como a incivilidade seletiva (IS), e outras transgressões de valores e normas organizacionais (Pearson; Andersson; Porath, 2000; Cortina *et al.*, 2013; Schilpzand; De Pater; Erez, 2016). Talvez por esses motivos, algumas organizações optem por evitar o enfrentamento direto dessa questão.

Segundo Kabat-Farr e Cortina (2012), a DT estimula a IS no trabalho à medida que, por seu caráter ambíguo, serve como um mecanismo cognitivo eficaz para dissimular a discriminação e manter as atitudes pre-

conceituosas. As autoras destacam que a incivilidade seletiva decorrente da diversidade deve constituir preocupação das organizações, dado o impacto negativo que ela causa na construção e manutenção de uma cultura de diversidade.

Oloruntola-Coates *et al.* (2020), em pesquisa realizada em sistemas hospitalares norte-americanos, especialmente com enfermeiros, constaram que a cultura de diversidade, quando sustentada por políticas intencionais de inclusão, gestão da informação e preparação cultural sistemática, gera valor organizacional, contribuindo para melhor cuidado e atenção ao paciente, maior engajamento profissional, fortalecimento da cultura organizacional e desempenho institucional mais robusto.

Em síntese, a DT, quando intencional e sistematicamente sustentada por políticas de inclusão e por culturas organizacional e informacional que lhe sejam favoráveis, tende a produzir resultados mais consistentes e benéficos para as organizações, além de aumentar sua prontidão para o recrutamento e seleção de profissionais com diferentes perfis (Oloruntola-Coates *et al.*, 2020).

2.3 INCIVILIDADE SELETIVA PERCEBIDA

A compreensão da incivilidade seletiva percebida (ISP) demanda, primeiramente, o entendimento dos conceitos de incivilidade e incivilidade seletiva (IS). De acordo com Cortina *et al.* (2013), incivilidade é uma agressão sutil ou dissimulada desferida contra o outro, sem um motivo ou justificativa aparentes. Em determinados momentos, chega a parecer uma brincadeira inoportuna ou uma descortesia casual; porém, diferente de brincadeira de mau gosto, o comportamento de incivilidade tem caráter deliberado, intencional e, sobretudo, repetitivo. Para Schilpzand, De Pater e Erez (2016), a incivilidade é uma violência de baixa intensidade, ambígua quanto à intenção de ferir o outro, mas com potencial para fazê-lo.

Quando o ato de incivilidade passa a ter alvo definido, motivado por preconceitos sociais, culturais, demográficos, ideológicos entre outros,

recebe a denominação de IS (Cortina; Areguin, 2021). A IS é uma infração das normas sociais de convivência, respeito e aceitação do outro diferente. Por ser insidiosa, nem sempre a vítima de ações de IS consegue perceber a agressão e se reconhecer na condição de pessoa agredida. Para Cortina (2008), a IS se apoia em uma distorção comportamental de falso sentimento de superioridade, sendo socioculturalmente construída e nutrida, não vendo problema algum desrespeitar o outro em razão da cor da pele, da raça, do gênero, da orientação sexual, da religião, da origem geográfica, entre outros.

No contexto do trabalho, perceber a IS depende muito das características da CO e da CI que podem reforçar, manter, validar, disseminar ou combater o comportamento incivil. Cortina *et al.* (2013), Kabat-Farr, Settles e Cortina (2020) e Woida e Souza (2024) chamam a atenção para o fato de que o desconhecimento da IS e a escassez de informações sobre o assunto explica por que muitas pessoas desconhecem a sua existência.

Por seu caráter seletivo, a IS geralmente ocorre em contextos caracterizados por sentimentos de superioridade, e não apenas por relações hierárquicas de poder (Lim; Cortina, 2005; Cortina; Magley, 2009). Assim, a IS pode acontecer em relações verticais (entre chefes e subordinados), em relações transversais (clientes e empregados) e em relações horizontais (entre colegas de trabalho).

Nas relações de trabalho, sabe-se que a IS pode afetar negativamente a satisfação do empregado (Chen; Wang, 2019), sua motivação (Cortina *et al.*, 2013; Kabat-Farr; Settles; Cortina, 2020), seu desempenho (Cortina; Magley, 2009) e sua intenção de permanecer no emprego (Cortina *et al.*, 2013). Entretanto, para que esses estragos sejam evitados, é necessário que o comportamento de IS seja percebido, o que não acontece de maneira automática, considerando a natureza sutil e ambígua da IS. Assim, a percepção torna-se fundamental para a compreensão da IS, assim como é para compreensão de todos os eventos que vivenciamos e para a própria compreensão do mundo, conforme Démuth (2013). Para o autor, perceber implica interpretar e atribuir sentido às informações captadas no ambiente, de maneira particular, sendo, portanto, uma experiência carregada de subjetividade.

Bruner e Goodman (1947) explicam que cada pessoa percebe a realidade de maneira única, dentro das possibilidades que lhes são oferecidas pelo ambiente. Por inferência, pode-se afirmar que as informações se incluem nessas possibilidades necessárias à formação da percepção. Mesmo que a CO naturalize o comportamento de IS, se a CI do indivíduo, da comunidade de indivíduos ou do grupo (Cumbane; Woida; Borges, 2024) favorecer a percepção de comportamentos incivis, a IS será percebida.

Considerando que percepção é um fenômeno subjetivo e central para o entendimento da IS (Cortina *et al.*, 2013; Démuth, 2013; Cumbane; Woida; Borges, 2024), este trabalho utiliza o termo Incivilidade Seletiva Percebida (ISP), como forma de delimitar o foco desta pesquisa em compreender a influência da CI na percepção da IS em locais de trabalho caracterizados pela diversidade. Em resumo, a ISP é a forma como a IS é experimentada, percebida e interpretada.

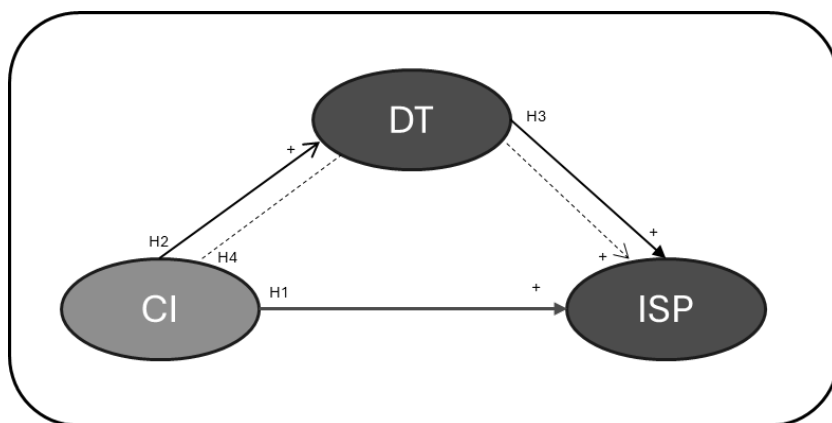
3 MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES

Assumindo que a CI é parte da CO, associada à maneira como as pessoas pensam, produzem e socializam as informações, bem como aos elementos que articulam os pressupostos da cultura organizacional, tais como valores, crenças, normas etc. (Woida; Valentim, 2008; Choo, 2013; Woida; Souza, 2024); assumindo ainda, a contribuição da CI para ISP, é possível considerar que a CI pode desempenhar um importante papel sobre as relações interpessoais, inibindo ou estimulando determinados comportamentos no local de trabalho. Local este caracterizado, dentre outros aspectos, por diversidades.

Admitindo que a promoção de relações interpessoais civilizadas em ambientes organizacionais inclusivos e diversos seja um valor determinante para o sucesso das organizações contemporâneas, a CI poderá reforçar os valores da organização, capacitando informacionalmente os sujeitos organizacionais para perceberem, evitarem e combaterem comportamentos de IS.

A Figura 1 traz uma representação do objeto de estudo desta pesquisa: verificar a influência direta e indireta da CI sobre a ISP, tendo a diversidade no trabalho (DT) como variável mediadora.

Figura 1 — Diagrama de Caminhos



Fonte: Elaboração própria.

Legendas: CI (cultura informacional); DT (diversidade no trabalho); ISP (incivildade seletiva percebida).

O diagrama acima também apresenta, graficamente, quatro hipóteses que esta pesquisa buscou comprovar, a saber:

H1 (CI → ISP): A cultura informacional exerce efeitos diretos e positivos¹ na percepção dos empregados sobre a incivildade seletiva.

Woida e Valentim (2008) observam que a cultura informacional orienta não apenas o uso, mas também a produção e a disseminação da informação entre os sujeitos que integram o ambiente organizacional. Esse conjunto de práticas e valores molda os processos internos e influencia diretamente as interações profissionais. Na mesma linha, Alves e Barbosa

¹ Influências direta e indireta indicam os efeitos de uma variável em outra, com (direta) ou sem (indireta) a mediação de uma terceira variável. Influências positiva/negativa indicam, respectivamente uma relação diretamente ou inversamente proporcional; isto é, o aumento/força de uma variável representa a diminuição/enfraquecimento da outra e vice-versa.

(2010) reforçam que a cultura informacional constitui um elemento central para o êxito das organizações, funcionando como eixo articulador entre conhecimento e desempenho institucional.

A CI atua como catalisadora dos fluxos de informação e conhecimento, modificando comportamentos, dinâmicas e crenças organizacionais (Valentim, 2008; Choo, 2013; Woida, 2016; Cumbane; Woida; Borges, 2024). Assim, pressupõe-se que, em organizações onde a cultura informacional é suficientemente consolidada e reconhecida pelos colaboradores, há maior desenvolvimento de competências informacionais, o que amplia a capacidade de identificar manifestações de IS, ainda que sutis ou disfarçadas sob a aparência da normalidade.

H2 (CI → DT): A cultura informacional exerce efeitos diretos e positivos na diversidade no trabalho.

Lopatina e Sladkova (2012), ao investigarem a CI no contexto de grandes centros urbanos, identificaram que a presença de trabalhadores procedentes de diferentes regiões do mundo influencia diretamente as culturas organizacionais locais. Essa diversidade sociocultural contribui para a formação de um ambiente propício à valorização da pluralidade no trabalho, afetando não apenas as organizações, mas também o próprio processo de desenvolvimento urbano. A partir dessa constatação, é possível pressupor que a cultura informacional exerce influência sobre a diversidade nas organizações.

Neste estudo, parte-se da hipótese de que a cultura informacional tem efeitos diretos e positivos sobre a diversidade no trabalho, na medida em que favorece a institucionalização de práticas inclusivas e fortalece a implementação de políticas de diversidade, promovendo ambientes organizacionais mais equitativos.

H3 (DT → ISP): A diversidade no trabalho exerce efeitos diretos e positivos na percepção dos empregados sobre a incivilidade seletiva percebida.

A diversidade no local de trabalho é reconhecida como um tema central para a sustentabilidade das organizações contemporâneas (Herring; Henderson, 2014), representando não apenas um imperativo ético, mas uma condição estratégica para sua permanência e renovação (Manoharan; Sardeshmukh; Gross, 2019). Quando legitimamente incorporada, a DT fortalece ambientes criativos, abertos à inovação e pautados pela inclusão (Manoharan; Singal, 2017; Oloruntola-Coates *et al.*, 2020; Van den Oever; Beerens, 2021).

Hebl e Avery (2013) lembram que a diversidade transcende os limites de raça e gênero, englobando múltiplas dimensões identitárias e socio-culturais, como idade, crenças, habilidades, aparência física, sexualidade, origem social e escolaridade. Cox e Blake (1991) e Cox Jr. (2001) situam a DT como variável fundamental para avaliar o impacto da inclusão tanto no clima quanto no desempenho organizacional, entendimento reforçado por Chiavenato (2014), quando aponta que uma força de trabalho plural deve ser reconhecida, estimulada e valorizada em todos os níveis da organização.

Apesar dos avanços no reconhecimento de seus benefícios, a diversidade pode também estar associada a tensões internas, como revelam estudos de Hebl e Avery (2013), Cortina (2008), Gutiérrez e Saint Clair (2018) e Kabat-Farr, Settles e Cortina (2020). Esses autores identificam que, em certos contextos organizacionais, a presença da diversidade, quando não apoiada por uma CO madura, pode intensificar atitudes discriminatórias e comportamentos de incivilidade seletiva. Este estudo defende que tal cenário pode ser revertido por meio da consolidação de uma CI forte, que funcione como moderadora crítica das relações.

Neste estudo, compreende-se que embora a DT possa, em casos específicos, intensificar tensões, também pode atuar como elemento mediador quando associada a práticas informacionais que promovam escuta, respeito e senso de pertencimento. Parte-se, portanto, da hipótese de que a DT pode exercer influência direta sobre ISP.

H4 (CI → DT → ISP): A diversidade no trabalho medeia positivamente a relação entre a cultura informacional e a incivildade seletiva percebida.

O conceito de mediação, tal como utilizado na modelagem de equações estruturais, descreve o processo pelo qual uma variável exógena influencia uma variável endógena indiretamente, por meio de uma terceira variável mediadora (Hair Jr. *et al.*, 2021, 2022). A presença da mediação indica que a variável intermediária transmite total ou parcialmente o efeito da variável independente sobre a dependente, enriquecendo a compreensão sobre as dinâmicas envolvidas. No contexto da PLS-SEM, esse tipo de análise complementa os testes de relação direta, oferecendo uma visão mais aprofundada dos mecanismos causais (Hair Jr. *et al.*, 2019).

A quarta hipótese deste estudo (H4) propõe que a relação entre a cultura informacional e a incivildade seletiva percebida é mediada positivamente pela diversidade no ambiente de trabalho (CI → DT → ISP).

Com a coleta de dados finalizada e em conformidade com as orientações metodológicas da literatura, foi possível avançar para a etapa de tratamento estatístico e análise dos resultados, apresentados na sequência.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo optou-se por uma abordagem mista, quantiquantitativa, de caráter descritivo, não probabilística, de corte transversal e por acessibilidade. A abordagem mista, conforme Creswell (2010, p. 231, tradução nossa), decorre do processo evolutivo da metodologia de pesquisa, que buscou obter "mais *insights* com a combinação das pesquisas qualitativas e quantitativas do que com cada uma das formas isoladamente".

A presente pesquisa foi realizada em cinco etapas principais: (1) realização de um pré-teste com 28 participantes; (2) coleta de dados, entre

2021 e 2023, totalizando 385 respostas, das quais 338 foram consideradas válidas; (3) tratamento estatístico por meio da PLS-SEM, apropriada para investigar relações entre construtos, especialmente em modelos exploratórios e com dados não normalmente distribuídos (Hair Jr. et al., 2021; 2022); (4) análise dos dados; (5) discussão dos resultados.

As escalas utilizadas foram desenvolvidas ou adaptadas conforme a natureza dos construtos. Não foram encontradas escalas validadas para mensurar a CI, sendo, por isso, necessária a elaboração de itens com base na literatura de referência e supervisão especializada. As escalas referentes à ISP e à DT foram adaptadas de estudos anteriores (Cortina et al., 2021; Gutiérrez; Saint Clair, 2018).

O Quadro 1 apresenta os construtos, indicadores e referências utilizadas na construção do instrumento de pesquisa que foi disponibilizado em plataforma online aos respondentes.

Quadro 1 — Quadro de Construtos

CONSTRUTOS	ITENS	INDICADORES	REFERÊNCIAS
Cultura Informacional (CI)	1	A minha organização possui um sistema organizado de informação de combate à incivilidade e respeito à diversidade no trabalho.	Woida; Valentim, 2008; Woida, 2016.
	2	Minha organização informa e conscientiza permanentemente seus colaboradores a respeito dos danos da incivilidade e da necessidade de respeito às diversidades.	
	3	Minha organização elabora cartilhas, mídias impressas e/ou digitais, cartazes e outros documentos sobre respeito às diversidades e prevenção a comportamentos de incivilidade.	

Incivilidade Seletiva Percebida (ISP)	4	Já presenciei comportamentos desrespeitosos no trabalho direcionados a pessoas em razão de características pessoais ou sociais.	Cortina <i>et al.</i> , 2013
	5	Minha organização monitora e avalia a eficácia das ações informacionais voltadas à prevenção da incivilidade e à promoção do respeito às diferenças.	
	6	Já fui alvo de comportamentos desrespeitosos no trabalho em razão de características pessoais ou sociais.	
	7	Quando ocorreram comportamentos desrespeitosos relacionados a características pessoais ou sociais, quais características foram alvos (gênero, orientação sexual, raça/cor, religião, origem geográfica, pessoa com deficiência, outras).	
Diversidade no Trabalho (DT)	8	Minha organização tem um ambiente organizacional adequado para pessoas de diferentes perfis.	Gutiérrez; Saint Clair, 2018
	9	Minha organização usa o conhecimento adquirido pela cultura de diversidade para criar ou adaptar produtos e serviços.	
	10	Minha organização incentiva a contratação de diferentes tipos de pessoas.	

Fonte: Elaboração própria.

O tamanho da amostra foi determinado com o auxílio do software G*Power®, utilizando a técnica de regressão linear múltipla. Foram definidos os seguintes parâmetros: 95% de poder estatístico ($1-\beta = 0,95$) e 5% de nível de significância ($\alpha = 0,05$). Como o modelo possui apenas uma variável preditora (CI), o G*Power® indicou um mínimo de 89 observações. Contudo, conforme recomendações metodológicas para pesquisas com dados não normais e escalas tipo Likert (Hair Jr. *et al.*, 2019; Bido; Silva, 2019), o número de observações foi triplicado, o que resultaria em uma amostra mínima ideal de 267. Como a presente pesquisa alcançou 338 respostas válidas, o estudo superou o critério sugerido na literatura, garantindo a robustez estatística.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio do método PLS-SEM, que estabelece uma sequência de etapas a serem rigorosamente seguidas. Primeiro, foram verificadas a confiabilidade e validade convergente dos dados da pesquisa, por meio da Análise Fatorial Confirmatória (AFC).

Em PLS-SEM, a confiabilidade é verificada pela observação de indicadores estatísticos como Alpha de Cronbach, Rho_A e Rho_C, com valores que podem variar de 0 a 1, e valores superiores a 0,7 sendo aceitos como indicadores de confiabilidade dos dados. A validade convergente, que procura verificar em que medida as perguntas do questionário convergem para o seu construto, é analisada pelas cargas fatoriais, com valores estatísticos acima de 0,8, e pela Variância Média Extraída (AVE), apresentando valores superiores a 0,5 (Hair Jr. *et al.*, 2021). Os resultados mostraram que os três construtos, CI, DT e ISP, atenderam plenamente aos critérios estatísticos demonstrando confiabilidade e convergência, validando, desse modo, o modelo de mensuração.

A análise dos dados também verificou a validade discriminante, que procura constatar se as perguntas elaboradas, por exemplo, para mensurar a DT são diferentes das perguntas utilizadas para mensurar ISP. Isso é particularmente importante porque, se as perguntas não guardarem diferenças, haverá forte viés de pesquisa.

A validade discriminante foi examinada pelos critérios de Fornell-Larcker e pela razão Heterotrait-Monotrait (HTMT). Os resultados confirmaram distinção clara entre os itens utilizados para mensurar CI, DT e ISP, indicando que estão medindo conceitos distintos entre si.

Também foi verificada a matriz de cargas cruzadas para assegurar que todos os itens possuem maior correlação com seus próprios construtos do que com os outros, indicando não haver sobreposição conceitual entre as variáveis e reafirmando a validade discriminante e o bom ajuste do instrumento de pesquisa.

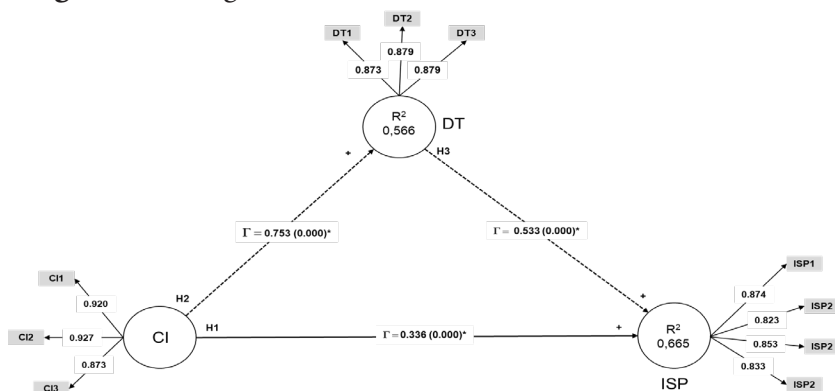
Para as análises estatísticas dos dados foi utilizado o software SmartPLS4[®], que segue rigorosamente as premissas e os padrões indicados na literatura especializada. Os resultados encontrados confirmaram a validade dos dados e do modelo proposto.

A análise dos dados também investigou a consistência da relação entre as hipóteses teóricas e os construtos da pesquisa, também utilizando a PLS-SEM via software SmartPLS4[®], com aplicação do algoritmo PLS e do procedimento de bootstrapping com 5.000 subamostras.

O bootstrapping é um método não paramétrico, que não exige distribuição normal dos dados, e permite testar a significância estatística de indicadores como os coeficientes de caminho, valores t e p .

Nesta pesquisa, conforme ilustrado na Figura 2, os valores de R^2 para os construtos *diversidade no trabalho* (DT = 0,566) e *incivilidade seletiva percebida* (ISP = 0,665) demonstram um nível moderado a substancial de explicação do modelo. A Figura 2 apresenta o diagrama de caminhos com os resultados estatísticos obtidos.

Figura 1 — Diagrama de Caminhos com Resultados Estatísticos



Fonte: Dados da Pesquisa tratados no SmartPLS4[®]. Nota: R^2 é o coeficiente de explicação do modelo; *Nível de significância $p < 0,001$ (valores entre parênteses). F^2 = tamanho do efeito. Cargas fatoriais: valores sobre as setas que ligam construtos e indicadores. Sinal positivo (+): relação diretamente proporcional entre as variáveis. Legendas: CI (Cultura Informacional); DT (Diversidade no Trabalho); ISP (Incivilidade Seletiva Percebida).

Todos os coeficientes apresentaram significância estatística (p -valor $< 0,001$), confirmando as hipóteses da pesquisa (H1, H2, H3 e H4). Os tamanhos de efeito (F^2), que mostram a magnitude do impacto entre variáveis e ajudam a entender quão substancial é essa relação no mundo real, também retornaram resultados de moderado a forte.

Segundo a literatura (Cohen, 1988), são considerados efeitos pequenos ($0,02 \leq f^2 < 0,15$), médios ($0,15 \leq f^2 < 0,35$) e grandes ($f^2 \geq 0,35$). Os valores observados na pesquisa indicaram: H1 (CI $\rightarrow$ ISP): $f^2 = 0,336$ (médio); H2 (CI $\rightarrow$ DT): $f^2 = 0,753$ (grande); H3 (DT $\rightarrow$ ISP): $f^2 = 0,533$ (grande); H4 (CI $\rightarrow$ DT $\rightarrow$ ISP): $f^2 = 0,401$ (grande).

O efeito indireto (mediação) CI $\rightarrow$ DT $\rightarrow$ ISP resultou em $0,753 \times 0,533 = 0,401$, enquanto o efeito total (direto + indireto) foi de $0,336 + 0,401 = 0,737$. Esses dados destacam o papel da DT como variável mediadora, explicando mais da metade do efeito total de CI sobre ISP.

Além dos dados quantitativos, os participantes da pesquisa foram solicitados a informar a percepção sobre comportamentos de IS no trabalho, a partir de uma lista previamente formulada. Os tipos de IS mais percebidos foram relacionados a gênero e orientação sexual (77%), raça (32%), religião (26%), aspectos físicos (25%), origem geográfica (20%) e sociocultural (11%). Ao comparar os dados, nota-se que os principais focos de ISP coincidem com gênero e orientação sexual, evidenciando maior recorrência e impacto percebido nessas categorias.

A amostra contou com 338 respondentes de variados perfis. Em relação ao sexo, 172 se identificaram como mulheres, 127 como homens, e 39 não informaram. Quanto ao gênero, 139 eram mulheres cisgênero, 123 homens cisgênero, 1 mulher transgênero, enquanto 75 não informaram. A orientação sexual predominante foi heterossexual ($n = 259$), seguida por homossexuais ($n = 20$), bissexuais ($n = 7$), pansexuais ($n = 3$) e assexuais ($n = 1$), com 48 respostas não informadas. Sobre a cor da pele, 151 respondentes se declararam brancos, 103 pardos, 25 pretos, 6 amarelos, e 53 não informaram. 11 participantes declararam ter algum tipo de deficiência, sendo 3 deficiência física, 4 deficiência visual e 4 com outras deficiências não relatadas. 277 declararam não possuir deficiências.

Sobre a origem geográfica, 116 informaram ser do Nordeste, 108 do Sudeste, 27 do Sul, 27 do Centro-Oeste, 16 do Norte e 43 não informaram. Em relação à religião, 124 se declararam católicos, 82 evangélicos, 38 sem religião, 24 espíritas, 5 de matriz africana, e 65 não informaram. Em relação à faixa etária, 83 declararam ter entre 31 e 40 anos, 77 informaram ter entre 41 e 50 anos, e os demais não informaram.

Quanto à escolaridade, 100 respondentes informaram possuir especialização, 59 disseram ter graduação, 59 declararam ser mestres e 31 doutores. Acerca da situação profissional, 246 disseram estar empregados, enquanto os demais se apresentaram como autônomos ($n = 17$), desempregados ($n = 9$), estagiários ($n = 8$) e outras ocupações.

Sobre o segmento de trabalho, 118 declararam trabalhar no serviço público, 54 disseram atuar na área da educação, 48 em setores de serviços e tecnologia. Em relação à renda, 70 respondentes informaram ganhar acima de 10 salários mínimos, enquanto 48 respondentes disseram ter renda entre 1 e 3 salários mínimos. O tempo de empresa para 102 respondentes é superior a 10 anos e de até 1 ano para 32 respondentes; os demais participantes não informaram o tempo de empresa.

5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A hipótese H1 ("A cultura informacional exerce efeitos diretos e positivos na percepção dos empregados sobre a incivilidade seletiva") foi confirmada, com efeito médio e positivo, indicando que a cultura informacional (CI) contribui para a identificação de comportamentos de incivilidade seletiva (ISP). O efeito positivo indica que, quanto mais consolidada a cultura informacional, maior a competência informacional dos empregados para reconhecer comportamentos destoantes no ambiente de trabalho, como a IS.

De acordo com Ginman (1987) e Choo *et al.* (2006), a CI contribui para o desenvolvimento de habilidades críticas nos membros da organização, tornando-os capazes de perceber, analisar e responder aos eventos or-

ganizacionais de forma consciente. Complementando, em ambientes com cultura informacional forte, espera-se que as dinâmicas organizacionais tornem mais visíveis as agressões sutis, como a IS.

A hipótese H2 propunha que a cultura informacional exerce efeitos diretos e positivos sobre a diversidade no trabalho. Os dados confirmaram essa relação, apresentando elevada significância estatística e tamanho de efeito grande, em consonância com o que demonstra a literatura acerca da capacidade da cultura informacional de influenciar múltiplos aspectos do ambiente organizacional (Choo *et al.*, 2006; Choo, 2013; Woida; Valentim, 2008; Sundqvist; Svärd, 2016).

A hipótese H3 sugeria que a DT exerceria efeito direto e positivo sobre a percepção dos empregados acerca da ISP. Os resultados confirmaram a hipótese, indicando efeito substancial. À primeira vista, esse resultado pode parecer contraditório, uma vez que estudos anteriores (Kabat-Farr; Cortina, 2012; Porath; Pearson, 2012) associam a DT ao aumento da IS. Contudo, a presente pesquisa avança ao inserir a CI como variável que influencia a DT. Ao considerar essa articulação, o estudo oferece nova interpretação: quando inserida em contexto orientado por CI que reafirma valores inclusivos e de respeito às diferenças, a DT amplia a capacidade dos empregados de identificar comportamentos de IS.

A hipótese H4 propunha que DT mediava a relação entre CI e ISP. A hipótese também foi confirmada, apresentando efeito robusto. Os resultados demonstraram que a DT, quando influenciada pela CI, potencializa o impacto desta sobre a percepção da incivilidade seletiva, produzindo efeito indireto superior ao efeito direto da cultura informacional sobre a variável dependente, na ausência da mediação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresentou uma leitura hermenêutica e crítica de uma pesquisa de doutorado realizada no ano de 2025, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp, câmpus de Marília,

que investigou a influência da cultura informacional (CI) na percepção da incivildade seletiva (ISP), mediada pela diversidade no trabalho (DT). A pesquisa partiu da premissa de que a CI influencia diretamente a ISP e, indiretamente, por meio da mediação da DT.

A análise dos dados envolveu um estudo quantitativo, descritivo, de corte transversal e por acessibilidade, com questionário aplicado online a profissionais que declararam experiência de pelo menos seis meses em uma mesma organização.

Com base em um modelo teórico testado por meio da Modelagem de Equações Estruturais por Mínimos Quadrados Parciais (PLS-SEM), a pesquisa confirmou as hipóteses formuladas, demonstrando que a CI exerce efeitos diretos e positivos na percepção dos empregados sobre a ISP e sobre a DT. Também ficou demonstrado que a DT exerce efeitos diretos e positivos sobre a ISP. Por fim, evidenciou-se que a DT media positivamente a relação entre CI e ISP.

A principal contribuição teórica deste estudo está na inclusão da cultura informacional como variável independente, preditora; isto é, que explica o comportamento de outras variáveis, chamadas dependentes. No presente estudo, DT e ISP foram utilizadas como variáveis dependentes, para sustentar a tese de que a CI pode exercer o papel de variável de impacto sobre outras variáveis no contexto organizacional.

Os resultados demonstraram que a CI é uma preditora relevante, que contribui efetivamente para a construção de ambientes informacionalmente eficientes e equitativos e para o desenvolvimento de competência informacional nos atores organizacionais, permitindo-lhes perceber comportamentos desviantes, como a incivildade seletiva.

Do ponto de vista prático, os resultados demonstram a importância de compreender a CI como elemento fundamental para capacitar as pessoas organizacionais a perceber comportamentos de incivildade seletiva, visto que a negligência em relação a esse tipo de comportamento desviante, pode comprometer o bem-estar, a motivação, a satisfação, o desempenho e a retenção dos empregados, como corroborado pela literatura.

Além disso, ficou demonstrado que a CI pode modificar o comportamento da variável DT sobre a variável ISP. Considerando estudos como o de Kabat-Farr e Cortina (2012) que apontou que a DT, quando considerada isoladamente, favorece comportamentos de incivilidade, o presente estudo evidenciou que a DT pode ser influenciada pela CI, e que seus efeitos podem ser amplificados produzindo competência informacional para a detecção de comportamentos de incivilidade seletiva.

Como toda pesquisa, este estudo também apresenta limitações, com destaque para: (1) o uso de amostragem não probabilística, que não permite generalizações; (2) a aplicação de escalas adaptadas para verificação da CI, ainda que validadas por especialistas; (3) o corte transversal, que caracteriza a pesquisa como retrato de momento. Desse modo, recomenda-se que pesquisas futuras adotem abordagem longitudinal, com amostragem probabilística, e ampliem os esforços de validação e replicação das escalas empregadas neste estudo, contribuindo para a consolidação de instrumentos de mensuração da CI em diferentes momentos e contextos organizacionais.

Que os achados desta pesquisa incentivem novos estudos dedicados a ampliar a compreensão da relevância da cultura informacional, da diversidade no trabalho e da percepção de comportamentos de incivilidade seletiva no contexto organizacional; que também motivem e fundamentem pesquisas futuras, orientando práticas gerenciais que valorizem a gestão estratégica da informação como elemento central para o fortalecimento da cultura informacional, para a promoção de ambientes mais inclusivos e diversos, para o enfrentamento de comportamentos desviantes, como a incivilidade seletiva, e a construção de relações de trabalho mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandra; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 115-128, maio/ago. 2010.

BIDO, Diógenes de Souza; SILVA, Dirceu da. SmartPLS 3: especificação, estimação, avaliação e relato. **Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 488-536, maio/ago. 2019.

BRUNER, J. S.; GOODMAN, C. C. Value and need as organizing factors in perception. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 42, n. 1, p. 33-44, 1947.

CHEN, Hsi-Tien; WANG, Chih-Hung. Incivility, satisfaction and turnover intention of tourist hotel chefs: moderating effects of emotional intelligence. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 31, n. 5, p. 2034-2053, 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. Barueri: Manole, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. São Paulo: Makron Books, 2014.

CHOO, Chun Wei. Information culture and organizational effectiveness. **International Journal of Information Management**, v. 33, n. 5, p. 775-779, 2013.

CHOO, Chun Wei *et al.* Working with information: information management and culture in a professional services organization. **Journal of Information Science**, v. 32, n. 6, p. 491-510, 2006.

CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin; PITSIS, Tyrone. **Administração e organizações: uma Introdução à teoria e à prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

COHEN, Jacob. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2. ed. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1988.

CORTINA, L. M. Unseen injustice: incivility as modern discrimination in organizations. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 1, p. 55-75, 2008.

CORTINA, L. M. *et al.* Selective incivility as modern discrimination in organizations: evidence and impact. **Journal of Management**, v. 39, n. 6, p. 1579-1605, 2013.

CORTINA, L. M.; AREGUIN, M. A. Putting people down and pushing them out: sexual harassment in the workplace. **Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior**, v. 8, n. 1, p. 285-309, 2021.

CORTINA, L. M.; MAGLEY, V. J. Raising voice, risking retaliation: events following interpersonal mistreatment in the workplace. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 14, n. 4, p. 307-321, 2009.

COX, Taylor H.; BLAKE, Stacy. Managing cultural diversity: implications for organizational competitiveness. **Academy of Management Executive**, v. 5, n. 3, p. 45-56, 1991.

COX JR., Taylor. **Creating the multicultural organization: a strategy for capturing the power of diversity**. San Francisco: Jossey-Bass, 2001.

- CRESWELL, John W. **A concise introduction to mixed methods research**. Thousand Oaks: SAGE publications, 2021.
- CUMBANE, Ácia Domínguez; WOIDA, Luana Maia; BORGES, Ellen Valotta. Os processos inerentes à cultura informacional: análise das definições utilizando o iramuteq e o voyant-tools. **Ciencias de la Información**, v. 53, e507, p. 1-16, 2024.
- DAVENPORT, Thomas H. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 1998.
- DÉMUTH, Andrej. **Game theory and the problem of decision making**. Kraków: Edition Cognitive Studies, 2013.
- GINMAN, Mariam. Information culture and business performance. **Iatul Quarterly**, v. 2, n. 2, p. 93-106, 1987. Paper presented at The 12th Biennial Conference, 1987, Helsinki.
- GUTIÉRREZ, Angélica S.; SAINT CLAIR, Julian K. Do organizations' diversity signals threaten members of the majority group? The case of employee professional networks. **Journal of Business Research**, v. 89, p. 110-120, 2018.
- HAIR JR., Joseph F. *et al.* When to use and how to report the results of PLS-SEM. **European Business Review**, v. 31, n. 1, p. 2-24, 2019.
- HAIR JR, Joseph F. *et al.* **Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM) using R: a workbook**. Cham: Springer Nature, 2021.
- HAIR JR., Joseph F. *et al.* **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)**. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage, 2022.
- HEBL, Michelle R.; AVERY, Derek R. Diversity in organizations. In: BORMAN, Walter C.; ILGEN, Daniel R.; KLIMOSKI, Richard J. **Handbook of psychology**. Hoboken: Wiley, 2013. p. 677-697. v. 12. Industrial and organizational psychology.
- HERRING, Cedric; HENDERSON, Loren. **Diversity in organizations: a critical examination**. 2. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2014.
- KABAT-FARR, Dana; CORTINA, Lilia M. Selective incivility: gender, race, and the discriminatory workplace. In: FOX, Suzy; LITUCHY, Terri R. (ed.). **Gender and the dysfunctional workplace**. Cheltenham: Edward Elgar, 2012. p. 120-134.
- KABAT-FARR, Dana; SETTLES, Isis H.; CORTINA, Lilia M. Selective incivility: an insidious form of discrimination in organizations. **Equality, Diversity and Inclusion: an international journal**, v. 39, n. 3, p. 253-260, 2020.
- LIM, S.; CORTINA, L. M. Interpersonal mistreatment in the workplace: The interface and impact of general incivility and sexual harassment. **Journal of Applied Psychology**, v. 90, n. 3, p. 483-496, 2005.

LOPATINA, N. V.; SLADKOVA, O. B. The information culture of a megalopolis: the unity of diversity. **Scientific and Technical Information Processing**, v. 39, n. 1, p. 54-56, 2012.

MANOHARAN, Ashokkumar; SARDESHMUKH, Shruti R.; GROSS, Michael J. Informal diversity management practices and their effectiveness. **International Journal of Hospitality Management**, v. 82, p. 181-190, 2019.

MANOHARAN, Ashokkumar; SINGAL, Manisha. A systematic literature review of research on diversity and diversity management in the hospitality literature. **International Journal of Hospitality Management**, v. 66, p. 77-91, 2017.

MARTINES, Alexandre Robson; WOIDA, Luana Maia; ALMEIDA, Carlos Cândido. Cultura informacional: uma análise léxico-morfológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 1, p. 109–132, mar. 2021.

MILLIKEN, Frances J.; MARTINS, Luis L. Searching for common threads: Understanding the multiple effects of diversity in organizational groups. **The academy of management review**, v. 21, n. 2, p. 402-433, Apr. 1996.

OLORUNTOLA-COATES, Yemisi *et al.* How diversity and inclusion strategies enhance organizational readiness for global nursing recruitment. **Nurse Leader**, v. 18, n. 6, p. 620-626, Dec. 2020.

PEARSON, C. M.; ANDERSSON, L. M.; PORATH, C. L. Assessing and attacking workplace incivility. **Organizational Dynamics**, v. 29, n. 2, p. 123-137, 2000.

PICHS FERNÁNDEZ, Aleimys; PONJUÁN DANTE, G. La cultura informacional: sus principales relaciones conceptuales. **Ciencias de la Información**, v. 45, n. 2, p. 33-37, mayo/ago. 2014.

POPLAVSKYI, Mykhailo; OLIINYK, Oksana; HORBAN, Yurii. Knowledge society and information culture in the context of technological innovations. **Nanotechnology Perceptions**, v. 20, n. S10, p. 297-313, 2024.

PORATH, C. L.; PEARSON, C. M. Emotional and behavioral responses to workplace incivility and the impact of hierarchical status. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 42, E326–E357, 2012. Suppl. 1

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SANTOS, B. R. P.; DAMIAN, I. P. M. Cultura organizacional e cultura informacional. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-16, 2017.

SCHILPZAND, Pauline; DE PATER, Irene E.; EREZ, Amir. Workplace incivility: a review of the literature and agenda for future research. **Journal of Organizational Behavior**, v. 37, p. S57-S88, 2016.

SOUZA, Irailton Melo de. **A influência da cultura informacional na percepção da incivilidade seletiva mediada pela diversidade no trabalho**. Orientadora: Luana Maia Woida. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a8a75ada-d83a-4dc6-9b74-ea860fca4263/content>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SUNDQVIST, Anneli; SVÄRD, Proscovia. Information culture and records management: a suitable match? Conceptualizations of information culture and their application on records management. **International Journal of Information Management**, v. 36, p. 9-15, 2016.

VAN DEN OEVER, Koen; BEERENS, Bart. Does task-related conflict mediate the board gender diversity-organizational performance relationship? **European Management Journal**, v. 39, n. 4, p. 445-455, 2021.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2008.

WOIDA, Luana Maia. **A cultura informacional na documentação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

WOIDA, Luana Maia; SOUZA, Irailton Melo de. Cultura organizacional e cultura informacional: funções e integração. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 11, e17274, 2024.

WOIDA, Luana Maia; VALENTIM, Marta. Cultura informacional: um modelo de realidade social para a ICO. In: VALENTIM, Marta (org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2008. p. 93-115.

SOBRE O LIVRO

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

FORMATO

16 x 23cm

NORMALIZAÇÃO

Laura Akie Saito Inafuko
CRB-8 9116
Ana Carolina Miguel Giometti

TIPOLOGIA

Adobe Garamond Pro

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Gláucio Rogério de Moraes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

ASSESSORIA TÉCNICA

Renato Geraldi

OFICINA UNIVERSITÁRIA

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br



ISBN 978-65-5954-675-6



9 786559 546756